

O GAÚCHO

BRASIL 500 ANOS



Fundado no Sesquicentenário da Batalha do Seival



Vet Cel Eng Cláudio Moreira Bentro

Livro Digital

Editor Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

SUMÁRIO

Apresentação	4
Nº 51 - ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Memória do processo de formação do Parque Osório	5
Nº 52 - ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Vivandeiras	8
Nº 53 - ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Centenário da 8ª brigada de infantaria motorizada em pelotas em 23 fev 2008	11
Nº 54 - ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A Academia Real Militar - uma decorrência da vinda da família real para o Brasil em 1808	14
Nº 55 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Gentio do Brasil	19
Nº 56 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Centenário de nascimento do Gen Ex Alfredo Souto Malan	30
Nº 57- Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A resistência heróica do 12º RI - 03 de outubro de 1930	33
Nº 58 - Ano 2008 - Cel Cláudio Moreira Bento	
A escravidão negra no Brasil	45
Nº 59 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A questão do Pirara e a Reserva Raposa Serra do Sol	57
Nº 60 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Canguçu - história militar	72
Nº 61 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Agraciados com a medalha do mérito farroupilha do IHTRGS em 2008	76
Nº 62 - Ano 2008 - Cel Cláudio Moreira Bento	
A memória militar em foco	78
Nº 63 - Dezembro - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O centenário de Dante de Laytano	81
Nº 64 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Direito de resposta - não há "outro" Andrade Neves	85
Nº 65 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Carta ao General Heitor Fontoura de Moraes	88
Nº 66-Ano 2009 -200 anos da tomada da Guiana Francesa	
3ª Região Militar	91
Nº 67 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A Guerra do Paraguai: Um laboratório de Doutrina Militar para o Mercosul, a ser explorado	93
Nº 68 - Ano 2009 - Bicentenário da Tomada de Caiena	
Brasília: de Dom Bosco a Juscelino	103
Nº 69 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Projeto história do Exército na Região Sul, área do CMS	108
Aspectos pouco lembrados da vida de Caxias	110
Nº 70 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
As glórias da FEB	113
Nº 71 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Antônio Dias Cardoso - o mestre das emboscadas	118
Nº 72 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O primitivo povoamento da atual área do Rio Grande do Sul	121
Nº 73 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Soberania mutilada - Cel Hiram Reis e Silva(*)	125
Nº 74 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Caxias ou cachias?	131
Nº 75 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A Cota de Malha do Exército Brasileiro	132

1861 - A questão Christie	134
Nº 76 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Artigas e o recrutamento de índios	136
A Revolução Farroupilha e os negros de Bagé	137
Países plurinacionais e multiculturais	139
Nº 77 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Estratégia de defesa da Amazônia Brasileira	140
Quinto Fábio e Aníbal - Roma e Cartago - Guerrilha e poderio - Poder mundial..	144
Nº 78 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Chananeço - da lenda para a história	148
Gengis Khan	151
Nº 79 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Um coronel carreteiro	153
Os HUNOS - Átila, o Flagelo de Deus	155
Nº 80 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Rondon e o Herói da Lapa	158
Odoacro	161
A conquista de Roma e a queda do Império Romano do Ocidente	162
Nº 81 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Saudação de posse ao General Figueiredo	164
Nº 82 - Ano 2009 - Cel Cláudio Moreira Bento	
Gen Ex Adolpho João de Paula Couto (1913-2009)	168
Nº 83 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
A FEB pelo seu Comandante - Realização do ataque ao Monte Castello	170
Constituição da 1ª divisão de Infantaria Expedicionária	174
Nº 84 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O patriota Coronel Carlos Fontoura Rodrigues	175
Nº 85 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Engenharia Militar Brasileira	178
Nº 86 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Encontro internacional de História de Paso de Los Libres	179
Nº 87 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Sobre o canhão El Cristiano	189
Nº 88 - Ano 2010 Cel Cláudio Moreira Bento	
A contra-revolução democrática de 31 de março de 1964	192
Nº 89 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O “patrono da anistia”	198
Nº 90 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O exército e a mudança da capital federal	202
Currículo cultural sintético do Cel Cláudio Moreira Bento	208

Apresentação

Em 1986 dirigíamos o Arquivo Histórico do Exército e atuávamos como sócio no Rio de Janeiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E decidimos fundar o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. (IHTRGS)

Instituto que visava integrar historiadores de comunidades gaúchas, em razão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul só aceitar historiadores residentes em Porto Alegre.

Outra ideia era tentar controlar a culto de falsas Tradições Gaúchal que não tinham apoio na História a qual, em realidade, é a mãe da Tradição.

Consultamos os possíveis interessados por correspondência. E a seguir o fundamos com o aval dos Presidentes dos IGHMB e IHGB. E escolhemos para a sua instalação a data de 10 de setembro de 1986 – Sesquicentenário do vitorioso combate do Seival, o qual criou condições para a criação da República Rio-Grandense. Instalação que teve lugar em concorrida cerimônia no Auditório da Escola Técnica Federal em Pelotas e teve o apoio da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história escreveríamos em 2005 em parceria com o historiador militar Cel Inf Luiz Ernani Caminha Giorgis. Dentro do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul. Seus Estatutos foram registrados em Canguçu – RS, no Tabelionato de meu irmão José Moreira Bento.

Conseguimos com a Ipiranga o fornecimento de Diplomas. E como Informativo do IHTRGS criamos **O Gaúcho** que está disponível para acessar na folha de abertura do site.

Informativo que passamos a explorar, transformando-os em livros digitais com matérias de nossa autoria, como o que a seguir elaboramos para colocar em nosso site www.ahimtb.org.br e no Google. Viva a Era Digital que nos permitiu resgatar o conteúdo dos informativos **O Gaúcho** de nossa autoria.

Veterano Cel Eng e de Estado-Maior

Cláudio Moreira Bento

Presidente Emérito e Fundador do IHTRGS

Atualmente o IHTRGS é presidido pelo Historiador e Tradicionalista Cap R2 Art
Juarez Nunes da Silva, tendo como Vice Presidente o Veterano Cel Inf e de

Estado-Maior Luiz Ernani Caminha Giorgis

VOTOS DE BOA LEITURA AOS PESQUISADORES E LEITORES INTERESSADOS!

Nº 51 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

MEMÓRIA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PARQUE OSÓRIO

(Transcrição de ofício de 19Out67, do Ch da 8ª CSM)

Cópia Autêntica - Armas da República - Ministério do Exército - III Ex - 3ª RM - 8ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR - Ofício número 151-RP - PORTO ALEGRE, RS, 19 Out 67 - Do Chefe da 8ª CSM Ao Sr. Cmt da 3ª RM - ASSUNTO: Tombamento de imóvel, sugere.

1. Cumprindo ordem de V Exa inspecionei, ontem, a CS 53, que no momento funcionava em OSÓRIO (PR 534-G). Aproveitando a oportunidade, fiz uma visita à JSM Municipal. Manifestando eu, durante a visita, o desejo de conhecer o local de nascimento do Gen Osório, pôs-me o Prefeito em contato com o Sr. Romário Marques Machado, sobrinho- neto do Gen Osório e atual proprietário da Fazenda do Arroio, berço do General. Fui cientificado, então, de que a casa em que nasceu o Gen Osório, e na qual viveu ele até os 12 anos - não há controvérsia quanto a isto - fora demolida em abril do ano passado, pois uma de suas paredes ameaçava cair. Visitei, com o Sr. Romário, o local da casa, a poucos quilômetros da cidade de Osório e, após uma vistoria demorada no local e do material da casa, concluí que a mesma poderá ser reconstruída, com um mínimo de alteração, pois:

a) todo o barroteamento, de cerne de louro, além de achar-se em perfeito estado de conservação, não foi ainda retirado do solo, delineada a divisão da casa em suas minúcias;

b) todo o restante do material existe ainda, depositado no local da casa ou outros locais e se presta à reconstituição: as 7barroteamento ou ainda nele fixadas por cravos feitos em forja; as paredes internas, de pau a pique, embora caídas, pouco sofreram e podem ser levantadas por painéis internos; os tijolos toscos que integram as paredes externas e as telhas não são os materiais originais, porém, tem grande antiguidade - são aproveitáveis; e as esquadrias, segundo o Sr. Romário (não as vi) acham-se em bom estado;

c) o terreno, junto à casa, não foi modificado, nele existindo, ainda, três enormes figueiras plantadas pelo avô do Gen Osório, uma das quais já morta;

d) o Sr. Romário (que também nasceu na casa e nela viveu longos anos) está em condições de reconstituí-la e se presta a fazê-lo, caso a União o solicite; além disto, possui várias fotografias da casa que facilitarão sua reconstituição. O Sr Romário não pretende reconstituir a casa, porém concorda em ceder todo o material que a integrava, caso venha a ser ela tombada. Julga ele que nenhum dos descendentes ou parentes do Gen Osório tenha interesse em reconstituí-la. Comprometeu-se a manter o barroteamento no lugar e a guardar o restante do material até que os órgãos competentes se pronunciem. E o Sr. Romário é idoso e solteiro, sem descendentes. À vista do exposto venho sugerir a V. Exa. a reconstituição da casa em apreço e seu tombamento, bem como o da área a seu redor ainda não desfigurada (a poucos metros da casa o oleoduto e estrada adjacente que ligam a Refinaria Alberto Pasqualini ao terminal de Tramandaí modificaram acentuadamente o terreno), encarecendo urgência em fazê-lo pois, apesar do compromisso do Sr. Romário, o material poderá ser extraviado ou inutilizado.

2. O Sr. Romário, possui vários documentos que julguei de grande valor histórico, encontrados em um velho arquivo da família. Sugiro a V. Exa. determinar seu

exame por pessoa credenciada, antes que desapareça. Entres eles destaco:

a) Uma carta do Gen Osório a um filho em que informa ele a data verdadeira de seu nascimento, 10 de maio de 1808 (nos arquivos da Cúria Metropolitana - Certidão de Batismo - consta como sendo 27 de maio de 1808);

b) Cartas e anotações do pai de Osório que desfazem, completamente, a afirmação de historiadores de que seria ele homem inculto, capataz de Fazenda do Arroio; a caligrafia perfeita e a redação esmerada evidenciam o contrário. O Sr. Romário tem uma explicação coerente transmitida por seus ancestrais e que me pareceu de fácil pesquisa para o aparecimento do pai de Osório na Fazenda do Arroio e sua manutenção na Fazenda e posterior casamento com a mãe de Osório; seria ele um oficial que desertara de uma unidade de Laguna, após um desacato e violência contra um superior e que fora dar na Fazenda em péssimas condições físicas; e que o proprietário da Fazenda, futuro avô materno de Osório, lá o mantivera, percebendo o valor da permanência nela - da qual constantemente se afastava - como colaborador e elemento de confiança, de um homem esclarecido e capaz, além de possível futuro marido de uma de suas filhas. O Sr. Romário narra isto em minúcias e dados vários, inclusive a mudança de nome do pai de Osório, como medida de despistamento (passou a assinar-se "BORGES", a uma certa altura da vida);

c) a certidão de casamento dos pais do Gen Osório (Manoel Luiz da Silva Borges e Ana Joaquina Luiz Osório);

d) Uma carta do avô (materno) do Gen Osório que evidencia ser ele culto e ilustrado. Da documentação que possui o Sr. Romário (e da tradição na família) conclui ele que o Gen Osório teve 13 irmãos: Rosa Jacinta, Francisco, Manoel, Manoel (General) José, Maria Angélica, Eufrásia, Rosa Quirina, Clarinda, Luiza, Pedro Luiz, Thomas Luiz e Maria Felícia; que aprendeu as primeiras letras em Conceição do Arroio (hoje Osório) com o sapateiro Miguel Alves e com o seu tio Bernardino Luiz Osório; e que de seu enlace com Dona Francisca Fagundes de Oliveira, a 15 de Novembro de 1835, teve apenas quatro filhos: Fernando, Afonso, Francisco, Manoela; que Manoel era filho natural.

3. A velha Igreja em que foi batizado Osório - matriz da Conceição do Arroio - foi, recentemente modernizada, sendo totalmente desfigurada; a pia batismal, em que Osório foi batizado existe ainda e poderá integrar um museu, como o Júlio de Castilhos, onde são lembrados os homens do Rio Grande. MÁRIO RIBEIRO MIRANDA JÚNIOR - Cel Ch 8ª CSM. CONFERE COM O ORIGINAL, Porto Alegre, RS, 23 de fevereiro de 1970. LINO FERNANDES PEREIRA, Cap Secretário da 8ª CSM.

DECLARAÇÃO DO MAJOR LUIGI T. DA SILVA

Declaro que foi orientado pelas informações contidas na Parte 151-RP, de 19Out67, da 8ª CSM, assinada pelo Cel MÁRIO RIBEIRO MIRANDA JÚNIOR, que identifiquei os alicerces (barroteamento) da casa em que nasceu OSÓRIO (que fora demolida pouco antes) e que coube a mim reconstituir; bem como encontrei os componentes da casa demolida, parte junto aos alicerces da casa, como descreve o Cel MIRANDA JÚNIOR, e o restante em depósito nas cercanias. É que, segundo me informou na ocasião o Sr. Romário, proprietário da casa, cumprira ele a promessa feita ao Cel MIRANDA JÚNIOR de manter o barroteamento no lugar e guardar o restante do material até que os órgãos competentes se pronunciassem (tudo como consta da Parte).

A Parte do Cel MIRANDA JÚNIOR foi encaminhada à Secção do Serviço

do Patrimônio Regional da 3a Região Militar (SSPR/3) cujo titular, o então Maj HOMERO VOGES CUNHA, recebera a missão de identificar a casa e o material citados na Parte para posteriormente proceder à sua desapropriação e tombamento. A fim de assessorá-lo, solicitou ele um Engenheiro à Secção do Serviço de Obras Regional da 3a Região Militar (SSOR/3), tendo sido eu o designado.

Nosso primeiro reconhecimento (procedido numa manhã gelada, de sábado) foi feito à luz da Parte, que o Maj HOMERO tinha em mãos e que eu consultei mais de uma vez.

LUIGI T. DA SILVA
Maj R-2 Eng Fort e Cnstr.

Comissão de Criação do Parque

Conforme informações e documentos fornecido pelo Cel Altino Berthier Brasil, a Comissão era formada pelo Cel HELDER MACEDO GAUDIE LEY e outros. Por sugestão do Cel Berthier, a forma jurídica para o empreendimento foi uma FUNDAÇÃO. E, ainda, por sugestão do mesmo Cel BERTHIER, foi contratado o advogado Dr. Aparício Mariense Miranda, que conduziu os trabalhos de registro.

REPORTAGEM DO JORNAL DO COMÉRCIO DE 10Mai71 SOBRE O PARQUE
(Xerox pág. Seguinte)



BICENTENÁRIO DE OSÓRIO

Nº 52 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

VIVANDEIRAS

Preciosa colaboração dos coronéis Edmir Mármora Júnior e Emílio Joaquim de Oliveira Júnior.

Em todos os tempos, os exércitos arrastaram atrás de si muitas mulheres vivendo às custas do soldado e da guerra, anexadas ao grupo, às vezes combatendo ou prestando os mais variados serviços.

Mulheres de soldados, guerreiras, esposas, amantes, companheiras, enfermeiras, comerciantes e mães, todas as dimensões de vida incorporadas em valentes mulheres que acompanhavam ou seguiam as tropas pelos mais diferentes rincões, tanto na paz como na guerra. Havia um nome que agrupava todas aquelas mulheres - as vivandeiras.

A palavra “vivandeira” tem origem no vocábulo francês “vivandière”, feminino de “vivandier”, significando a mulher ou homem que vendem alimentos e bebidas às tropas em movimento. Etimologicamente, deriva-se do latim medieval “vivanda”, isto é, víveres. A palavra francesa está registrada em textos desde o século XV. Em português, desde o século XVII. O registro da palavra vivandeira não é encontrado em muitos dicionários, inclusive naqueles especializados no universo da literatura gauchesca, onde o termo chima muitas vezes leva a gerar confusão com o termo vivandeira.

Para Houaiss, elas são: (...) mulher que acompanha uma tropa, vendendo ou levando mantimentos e bebidas ou membro da classe política civil que provoca desentendimentos entre os militares (p.2875). E para Aurélio elas são: (...) mulher que vende mantimentos, ou que os leva, acompanhando tropas em marcha.

Sem deixar de relacionar o envolvimento da mulher junto aos soldados, principalmente quando em campanha ou nos deslocamentos, à palavra vivandeira foram atribuídos outros significados, tais como:

- as companheiras dos militares que os acompanham na guerra;
- as aventureiras que tiram proveito do ambiente guerreiro, oferecendo comércio casual, as prostitutas de baixa e alta remuneração.

Fazendo um paralelo com essas mulheres, de todos os tipos de personalidade e caráter, que gravitavam em torno dos quartéis, acampamentos e bivaques, muitas vezes trazendo problemas para os comandantes ou criando confusões por meio de intrigas e ciúmes, o termo vivandeira ganhou uma conotação política quando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e ex-presidente do Brasil, cunhou a célebre frase: “Eu os identifico todos. E são muitos deles, os mesmos que desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar”.

No contexto em que se inseriu a citação, o Marechal Castelo Branco se referia às pessoas do mundo político que, em determinados momentos da história, ficavam fazendo afirmações sem bases concretas (fofoca), especulando sobre assuntos polêmicos, criando armadilhas com o objetivo de incitar a classe militar a executar um golpe de estado.

Desde o momento que a expressão vivandeira foi empregada no

vocabulário político brasileiro, ela passou a ser utilizada todas as vezes que os militares falam de assuntos políticos envolvendo os civis. Por outro lado, quando políticos fazem considerações em temas estritamente militares, é considerado “coisa de vivandeiras”.

“Altivas guerreiras
Valentes e bravas
Aqui nestes campos,
Não somos escravas,
Aqui liberdade Só deve reinar
Que a frente não vamos
A homem curvar”

(Texto 15: O Canto das Amazonas - Taveira Júnior)

As mulheres descritas no Canto das Amazonas são as verdadeiras vivandeiras, tratadas no presente trabalho, com todas as suas virtudes e defeitos inerentes às pessoas que fazem de suas vidas algo mais do que viver.

A vida de uma vivandeira é de uma nômade, sem compromisso familiar ou fugindo dele, atirava-se na aventura de acompanhar as tropas vendendo coisas úteis aos combatentes, trocando amor ou, simplesmente, oferecendo-se para o “uso” de um soldado como forma de proteção.

Essa permanência da mulher junto aos combatentes vem de tempos muito antigos, sendo alternada entre proibições, repressões e tolerância.

A presença de vivandeiros e vivandeiras tornou-se tradicional. Assim, os exércitos, no tempo das Cruzadas, principalmente no apogeu de Carlos Magno, eram sempre acompanhados de comerciantes encarregados de suprir as necessidades da tropa.

Nos exércitos de Napoleão, os correeiros, sapateiros, armeiros, alfaiates ou músicos, todos contratados, podiam seguir a tropa, na cauda da coluna, com uma carroça atrelada. A esses vivandeiros era permitido, também, o acompanhamento de suas mulheres, que tinham a obrigação de serem úteis à tropa, como remendeiras e lavadeiras, e manter em bom estado a roupa dos soldados. O desenvolvimento dessa atividade de vivandeiras e vivandeiros criou uma certa dependência logística da tropa em relação a eles.

Com o tempo, o segmento feminino passa a fazer parte desse cotidiano militar. Esposas de soldados acompanham seus maridos e, além disso, um sem número de mulheres, anônimas e populares, vai incorporando-se e desfilando suas vidas ao longo do deslocamento militar, oferecendo todo o tipo de serviço e chegando, inclusive, a exercer atividades típicas dos combatentes, empunhando armas e lutando ombro a ombro com eles.

Aventura, comércio, amor, sobrevivência, proteção, enfim são vários os motivos que as levavam a se lançarem nessas jornadas impensadas.

O crescente efetivo de vivandeiras produz seus reflexos na logística. Ocupam indevidamente carruagens e carros destinados aos víveres e fornecimentos da tropa. Constituem, além disso, outras tantas bocas suplementares a alimentar, gerando problemas de reabastecimento dos exércitos.

Restrições começaram a ser estabelecidas. Em determinados períodos, o número de mulheres empregadas na lavagem e na venda de víveres chegou a ser limitado. Para esse trabalho, normalmente eram escolhidas entre as cidadãs de boas maneiras, casadas com soldados ou sargentos do serviço ativo, reconhecidas como as mais ativas, mais úteis às tropas e de boa conduta. As

inúteis eram expulsas para além dos postos.

Por outro lado, restava o recurso do disfarce masculino, considerado hoje pura fantasia, mas utilizado, em muitas circunstâncias, com êxito, por raparigas decididas, que conseguiam, vestidas de soldados, seguir um marido ou amante, ou simplesmente partir em busca de aventura.

Mesmo com as restrições impostas, elas continuavam a demonstrar coragem e dedicação aos combatentes. Em alguns casos levavam a aguardente aos militares no campo de batalha, durante a ação mais arriscada, sem aceitarem qualquer retribuição. Concediam facilmente créditos aos clientes infelizes e, nos dias de batalhas mostravam-se piedosas com os feridos, fazendo curativos e reconfortando-os. Davam a luz pelo caminho, continuando a caminhada com um bebê nos braços. Nunca essas mulheres conheceram a doença. Não tinham tempo para isso. Quando se restabelecia a paz, ficavam na caserna ou no acampamento, e aqueles que nos campos encontravam, até nas mais feias, qualquer coisa de gentil, as ignoravam.

Um sem número de personagens femininas desfila ao longo da formação da nacionalidade brasileira. As chinas, as índias, as curandeiras, as cativas ou as negras, personagens marginalizadas e excluídas, possuem características parecidas. Junto a nossos combatentes, fizeram parte das Guerras Platinas, da Revolução Farroupilha, e de forma expressiva na Campanha do Paraguai. Há, ainda, as andarilhas, casadas ou amasiadas com soldados, que se incorporaram à Coluna Prestes, enfrentando o preconceito dos próprios companheiros. Elas figuram também na saga do cangaço, participando, direta ou indiretamente, no árido nordestino, da formação e da vida do grupo de Lampião.

Essas intrigantes e singulares vivandeiras eram alegres e debochadas, sérias e furiosas, amantes despudoradas, valentes. A presença delas é sentida em quase todos os conflitos internos brasileiros. Elas são mulheres guerreiras, amantes, mães de muitos filhos, todos nascidos ao longo das intermináveis marchas, e que cresciam, filhos de muitos homens, durante o tempo que duravam as guerras e que tinham, como elas, seus destinos ligados, de forma inexorável, à realidade das batalhas e dos massacres.

Protagonista ou não, famosa ou anônima, protegida ou marginalizada, percebe-se um número diversificado de personagens femininas, com seus destinos peculiares, que acompanharam ou participaram do cenário por onde marcharam os grandes exércitos, em territórios adversos e inóspitos para elas.

A historiografia oficial deixou de iluminar seus espaços escondidos, indignos e muitas vezes miseráveis. Ainda assim, imersas numa multidão de outras mulheres, como personagens grandiosas e inesquecíveis, elas se impuseram.

Joana Galvão, a guardiã do Sacramento (1680); Maria Quitéria, heroína da Independência do Brasil; Anita Garibaldi, que embarcou de corpo e alma na Revolução Farroupilha; Florisbela e Chica Biriba, ignoradas e arrojadas combatentes na Guerra do Paraguai; Cabo Toco, da revolução de 1923; Ana Nery, primeira profissional a se dedicar a enfermagem no Brasil. São apenas alguns nomes cuja riqueza e complexidade dos atributos permitem entender a postura firme e a dedicação de marcantes figuras femininas, nossas vivandeiras, e o seu destino fatal de oferecer sua vida em sacrifício no campo de batalha.

Sofredoras, heroínas, enfermeiras, esposas, amantes de soldados e, sobretudo, da aventura, assim eram as vivandeiras.

Reconhecendo o valor do segmento feminino, constata-se que os exércitos, que “arrastavam atrás de si muitas mulheres vivendo as custas do

soldado e da guerra”, atualmente recebem um expressivo número de mulheres, não vivandeiras, mas legítimas profissionais militares que, hoje, por vocação, integram as forças armadas de vários países.

Nas Forças Armadas, as mulheres estão em igualdade de condições com os militares do sexo masculino dos mesmos quadros a que pertencem. Além disso, estão sujeitas a todas as características inerentes a profissão militar. Todas recebem a mesma instrução militar básica ministrada aos homens. Pilotam aviões e participam de marchas, acampamentos, exercícios de tiro, jogos de guerra e manobras logísticas, dentro de suas especialidades.

Altivas guerreiras, valentes e bravas, elas enfrentaram resistências, mas conquistaram o seu espaço.

Edição:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS

Delegado da AHIMTB/RS

Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara

Porto Alegre

lecaminha@gmail.com

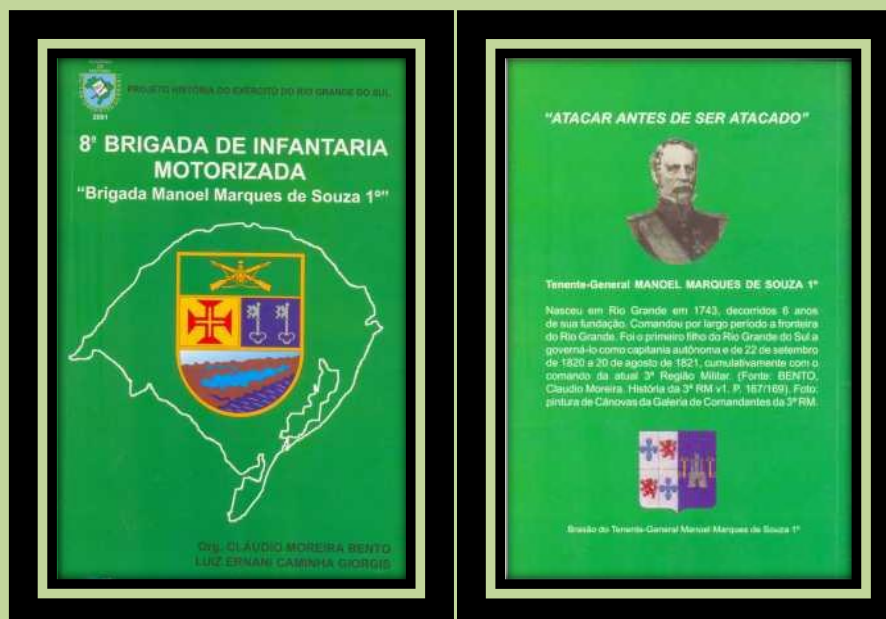
Nº 53 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

**CENTENÁRIO DA 8ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA EM PELOTAS
EM 23 Fev 2008**

Cel Cláudio Moreira Bento(x)

Convidado pelo Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Manoel Marques de Souza I, viajamos de Resende a Pelotas para participar do seu centenário, cuja história, e a de seu patrono escrevemos, em 2004, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, lançando-a no QG da Bda, então comandada pelo Gen Bda João Tacelli Finamor Machado, dentro do Projeto História do Exército na Região Sul. Esteve presente à cerimônia o Gen Heitor Fontoura de Moraes, antigo comandante da Brigada em 1971/72.

Frente e verso do livro História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada



A comemoração teve lugar no dia 23 de fevereiro no QG da 8ª Bda Inf Mtz, instalações as quais deparei bastante aumentadas em relação a 2004, com modernas e amplas dependências. Presentes os seguintes generais: o Gen Div Wellington Fonseca, comandante da 6ª DE - Divisão Voluntários da Pátria; o Gen Bda Eduardo José Barbosa, comandante da AD/6 - AD Marechal Gastão de Orleans e o comandante da 8ª Bda Inf Mtz, o Gen Bda Roberto Sebastião Peterneili, como anfitrião. Presentes dois ex- comandantes da 8ª Bda Inf Mtz, o Gen Div Luiz Alberto Cureau, que a comandou de 5 Set 1997 a 7 Jan 1999, e do Gen Bda Heitor Fontoura de Moraes, que comandou a ID/3 de 19 Fev 1971 a 6 Out 1972, quando esta passou à denominação atual. Compareceram o comandante do 5º Distrito Naval, o Capitão dos Portos de Rio Grande e o Comandante dos Fuzileiros Navais.

E da Brigada Militar estiveram presentes os comandantes com jurisdição na área. Foi expressiva a presença de oficiais da reserva e reformados, que nela serviram, e grande presença de autoridades locais.



Desfile da Bandeira e tropa Gen



Peterneili lendo o alusivo ao centenário



Gen Peternelli homenageando o antigo comandante da Brigada Gen Heitor Fontoura de Moraes. À direita representantes da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS): Cairo Moreira Pinheiro coordenador da Delegacia da AHIMTB em Pelotas e da Academia Canguçuense de História e Delegado do IHTRGS na Zona Sul: Dr João Marinônio Carneiro Lages, Delegado da AHIMTB em Rio Grande; o autor, presidente da AHIMTB, IHTRGS e Academia Canguçuense de História e o Dr. Clair Lobo Rocheford, membro efetivo do IHTRGS que, como Diretor do Diário Popular, deu grande apoio à divulgação da História e Tradições do Rio Grande do Sul.

Pela manhã, formada a tropa, o Gen Peternelli sintetizou o histórico da Brigada com origem em 1908 em Santa Maria, como 3ª Brigada Estratégica, a mesma da 3ª Divisão de Exército - a Divisão Encouraçada, cuja história estamos escrevendo em parceria com os acadêmicos Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e Major Ândrei Clauhs, em comemoração ao centenário da Divisão, a ser realizado em agosto. Foi dado destaque na leitura pelo General Peternelli à imagem heróica do patrono da Brigada, o Marechal Manoel Marques de Souza I, grande fronteiro comandante da Fronteira do Rio Grande (1795-1801), que foi o 1º riograndense a governar a Província do Rio Grande de São Pedro.



À noite, a 8ª Bda Inf Mtz ofereceu um jantar dançante na sede do Centro Português, no Laranjal. Festa muito concorrida e de muita confraternização, onde destaque o bolo comemorativo do Centenário, em torno do qual se reuniram diversos militares da ativa e da reserva ligados à 8ª Bda Inf. Mtz. O bolo foi cortado pelo General Peternelli.

No dia seguinte foi oferecido pelos amigos ao Gen Peternelli, um almoço no Clube Veleiros, à beira do canal São Gonçalo, junto à balsa que ali existe.

Foi intensa a confraternização, da qual participamos junto com Cairo Moreira

Pinheiro, coordenador da Delegacia da AHIMTB em Pelotas, Delegacia Dr. Fernandes Luiz Osório em Pelotas.



A orquestra que animou o jantar dançante e, à direita, um grupo cantando os parabéns à 8ª Bda Inf Mtz pelos seu centenário no que foram acompanhados por todos os presentes.



Dois aspectos do almoço por adesão, de homenagem ao Gen Peternelli no Clube Veleiros

Nesta reunião ficou acertado o lançamento do livro de nossa autoria **General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro**, em Sessão na Câmara de Vereadores e no QG da 8ª Bda Inf Mtz, homenageando Osório como filho adotivo de Pelotas, local onde reside a maior parte de seus descendentes, que serão convidados por seu dinâmico comandante, o General Peternelli, para o lançamento do livro no QG da centenária 8ª Bda Inf Motorizada.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do RGS e da Academia Canguçuense de História.

“ONDE EXISTE UMA VONTADE EXISTE TAMBÉM UM CAMINHO”

Johann Wolfgang Von Goethe

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS

Delegado da AHIMTB/IHTRGS no RS - Delegacia Gen Rinaldo Pereira da
Câmara

Nº 54 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

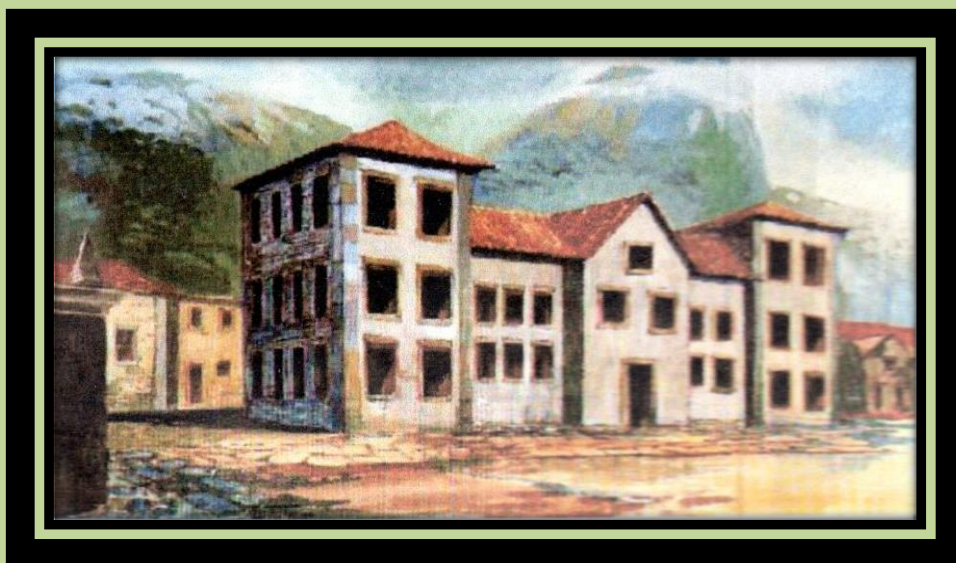
A ACADEMIA REAL MILITAR - UMA DECORRÊNCIA DA VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL EM 1808

Cláudio Moreira Bento(x)

O Príncipe Regente Dom João, decorridos quase dois anos de sua chegada no Brasil, criou a Academia Real Militar, destinada à formação de oficiais do Exército de Portugal para todo o Reino.

Ela foi instalada na Casa do Trem, atual local do Museu Histórico Nacional, onde vinha funcionando a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho fundada pelo Vice-Rei Conde de Resende, sob a égide do Príncipe Regente Dom João, em 17 de dezembro de 1792, aniversário da Rainha Dona Maria I.

Real Academia Militar, destinada a formar, para a Colônia, oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis, consagrando-se historicamente como o Berço do Ensino Militar Acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil, com a formação de engenheiros civis e militares, pois a Academia Militar de West Point só foi criada pelo Congresso dos EUA em 1802.



A Academia Real Militar foi criada por Dom João por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 e instalada na Casa do Trem, em 23 de abril de 1811, aproveitando a estrutura de Ensino da Real Academia que ali funcionara por cerca de 19 anos, de 1792 a 1811.

De 1812 a 1858, a Real Academia Militar funcionou no Largo de São Francisco, local hoje considerado o Santuário da Engenharia Civil e Militar do Brasil.

Dirigiu-a por largo período, desde a Casa do Trem, o Ten Gen Carlos Antônio Napon, atual patrono do Serviço de Material Bélico do Exército. No Largo de São Francisco (Largo 1 Real da Sé Nova) ela funcionou como Academia Militar da Corte de 1832/38 e Escola Militar de 1839/58.

Nesta Academia estudaram os oficiais que lutaram nas guerras da Independência (1822/24), na Guerra Cisplatina (1825/27), na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52), na Guerra contra Aguirre (1864) e na Guerra do Paraguai

(1865/70).

E entre eles os patronos do Exército: Duque de Caxias - Patrono do Exército, Marechal Emílio Luiz Mallet - Patrono da Artilharia e Ten Cel João Carlos Villagran Cabrita - Patrono da Arma de Engenharia. Esta arma centenária em 2008, por ter sido criada pelo General Hermes Rodrigues da Fonseca no contexto da centenária e grande Reforma do Exército que ele promoveu em 1908, na qual foram criadas as Brigadas Estratégicas, que são as raízes históricas de muitas Grandes Unidades que comemoram este ano 100 anos, sem se esquecer o centenário dos velhos fuzis Mauser 1908 que tão assinalados serviços prestaram à Defesa Nacional.



Academia Real Militar transferida em 1812 da Casa do Trem, onde se instalou inicialmente, aproveitando a estrutura da Real Academia Militar criada pelo Vice-rei Conde de Resende sob a égide do Príncipe Regente Dom João em 17 Dez 1792, destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e engenheiros civis e militares para o Brasil Colônia.

Foi professor de Fortificações e Mecânica o Visconde de Rio Branco, que foi Ministro da Guerra (1858-59). Segundo Mário Barata, "poucos edifícios são tão queridos no Rio quanto ele", que foi o primeiro, segundo Paulo Pardal, "a ser construído especialmente para abrigar uma Escola de Nível Superior".

Em 1939, o Marechal José Pessoa escreveu na **Revista da Escola Militar**, do Realengo, a História do Espadim de Caxias que havia sido instituído por sua proposta como arma privativa dos Cadetes do Exército. E declarou que assim procedia para não acontecer o que havia acontecido com a Academia Real Militar que então apenas se sabia que existira.

E novos elementos foram sendo descobertos ou achados sobre a sua História.

O falecido patrono de cadeira na AHIMTB, General Francisco de Paula Azevedo Pondé, pesquisando, descobriu em dependências do Largo do São Francisco os livros de Registros da Academia Real e divulgou várias matérias sobre o tema nos **Anais do Sesquicentenário da Independência**, publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Cedidos estes exemplares por empréstimo ao Arquivo Histórico do Exército quando éramos o seu Diretor, os microfilmamos e organizamos um Instrumento de Trabalho do Historiador com os nomes e alterações de todos os seus alunos.

Mais tarde, o professor Paulo Pardal resgatou grande parte da Real

Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, demonstrando que seu nome camuflava a sua finalidade maior, a de formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis para a Colônia Brasil. Entre seus ex-alunos encontravam-se os pais do Duque de Caxias e de seu amigo Miguel Frias. As matérias previstas no 1º ano Matemático da Academia Real eram Aritmética, Álgebra (equações de 3º e 4º graus), Geometria, Trigonometria Retilínea e noções de Esférica e Desenho. A Carta de Lei indicava obras específicas dos seguintes autores franceses: Sylvestre François Lacroix (1765-1843) - Matemático; Adrien Marie La Gendre (1752-1834) - Geometria; Gaspar Monge (1746-1818) Geometria; Jean Baptista J. Delambre (1759-1808) - Astrônomo; e Euler Leonard (1707-1783) - Geometria (suíço), conhecido por Eulero.

No 2º Ano Matemático da Academia Militar Real as matérias previstas eram Resoluções de Equações, Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Descritiva e Desenho.

No 3º Ano Matemático da Academia Militar as matérias previstas eram Mecânica (Estática e Dinâmica); Hidráulica (Hidrodinâmica e Hidrostática); Balística e Desenho. Foram indicados os seguintes autores franceses e dois ingleses: Louis Benjamin Fracoeur (Mecânica), Gaspard Clair François M. Prony (1755-1839-Hidráulica), Olinthus Gilbert Gregory (1774-1841-Mecânica, inglês), Jean Antoine Fabre (1749-1834-Engenheiro), Adame Charles Bossut (1730-1814-Matemático), Etienne Bezout (1730-1783-Matemático), Benjamin Robins (1707-1751-Matemático, inglês) e Leonard Euler (1707-1783-Geometria).

O 1º Ano Militar da Academia Real Militar era atribuído a dois professores. O primeiro lecionava Tática, Estratégia, Castramentação (Arte de Acampar), Fortificação de Campanha e Reconhecimento do Terreno. O segundo professor lecionava Química. Para assuntos militares devia-se atentar no que de importante havia aparecido sobre a matéria e, em especial, nos escritos dos seguintes generais franceses:

O Barão Simon François Gay de Vernon (1760-1822). Havia sido capitão de Engenheiros em 1790 e servido com distinção no Exército do Reno (1792-93). Como major-general no Exército do Norte ele fez aceitar o plano de campanha de que resultou as batalhas Honds, Choote e Menin e a libertação de Dunquerque. Integrou a direção da Escola Politécnica - 1798 a 1811. Fez a campanha de 1812 e dirigiu, em 1813, a defesa de Torgau. Era o autor de duas obras notáveis sobre Fortificações de Campanha.

O Conde de Cessac, Jean Girard Lacuée (1752-1841), era Capitão em 1785. Integrou, em 1789, o Comitê instituído pela Assembléia Francesa para reorganizar o Exército da França. Gen Bda, em 1793, foi encarregado de organizar a defesa da Fronteira dos Pirineus. Dirigiu o Bureau de Guerra em 1795. Foi Presidente de Seção de Guerra do Conselho de Estado, em 1803, Ministro da Guerra em 1808 e Inspetor Geral de Infantaria em 1814.

As obras dos oficiais franceses General Barão Gay de Vernon e Conde de Cessac tiveram grande influência na formação dos oficiais egressos da Academia Real Militar, criada em 1810 pelo Príncipe Regente Dom João.

Como curiosidade, D. João, obrigado por Napoleão a transferir-se para o Brasil com a Família Real estruturou o ensino Matemático na Real Academia com base em cientistas franceses e o ensino militar em obras de dois generais franceses que se destacaram na formulação da Doutrina Militar da Revolução Francesa, que foi abordada pela Cadeira de História da Academia Militar e de forma sintética na obra: AMAN - **História da Doutrina Militar da Antigüidade à II GM**. Barra Mansa, Gazetilha. 1979 - p.79-83.

O brasileiro General Abreu e Lima, que foi general de Bolívar, foi o único dos libertadores da América Espanhola que havia sido formado numa Academia Militar. Ele estudou nestas obras em 1815. E também o futuro Duque de Caxias, em 1819.

A ênfase dada à Engenharia na Real Academia e Academia Real demonstra que elas foram estabelecidas para, prioritariamente, construir o Brasil, o que perdurou até a Revolução Industrial, que obrigou a um preparo mais sofisticado da Infantaria, Cavalaria e Artilharia para sobreviverem num campo de batalha coberto por grande intensidade de projéteis de armas leves e de Artilharia, forçando os Exércitos a procurarem a proteção em fortificações e trincheiras.



Decreto nº 1718 de 17 Jun 1937. Considerou a Escola Militar atual AMAN como tendo por raiz histórica a Academia Real Militar. Esta raiz histórica foi oficializada por decreto Presidencial, mas não é raiz histórica a qual, em realidade, é a Real Academia de 1792, fundada pelo Conde de Resende, o criador do município de Resende em 20 Set 1801. Real Academia Militar, criada 10 anos antes do que a Academia de West Point, criada em 1802 pelo Congresso dos EUA.

Fontes consultadas

AMAN-Cadeira de História. **História da Doutrina Militar da Antiguidade à 2-GM**. Barra Mansa: Gazetilha, 1978.

BARATA, Mário. **Escola Politécnica do Largo do São Francisco**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1973.

BENTO, Cláudio Moreira. **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil**. (Disponível na Internet em Livros no Site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, WWW.RESENET.COM.BR/USERS/AHIMTB e foi publicado álbum pela FHE POUPEX, 1987..

(____). **Os 60 anos da AMAN em Resende**. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2004.

(). O Espadim de Caxias. **Letras em Marcha**, nº 82, agosto 1978 e **Revista Militar Brasileira**, jul/set 1978.

(). O Brasileiro que foi general de Simon Bolívar. **A Defesa Nacional**. Nº725, mai/jun 1986.

CARTA DE LEI de 4 Dez 1810. **Criação da Academia Real Militar**. Rio de

Janeiro: Imprensa Militar, 1961.

PARDAL. A sucessão do pioneiro ensino militar de 1792. **RIHGB**. 155 (383), 428-435 abr/jun 1994.

(____). **Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1990.

PIRASSINUNGA, Adailton. O Ensino Militar no período colonial. **Revista da Escola Militar**. N° 30 e 34, 1936.

PESSOA, José. O Espadim, o Barão das Armas, O Corpo de Cadetes e o Uniforme da AMAN. **Revista da Escola Militar**, 1939.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Academia Real Militar. **Anais do Congresso da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1975. (Encontrei muita documentação sobre a Academia Real que se encontra no Arquivo Nacional e foi microfilmado pelo Arquivo Histórico do Exército, 1985/91).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n° 1718 de 17 jun 1937. Considerou a Escola Militar tendo como raiz histórica a Academia Real Militar. Considero raiz oficializada por decreto, mas não histórica, a qual em realidade é a Real Academia de 1792, anterior a Academia de West Point, criada em 1802.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB)

N° 55 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

GENTIO DO BRASIL

Origem e designação

Na época do descobrimento, o Brasil era habitado por numerosas nações ou tribos de silvícolas. Não é possível calcular com bastante aproximação quantos selvagens podia haver; foram estimados em vários milhões; os primeiros descobridores e exploradores, por toda à parte, encontraram tribos diversas e o gentio muito espalhado; não tardou a diminuir a população indígena em consequência das guerras, do cativeiro, das migrações e dos extermínios que se deram nos princípios dos tempos coloniais.

De onde vinham esses habitantes? Só conjecturas podemos fazer a este respeito. A revelação e a ciência ensinam que todos os homens descendem de um primeiro par único, Adão e Eva. Logo, os selvagens do Brasil derivam desse casal primitivo. Sabe-se também, com bastante certeza, que esse primeiro par humano viveu em um antigo continente, a África; logo, nossos índios emigraram outrora do antigo continente para a América; quando e como se deu essa mudança, não sabemos. Se as terras tiveram antigamente a mesma disposição que hoje, três caminhos parecem mais naturais para a vinda dos primeiros homens à América: 1°) atravessar o estreito de Behring e passar da Ásia ao Alaska, como ainda hoje fazem muitos naturais de lá, que vão da Sibéria ao Alaska e, reciprocamente, durante o inverno, sobre o mar gelado; 2°) Alguns moradores das ilhas Canárias, ou mais lugares no ocidente da Europa ou da África, como os antigos fenícios, podem ter abordado, em consequência de tempestades ou correntes marítimas, à costa oriental da América, onde ficaram depois por gosto ou falta de meios para voltar. 3°) Os Dinamarqueses ocuparam a Islândia, a Groelândia e chegaram até o paralelo de Nova York antes do ano 1.000 de nossa era. Não é impossível que tenham povoado as Américas.

Se assim fosse, três seriam as correntes primitivas de povos que teriam vindo às Américas e talvez também ao Brasil; é possível que esses povos se tenham cruzado ao encontrar-se; mas até hoje, os documentos conhecidos:

línguas, túmulos, monumentos, inscrições, são insuficientes para elucidar a questão da origem dos indígenas na América e no Brasil.

Mas é certo que as numerosas tribos de índios no Brasil, na época do descobrimento, quase todas pertenciam a dois grupos: Tupi-Guaranis e Tapuias, ou Jês. Os Tupis-Guaranis ocupavam o norte, o litoral e as bacias do Paraná e do Paraguai. Os Tapuias habitavam o interior do Brasil. Parece também que os Tupi-guaranis eram invasores e tinham derrotado e repellido para o interior a outra raça que, por desprezo, chamavam de Tapuia, ou bárbara.

O vocábulo tupi significa o pai supremo, o grande pai, o primitivo, o progenitor.

Os Tupis dividiam-se em muitas tribos diferenciadas por apelidos de honra e acatamento, de desprezo e ódio, ou significando alguma qualidade ou modo de viver. Tais eram:

- os Potiguares ou Petiguares (isto é, os papa-camarões), estabelecidos na costa do Rio Grande do Norte;
- os Caetés ou Cahetés (isto é, os matutos, ou gente do mato), encontrados mais ao sul, até o rio São Francisco;
- os Tupinambás (ou Tupis varões, descendentes dos Tupis), na Bahia;
- os Tupiniquins (ou os aparentados com os Tupis; os amigos, os conhecidos dos Tupis), em Porto Seguro;
- os Goitacazes (isto é, os corredores, os velozes, os andarilhos), em campos;
- os Tamoios (isto é, os anciãos, os veneráveis), desde Cabo Frio até Angra dos Reis;
- os Guaianazes (os irmãos, os que confraternizam, os da mesma raça), em São Vicente;
- os Guaranis (isto é, os guerreiros, os que lutam), desde Itanhaém até Cananéia;
- os Carijós (ou os descendentes de brancos, os meio-brancos) de Cananéia até a Lagoa dos Patos.

Aparecem mais tarde outras tribos, como: - os Cariris (ou os tristonhos), nas brenhas do norte;

- os Paiaguás, em Mato Grosso;
- os Caiapós (os que fazem queimadas, os salteadores do mato), em Goiás;
- os Muras, Maués, mundurucús, no Amazonas;
- os Guaicurus, no Alto Paraguai; após a chegada dos Europeus criaram cavalos e tornaram-se hábeis cavaleiros; guaicuru significa sarnento, perebento, e era alcunha dada pelos contrários da tribo; o verdadeiro nome da tribo era loage, entre os Índios, e Cavaleiros, entre os Portugueses.

Eis outros nomes ainda empregados para designar certas pessoas ou povoações:

- Bugre significa qualquer índio escravizado, carregador de água;
- Tremembé, ou vagabundo, aplica-se a uma tribo nômade, errante;
- Tabajara, ou morador de aldeia, caseiro, representa alguém que aceitou o aldeamento;

- Ubijara, o caceteiro, o que maneja paus e cacetes;
- Tupitinga, o branco, o homem brando, o tupi branco;
- Purú, o antropófago;
- Aimoré (a lagartixa), a ralé, a escória;
- Tapuia, o bárbaro, o moleque, o mal-criado;
- Tapuitinga, o bárbaro branco; julgando-se civilizadíssimos, os Tupis usavam esta palavra para designar os Europeus;
- Caboco ou caboclo, a vergôntea, o ramo, o que vem do mato;
- Emboaba, acomodado, acostumado, habituado, angariado, ligado por amizade; o de fora, o de longe, o forasteiro; assim os índios designavam o europeu que primeiro se fixava entre eles, se aliava com eles, como João Ramalho, Diogo Alvares.

Descrição física e moral

No Brasil, o indígena era de estatura média, com o corpo reforçado, bem proporcionado; de aspecto tristonho, olhos pequenos, freqüentemente negros, encovados e erguidos no angulo exterior, como na raça mongólica; tinha sobrolhos estreitos e muito arqueados, orelhas grandes, cabelo liso, seguro e muito preto; dentes alvos e pés pequenos. A tez era mais ou menos baça, variando entre a cor de canela e a cor de cobre.

Costume geral era tingir o corpo com tinta negra de jenipapo e as faces e os pés com tinta vermelha de urucu. Alguns sarjavam o corpo com dente de cotia e tornavam essas sarjaduras duradouras por meio de uma tinta qualquer.

Várias tribos furavam os beijos, principalmente o inferior, onde introduziam um botoque ou metára; por isso foram chamados de Botocudos pelos Europeus. Outros furavam o septo nasal e as orelhas, onde encaixavam semelhantes botoques e brincos de osso.

Certos índios iam até perfurar as faces e nos buracos metiam dentes de animais.

Traziam o cabelo cortado por cima das orelhas; alguns o deixavam crescer mesmo extraordinariamente, como a tribo dos Encabelados; outros usavam do cercilho, como os Coroados, em Minas. Conheciam o meio de lustrá-lo, untando-o com óleos e banhas.

Andavam em completa nudez; nos lugares frios, alguns protegiam o corpo com peles de animais. Ornavam a cabeça com cocar de penas amarelas ou vermelhas, chamada acanguape e kanitar. No pescoço, os homens traziam um colar de ossinhos ou dentes de inimigos, o ayucaré; as mulheres levavam colares e pulseiras de contas multicores; na cintura, vestiam uma faixa de penas, denominada enduape para os homens, e araçoyá para as mulheres; sobre os ombros, metiam um manto de penas, o açoyaba; as donzelas traziam ligas vermelhas, com o nome de tapacorá.

Em todas as tribos era geral banharem-se uma e mais vezes cada dia.

Vivendo vida de combates, os gentios era vingativos e ferozes; quase sempre levavam a vingança até a antropofagia e ufanavam-se de devorar os inimigos e prisioneiros.

Apurando os sentidos pelos cuidados do ataque e da defesa, reconheciam pelo faro a aproximação do inimigo; nunca se perdiam no mais intricado das florestas; às vezes, para mais segurança, quebravam ramos de árvores na ida, e

por eles se guiavam na volta.

Em caso de retirada, caminhavam um atrás do outro e, em alguns casos, de costas, e cada qual assentava os pés nas pisadas do que ia na frente, a fim de iludir o inimigo e esconder-lhe o número e a direção dos que assim andavam.

No primeiro momento, o gentio desconfiava de um desconhecido, mas logo depois tornava-se fácil e franco; se uma vez era iludido, não respeitava mais nem laços, nem ajustes, nem consideração alguma.

Hospitaleiro, como os Árabes, até para com o próprio inimigo que o procurava, agreste, simples, inculto e bárbaro, zeloso mais que tudo na vingança, astucioso e sagaz, indolente na paz, impávido e herói em face da morte, nosso gentio tinha todos os defeitos e vícios do selvagem, mas era capaz também de sentimentos nobres e generosos; amou os Jesuítas até a mais completa abnegação, mas foi impiedoso para com os colonos que o perseguiram.

Língua

Apesar de terem diversos dialetos, as tribos tupis possuíam uma língua geral, pela qual todas se entendiam, enquanto não se dava o mesmo com os Tapuias: essa língua geral era o tupi-guarani, que também se usava no Peru, no Paraguai e talvez até na costa oriental da América do Norte. O tupi e o guarani são dialetos parecidos que pouco diferem um do outro.

O tupi-guarani é uma língua aglutinante, isto é, uma língua cujas raízes primitivas, de uma só sílaba, perderam quase todas o sentido quando isoladas, mas adquirem-no e exprimem alguma idéia logo que entram em composição com outra raiz.

Não possui as articulações fê, vê, lê, rê, zê, fortes, mas tem 42 sons vogais, que foram designados pelas nossas 6 vogais com 7 acentos cada uma.

Tem apenas 4 números: iépé = 1; mokin = 2; muçapira = 3; erundi = 4. Para exprimir 5, os índios diziam apô = a mão; para 10, cepo = minhas mãos; para 20, cepo, cepi = minhas mãos, meus pés. Muitos contavam apenas até 5, outros até 10, poucos até 20. Acima de 20, todos diziam tuba = muito, muitos, equivalente ao nosso inumerável, infinito, incalculável.

No convívio com os colonos, aprenderam a numeração decimal e disseram: peyé = 10; mokoin- peyé = 20; muçapira-peyé = 30; muçapira-peyé-iepé = 31; etc.

Os ordinais formam-se com o sufixo *uara*: *erundiuára* = 4°.

O plural dos nomes forma-se pelo sufixo *etá*; exemplos: oca = casa, ocaetá = casas; paca = paca, paquetá = pacas.

Exceto os possessivos, os adjetivos vêm sempre depois do substantivo, assim como as preposições.

O comparativo obtém-se pelo sufixo *pire* = mais; o superlativo, pelo sufixo *ité* = muito; o aumentativo, pelo sufixo *assú*, *uassú* ou *uçu* = grande; o diminutivo, pelo sufixo *mirim*; exemplos: catú = bem; catupiri = melhor; caturité = ótimo. Turuçú = grande; turuçupire = maior; turuçurité = máximo. Pára = rio, mar; paraguassú = rio grande, mar grande; paramirim = rio pequeno, mar pequeno. Mogy = rio das cobras; mogyguassú = grande rio das cobras; mogymirim = pequeno rio das cobras.

O sufixo *era* exprime o passado, a velhice, a ruína; ex.: taba = aldeia, tapera = ruínas de uma aldeia; acongá = cabeça, aconguera = caveira.

Os verbos conjugam-se antepondo a parte variável, ao contrário do português; exemplo: a-póra = salto; re-póra = saltas; o-póra = salta; ja-póra = saltamos; pê-póra = saltais; ou-póra = saltam.

Há muitos modos, mas um tempo só, o presente; os outros tempos formam-

se pelo acréscimo de partículas ou advérbios de tempo, como: oyei = agora, hoje, cuéhé = ontem, cury = depois, ana = antes.

Não existe o verbo substantivo ser; para dizer: eu sou bom, o tupi diz apenas: eu bom = che catú. Existe o auxiliar ikó equivalente ao verbo estar: che a-ikó catú = estou bom.

Na formação das palavras compostas, o tupi-guarani segue a ordem do inglês, contrária a do português; exemplos de Tupan = Deus e oca = casa, vem Tupan-oca = casa de Deus; de carapaná = mosquitos e tuba = abundância, vem carapanátuba = abundância de mosquitos; ubátuba = abundância de ubás ou canoas; indaiátuba = abundância de indaiás ou coqueiros; de itá = pedra e maracá = chocalho, vem itamaracá = chocalho de pedra; de pira = peixe, vem itapira = peixe de pedra.

Os melhores e quase únicos trabalhos sobre as linguagens selvagens foram feitos pelos padres jesuítas; quem principiou foi o padre Anchieta.

Tabas

As aldeias dos índios chamavam-se tabas; constavam de meia-dúzia de ranchos, ocas cobertas de capim, palha ou folhas de palmeira, dispostas circularmente ao redor de uma praça, ocára; cada rancho tinha uns 50 metros de comprimento, 5 de largura e 4 de altura, sem divisão interna; comunicava-se com a praça por meio de 3 aberturas ou portais, pequenos e sem portas; no entorno dos ranchos, para fortificar a taba, havia geralmente uma cerca de pau-a-pique, cahiçara, em que figuravam espetadas as caveiras dos inimigos mortos na guerra ou devorados posteriormente. Nessa cerca havia sempre uma única entrada e apenas algumas tribos do Paraguai cavaram fossos ao redor dos paus-a-pique, para maior resguardo.

O rancho ou casarão era habitado por várias famílias, parentes ou não parentes; certos ranchos abrigaram 30 e mesmo 40 casais.

Se usavam de redes, os moradores as armavam entre os esteios; no caso contrário, dormiam sobre estrados ou giráus, em que estendiam folhas ou peles de animais.

No meio do rancho, havia fogo constantemente aceso, sem chaminé; apagando-se, acendiam-no de novo; para isso colocavam no chão um pau firme onde havia uma pequena cavidade, com algodão, folhas secas, casca em pó para servir de isca; nessa cavidade, introduziam uma vara dura e roliça, que faziam girar entre as palmas das mãos, com força e rapidez até o atrito produzir lume.

Em geral, as tabas duravam apenas 4 anos, porque então as madeiras apodreciam e a caça e a pesca escasseavam ou mesmo desapareciam. A mudança devia resolver-se no conselho da tribo ou nhemongaba. O aldeamento abandonado chamava-se tapera ou tabaoera = aldeia que foi, e dela fica alguma coisa.

Algumas hordas tinham uma única palhoça; outras viviam nos bosques, dormindo em redes suspensas aos ramos das árvores; outras, em cavernas e grutas.

Os principais utensílios domésticos eram o patiguá ou panicú, canastra de palha que servia de arca; a rede, a cuia, a cabaça para farinha, a iguaçaba, pote ou talha para guardar bebidas; a mussurana ou corda de algodão, ou embira.

Para as suas festas e guerras, e para as danças a que chamavam poracés, os índios usavam os outros seguintes instrumentos: o maracá, cabaça ou chocalho cheio de pedras e ossos; quando agitado pelo pajé, exercia poderosa influência na imaginação dos selvagens; - o uapy, espécie de tambor; - o memby,

gaita de osso, e o toré, gaita de taquara; - a inúbia ou erubia, terrível buzina, que soava nos combates.

Religião

A religião dos índios não passava de grosseiro fetichismo; não havia templos, nem ritos definidos.

Reconheciam a existência de um ser supremo, Tupã, isto é, o altíssimo. A outras divindades secundária, ou gênios, atribuíam uma influência, ora boa, ora má. Eram gênios, favoráveis: o anhangá, o perseguidor dos velhacos e dos embusteiros, e os macaxéras, que vigiavam os caminhos.

Temidos eram os caapóras, que habitavam em tocas de árvores e apareciam montados numa anta: quem se encontrasse com eles, tornava-se caipora ou mal sucedido em tudo. Os curupiras armavam ciladas e davam pesadelos; os maraghiganas anunciavam a morte.

Muitas superstições relativas ao sacy e ao jarupary atirando malefícios, à caveira no milharal, ao urutau, à coruja, etc. Ainda perduram entre os caipiras estas superstições.

Falavam todos os indígenas sul-americanos de um homem extraordinário, o Sumé, que tinha ensinado várias coisas úteis. O cultivo da mandioca, do algodão, etc.

A respeito do Sumé, vários autores pensam que foi o próprio São Thomé, enviado providencialmente para evangelização dos Sul-Americanos: "ensinai todas as nações", mandou o divino Mestre.

Uma crônica muito antiga (1508) reza o seguinte: "Eles (os índios) tem também memória de São Thomé, e quiseram mostrar aos portugueses as pegadas, impressas na pedra, assim como uma cruz posta por ele dentro do país."

Os índios possuíam algumas idéias vagas acerca da origem das coisas, como também a fé na vida futura. Guardavam a tradição do dilúvio universal, do qual fora salvo um único casal humano refugiando-se, dizem, na coma de uma palmeira ou de um pinheiro, segundo os Guaranis.

Os pajés, também chamados magés ou piagas, eram a um tempo sacerdotes, feiticeiros ou adivinhadores, e curandeiros. Davam-se por medianeiros entre a divindade e os mortais; passavam por donos do raio e das estações, por conhecedores do futuro, da origem das moléstias, etc.

Tinham os aspirantes de passar por dura iniciação antes de receber a dignidade de pajé.

Esses embusteiros viviam isolados em taperas ou em grutas, onde levavam vida na aparência mortificada e sempre misteriosa. Com seus oráculos, pronunciados ao som do maracá, chocalho feito de cabaça contendo seixos, exerciam grande influência no ânimo do gentio supersticioso.

Governo

Assim como os índios não tinham uma religião igual para todas as tribos, assim também as várias hordas não possuíam a mesma forma de governo. Em geral, o chefe ou morubixaba, mandava com autoridade absoluta durante a guerra, e gozava igualmente de grande influência durante a paz; para as deliberações magnas, como declarar guerra, mudar o lugar da taba, consultava a assembléia da tribo, nhemongaba, reunida na ocara ou praça.

A dignidade de chefe ou cacique era eletiva, escolhendo-se de preferência o guerreiro mais valente e mais idôneo para dirigir os combates; em igualdade de

valentia e capacidade militar, vencia na eleição o filho ou o sobrinho do chefe que tivesse falecido.

Não havia legislação positiva para silvícolas tão atrasados na civilização; entre os da mesma tribo só era castigado o crime de homicídio: o assassino era entregue aos parentes do morto, os quais empregavam a pena do talião. Nas outras circunstâncias, dominavam o direito natural e o do mais forte, com todas as conseqüências.

Os índios praticavam poucas relações sociais: em sinal de amizade, ofereciam fumo e corriam a mão pela cabeça de quem saudavam.

Como não usavam moeda de nenhuma sorte, suas transações comerciais se efetuavam em gêneros permutados: fumo, flechas, louça, etc.

Família e usos

O gentio do Brasil tinha laços de família de modo muito especial: a descendência se regulava pela condição do pai e em nada se contava a mãe; a mãe só era considerada como uma ama encarregada de alimentar o filho e dever algum contraia com ela o filho que amamentava. A autoridade do pai era reconhecida pelos filhos e pelos pretendentes às filhas; o pai de numerosos filhos gozava de grande influência na horda.

Os índios observavam três graus de consangüinidade para os casamentos: mãe, irmã e filha; o tio podia casar com a sobrinha. Não havia cerimônia para o casamento; o pretendente pedia a mulher desejada ao pai e este ou a concedia logo, ou exigia certo pagamento ou fazia trabalhar, em suas roças, o futuro genro por tempo indeterminado. Um homem podia tomar uma menina para futura mulher: então, durante os anos infantis, criava-a em casa, como se fora sua filha.

A mulher que sobrevivia ao marido, casava como o irmão deste; sua condição era mais de escrava do que de companheira; mesmo que tivesse filhos, não era mais honrada, porque o filho era estranho à condição da mãe e apenas herdava a condição do pai.

O filho era amamentado durante 2, 3, 4 ou mais anos; mais tarde seguia o pai que o adestrava no manejo do arco e do tacape e outros exercícios da vida silvícola. A filha aprendia com a mãe os misteres próprios do seu sexo. Durante as longas viagens, um e outro eram carregados aos ombros da mãe.

Ao menino ou a menina, o pai dava o nome de uma árvore, ave, fera, e por conta do filho ficava adquirir outro nome mais tarde, o nome de guerra, merecido e conquistado nos combates.

Nos trabalhos da vida, a partilha da mulher era a mais onerosa: o homem apenas roçava os matos para as plantações e passava o resto do tempo na caça e na pesca; a mulher competia fazer as plantações e colheitas, principalmente de mandioca, milho, feijão, cará e aipim; preparar a farinha de mandioca assim como as bebidas fermentadas, por meio de certos frutos e raízes; moquear a caça e o peixe e reduzi-los a pó para melhor conservação; fabricar os utensílios domésticos, como canastras de junco, patiguá, talhas, iguaçaba, vasos de barro, cuias que devia ornar e bordar com esmero; trançar balaies e cestinhos de palha, tecer redes e cordas, de algodão ou de embiras variadas; nas longas caminhadas pelo mato, carregar as provisões e outros objetos a transportar.

Para a caça, o índios usavam flechas, esgaravatana, fojo, mundéus e bolas.

A esgaravatana ainda se emprega hoje no Alto Amazonas; é um tubo oco de mais de dois metros de comprimento; o sopro serve para disparar setas finas ou puas, cujas cabeças levam um pouco de algodão. Com esta arma caçam-se

animais miúdos: lagartos, pássaros, ratos, etc.

O fojo era uma cova estreita e funda, com puas e estrepes no chão e coberta com rama e caniçada; servia para apanhar animais bravos que, passando por cima, caíam dentro onde era fácil matá-los ou prendê-los.

Na pesca, os índios empregavam flechas, redes, anzóis e plantas capazes de embriagar o peixe na água.

Em certos meses do ano, forneciam-se de mariscos em grande escala, separando-os das cascas, que amontoavam no próprio lugar da pesca. É a origem das célebres casqueiras e ostreiras, chamadas sambaquis ou sernambitibas, que ainda hoje fornecem tão grande copia de cal. Em certos sambaquis do litoral, cobertos de árvores seculares, encontraram-se ossadas humanas: logo, falecendo alguém durante a pescaria, era enterrado na casqueira.

De modo especial, competia às velhas preparar as farinhas, bebidas fermentadas e venenos. As bebidas fermentadas eram: aipim, aypy-y = licor de aipim; de milho, auaiy-y = licor de milho; de cajú, = caju-y = licor de cajú; de genipapo, janipa-y = licor de genipapo; de banana ou pacova, pacova-y = licor de pacova ou banana. O nome geral dessas bebidas era caju-y, posteriormente alterado em cauim pelos Europeus.

A fim de facilitar a fermentação, mastigavam primeiro essas frutas, como certos índios praticam hoje ainda.

Comiam em silêncio, bebendo água só no fim; reservavam o cauim para as grandes festas, em que bebiam muito e comiam pouco.

Nas doenças tratavam-se por meio de plantas e pela dieta; usavam de sangria feita por meio de dente de cotia ou outro meio. Nas mordeduras de cobra ou animal venenoso, sarjavam a ferida, extraíam o sangue e cauterizavam a fogo vivo. Nas feridas antigas, empregavam o calor brando do fogo e depois untavam o lugar doente com óleo de copahyba ou qualquer outro ingrediente indígena, como o sumo do talo da bananeira.

Em algumas tribos, nos casos desesperados, abandonavam o doente ou o matavam mesmo para abreviar-lhe os sofrimentos. Em certas hordas tapuias, era costume que os extremamente velhos e os desenganados pedissem aos parentes e amigos que os matassem e comessem.

Ao selvagem que morria, choravam os parentes e amigos; junto ao cadáver, recordavam-lhe as proezas; ao irmão ou parente mais próximo, competia abrir a cova e enterrá-lo.

A cova, chamada tibi, era feita dentro do racho ou no cemitério, denominado tibicoara; além do finado, recebia também as suas armas e a sua rede, alimentos e bebidas; afinal, sobre ela acendia-se fogo durante alguns dias.

Algumas tribos encerravam os seus mortos acorados e mumificados em potes ou talhas de barro, iguaçabas, que eram depois enterradas.

O costume seguido por quase todas as tribos de, junto aos mortos, colocarem armas, redes, comidas e bebidas, é prova que acreditavam em outra vida, onde esses objetos podiam ser necessários. Entre os Tupis, era mesmo crença que os guerreiros valentes iam, depois da morte, habitar as montanhas azuis, onde teriam os melhores banquetes, em companhia de seus avós.

Armas e guerra

Como armas, os índios usavam pesada clava ou maça, de quatro faces, com ornatos, e mais delgada e arredondada no cabo; chamava-se tangapema, tacape, tamarana, cuidarú, conforme o feitio e as tribos; tinham mais um grande arco, uirapará, feito de uma espécie de pau duro, elástico e forte, que ainda hoje, em

virtude de tal uso, leva o nome de pau de arco; flechas, huy, com pontas de ossos, de dentes afiados, às vezes hervadas em veneno mortífero; a lança encontrava-se apenas nos campos do sul; algumas tribos serviam-se de escudos de couro de anta ou da pele do peixe-boi, entretecidos de taquaras.

Para a paz como para a guerra, construía canoas, chamadas igaras, geralmente feitas de uma só tora de árvore; outras eram de cortiça e denominadas ubás; o leme tinha o nome de yacumá e o remo de apecuitá.

Uma vez decidida em conselho da tribo, a guerra se empreendia sempre de surpresa, sem prévia declaração; os atacantes tratavam primeiro de incendiar os ranchos de palha da taba inimiga por meio de setas disparadas com algodão inflamado; depois, assaltavam tumultuariamente, sem ordem de combate, com gritaria infernal; saindo-se mal da peleja, retiravam-se precipitadamente. Tendo bom resultado, incendiavam a taba inimiga e os despojos que não podiam carregar, reservando sempre os prisioneiros para sua festal antropofagia.

A matança dos prisioneiros tinha lugar de preferência na festa do cauim, bebida fermentada, feita de milho e de mandioca. Amarrado no pescoço e na cintura por cordas de algodão ou de embira, chamadas mussuranas, o prisioneiro era levado ao lugar do sacrifício, quase sempre a ocará, ou praça da taba; aí insultado pelos seus verdugos, retorquia-lhes com a mais estóica bravura, comemorando quantos inimigos tinha também devorado e ostentando que nada o intimidava.

Assistia impávido e acompanhava mesmo as danças bacanaís daquela solenidade, depois das quais era levado em procissão por toda a aldeia; conduzido novamente para a praça, soltavam-no e diziam-lhe que fugisse; na carreira, porém, era logo preso pelos mais ágeis da tribo, que de novo o amarravam com a fatal mussurana.

Principiava então o prisioneiro o seu canto de morte, exaltando as suas proezas na guerra e ameaçando com análoga retribuição pelos de sua tribo; assistia ao acendimento da fogueira que tinha de o moquear e afrontava a vinda do executor que brandia a terrível tangapema ou ivarapema (maça ou clava), enfeitada de amarelo escuro e adornada de variegadas penas.

Entretinha extenso diálogo com o executor que afinal descarregava a fatal pancada na cabeça da vítima e a estendia no chão.

As velhas apossavam-se do cadáver, que limpavam, abriam, esquartejavam e retalhavam para o horrível banquete. Os aliados, convidados para a festa, e os vários membros da tribo partilhavam daquele manjar. Se as carnes não chegavam para todos os circunstantes, com elas e com os ossos preparavam caldos de maneira que ninguém deixasse de ter a sua ração. Se alguém da tribo estivesse ausente, guardavam-lhe o seu quinhão ou lho mandavam levar.

Acontecia algumas vezes que depois de feitos os prisioneiros, não se podia imediatamente proceder a essa solenidade antropófaga; eram então guardados e muito bem tratados.

As mulheres presas na guerra eram conservadas como escravas, mas não devoradas. Quando os portugueses começaram a traficar com a escravidão dos índios, essas prisioneiras ficaram sendo um ramo de lucro para os vencedores, que as vendiam por qualquer insignificância.

Monumentos pré-históricos no Brasil

Os mais notáveis monumentos pré-históricos do Brasil são os ceramios do Pará, os sambaquis do litoral Sul e as grutas da Lagoa Santa, em Minas.

1º) O mais importante *ceramio* do Pará é o da célebre colina artificial, Iha do

Pacoval, na ilha Marajó. O cerâmio do Pacoval contém urnas funerárias, utensílios domésticos, tais como potes, urnas de farinha, bacias, ídolos representando figuras humanas. Quase todos esses objetos são ornamentados com gosto admirável, com figuras pintadas ou gravadas, sendo os desenhos pela maior parte decorativos, raras vezes representando objetos naturais. Figuras em relevo, reproduzindo vários animais, e até o homem, são comuns nos bordos e asas das vasilhas. Pela análise da disposição e perfeitabilidade das três seções ou camadas do cerâmio do Pacoval, chegou-se à conclusão que representam outras tantas fases de uma civilização decrescente do povo que antigamente habitava a ilha de Marajó.

No Pará conhecem-se meia-dúzia de outros *cerâmios*, mas de importância inferior ao do Pacoval.

2º) Os *sambaquis* são amontoamentos de conchas de ostras na beira do litoral, que se encontram particularmente no sul do Brasil; encerram ossadas humanas e vários objetos que pertenceram aos que fizeram esses amontoamentos.

3º) O sábio dinamarquês Pedro Lund explorou as grutas de Maquiné e Lagoa Santa, em Minas, e encontrou, debaixo de uma crosta de estalagmites, copiosos restos de animais e de homens, que parecem muito antigos.

Porque os índios desconfiam dos brancos?

A sorte mísera dos silvícolas, já quanto ao corpo, já relativamente à alma, piorou com a chegada dos colonos.

"Poucos anos depois do descobrimento da América, propagou-se, com facilidade e rapidez espantosa, a opinião de que os naturais desta região não eram homens..."

As conseqüências de semelhante erro foram horrorosos: era o meio de afugentar todos os escrúpulos dos aventureiros, que barbaramente escravizavam os degradados americanos.

Qualquer pessoa podia tomá-los e servir-se deles da mesma maneira que de um cavalo ou de um boi, feri-los, maltratá-los, matá-los... sem responsabilidade alguma, restituição ou pecado...

O bispo de Chiapas, diocese de México Meridional, Frei Bartholomeu de Las Casas, varão de grande autoridade, afirma que os conquistadores chegaram a sustentar os seus cães com carne do pobre índio, que para tal fim matavam e a faziam em postas como a qualquer bruto do mato.

Foi tal a barbaridade com que os colonos trataram os infelizes indígenas, que dentro em poucos anos, a América Central ficou reduzida a um deserto; porque, de um milhão e meio de índios, não restaram sequer quinhentos mil...

Horrorizado pelo procedimento de seus companheiros e compadecido das infelizes vítimas, Fr. Domingos de Betonços, provincial dos Dominicanos na América Central, tomou a resolução de enviar a Roma um seu companheiro, a fim de expor ao papa Paulo II o que se passava nessas regiões e pedir uma providência que valesse aos infelizes índios contra a sanha feroz dos seus desumanos conquistadores.

O papa não se demorou em dar a providência pedida e expediu a bulla *Veritas ipsa* (1537) concluindo deste modo:

"...Em vista do que, ele Santo Padre... determinava e declarava por autoridade apostólica, que os índios eram verdadeiros homens como os mais; e não só capazes da fé em Cristo, se não propensos a ela, segundo chegara ao seu conhecimento.

E sendo assim, tinham todo o direito à sua liberdade, da qual não podiam, nem deviam ser privados, e tão pouco do domínio do seus bens, sendo-lhes lícito lográ-los, e folgar com eles como melhor lhes parecesse, dado mesmo que não estivessem ainda convertidos.

Pelo que, os ditos índios e mais gentes só se haviam de atrair e convidar a fé em Cristo com a pregação da palavra divina e com exemplo da vida santa; - sendo irrito, vão, nulo, sem valor nem firmeza, todo o obrado em contrário da presente determinação e declaração apostólica"

Índios de São Vicente.

Agradando-se da localidade de São Vicente e reputando-a com todas as condições adequadas, começou Martim Affonso de Souza a lançar os fundamentos de uma colônia regular no Brasil, não se tendo até então estabelecido no seu litoral se não feitorias mais ou menos provisórias.

Achava-se o capitão-mor ocupado nos misteres do estabelecimento da colônia, quando recebeu notícia da aproximação dos índios, que o vinham agredir. Preparado para repelir o ataque, ficou surpreendido ao ver aproximar-se um homem, que saía das fileiras inimigas e exprimia-se com toda a naturalidade na língua portuguesa: Era João Ramalho, que havia 20 anos, vivia entre os Guaianazes, tendo-se mesmo casado com Bartyra, filha do cacique Tibiriçá. Fácil foi a João Ramalho convencer os índios das vantagens de uma aliança com os Portugueses. E os Guaianazes, daí em diante, foram os melhores auxiliares para a nova colônia. As relações entre os Portugueses e esses índios tornaram-se mesmo tão íntimas, que muitos dos Guaianazes resolveram receber o batismo; entre os novos cristãos contou-se logo o chefe da tribo, que tomou o nome de Martim Affonso (Tibiriçá), e a mulher de João Ramalho, que se chamou Izabel. Além de João Ramalho, havia também entre os índios, outro Português, Antônio Rodrigues, aliado de Piqueroby, Chefe dos Ururahys, que intimou a Cayuby à vontade de Tibiriçá de viver em paz com Martim Afonso de Souza.

Os Guaianazes, a cujas hordas pertenciam também os Guarulhos, os Maramomis e os Ururahys, eram uma das tribos menos ferozes que então dominavam no litoral e circunvizinhanças. Não eram antropófagos, como a maior parte das tribos, que devoravam os prisioneiros; habitavam em cavernas, onde entretenham sempre o fogo aceso; tinham costumes brandos; acreditavam numa outra vida; dormiam no chão em cima de peles de animais ou em cima de folhas e não em redes; viviam de caça e de pesca, não tinham agricultura nem animal doméstico de qualidade alguma.

Entre os seus usos extravagantes, o que podia revelar crueldade era o seguinte: quando morria algum da tribo, enforcavam certo número dos seus amigos e parentes, pessoas do mesmo sexo, para que no outro mundo tivesse companhia; por morte de um chefe, enforcavam alguns vassalos, mas não parentes.

Além dos Guaianazes, também os Tupis e os Carijós habitavam o país. Os Guaianazes dominavam, em cerca de 50 léguas, na parte sul do atual Estado de São Paulo, confinando a leste com os Tamoyos, e a oeste com os Paiaguás e outros índios do centro. Os Tupis ou Guaranis ocupavam habitualmente o território desde o rio Itanhaém ao rio Cananéia, com 40 léguas de litoral, tendo a oeste os Carijós por vizinhos. Os Carijós dominavam desde o rio Cananéia por 70 léguas até o rio dos Patos, que desemboca em frente à ilha de Santa Catarina.

O chefe supremo de todas essas tribos em confederação era Tibiriçá, que residia no alto da serra de Paranapiacaba (lugar onde se avista o mar), nos

campos de Piratininga (peixe seco). Cayuby, seu imediato, era o chefe das tribos do litoral.

No sul e na região platina havia três grandes grupos indígenas: Guaranis, Pampeanos e Gês. Entre os guaranis havia três sub-grupos principais: os Tapes, os Arachanes (ou Patos) e os Carijós. Os Tapes eram os missioneiros, os Arachanes viviam às margens do Guaíba e os Carijós habitavam o litoral.

Entre os Pampeanos, os subgrupos e tribos mais conhecidas foram os Charruas, Guenoas, Minuanos, Chanás, Iarós e Mbohanes. Todos falavam a língua quíchua, com poucas variações.

Os Gês eram os mais antigos habitantes do lado oriental do Rio Uruguai e ocupavam o planalto do território do RGS. Seus subgrupos eram os Coroados, os Gualachos, os Botocudos, os Ibijaras, os Bugres, os Caaguás, os Pinarés e os Guaianás. Os Gês são conhecidos desde 1882 por kaingangs, ou caingangues, de “kaa” = mato e “ingang” = morador).

Fontes:

1) F.T.D. Elementos de História do Brasil. Livraria Paulo de Azevedo e Cia., São Paulo, 1925.

2) www.paginadogaaucho.com.br.

3)

Nº 56 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO GEN EX ALFREDO SOUTO MALAN 08 Jun 1908 - 08 Jun 2008

Carlos José Sampaio Malan - Cel Eng R/1 *

“Os seres humanos passam pela vida como um arado a sulcar a terra. Uns deixam marcas profundas outros mal arranham o solo.

Nós passamos, mas nas etapas de nossa caminhada, deixamos nossas marcas por palavras, gestos, atitudes ou omissões.

Os grandes homens que balizam a História se inscreveram por escassas razões. Ou deixaram obra duradoura particularmente nas ciências ou nas artes, ou nasceram em berço de ouro, ou morreram em feito espetacular, ou tiveram bons advogados que souberam, muitas vezes como agradecimento, destacá-los da massa.”

Gen Alfredo Souto Malan

Alfredo Souto Malan é um dos cinco filhos do Gen Alfredo Malan D'Angrogne e Clementina Pereira Souto.

Nasceu no dia 08 de junho de 1908, na cidade de Porto Alegre-RS.

Segundo seus próprios relatos, teve formação primária tumultuada, iniciando seus estudos na Escola Pública Marechal Hermes em Porto Alegre (1915-1916) e no Lyceé Janson-de Sally em Paris no período em que seu pai era Adido Militar na França (1916-1920). Sua formação secundária (1920-1924) foi realizada no Colégio Santo Inácio; Colégio Militar e Curso Anexo da Escola Militar, todas no

Rio de Janeiro-RJ.

Concluiu a Escola Militar do Realengo em 1928, sendo declarado Aspirante-a- Oficial da Arma de Engenharia, em 19 de janeiro de 1929.

Durante sua carreira realizou todos os cursos obrigatórios com a peculiaridade de ser convidado a permanecer como instrutor após a conclusão dos mesmos, fato inédito de concludentes da Escola Superior de Guerra da França, quando o então Tenente-Coronel Malan foi convidado a permanecer no Corpo Permanente da Escola, uma vez que não era aberto a estrangeiros.

Quando do seu retorno ao Brasil, em meados de 1949, após fazer uma exposição sobre o curso ao Gen Osvaldo Cordeiro de Farias, é convidado pelo então Comandante, para servir no Corpo Permanente da recém criada, em 1949, Escola Superior de Guerra do Brasil.

Em 1950, houve a primeira turma que se forma na Escola Superior de Guerra, os oficiais do Corpo Permanente, foram considerados da turma de 1950, entre eles Ernesto Geisel, Antonio Carlos Muricy, Golbery do Couto e Silva, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Alfredo Souto Malan entre outros. Já nesta época, era Comandante o Marechal Juarez Távora.

Comandou o Batalhão Escola de Engenharia, na Vila Militar, no Rio de Janeiro- RJ.

Fez parte do Gabinete do Ministro Espírito Santo Cardoso, foi Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a convite do Gen Jair Dantas Ribeiro.

No Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), chefiou a 3ª seção do Estado- Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes.

Foi promovido a General-de Brigada em 25 de novembro de 1960, quando exercia a chefia do Estado-Maior da 7ª Região Militar (RM), em Recife-PE.

Como General foi Chefe do Estado-Maior do IV Exército, Chefe de Gabinete do EME, Subchefe do EMFA, no período (1962-1964), sendo representante pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército, que era no momento o Gen Castello Branco, com o qual manteve um contato muito estreito.

Exerceu o Comando da AMAN, Comando da 4ª RM, Diretor de Engenharia e Comunicações, Comando do IV Exército, Chefe do Departamento de Provisão Geral e Chefe do Estado-Maior do Exército (EME).

Seus discursos e conferências no período em que esteve na Chefia do EME, foram reunidos numa publicação editada pelo EME em 1972, que segundo o Gen Malan era dedicada aos camaradas que deixava na caserna, na esperança que neles pudessem encontrar algo daquilo que tanto se valera ao buscar ensinamento e conforto no legado de acertos - e também erros - dos antigos chefes que presidiram sua formação de soldado.

Assim em 10 de maio de 1972, encerrou o Gen Malan seus quarenta e oito anos de atividade militar, exercendo a função que seu pai exercera quatro décadas atrás, como Chefe do Estado-Maior do Exército do Ministro Pandiá Calógeras.

Durante a sua carreira militar o Gen Malan foi agraciado com as seguintes medalhas e condecorações:

Nacionais:

- Ordem do Mérito Militar - Grã Cruz;

- Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial;
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial;
- Ordem do Mérito Rio Branco - Grã Cruz;
- Ordem da Inconfidência - Grande Oficial;
- Ordem do Mérito Judiciário;
- Medalha Militar - Passador de Platina (mais de 40 anos de serviço);
- Medalha de Guerra;
- Medalha do Pacificador;
- Medalha Marechal Hermes - Aplicação e estudo (passadeira de ouro com uma coroa);
- Medalha Marechal Trompowski;
- Medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo; e
- Medalha Santos Dumont.

Estrangeiras:

- Ordem Nacional da Legião de Honra da França - Comendador;
- Ordem Nacional do Mérito da França - Comendador;
- Ordem Militar de Aviz (Portugal) - Grã-Cruz;
- Ordem do Mérito Militar de 1ª Classe de Portugal;
- Medalha Especial da Junta Interamericana de Defesa (EUA); e
- Medalha Militar do Mérito da Venezuela.

Quando da passagem para a reserva do Gen Malan, assim se expressou o Gen Orlando Geisel, Ministro do Exército: “Na folha de alterações do Gen Malan encontram-se quase cinquenta anos de serviços a bem do Exército e do Brasil. Estudem-no e tomem-no como exemplo”.

No recesso do seu descanso o Gen Malan, escreveu artigos, proferiu conferências e publicou livros:

- “COLETÂNEA DE IMPRESSÕES” (Composição e anotações Imprensa do Exército - 1968)
- “DISCURSOS E CONFERÊNCIAS” (EME, 1972)
- “UMA ESCOLHA UM DESTINO” (Bibliex, 1977), biografia do Gen Alfredo Malan D'Angrogne.
- “MISSÃO MILITAR FRANCESA DE INSTRUÇÃO JUNTO AO EXÉRCITO BRASILEIRO” (Bibliex 1988)

Foi um dos sócio-fundadores do Centro Brasileiro de Estratégia (CEBRES) e era sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O soldado retirou-se de cena e permaneceu o cidadão e chefe de família exemplar, foi casado durante 48 anos com Heloisa Sodré de Sampaio com quem teve cinco filhos: Helena, Alfredo, Alda Maria, César e Carlos José.

Alfredo Souto Malan deveria tomar posse em sua cadeira de historiador militar no (IGHMB), no dia 9 de novembro de 1982, tendo como patrono o Duque de Caxias e ao lado do qual figura como patrono seu ilustre pai e geógrafo Alfredo Malan D'Angrogne. Mas quis o destino, que em 5 de novembro de 1982, quatro dias antes de sua posse, viesse a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em consequência de uma embolia pulmonar, após uma operação de ponte de safena.

Em abril de 1997, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), designa o Gen Alfredo Souto Malan patrono da cadeira nº 37, num reconhecimento ao biógrafo e historiador.

O Gen Malan tinha um sonho que acalentava quando servira na AMAN, quando Comandante e que com certeza norteou toda sua brilhante carreira. Sonhava que, um dia seria inscrito, em letras de bronze, no Portão Monumental, na entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, o que segundo ele sintetizava a carreira militar:

“Se vens em busca de honrarias, não entres, encontrarás decepções.

Se vens em busca de um ideal, então entra, encontrarás honrarias.”

- Carlos José Sampaio Malan é filho do Gen Malan e ocupa a Cadeira nº 37 da AHIMTB..

Nº 57 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

Nota do redator: o jornal O Gaúcho, neste número, vai a Belo Horizonte para homenagear os bravos irmãos mineiros que souberam lutar pelos seu princípios.

A RESISTÊNCIA HERÓICA DO 12º RI - 03 DE OUTUBRO DE 1930 (A REVOLUÇÃO DE 30 EM BELO HORIZONTE)



Até o dia 22Set1930, o 12º RI vivia em regime de prontidão e sobreaviso em virtude da instabilidade política vivida no País, desde o assassinato de João Pessoa, Presidente da Paraíba. O 1º BC (1º Batalhão de Caçadores), de

Petrópolis, e uma Cia de Fuzileiros do 10° RI, de Juiz de Fora, foram retirados de Belo Horizonte, onde também se encontravam de prontidão e sobreaviso, sob a alegação de que o perigo de uma revolução já havia passado. A ordem partiu do Gen Diógenes Tourinho, que era o Comandante das tropas do Exército em BH e que, em seguida, viajou para gozar suas férias

em Juiz de Fora. Na ocasião, o Gen recomendou ao Ten Cel Andrade, Cmt do 12° RI, que procurasse o Dr. Cristiano Machado, Secretário do Interior de MG, para certificar-se da tranquilidade no Estado e que, em seguida, fizesse seguir o 10° BC para a sua sede em Ouro Preto, bem como uma Seção do 4° GA Mth (4° Grupo de Artilharia de Montanha) para Pouso Alegre. Isto significava que em BH, que à época contava com pouco mais de trinta anos, estava acantonada uma tropa de valor Brigada de Infantaria (quase três mil homens)...Será que a ordem teria partido mesmo do Gen Tourinho? Teria ele conhecimento do movimento revolucionário?... É bem provável que não...No dia 23Set, o Ten Cel Andrade procurou o Secretário que o recebeu com “o semblante alegre e gentil que o caracterizava.” (sic). O Secretário, após ouvir e concordar com a disposição do Cel Andrade em retirar tropas da cidade, asseverou-lhe que tudo se modificara no panorama político mineiro desde a posse do Presidente Olegário Maciel e que não ocorreriam problemas. Este fato parece não corresponder à verdade, segundo palavras lúcidas do Gen (R) José Lopes Bragança em 1986, o qual afirmou que os presidentes de Minas Gerais, Antônio Carlos e Olegário Maciel, já vinham preparando o terreno, passando alguns oficiais legalistas da PM para a reserva, sendo um deles o seu pai, o Maj Bragança (da Força Pública), o qual foi brutalmente assassinado dentro do 12° RI ao terminar a resistência, sob a acusação de traidor, sendo que o único intento do Maj foi acompanhar o seu filho, o então Ten José Lopes Bragança, que se encontrava dentro do quartel, cercado pela Força Pública de Minas Gerais. No final desta narrativa vamos voltar ao fato...

É importante salientar as palavras do Ten Cel Andrade, na ocasião de sua visita ao Dr. Cristiano Machado, referindo-se à situação política do País: “eu lhe disse, com a franqueza de soldado, que não descreia dos políticos do meu País e que só deles tudo dependia, se deixassem de lado as paixões pessoais, para olhar com superioridade os interesses da grande Pátria Brasileira”. O Ten Cel Andrade saiu da entrevista encantado com a fidalguia do tratamento e certo de que reinaria a paz e a tranquilidade nas Minas Gerais....

No dia 24Set, as Unidades foram despachadas para as suas sedes, conforme a orientação recebida. Este ambiente de aparente concórdia e de paz foi o que vigorou no espírito dos militares do Exército, na guarnição de BH, até o dia 03Out1930. O Ten Cel Andrade e seus oficiais estavam tão certos disto, que só acreditaram na revolução quando passaram a sofrer a brutalidade das ações subseqüentes. Ao terminar seus trabalhos no 12° RI o Ten Cel Andrade foi para sua residência, colocou o seu traje civil e foi até o centro de Belo Horizonte comprar algumas frutas para seus três filhos menores que se encontravam acamados com sarampo. Ao retornar à sua residência, no dia 03Out à tarde, o Ten Cel Andrade foi abordado por um grupo de investigadores, próximo à sua residência, os quais receberam ordens do Secretário de Segurança de Minas para prendê-lo...Energicamente, o oficial respondeu que não tinha motivo para acompanhá-los e que somente poderia ser preso por autoridade de posto superior ou correspondente ao dele. Houve reação, e os investigadores espancaram-no e agrediram, inclusive sua filha, que foi prostrada sem sentidos no chão com um soco. O motorista dele, que tentou dirigir-se ao quartel com o

intuito de pedir socorro foi baleado no local. Com ajuda de sua família e de populares, entretanto, o Ten Cel Andrade conseguiu desvencilhar-se e entrou em sua residência. No mesmo instante, a guarda da Delegacia Fiscal era atacada pela PM. Um Soldado do Exército que se encontrava de guarda no local foi morto por ter negado a render-se. Houve reação e ele foi o primeiro morto das forças legais. Três dos seus companheiros conseguiram fugir, retraindo para dentro do 12º RI. Um Sgt dos Bombeiros morreu no ataque e outros militares da PM ficaram feridos. Momentos após, o Ten Cel Aristarco Pessoa, do Exército, acompanhado de um civil e de um Capitão da Força Pública, chegou à casa do Ten Cel Andrade cheio de gentilezas com o “convite” do Secretário de Segurança para ir à sua presença naquele momento. O Ten Cel Aristarco era o emissário da revolução. Trouxe consigo o seguinte bilhete:

“Meu caro Comandante Andrade, peço-lhe, se possível vir com urgência ao meu gabinete. Grato e Atº Admor. (a) Cristiano Machado. Belo Horizonte, 3-10-1930”.(sic) Desta maneira, o emissário da revolução convenceu o TC Andrade e levou-o à presença do Secretário. Logo ao chegar, o Comandante do 12º RI disse ao Secretário: - “Eis aqui o seu prisioneiro”.- A seguir, o Dr. Cristiano leu o seguinte texto para o Ten Cel Andrade: *“Gabinete do Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 3 de outubro de 1930. Ilustre Amigo Comandante Andrade. Saúdo cordialmente. Quando há dias tive o prazer de sua entrevista, tivemos a oportunidade de repassar o quadro atual do meio nacional e das perspectivas sombrias que nele se desenhavam. Com satisfação verifiquei que o meu pensamento se ajustava ao do ilustre amigo mais crente do que eu no julgar as possibilidades de uma harmonia perfeita da sociedade brasileira em seu duplo aspecto político e social. Conquistá-la-ia o Brasil com o esforço de cada patricio a quem distribuísse uma parcela de autoridade, por uma visada alta e digna, sem estremecimento nem sobressalto. Mas, em contato com o panorama geral do meio, sentindo aspectos que talvez pelo seu mesmo profundo amor às instituições não via o prezado amigo, que o meu pensamento se separava do seu aí, pois eu sentia próxima uma grande comoção nacional, onde se irmanassem os anseios constantes de sua nobre classe aos anseios não menos constantes da própria consciência brasileira, por uma melhor articulação do regime, deturpado e prostituído por maus patriotas. Aí está ela, aberta de Norte a Sul, irmanados Exército, Polícias Militares e Povo, numa arrancada que todos nós devemos fazer por mais cruenta que seja. É o apelo que lhe faço como homenagem ao seu grande valor e às suas virtudes de brasileiro. Se não puder o meu ilustre amigo dar-nos a imediata segurança de que as forças aqui sob o seu comando se ponham a serviço dessa mesma cruzada que neste instante sacode o Brasil, eu lhe pedirei então que se tenha como prisioneiro. Nesta conjectura, não podendo ter o concurso valiosíssimo de seu incontestável mérito, só nos restará então dizer-lhe que nada faltará à sua família, à disposição da qual poremos todos os meios de que careça, além da segurança de que ao seu chefe de tudo será poupado. Creia, porém, que nesta última hipótese, será com profundo pesar que constataremos não ter o concurso de sua inteligência e de sua cultura. Receba as homenagens de grande apreço do seu Amº Attº (a) Cristiano Machado.”* (sic)

Ao término da leitura, o Cmt do 12º RI reafirmou sua condição de prisioneiro. Os grifos no documento foram colocados propositadamente para o leitor analisar.

Algum tempo depois, chegaram ao edifício da Secretaria os seguintes oficiais presos: Capitães Roberto Diolindo Santiago e Mário da Costa Braga, 1º

Tenentes: Carlos Luiz Guedes, Eduardo Batista Teixeira Lott e o 2º Ten Comissionado José Moreira Campos. Outros oficiais foram levados diretamente às prisões. O segundo ato de violência marcou o início da revolução em Minas. Por volta das 17:30 horas o 1º Ten José Moacir Orestes de Salvo Castro, Ajudante do 1º Batalhão, foi atingido por tiros provenientes de uma Companhia da Força Pública que se encontrava em posição, próximo à praça Raul Soares (cerca de 1 km do 12º RI). O Ten Moacir estava conduzindo gêneros para o Regimento no caminhão do fornecedor. O Oficial reagiu, esgotando toda a munição do carregador. Entretanto, ele e o Soldado Francisco Jorge de Melo foram feridos e aprisionados juntamente com o motorista do caminhão, sendo que o Soldado veio a falecer logo depois. O Tenente foi recolhido preso ao hospital militar da Força Pública. As residências dos Oficiais aprisionados foram violadas e minuciosamente vasculhadas por investigadores de polícia, inclusive, ocorrendo saques. A maioria das famílias destes oficiais teve que fugir para evitar violências.

Na Secretaria de Segurança, o Cmt do 12º RI passou a ser assediado pelo Dr. Cristiano Machado e por outras pessoas, para aderir ao movimento, ao que ele sempre respondia negativamente. No prosseguimento, o Secretário passou a conduzir a redação da ata de prisão dos oficiais. Serviu de escrivão o Dr. Augusto de Lima Júnior. O documento ficou assim:

*“Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta, no edifício da Secretaria do Estado e Negócios do Interior e Segurança Pública, no gabinete do respectivo titular Dr. Cristiano Monteiro Machado, onde achavam-se presos por ordem do Governo do Estado de Minas Gerais, o Tenente Coronel José Joaquim de Andrade, Comandante interino da 8ª Bda Inf e mais os Capitães Roberto Diolindo Santiago, assistente da 8a Bda Inf, Cap Mario Costa Braga, Comandante da 3a Cia do 12º RI, pelo Tenente Coronel Andrade foi dito que tendo sido preso de surpresa, sem que pudesse tomar nenhuma providência que acautelasse suas responsabilidades, tomando conhecimento da situação de fato aqui na Secretaria e sendo informado que muitos milhares de homens da Força Pública cercavam o Quartel do 12º Regimento de Infantaria, que no momento não poderá dispor para a sua defesa mais de cento e cinquenta homens, e talvez de reduzido número de oficiais; por isso que havia terminado o expediente, poucos momentos antes, isto é, das dezessete horas e por consequência todas as praças desarranchadas haviam saído para tomar refeições, e muitas outras para a folga natural do terminar do dia; resolvo diante da situação imperiosa...(Neste ponto da ata o escrivão intentou colocar o seguinte texto) -“**determinar que não se faça nenhuma resistência...**”. Incontinente, o Cmt do 12º RI opôs-se a isto, pediu a ata e riscou a dita frase. No entanto, consentiu escrever: “**aconselhar aos que se encontram dentro do Quartel que resolvam como melhor lhes parecer de modo refletido e consciente, consentâneo aos ditames da honra e do dever, neste momento**”.*

Assinaram a ata os seguintes oficiais do EB, que encontravam-se presos: o Cmt do 12º RI, os Capitães Roberto Diolindo Santiago e Mário da Costa Braga e os Tenentes Carlos Luiz Guedes e José Moreira Campos (Comissionado). O Dr. Cristiano Machado negou-se a assinar. No momento em que isto ocorria, dentro de um clima de impaciência, por parte dos revolucionários, o Ten Cel Luiz Fonseca, da Força Pública, que se achava de pé, pedia insistentemente ao Dr Cristiano Machado permissão para atacar o quartel do 12º RI. Julgando que essa fosse uma maneira de perturbá-lo, o Cmt 12º RI disse ao Ten Cel Fonseca:

- Não tenha pressa. Foram enviados como parlamentários o 1º Ten do Exército José Carlos de Campos Cristo, *comissionado Major da Polícia*, e um prisioneiro, o Tenente Comissionado José Moreira Campos. Posteriormente, correu a notícia que o Major Cristo havia sido preso no 12º RI, o que provocou indignação entre alguns oficiais revolucionários. Em vista disto, o Cmt do 12º RI prontificou-se em falar, pelo telefone, com os seus subordinados que se encontravam no quartel. Atendido pelo Major Pedro Leonardo Campos, o Cmt do 12º RI explicou-lhe pelo telefone a situação de parlamentar do Maj Cristo e, ouviu de seu interlocutor que o referido oficial já tinha sido liberado sem problemas. No momento da ligação o Ten Cel PM Fonseca tentou retirar o telefone das mãos do Cmt 12º RI, tendo sido repreendido, de imediato, pelo Ten Cel Aristarco. Em seguida, os mencionados oficiais retiraram-se do posto telefônico. Ao chegarem à calçada, os revolucionários perguntaram ao prisioneiro o que os integrantes do 12º RI haviam decidido. Diante disto, retornaram ao posto telefônico pela segunda vez. Estabelecida a ligação, o Cmt do 12º RI perguntou ao Maj Josué: **“O que vocês resolveram?”** Ao que o Major Josué respondeu: **“Salvar a honra do Exército, resistindo até o último cartucho”**. Em prosseguimento, o Cmt do 12º RI informou aos seus captores a disposição de resistência dos seus subordinados. Então, o Major PM voltando-se para o Ten Cel Aristarco disse: **“Então vou dar ordens para atacar e mandar envenenar a água”**. Iniciava-se, naquele momento, um dos mais belos e trágicos episódios de nossa história militar. Alguns militares do Exército conseguiram penetrar no quartel cercado pela Força Pública, firmes no propósito de partilharem da glória com os seus companheiros. Dentre estes, cabe relatar a situação do Maj PM José Machado Bragança (reformado), que foi ao 12º RI levar o 1º Ten José Lopes Bragança, seu filho, para cumprir o sagrado dever. Sentindo-se ameaçado pelos seus companheiros da Força Pública, que consideravam-no como um traidor por ter levado o filho ao quartel. O Major Bragança pediu asilo no 12º RI. Encontravam-se no quartel do 12º RI quinze oficiais e trezentos e oitenta e cinco praças. Além dos fuzis ordinários e mosquetões, existiam seis metralhadoras leves e seis pesadas, e copiosa munição leve.

A seguir, relataremos as providências tomadas quando os integrantes do 12º RI perceberam que o quartel estava sendo cercado. O **2º Ten Rui de Brito Melo**, Oficial de dia ao Regimento, imediatamente, chamou às armas todas as praças presentes e expediu os avisos aos oficiais e, em síntese, ajudou a formular um plano inicial de defesa. Aqueles que conseguiram chegar, recebiam suas armas e munições e inteiravam-se de sua missão. Foram ocupadas posições defensivas já construídas anteriormente no quartel, pelas tropas que já relacionamos, que barravam as principais vias de acesso ao Quartel. **Pouco depois das dezoito horas, já não era possível entrar ou sair do quartel.** Delineava-se que a Força Pública havia posicionado quase três mil soldados e várias metralhadoras pesadas, instaladas como bases de fogos nas alturas de Carlos Prates, na caixa d'água do morro do Pinto, no Prado Mineiro, no Moinho Inglês e no Estádio do Atlético Mineiro. Conforme se pode ver, o Quartel do 12º RI estava dominado por fogos diretos. Este fato dificultou os movimentos entre os pavilhões do Regimento, e, até mesmo o remuniamento das armas dos defensores, os quais arrastavam cunhetes de munição amarrados por cordas, de modo a manter o nível de munição para o combate, bem como, para evitar a exposição do pessoal ao intenso fogo das armas automáticas. Até aqueles momentos de tensão, as comunicações com o Ministério da Guerra estavam normais, sendo de estranhar-se porque nenhuma ordem de alerta foi expedida.

O Cap Josué determinou que o Tenente Bragança se apossasse do Edifício da Penitenciária do Estado, que estava situada à retaguarda do 12º RI e que poderia servir de base para um ataque à Unidade. O Tenente Bragança, comandando dois grupos de combate e uma seção de metralhadoras leves cumpriu airoosamente sua missão. O Maj Pedro Campos, investiu-se no comando da 8ª Brigada de Infantaria e designou o Capitão Josué como Comandante do 12º RI às 18:30 horas do dia 03 de Outubro. Ato contínuo, organizou-se a Unidade para o combate, atribuindo-se as missões aos oficiais comandantes das companhias.

O Ten Bragança, embora já não estivesse presente, comandaria a 3ª Cia de Fuzileiros. A organização da defesa ficou de forma geral assim estruturada: a) Flanco direito: 1ª Cia; b) 2ª Cia, com elementos da Cia Extra do RI, comandada por Sargentos; c) Flanco esquerdo: Dispositivo mais reforçado. Os fuzileiros das Subunidades consideradas ocupavam posições, defendendo seus setores com as metralhadoras, guarnecendo os pavilhões superiores, suas janelas e os pontos dominantes à frente. d) Aspectos relevantes: O fogo das armas automáticas deveria estar muito bem direcionado, com razância, cruzamento de fogos e dominância, isto porque, a Força Pública de Minas Gerais não conseguiu entrar no quartel, à viva força, durante os combates. É importante salientar que foram planejadas barragens colocadas iudiciosamente, de modo a interditar as principais vias de acesso ao aquartelamento. O sistema de comunicações interno privilegiou o uso de mensageiros e a Estação Rádio da Unidade conseguiu enviar mensagens ao Ministério da Guerra e a outros elementos da 8ª Bda Inf dando conta da situação, ainda à tarde do dia 03 de outubro.

Enquanto estas providências eram tomadas, o **Ten Campos Cristo**, parlamentário da revolução, alegando que o movimento se alastrava vitoriosamente em todo o Brasil e que as tropas da Força Pública de Minas Gerais eram superiores às federais no Estado, tentava convencer os oficiais do 12º RI a se renderem. Informou, ainda, que o chefe político da revolução em Minas era o próprio Presidente do Estado, Dr. Olegário Maciel e que o objetivo era depor o Presidente da República Dr. Washington Luiz. **O Major Pedro Campos não gostou muito da estória e mandou prendê-lo.** Entretanto, convencido pelos demais oficiais decidiu libertar, posteriormente, o referido Tenente. Importa salientar o desprezo da revolução às tropas federais. Nem foi, pelo menos, tentado aliciar o 12º RI. De qualquer maneira, não seria fácil pelo grau de despolitização e disciplina destacada do ambiente no Regimento, resultado de um ótimo adestramento. Imaginaram que a resistência ia ser mínima e que, talvez, um pouco de violência até “dignificasse a vitória dos descontentes...” A maioria dos depoimentos de pessoas que viveram em Belo Horizonte à época, mostra uma simpatia da população civil em relação ao movimento. O ódio contra o governo do Presidente Washington Luiz estava bastante disseminado entre os cidadãos comuns.

Naquela tarde, ainda, chegou o seguinte rádio do Ministro da Guerra e transmitido do Palácio do Catete: “Que havia recebido os dois rádios do Comandante da Brigada de Infantaria nos quais comunicava a prisão de vários oficiais do 12º RI e que, em consequência, assumira o Major Campos o Comando da 8ª Brigada de Infantaria, estando cercado o Quartel do 12º RI, pela polícia. Que o movimento revolucionário era limitado a Belo Horizonte, tratando-se de mera questão estadual, estando o governo federal senhor de toda a situação, com recursos para sufocar qualquer movimento, reinando calma no

País e **que tinha certeza de que o 12° RI cumpriria com o seu dever. E que dentro de poucas horas estaria em Belo Horizonte um forte destacamento das três armas sob o comando do General Tourinho.**

Dando crédito aos documentos recebidos, os oficiais decidiram por unanimidade “manter-se no Quartel, em expectativa, sem hostilizar ninguém, mas, em caso de serem atacados, reagir”. Neste instante, o Ten Cristo, parlamentar, foi despachado com a resposta negativa e com o rádio do Min da Guerra. A partir daquele momento, sem dúvida, estava aberto o caminho para as hostilidades. À noite, a energia elétrica foi cortada e o Quartel, sem comunicações, também ficou virtualmente isolado. Também ficaram às escuras os bairros próximos ao 12° RI. A população, neste aspecto, passou a viver as agruras de uma revolução... Por volta da meia noite do mesmo dia (03 Out), constatou-se que a água do quartel estava envenenada, verificando-se que a cor azulada da água era azul de metileno em dissolução. Entretanto, o pessoal continuou a beber a água sem maiores problemas. Ao amanhecer, no entanto, os sitiantes colocaram creolina na água, tornando-a imprópria definitivamente. Os pequenos reservatórios do Quartel que não estavam contaminados, ainda, foram rapidamente esgotados. Pouco depois, foi consumida até a água das caixas de descargas de privadas do Regimento. Nos dias posteriores, a falta d'água tornou-se um verdadeiro martírio para os defensores. Durante a noite de 3 para 4 de outubro o 12° RI recebeu fogos de fuzis e de armas automáticas da Força Pública. No entanto, a defesa estava bem preparada e não respondeu, consciente de que ainda não havia chegado a hora para resistir. Às 5 horas do dia 04 de outubro (sábado), ouviu-se um estampido e, pouco depois, caiu um objeto nos fundos do quartel. Porém, não aconteceu o arrebrandamento do projétil. Teria sido uma granada? Posteriormente, ficou confirmado que aquele teria sido o primeiro tiro do canhão construído em Minas Gerais, com a ajuda de técnicos estrangeiros¹. O referido armamento recebeu o nome de “Odilon Braga”, em nome de um dos Secretários do Governo de Minas. No entanto, o tiro falhou... Com este canhestro sinal, desencadearam-se os preparativos para um ataque da Força Pública. Das alturas que dominavam o quartel, os atacantes despejaram intensos fogos de armas automáticas que estavam muito bem ocultas no terreno. Confirmou-se, naquele instante, a superioridade numérica em pessoal e material dos atacantes. Apesar da dificuldade de observação, percebeu-se claramente as intenções do inimigo: realizar um ataque frontal. Os fogos provinham dos morros do Carlos Prates, do Pinto, Caixa d'água, Moinho Inglês e Estádio do Atlético Mineiro. Logo após esta preparação, realizou-se o ataque dos primeiros escalões do inimigo. Precariamente podia-se divisar o movimento da tropa atacante (5° Batalhão da Força Pública). A violência da ação impressionou bastante os defensores que aumentaram o volume dos fogos para impedir a progressão da Força Pública. Certos de que era impossível prosseguir de peito aberto, os atacantes procuravam abrigar-se em dobras do terreno e em casas abandonadas no itinerário entre as posições de ataque e o objetivo. A luta foi bastante encarniçada e, neste primeiro dia aconteceram as primeiras baixas consideráveis dos defensores. Perdeu a vida, nesta primeira ação, o 2° Tenente (FP) Joaquim Garro Ferreira Rabelo quando impulsionava corajosamente os seus homens para o ataque. O moral dos defensores estava elevado, não obstante as primeiras baixas e as condições precárias já enumeradas. Alguns grupos de atacantes conseguiram chegar próximos ao aquartelamento sendo, no entanto, repelidos de maneira firme. Foram realizadas ações de flanco, de bases de partida situadas nas ruas Uberaba e Juiz de Fora,

sem contudo, obterem o êxito desejado. Para conter o avanço das tropas da Força Pública foram realizados fogos de armas automáticas, de Fuzis Ordinários e até com o lançamento de granadas de mão e de fuzil. Também uma tentativa de reunião e avanço do inimigo pelo sudoeste (Barroca) foi frustrada. Esta primeira ação violenta perdurou até as 0830 horas do dia 04 de outubro, ora diminuindo, ora aumentando de intensidade. Segundo os defensores, além da ação na madrugada do dia 04, ocorreram mais duas tentativas de assalto: uma ao anoitecer e outra na manhã do dia 05 de outubro. Estas ações perduraram cerca de 27 horas e meia.

Neste primeiro combate perderam a vida um Sargento e 04 soldados. Feridos: um Capitão, cinco cabos e dois soldados. A enfermaria foi transferida para o Cassino do Regimento, por ser um local mais amplo. Os doentes foram obrigados, pelas circunstâncias dramáticas, a cederem os seus leitos para os companheiros feridos, os quais foram atendidos por um enfermeiro.

Durante o dia a estação telegráfica que funcionava somente com o aparelho receptor, captou a seguinte mensagem truncada: "...que a cidade de Belo Horizonte estaria dentro poucas horas em poder do General Tourinho, que marchava à testa de um forte destacamento das três armas." A sede estava insuportável. Além disso, os cavalos mortos e que não puderam ser retirados do pátio do Regimento provocaram um cheiro insuportável. À noite, um Sgt comandando um pequeno destacamento, conseguiu retirar água de um bebedouro dos animais, que estavam mortos nas proximidades, e conseguir mitigar a sede de parte do pessoal e ainda sobrou um pouco para o café do outro dia.

Na madrugada do dia 05, conforme já relatamos, realizou-se nova tentativa de assalto ao 12° RI, que perdurou durante todo o dia, ora com maior, ora com menor intensidade. Ao cair da noite, foi realizado outro ataque sem sucesso. As posições de metralhadoras do inimigo foram silenciadas com maiores dificuldades do que no dia anterior. A sede, a perspectiva de fome, o mau cheiro e a presença dos sete mortos insepultos, colocados na biblioteca do Regimento, causavam abatimento nos defensores. À tarde do dia 05, os mortos foram sepultados numa faixa de terra atrás do pavilhão de rancho. Neste dia, dois acontecimentos chamaram a atenção dos defensores. O primeiro deles foi o boato veiculado sobre a possibilidade de que o 10° BC estivesse se aproximando de Belo Horizonte, atendendo a ordem emitida pelo comandante interino da Brigada, Major Pedro Campos. Este prenúncio não se confirmou. O outro foi que a tropa sob o comando do Gen Tourinho já se encontrava a caminho da Capital e que uma esquadrilha de apoio iria bombardear as tropas atacantes. Um avião, provavelmente revolucionário, neste dia, lançou uns boletins sobre a cidade. Nenhum deles caiu no quartel. Neste dia, aconteceram as seguintes baixas nos defensores: um soldado morto e três feridos.

No dia 06 de outubro (2ªfeira) os combates continuaram, porém, com menos impetuosidade. As granadas de mão que provocaram tantas baixas e temor na tropa inimiga acabaram-se. As granadas de fuzil lhes substituíram, sem os efeitos das primeiras. A sede e a fome iam ficando mais agudas...

Prosseguiu-se na abertura de uma cisterna no interior do aquartelamento. No entanto não se conseguiu o precioso líquido. Alguns soldados conseguiram burlar a vigilância dos atiradores inimigos e conseguiam retirar água do bebedouro dos animais. Esta água, entretanto, era pouca, e já estava com limo do fundo do bebedouro e tinha um odor fétido.

Às duas e meia da tarde, dois aviões bombardearam e metralharam as

posições do inimigo. Diversas praças foram feridas nesta hora, porque saíram dos seus abrigos para assistirem ao bombardeio. O flanco direito do Quartel continuava sofrendo o maior volume de fogo de enfiada das armas automáticas situadas no morro do Carlos Prates. Muitos combatentes retraíram de suas posições para o interior do alojamento a fim de continuarem na luta. À noite, o Comandante do Regimento (Cap Josué) redistribuiu algumas missões de comando entre os oficiais, a fim de melhorar a defesa. Assim aconteceu. Às dezoito horas o Tenente Bragança retornou ao Quartel e assumiu o comando de sua Companhia. O referido oficial foi obrigado a deixar mortos e feridos na penitenciária, em virtude da difícil situação do local, batido por fogos diretos do Morro da Caixa d'água. Foram mortos neste dia dois (02) Cabos e quatro (04) soldados.

O dia 07 de outubro, terça-feira, também foi bastante sofrido. As dificuldades descritas acentuavam-se cada vez mais. Os Soldados começavam a demonstrar sinais de desânimo. Não com a situação da luta que estava sob controle, mas com a fome, o cheiro de podridão que incomodava a todos e, principalmente, com a sede que enfraquecia os combatentes expostos ao sol e ao calor. A munição se escasseava e, como consequência, obrigava a tropa a economizar a munição. Os oficiais exortavam constantemente as praças ao sacrifício, em nome da honra da Unidade e do País. Neste dia, cerca de 19 horas, foram lançados uns foguetes no Quartel. Um desses engenhos trazia uma mensagem dos revolucionários avaliando como inútil a resistência e, sobretudo, exortando os defensores à rendição. Pouco depois das 20 horas, após um intenso tiroteio, começou a espalhar-se pelo Regimento a triste notícia de que o jovem Tenente Brito Melo havia sido morto nos combates. Uma bala atravessou-lhe o coração... Este fato causou profunda consternação entre os defensores. O referido oficial demonstrou, além de sua coragem, o profissionalismo, respeito pelos subordinados e, sobretudo, uma liderança impressionante e foi, sem dúvida, um dos pilares na resistência do 12º RI. A morte do Ten Brito Melo foi uma pá de cal na disposição de continuar lutando, para muitos combatentes. Aquela foi uma baixa muito triste e marcante para todos

no Regimento. Perderam a vida neste dia, além do tenente Brito Melo, dois (02) Soldados. Foram feridos: um 2º Sargento, um Cabo e dois Soldados. A situação de muitos dos feridos era extremamente agravada pela falta d'água e, sobretudo, de maiores cuidados médicos.

No alvorecer do dia 08 de outubro a Força Pública realizou outro ataque sem obter êxito. Contudo, as condições para a defesa tornavam-se cada vez mais precárias. A munição escasseava, não havia local adequado para os feridos graves, a sede e o cheiro de carniça se tornavam cada vez mais insuportáveis, e o número de combatentes já era insuficiente para guarnecer as armas automáticas. Para piorar o quadro, mulheres e crianças feridas chegavam ao Quartel pedindo socorro e eram acolhidas. Não havia outro jeito... Os urubus fartavam-se na carniça, inclusive, na de um cadáver insepulto que encontrava-se em uma área permanentemente batida por fogos do inimigo. O desânimo era evidente. Por mais que o espírito de luta falasse alto, as condições pioravam a cada hora... Esta situação fez com que o Comandante do Regimento enviasse, com a permissão do Comandante da 8ª Bda Inf, o seguinte ofício ao Comando revolucionário: “12º Regimento de Infantaria. Senhores. Havendo no Quartel deste Regimento alguns feridos necessitados de intervenção cirúrgica, inclusive uma criancinha de dez meses, peço, como ato de humanidade de acordo com os preceitos da Cruz Vermelha, que seja assegurado o transporte dos mesmos

para uma casa de saúde, onde possam ser socorridos. O portador deste servirá de intermediário para os sinais convencionais, para entrada de veículos condutores de feridos. Peço igualmente que somente sejam recomeçadas as hostilidades depois de recolhidos os feridos e mortos de ambos os lados. (As)- Josué Justiniano Freire, Capitão Comandante”(sic).

Um Sargento Músico da Unidade foi encarregado de levar o documento e orientado para entregá-lo ao Ten Cel Aristarco Pessoa. Imaginava-se que o Comandante dos revolucionários fosse o Ten Cel Aristarco. O referido Sargento desceu a Av. Barbacena com a bandeira da Cruz Vermelha em direção aos arraiais inimigos, tendo sido insultado e ameaçado durante todo o itinerário. Pouco depois, o Sargento retornou trazendo consigo dois documentos que influenciaram decisivamente os acontecimentos posteriores. O primeiro deles era uma carta do Ten Cel Andrade aos seus subordinados, a outra era uma resposta ao pedido de armistício do 12º RI. Vejamos o primeiro: *“Meus camaradas. Cordial abraço. Cheio de orgulho e de entusiasmo, tendo acompanhado daqui a vossa situação, digna de soldados que, escravos do dever, tudo sacrificaram. Com o pensamento sempre aí, sinto a emoção de todos vós ante o desempenho de tão árdua missão, sem poder dela participar pessoalmente, pelos motivos que bem sabeis. Mas, neste momento, após 04 dias de resistência heróica, preocupa-me o resultado que possais obter ante a falência de recursos que não vieram a tempo (prometidos e até então não chegados), procedimento esse que, de algum modo, salva a nossa responsabilidade. Assim sendo, venho pedir que reflitam maduramente, conscientemente respondam a oferta que me fazem os camaradas revoltados, de vos receberem honrosamente com a admiração de que vos tornastes dignos, sem nenhuma humilhação para quem quer que seja. Na situação em que me encontro nada posso resolver, cabendo a vós analisar o caso e decidir acertadamente, em presença das circunstâncias. Eles se prontificaram a um entendimento prévio, se for o vosso desejo. Um parlamentar, descendo ostensivamente a ladeira do Quartel, virá pelo meio da Avenida Paraopeba até a Praça Raul Soares, onde será recebida a resposta. Com as minhas sinceras saudações. (As) José Joaquim de Andrade, Ten Cel.”(sic)*

O ofício do Ten Cel Aristarco, mais contundente, fazia uma análise arguta da situação nacional, e abria uma porta para uma rendição segura e honrosa. É importante salientar que o referido oficial gozava de certo prestígio no Exército.

“Comando Geral da Força Pública. Belo Horizonte 08 de Outubro de 1930. Senhor Capitão Josué Justiniano Freire, Comandante do 12º RI. Dever de humanidade é permitir que esses jovens mineiros que estão sob vosso comando, como sorteados, trazendo dos seus lares amor a sua terra, as suas tradições, a sua gente sejam compelidos a lutar contra seus irmãos e contra a sua querida Minas Gerais, na defesa de um governo que tanto ultrajou e humilhou. Dever de humanidade seria permitir que retirássemos da linha de fogo nossos mortos e feridos cobertos pela bandeira da Cruz Vermelha sobre a qual abristes fogo. Dever de humanidade é poupar a população livre e feliz como a de Belo Horizonte que tem sofrido cruelmente as conseqüências de vossa obstinação. Nossos hospitais já abrigam crianças feridas, várias crianças e mulheres mortas por vossas balas já se acham enterradas. Assim sendo e tendo em vista a situação militar geral do País em que a revolução vitoriosa se estende do Rio Grande do Sul até a fronteira de São Paulo, achando-se no Norte do Brasil todo em situação idêntica, desde Alagoas até o extremo Norte, aconselhamos aos bravos defensores do 12º RI, a terem a única conduta que

um patriotismo bem compreendido impõe. Rendei-vos. Sereis recebidos honrosamente com todas as garantias. A situação militar em detalhes que podeis ver pelos nossos boletins de informações, sob nossa palavra de honra, eu vos asseguro completamente verdadeiras. "Camaradas, cumpristes já plena e galhardamente o vosso dever e o governo federal impotente vos deixou entregue a vossa própria sorte. Dentro de pouco agiremos com maior violência caso não aceiteis o nosso alvitre. Rendei-vos. (As) Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Ten Cel Comandante."

Conforme se pode ver, poucas alternativas existiam. Ou continuar lutando irracionalmente até o completo esgotamento, ou a rendição completa. Mesmo assim, o Major Pedro Campos reuniu os oficiais para a tomada da decisão que atendesse a opinião da maioria, e que estivesse de acordo com os ditames da honra. Embora estivesse patente que grande parte das praças fosse contra uma rendição, esta linha de conduta foi adotada face as penosas condições de defesa do aquartelamento. Ao tomarem conhecimento disso, os militares de mais baixas graduações ficaram inconsoláveis por entregarem a sua querida Unidade a um adversário que se mostrara tão irredutível, desde os primeiros momentos. Entretanto, assim aconteceu. Ao entrarem no Quartel, após a saída em coluna dos prisioneiros, mataram o Major Bragança, conforme já relatamos. Este episódio enlutou esta família de bons e leais soldados, que em 27Nov35, mais uma vez perdeu um de seus integrantes, o 1º Ten Benedito Lopes Bragança, assassinado pelos colegas comunistas enquanto dormia nos alojamentos da Escola de Aviação do Exército², no Rio de Janeiro. A Sra. Erce Bragança, filha do Gen Bragança, em 1986 relatou-me que a sua avó, desde aquele dia, pelo resto de sua vida, acordava sempre às três horas e quinze minutos da manhã para rezar, exatamente no horário em que o seu filho fora assassinado, de maneira infame... A população belorizontina aliviada pelo término das hostilidades, neste dia, 08 de Outubro, deve ter comemorado a vitória da revolução. Foram disparados contra o quartel do 12º RI cerca de 500 mil tiros de fuzil ...Até hoje, quem visita o 12º RI pode ver um poste de luz de aço, furado de balas, e que hoje é o mastro da insígnia de comando da Unidade, e que vem como que atestar para outras gerações de soldados a bravura de um passado recente. *Enquanto isto, os mortos do 12º RI, os quais morreram em defesa do seu Quartel e do respeito da Constituição, foram levados para o esquecimento dos seus concidadãos e enterrados, em simples sepulturas, no cemitério do Bonfim, que ficava defronte ao 12º RI, isso talvez, para guardarem eternamente, dali, a Unidade que tão bem souberam honrar e defender. Recentemente, os despojos destes soldados foram trazidos para uma pequena cripta construída nos fundos da Unidade.*

Em 1986, os dois irmãos, o Gen Bragança e o Cel Alcindo Bragança vieram até o Comando do 12º RI e o segundo deles reclamou do roubo da réplica do espadim do Ten Brito Melo do túmulo que a mãe dos citados oficiais ofereceu aos heróis do 12º RI. A sepultura dele era simples, e estava localizada nas proximidades do magnífico mausoléu oferecido pelo governo estadual aos seus camaradas da Força Pública de Minas Gerais...

BIBLIOGRAFIA

- Relatório de 02Abr32 do Ten Cel JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE, Cmt do 12º RI até o dia 03Out30;
- Livro "A Resistência Heróica" do Cap Josué Justiniano Freire, que comandou o 12º RI durante o ataque à Unidade;

- FILHO, Pe. Luiz de Marco, Ten Cel PM QOR CPL. História Militar da PMMG.
- Histórico da Unidade.

P. Alegre, 23Jan 2008 - Mauro Antonio de Figueiredo Leite, Cel (R1) ex-Subcmt 12°RI

O CATANHO

O catanho é um tipo de refeição rápida, utilizada por militares do Exército em viagens de curta duração ou em missões rápidas. Consiste basicamente de um sanduíche de queijo ou mortadela, algum tipo de fruta, uma barra de chocolate e de suco, água ou refrigerante.

Todavia o catanho, em sua forma mais comum e rústica, consistia de farinha de mandioca torrada, pedaços de carne seca e uma fatia de goiabada, acondicionados em sacos de pano grosso, dispensando-se o uso de talheres, e devendo ser consumido juntamente com a água do cantil para aumentar a sensação de saciedade.

Durante a Campanha de Canudos, as tropas careciam de apoio de alimentação durante as longas jornadas de marcha, pois o Exército ainda não dispunha do sistema operacional de logística e muito menos de um eficiente serviço de aprovisionamento de campanha.

O Ten Cel Moreira César, Comandante da terceira expedição a Canudos, também conhecido como o corta-cabeças, ou o treme-terra, incumbiu o segundo oficial mais antigo da expedição, o Ten Cel Pedro Nunes Tamarindo, Comandante do 9º Batalhão de Infantaria, de realizar estudos para suprir as tropas durante o longo deslocamento.

O Ten Cel Tamarindo, por sua vez, determinou a um militar de nome Catanho a missão de confeccionar um cardápio com os gêneros existentes no momento, principalmente farinha e carne seca, de forma que pudesse ser acondicionado em bornais e em seguida distribuída aos soldados.

Não se sabe ao certo que posição hierárquica este militar ocupava.

A refeição agradou tanto o paladar dos soldados que estes resolveram batizá-la de catanho.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Nº 58 - Ano 2008 - Cel Cláudio Moreira Bento

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

No Brasil houve duas escravidões: vermelha e negra. A escravidão vermelha

foi a dos Índios, de raça vermelha; a escravidão negra ou africana foi a dos pretos, importados da África.

Uma e outra tiveram as mesmas causas: 1- a falta de escrúpulos da parte de certos homens, mal instruídos na religião, que não se importavam com apoderar-se da liberdade de outros homens, seus semelhantes; 2- a falta de braços para a lavoura; 3- o fato de que os colonos europeus se davam mal com o clima tropical e não gostavam de suportar o serviço rude do eito; 4- a tolerância dos governos e mais autoridades, que permitiram este cruel abuso, resto do paganismo.

Parece que foi um marinheiro português, Gil Eannes, o primeiro Europeu que se atreveu a recomendar a escravização do homem, à moda dos pagãos antigos. Em 1435, aprisionou alguns homens nas Canárias e tratou de vendê-los. No reino, o príncipe Henrique reprovou logo essa crueza e obrigou o aventureiro a restituir os presos ao lugar de onde os roubara.

Outro navegante português, Antonio Gonçalves, em 1442, comprou escravos negros na Costa do Ouro e os levou a trabalhar em solo europeu. O sistema nefando estava começado e encontrou numerosos imitadores e até defensores.

De todos os povos, o que mais intensamente realizou o tráfico dos escravos negros foi o português; mas os Espanhóis, Ingleses, Holandeses e Franceses tiveram também numerosos pretos em suas colônias.

Os Portugueses possuíam a maior parte da África durante os séculos XVI e XVII. Três centros desse continente lhes serviram principalmente para o infame tráfico: 1- o mar da Guiné, com as ilhas de Fernando Pó, Anno Bom, S. Thomé e Príncipe; 2- as terras de Angola, Benguela e Luanda; 3- a *contra-costa* oriental de Moçambique.

Nesses centros o governo português criou vassallos ou aliados negros, que lhe facilitavam o tráfico com o interior.

Ao longo das vias mais freqüentadas, havia fazendas de colonos portugueses, que faziam o comércio de marfim e outros produtos e lavravam plantações para alimentar os negros que escravizavam.

Na América, o primeiro a introduzir negros foi o governador da ilha de Hispaniola, hoje Haiti, Nicolau Ovando importou numerosos escravos da África, afim de ativar a colonização da ilha.

No Brasil, é certo que a escravidão vermelha precedeu a negra, mas de poucos anos. Em 1531, Pero Góes, com licença de Martim Affonso de Souza, levou 17 escravos índios para Portugal; julga-se que no tempo das primeiras capitanias já existiam pretos a trabalhar em Pernambuco e São Vicente.

Serviços prestados pelos negros

Imensos foram os serviços prestados pelos negros no Brasil e em toda a parte.

Verificou-se logo que o preto era muito superior ao Índio; era mais dócil,

mais ativo, mais paciente e alimentava-se de pouca coisa; quando bem tratado retribuía afeto por afeto e era capaz de lealdade e dedicação heróica para o dono. É verdade que Índios custavam apenas 4\$ cada um e às vezes menos, porque era fácil capturá-los; mas morriam em grande número, eram muito preguiçosos, turbulentos, vingativos e ferozes; não se prestavam ao serviço agrícola; davam resultados regulares nos trabalhos das minas e distinguiram-se apenas como ótimos canoieiros e corajosos soldados; eram altamente protegidos pelos Jesuítas e pelas leis sobre a escravização indígena, o que tornava sua posse sempre litigiosa e de pouco valor. Foram caçados em todos os tempos até o século XVIII e mais tarde, apesar da lei, no extremo norte e nos sertões do sul.

Na zona oriental, os negros foram preferidos e fizeram prosperar as lavouras de açúcar, os vergéis e pomares das primeiras povoações e os trabalhos das minas.

Os países que adotaram a escravidão fizeram-no por amor do lucro; mas foi uma ilusão; na realidade, perderam muito; aliás, nunca se lucra desobedecendo às leis de Deus.

Em primeiro lugar o braço livre é muito mais produtivo que o mais musculoso escravo; a maravilhosa prosperidade dos Estados do Sul do Brasil, mormente de S. Paulo, é hoje prova frisante dessa verdade econômica; depois, a Providência, que dirige os fatos sociais, recompensou a abolição da escravidão nas sociedades modernas dando aos homens as forças incomparáveis do vapor e da eletricidade. No ponto de vista moral, a escravidão atrasou excessivamente a sociedade.

Captura e viagem para o Brasil

Excede qualquer descrição a hedionda captura dos escravos no continente africano e sua viagem para as Américas; não se contam as atrocidades, os crimes cometidos durante esta fase do vergonhoso tráfico.

Na África, o uso da escravidão perde-se na noite dos tempos; os muçulmanos ainda hoje a praticam, às ocultas, quando podem escapar às polícias européias. Outrora, era freqüente o pai negro vender o filho; o juiz podia condenar qualquer indivíduo à escravidão; o menor régulo arrogava-se o direito de escravizar seus súditos e o vencedor costumava tirar a liberdade aos prisioneiros de guerra e conservar-lhes a vida em troca do cativo. Desses princípios bárbaros, cuja execução facilitavam ou procuravam originar, valeram-se os traficantes para comprar e resgatar seres humanos, criados à imagem de Deus como eles mesmos. Compravam os filhos aos pais; os súditos, aos reis; os prisioneiros, aos vencedores, trocando-os por miçangas de vidro, por panos riscados de vermelho e mais cores vistosas, espelhos, e principalmente pela aguardente e facões de aço; e tais objetos se davam de jeito a excitar a cobiça e multiplicar o número de peças da próxima compra.

Por vezes, os caçadores de escravos invadiam subitamente, com a violência e com os processos dos ladrões, as tribos indefesas, que surpreendiam de improviso; assaltavam as cidades, as vilas e os campos da África, devastando e assolando tudo; arrebanhavam, como presa fácil de conquistar, os homens, as mulheres e as crianças, e as conduziam à 2^a viva força para os depósitos da costa.

Quem praticava esse primeiro ato do bárbaro drama, eram os funidores (fornecedores), com melhor razão apelidados tumbeiros, porque eram mais cadáveres que seres vivos que traziam à costa.

Uma vez comprado um bando de escravos no interior, o tumbeiro o levava de presídio a presídio, até o litoral; as míseras vítimas iam ajougadas, umas atrás das outras, pelo pescoço, com pesada cadeia, o libambo; impossível resistir, impossível fugir; só andar e sofrer. Nem um pano tinham para se cobrir; mal alimentados, vários caíam de cansaço, moléstia e maus tratos na dolorosa marcha. Para o tumbeiro, queixar-se de moléstia era sinal de manha ou mentira; a poder de pancadas obrigava o queixoso a arrastar-se até o completo esgotamento e então abandonava-o exânime às feras e bichos do sertão; por muitos anos o longo e fúnebre trajeto ficou marcado pelos restos de tantas ossadas humanas.

Chegados ao navio negreiro, os pretos eram afinal embarcados, depois de marcados a ferro em brasa, no ombro, atrás, com o carimbo de dono, para serem reconhecidos em caso de fuga. O governo português cobrava uma siza de tanto por peça: triste imposto que merecia cada vez mais as iras do céu para os desalmados que o aceitavam.

A bordo, a viagem era um suplício infernal. Amontoados por 400, 500, ou mais, em estreito porão, os presos não tinham ar suficiente e morriam numerosos cada dia; para diminuir essa mortalidade, os guardas os faziam subir ao convés para o banho e os mandavam dançar cantando, para, deste modo, arejar os infelizes e distender-lhe os membros; assim mesmo, as torturas físicas e morais eram tamanhas que não raro alguns desesperados se atiravam ao mar. Por isso essas danças lúgubres, capazes de prejudicar os lucros dos traficantes, acabavam depressa e o rebanho humano voltava ao porão escuro onde era guardado e vigiado.

Como as crianças e as mulheres eram mais calmas e não se lançavam às ondas, viajavam na coberta, onde sofriam e morriam menos.

Empilhados uns sobre outros, sem luz, sem ar, sem roupas, não recebendo senão alimentação quase nula e corrompida pela falta de asseio, sem o mais mesquinho alívio material ou intelectual, os miseráveis contraíam estranha moléstia, o banzo, espécie de pungente e intensa saudade da pátria, de nostalgia frenética, que os levava ao paroxismo do delírio, ao suicídio, ao idiotismo ou à morte por inanição.

Nas melhores viagens, a mortalidade era um décimo dos transportados; em freqüentes casos, alcançou a metade e mais ainda. Frei Thomaz de Mercado, em 1569, já descrevia as horrendas cenas do tráfico com seus cruéis tratos e citava uma nau do Cabo Verde que levou 500 pretos para o México. Após uma noite apenas, amanheceram mortos 120 e antes de chegarem tinham perecido quase 300.

Nos meados do século XIX, a Inglaterra e outras potências marítimas resolveram acabar com o infame tráfico e começaram a visitar os navios no alto mar e em paragens determinadas e perseguir os negreiros; estes, quando não podiam mais fugir e evitar o merecido castigo, alijavam então toda a carga ao mar.

Por isso, o grito unânime das consciências honestas era que se acabasse quanto antes com tais atos desumanos, abolindo-os pela raiz e suprimindo a escravidão. Mais uma vez, a voz do Evangelho venceu os apetites insaciáveis da cobiça.

Tratamento dos negros no Brasil

Afinal, o navio negreiro chega ao Brasil; os pretos desembarcam e acampam no oitão dos trapiches, esfaimados, esqueléticos, semi-nús ou esfarrapados,

vários 3 agonizantes; mas começam a respirar.

Numerosas doenças, ocasionadas pela falta de higiene: febres, sarampão, bexigas, mal de Luanda, os atacam e dizimam. Mas pessoas caridosas já lhes mostram alguma simpatia, dando-lhes peças de roupa, alimentos ou curativos; em breve, são comprados para a lavoura ou a cidade, conforme o aspecto e a musculatura:

Então o negro começa a ter vida mais regular, repara que o novo senhor o estima e é melhor que os da África e do mar; o tratamento é menos desumano, as forças físicas voltam e, com elas, certa alegria pela existência e gratidão pelo dono.

As senhoras brasileiras distinguiram-se pelo acolhimento caritativo que dispensaram aos pretos; em primeiro lugar, tomavam conta exclusiva das escravas e chegavam a tratá-las como criadas e às vezes mesmo como filhas da casa. Quanto aos escravos, o coração bondoso das Senhoras brasileiras descobria mil meios de agradá-los, dando-lhes roupas, remédios, alimentos suplementares, conselhos maternais, mostrando-lhes real carinho, alcançando-lhes o perdão do feitor ou do dono após alguma falta, etc. Em regra, para todo o pessoal escravo, eram elas que ensinavam o português, o catecismo, preparavam a recepção dos sacramentos da Igreja: batismo, confissão, comunhão e, em caso de morte, a extrema-unção. Quando chegava a antever a sublimidade da alma, a possibilidade de merecer o céu um dia, quando da boca da patroa aprendia que um Deus morreu para resgatá-lo tanto como os brancos, o pobre negro sentia-se transfigurado, criava paciência para agüentar as agruras da vida terrena e, de seu coração nascia real e funda afeição por quem lhe desvendava tão excelso destino.

A Igreja, por sua vez, nunca aceitou a escravidão; tolerou-a apenas quando lhe faltavam meios para a corrigir. Eloquentes vozes de bispos e de padres elevaram-se nos púlpitos e outros lugares em favor da raça desprezada. O padre Vieira profligou a escravidão dos negros e reparou que em outras terras, o homem comercia, semeia, colhe, as mulheres fiam, e aqui, o comércio é o da carne que os homens geram e as mulheres amamentam. "Comércio desumano e diabólico", afirmou ele.

O padre Manuel Ribeiro Rocha, em 1758, escrevia que todo o comércio de Angola, Guiné e Canária era ilegal e devia ser condenado, como pecado mortal contra a caridade e justiça; e ajuntava que 5 anos de servidão deviam bastar para reintegrar esses prisioneiros negros na liberdade.

A religião católica suavizou o mais possível a sorte da raça preta e inspirou belíssimos costumes aos senhores: um vizinho, um amigo, um membro da família podia apadrinhar os remissos, os fugitivos, os culpados; então suspendia-se o castigo e o senhor perdoava; concedia-se algum tempo na semana, um dia ou dois, para o negro trabalhar em proveito próprio, adquirir alguma quantia, que a lei

acabou por reconhecer oficialmente como propriedade dele; esse dinheiro lhe permitia um dia alforriar-se e conquistar legalmente a liberdade e os direitos de cidadão; mediante esportula insignificante, que a caridade pública nunca recusava a quem a implorava, alforriavam-se as crianças na pia batismal, sobretudo quando tinham a pele menos escura; os senhores, ao morrer, não raras vezes, alforriavam, de graça, bom número de seus escravos, que geralmente continuavam a servir na mesma casa, mas na condição de homens livres. Nas ordens religiosas, os negros eram considerados como escravos de algum santo, como pertencentes a este santo e por isso eram bem tratados e não podiam ser vendidos.

Foi ainda a religião católica que popularizou o culto de S. Benedicto, de raça negra e escravo na Sicília; protegeu e multiplicou as irmandades de pretos, particularmente as de Nossa Senhora do Rosário.

Com permissão e auxílio dos senhores, os escravos organizavam festas meio- profanas, meio-religiosas; a mais alegre e concorrida era a coroação do Rei do Congo, que gostavam de celebrar no dia mesmo dos Reis Magos, a 6 de janeiro; a cena mais interessante e mais aplaudida consistia na chegada do rei festejado, com sua côrte, seus vassalos, no meio de, reproduções de costumes africanos e simulação de navios de guerra, fortins e soldados portugueses.

Costume admitido pelas autoridades e que abona a favor de nossa índole benévola, é que o escravo descontente, incompatibilizado com o dono, tinha o direito de procurar senhor e assim mudar um cativo por demais rude por outro mais a seu gosto.

Todos estes fatos e muitos outros igualmente louváveis em nada desculpam a escravidão, que foi e não podia deixar de ser um cancro social, mas provam que se o mal foi grande, numerosíssimos foram também os atos que o abrandaram; por isso, os negros no Brasil sentiram-se amados; reabilitados, dignificados com o tempo, mais, muito mais do que na terra de origem; afeiçoaram-se a esta nova pátria que os beneficiava, trabalharam por ela com energia e a defenderam valorosamente nos campos de batalha, desde Henrique Dias com seus heróis da guerra holandesa até nossos dias.

Os pretos dignificados no Brasil deram homens de valor tanto nas fileiras do clero como em qualquer profissão; hoje são todos cidadãos da mesma pátria, onde possuem os mesmos direitos que os outros Brasileiros e gozam da consideração que lhes merecem suas virtudes. Entre nós, não há questão social a respeito de raças diferentes, como na América do Norte; e foi a religião católica que nos valeu essa maravilhosa unidade de sentimentos, fonte de paz e de prosperidade para nosso país.

Escravidão e Igreja

É do contágio do primeiro pecado que derivam todos os males, em particular essa perversidade monstruosa pela qual homens houve que esqueceram a

caridade ao ponto de tirar a liberdade a seus semelhantes.

Até o advento do Redentor Jesus Cristo, a escravatura propagou-se em todos os povos, e tão reduzido era o número dos homens livres que um poeta chegou a pôr nos lábios de César esta atrocidade: “O gênero humano vive para poucos”.

A escravatura estava em vigor nas nações pagãs mais civilizadas, entre os Gregos e os Romanos, onde a dominação de um pequeno número se impunha à multidão e esta dominação era exercida com tanta perversidade e orgulho, que as turbas de escravos eram considerados como bens, não como pessoas, como coisas desprovidas de todo o direito e até da faculdade de conservar a vida.

Seguindo a doutrina de seu divino Fundador, a Igreja católica, com muita doçura e prudência, mudou aos poucos tão hediondo estado.

Ensinou que todos os homens são filhos de um mesmo Pai, que é Deus; são todos irmãos em Jesus Cristo, devem amar-se mutuamente.

Disse aos donos para tratar benignamente os que os serviam, favoreceu as libertações e, com o decorrer dos séculos, transformou a escravidão em servidão, e esta, afinal, em liberdade completa.

Ensinou também aos escravos tratar bem seus donos, ser-lhes sujeitos em todo o temor, não só aos bons e modestos, mas ainda aos díscolos, mostrando que quando alguém serve aos donos da terra é a Jesus Cristo e a Deus mesmo que está servindo.

Devagar, a caridade dos senhores e a paciência dos escravos chegaram a tornar virtuoso e agradável um estado social tão contrario à natureza

A Igreja conseguiu embelezar de todo o realce da virtude a palavra servir,

5 antigamente própria apenas de um escravo, e hoje cada um se ufanava em dizer: sirvo a Deus, sirvo a pátria, a meus pais, a meu dono.

No fim da Idade Média, não havia mais escravos nos países cristãos: reapareceram por efeito de insaciável cobiça quando voltaram as idéias pagãs da Renascença; mais uma vez se verificou o princípio que idéias erradas geram maus costumes.

Que fez então a Igreja? Pela voz dos papas, não cessou de clamar contra a volta do antigo abuso; declarou sempre que todos os homens nascem livres, tanto os Índios como os negros; aproveitou cada ocasião oportuna para convidar os governos a praticar os seus deveres neste ponto importante e graças às suas perseverantes instâncias, conseguiu que se fizesse justiça aos direitos postergados da natureza e da religião.

São Pedro Claver (1581-1654)

São Pedro Claver foi um Jesuíta espanhol que trabalhou mais de 40 anos entre os escravos pretos das Índias Ocidentais, como então se chamavam as Américas. A vocação particular que Deus lhe destinava, lhe foi revelada por um santo Irmão leigo, porteiro da residência, santo Affonso Rodriguez: Tudo aconteceu conforme as predições do Irmão.

Depois de ordenado sacerdote, Pedro foi enviado a Cartagena (Colombia), o

maior mercado de escravos das colônias espanholas e ali fez o voto de consagrar todas as suas energias ao serviço dos pobres e infelizes pretos.

Durante mais de 40 anos, para todos eles foi apóstolo, pai carinhoso, médico e amigo. Com a maior ternura dava-lhes alimentos, roupas e remédios e tratava-lhes as feridas com a bondade de uma mãe. Visitava também as prisões, assistia aos criminosos e condenados à morte e converteu presos ingleses e holandeses e muitos muçulmanos.

De noite, em lugar de descansar, entregava-se à oração e fazia penitência.

Deus abençoou-lhe o zelo, dando-lhe a consolação de batizar mais de 40 mil negros, uns mil cada ano na média, antes de lhe conceder a eterna recompensa no céu.

Sua festa celebra-se a 9 de setembro.

Durante o tempo pascal, São Pedro largava a cidade e percorria as montanhas, visitando seus queridos escravos, dispersos nas estâncias; as chuvas tropicais podiam molhá-lo até os ossos, mas não eram capazes de deter-lhe os passos ou fazê-lo voltar. Não deixava uma povoação antes que o último negro se tivesse desobrigado.

Numa ocasião, saiu de repente da residência e correu, sem guia nem caminho, para os pontos mais recônditos de uma Serra, à distancia de várias léguas. Ninguém sabia para onde nem porque corria assim tão depressa. Quando voltou, pálido e moído de cansaço, descobriu-se que fora administrar os últimos Sacramentos a três pobres velhos pretos, abandonados de todos, que se tinham arrastado a uma cabana em ruínas para ali morrer à mingua.

São Pedro Claver gostava de intitular-se “O escravo dos escravos”.

Palmares

Ansiosos pela liberdade ou maltratados pelos donos, os negros fugiam nas ocasiões propícias, reuniam-se em grupos e formavam pequenas povoações denominadas quilombos ou mocambos; houve quilombos na Bahia, em Minas e outras capitânias; mas os mais extensos e afamados foram os dos Palmares, em Pernambuco e Alagoas; duraram de 60 para 50 anos.

Encontravam-se na faixa de mata brava que se estendia de sul a norte, uns 200 km, desde Palmeira, em Alagoas, até Altinho, em Pernambuco, paralela ao litoral; essa mata recebeu o nome de Palmares, porque estava cheia de palmeiras catolés, preciosas para os habitantes, a quem forneciam vinho, azeite, roupa, alimento e habitação; as palmas serviam para cobrir as casas; as hastes davam esteios e lenha; os frutos e o palmito usavam-se na alimentação e as fibras exteriores de tronco eram boas para cordas e tecidos.

Os palmeirais eram separados por bosques de outras árvores, onde os negros assentaram os quilombos, cada qual com seus chefes particulares e todos mais ou menos submissos a um rei comum.

Esses quilombos ocupavam a região muito acidentada onde vemos hoje as serras dos Dois Irmãos, dos Palmares, da Barriga, do Capim, dos Pilões, dos Bois, do Espelho, etc. - Parece que o rei supremo tinha o nome de *Gangazumba* com o título de *Zambi*, *Zumbi* ou *Zombi*, que significa Deus na língua do Congo.

A noroeste de Porto Calvo, havia importantes quilombos: o do *Macaco*, com cerca de 1.500 casas e residência ordinária do rei Gangazuma: o de *Acainéne* ou *Arotiréne*, onde vivia a mãe do rei; os de *Tabocas*, *Dambrabança*, *Osenga* e outros; a noroeste de Serinhaém, havia a cerca do *Amaro*, nome do potentado

ali residente, e a noroeste das Alagoas, o mocambo de *Andalaquituxe*, irmão do Zumbi; no palmar de *Sucupira*, vivia *Gangazona*, outro irmão do rei; esse palmar era praça de guerra, continha umas 800 casas, estendia-se a uma légua em cada sentido, com fortificações de pedra e madeira, possuindo no interior um rio chamado *cachingi* e três montes altos e alcantilados, ótimos para atalaias e defesa.

Esses mocambos eram os maiores e mais fortificados; mas havia muitos outros. As fortificações consistiam numa dupla cerca de paus a pique, com seteiras, e circulada por fossos artificialmente dissimulados e com passagens exteriores embaraçadas de estrepes.

Se a instrução e educação dos quilombolas eram insuficientes para que formassem uma república regular, com leis escritas e poderes civil e religioso perfeitamente organizados, é certo que a necessidade de defender-se os obrigou a viverem unidos, com uma espécie de governo, onde os mais ladinos e os mais antigos reuniam e dirigiam os outros, afim de protege-los e promover o bem geral.

Os atos religiosos, os de policiamento, a distribuição da justiça e muitos costumes deviam ser bastante irregulares; parece mesmo que alguns negros, de maior esperteza, faziam de parochos e tratavam do que se referia a batizados, casamentos e enterros.

No mocambo do Macaco, encontrou-se uma capela com três imagens: do Menino Jesus, de Nossa Senhora da Conceição e de São Braz.

Os *quilombolas*, chamados também *mocambeiros* e *mocamáus*, viviam dos produtos de suas roças, de um pouco de comércio com algumas fazendas vizinhas e amigas e de bastantes rapinas nas cercanias de Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

Ignora-se quando começaram os primeiros mocambos de Palmares; julga-se que foi nas desordens do princípio da guerra holandesa.

Não estão acordes os autores quando avaliam o número dos quilombolas de Palmares; as apreciações variam de 10.000 a 30.000; com o tempo, esse número devia aumentar pela chegada de novos fugitivos e o rapto dos escravos nas fazendas da região. Expedições baldadas

No tempo em que dominavam em Pernambuco, os Holandeses sofreram numerosas agressões dos quilombolas, trataram de submetê-los, mas não o puderam de modo completo.

Durante 20 anos, desde a expulsão dos Holandeses, em 1654, até o ano de 1674, por sua vez, o governo de Pernambuco empenhou-se em 25 tentativas para os dominar, mas o resultado foi quase nulo; o mau êxito de tantos esforços foi motivado pela distância dos lugares, a extrema dificuldade dos caminhos, a ignorância completa da parte dos Portugueses do terreno onde deviam combater e o apoio prestado aos mocambeiros pelos fazendeiros vizinhos, que não queriam indispor esses quilombolas e lhes vendiam armas, munições e outros objetos de grande utilidade para a guerra.

A 1ª expedição era oficial e contava 600 homens às ordens do capitão *Braz da Rocha Cardoso*; a 2ª, era oficial também, com maior numero de soldados, e dirigida pelo mestre de campo *Antonio Jacome Bezerra*; o resultado de ambas foi insignificante. Igualmente infrutíferas, as numerosas expedições seguintes foram ora oficiais como as duas primeiras, ora empreendidas por conta própria de particulares; em nada detiveram os quilombolas de agredir continuamente as povoações de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, saquear-lhes as casas e fazendas,

matar-lhes o gado tomar-lhes os escravos e oferecer asilo seguro aos escravos fugitivos e aos criminosos.

Esforços de D. Pedro de Almeida

O elevado e sempre crescente número dos Palmarenses, assim como sua audácia e atividade eram um perigo para toda a capitania de Pernambuco; com o tempo, os escravos fugidos chegariam a dominá-la se os Pernambucanos não trabalhassem logo e sem descanso em exterminá-los ou reduzi-los à obediência.

Por isso, *D. Pedro de Almeida*, ao tomar posse do governo de Pernambuco, resolveu lançar mão de todos os meios para assegurar a tranquilidade da capitania. Confiou um corpo de 280 homens ao sargento-mor *Manuel Lopez Galvão* e o encarregou de policiar a região de Palmares.

Saindo de Porto Calvo, o sargento-mor internou-se resolutamente pelo mato a dentro e, a 22 de janeiro de 1676, deparou com um quilombo de mais de 2.000 casas, salteou-o, incendiou as palhoças e pôs os negros em fuga; como se reunissem um pouco adiante, atacou-os com valor no dia seguinte e, após renhido combate, desalojou-os de novo.

No lugar mesmo da vitória, acampou durante uns cinco meses, afim de bater a região em todos os sentidos; afinal, descobriu o paradeiro dos fugitivos, a umas 25 léguas adiante e desbaratou-os outra vez ferindo de uma bala na perna o general dos quilombolas; era um negro valente, de singular coragem, grande ânimo, constância admirável e inimigo capital dos brancos.

Esgotados os mantimentos, quase sem munições, vendo os soldados cansadíssimos e dizimados por doenças e marchas penosíssimas, o sargento-mor retirou-se levando 45 prisioneiros.

Na esperança de obter resultado mais decisivo, D. Pedro de Almeida, em 1677, preparou outra expedição, que devia ser mais forte. Escolheu como chefe o capitão-mor *Fernão Carrilho*, já afamado por ter destruído, nos sertões da Bahia, uns mocambos dos negros e aldeias de Tapuyas que os assolavam; interessou na empresa todas as câmaras de Pernambuco, pediu-lhes instantemente homens, armas e dinheiro e tratou de inflamar os brios dos habitantes mostrando-lhes que, depois de combater com tamanho denodo para expulsar os Holandeses, seria vergonha indelével deixar-se dominar pelos próprios escravos.

Apesar de todos os esforços e promessas, ao chegar em Porto Calvo, Fernão Carrilho encontrou apenas 185 soldados entre brancos, mamelucos e Índios; com meios tão insuficientes, o mau êxito era certo; então, o capitão-mor invocou o auxílio do céu e colocou a empresa sob a proteção do Senhor Bom Jesus, em cuja honra mandou cantar missa solene em Camaragibe.

De ânimo alegre, partiu de Porto Calvo a 21 de setembro de 1677, chegou à cerca de Acainéne a 4 de outubro e logo investiu com os pretos, que fugiram sem combater; pelos presos, soube que o rei Gangazumba estava no mocambo fortificado de Sucupira, marchou para essa povoação, mas encontrou-a deserta e entregou-a às chamas; ocupou-a e nela assentou arraial com o título de Bom Jesus e a Cruz.

O capitão-mor mandou partidas bater o mato em todas as direções; mas os soldados estavam desanimados e começavam a fugir quando vieram alguns reforços enviados por D. Pedro de Almeida. Criando coragem de novo, fizeram os soldados mais uma entrada pelas florestas, bateram um troço de quilombolas muito superiores em número e tiveram a felicidade de prender Gangamuza, genro do rei e general dos negros de Angola. Prenderam também Gaspar, João Tapuya

e Ambrosio, famosos capitães do mesmo rei e numerosos outros combatentes. Sem esperar licença de Carrilho, executaram logo esses quatro chefes.

O rei Gangazumba estava pelejando nessa batalha, mas fugiu ao ver-se derrotado e reuniu suas forças no vasto quilombo do Amaro, ao noroeste de Serinhaém; o capitão-mor correu-lhe no encalço e logo o atacou com vivacidade nos entrincheiramentos; defendendo a cerca, caíram vários capitães poderosos dos mocambeiros e bastantes negros; outra vez o rei fugiu e com tanta pressa que deixou a espada e uma pistola dourada de que usava; foram presas 47 pessoas, entre as quais a mulher, alguns filhos e netos de Gangazumba.

Fernão Carrilho perseguiu os fugitivos, fez numerosos prisioneiros e voltou a Porto Calvo, onde foi recebido em triunfo e rendeu à Deus solenes ações de graças na capela do Senhor Bom Jesus.

Ao chegar ao Recife, teve o júbilo de saber que nas matas do rio S. Miguel e nas margens do rio Mundahú vários grupos de mocambeiros, restos da cerca de Sucupira e do quilombo do Amaro, tinham sido destroçados, apesar de se defenderem como leões e terem morto ou ferido numerosos soldados.

Domingos Jorge Velho

Em 1678, D. Pedro de Almeida conseguiu fazer a paz com o rei Gangazumba, mediante o perdão e grandes vantagens a favor dos quilombolas; as hostilidades, porém, recomeçaram logo no ano seguinte, 1679, com tremendas perdas para os Portugueses.

Não havendo mais esperança de subjugar os negros e como os prejuízos da capitania eram cada vez maiores, os Pernambucanos recorreram aos Paulistas, cuja habilidade em semelhantes trabalhos era justamente celebrada em todo o Brasil.

As negociações fizeram-se com um sertanejo paulista, o coronel Domingos Jorge Velho, então mestre de campo de um regimento estacionado no sertão da Bahia; o ajuste foi celebrado a 3 de março de 1687 e definitivamente ratificado pela corte a 7 de abril de 1693. O governador devia pôr munições, armas e mantimentos em Penedo e Alagoas, ficando a condução para o interior por conta do coronel Domingos Jorge Velho. Os negros apresados, exceto o quinto devido ao rei, seriam escravos do dito coronel, que se obrigava a levar fora da capitania os maiores de 7 anos; apenas os chefes principais dos negros seriam executados; o coronel receberia sesmarias nas terras conquistadas sem tolerar nelas nem escravo fugido nem criminoso de qualquer espécie; receberia também 4 hábitos das três ordens militares para si e para os oficiais que tencionasse distinguir; todos os soldados e homens de guerra obedeceriam ao coronel, que poderia prender qualquer morador que auxiliasse os mocamáus.

Apenas em 1695 estiveram prontos os preparativos e Jorge Velho recebeu ordem de marchar para Porto Calvo. Com uns 1.000 homens, o destemido Paulista saiu do sertão da Bahia e passou por Garanhuns onde parou para estudar a região dos Palmares e examinar à vontade a povoação principal do Zumbi, que estava a pouca distância.

Este quilombo era bastante extenso e media uma légua de volta; as plantações eram vigorosas e bem tratadas; no centro havia um lago, alimentado por vários riachos cujas águas serviam aos quilombolas. Num alto, um rochedo dominava a redondeza e era ótimo posto para a atalaia observar ao longe. Ao redor do grupo das casas, corria um cerca de duas linhas de paus a pique, altos,

feitos de troncos grossos da melhor e mais dura madeira, lavrados em quatro faces, como fortes traves. Três portas, colocadas a igual distância uma da outra, permitiam o ingresso para o quilombo; eram fortes, feitas da mesma madeira que a cerca, protegidas em cima por uma plataforma onde se abrigavam os defensores, comandados por um dos mais valorosos chefes.

No terceiro dia depois de chegar, os Paulistas, meio desprevenidos andavam colhendo frutas num bananal pertencente aos mocamáus, quando foram atacados com violento ímpeto e obrigados a lutar corpo a corpo. Apesar de seu valor, resistiram mal ao choque, perderam preciosas vidas e retrocederam aos poucos; o combate podia degenerar em desastre, quando Domingos Velho acudiu, grupou em ordem o resto de seus homens e efetuou logo a retirada para Porto Calvo.

Ali encontrou os soldados enviados pelo governador, ao todo de 6.000 para 7.000 homens. A frente desse numeroso exército, dirigiu-se imediatamente para o quilombo de Garanhuns. Como disposição de assalto, repartiu suas forças em três colunas: no centro, em frente da 1ª porta, os soldados de Olinda, às ordens de Bernardo Vieira de Mello; na direita, para forçar a 2ª porta, ele próprio com seus Paulistas; na esquerda, com ordem de arrebatá-la a 3ª porta, o resto dos homens sob a direção do sargento-mor Sebastião Dias. Mas a defesa foi enérgica: numerosos assaltos para subir as cercas com escadas foram todos repelidos e os atacantes sofreram duras perdas; os aproches com machado malograram todos igualmente, debaixo das pedras, frechas, água fervente e outros meios usados pelos hábeis e corajosos negros; o fogo pegava mal na madeira dura e não havia meio de aproximar-se bastante perto para acendê-lo.

Então Domingos Jorge Velho pediu ao governador mais reforços de homens e artilharia, apertou o bloqueio do quilombo e requisitou ou comprou víveres e mais mantimentos nas povoações ao seu alcance.

Afinal, recebendo canhões, assestou-os contra uma porta que derrubou, alargou a brecha, ordenou o assalto e assim entrou na povoação, onde fez avultado número de presos, que levou a Olinda, para reparti-los entre seus soldados, conforme os merecimentos de cada um.

Durante muitos anos, a tradição narrava que o Zumbi, preferindo a morte ao cativeiro, para não cair vivo nas mãos dos vencedores, subiu ao alto da atalaia e atirou-se resolutamente por um profundo despenhadeiro; é possível que vários negros o tenham feito, particularmente os chefes; mas documentos posteriormente encontrados provam que o próprio Zumbi não se suicidou num despenhadeiro, mas foi atraído por um mulato, seu valido, que o prendeu e entregou aos Portugueses, os quais o executaram, provavelmente cortando-lhe a cabeça (1695). Domingos Jorge Velho continuou a pacificação dos Palmares, destruindo facilmente vários outros quilombos de menor importância; a partir de 1697 a região estava em paz e os Paulistas, nas sesmarias recebidas, fundaram os arraiais de S. Caetano, hoje Jacuipé, perto do rio de mesmo nome, Atalaia sobre o rio Paraíba, e Anadia sobre o rio São Miguel, todos nas Alagoas; foram postos de policiamento que impossibilitaram a formação de novos quilombos.

Em 1700, nos Palmares, apareceu ainda o negro Camuanga; à frente de alguns 10 companheiros da mesma cor, perturbou a tranquilidade pública, mas não demorou em ser preso.

Tratado de paz com o Zumbi

Embora feliz, a expedição de Fernão Carrilho não fora definitiva: restavam

ainda muitos e fortes quilombos em plena atividade e, sobretudo, faltava prender o chefe, o Zumbi Gangazumba.

De caráter bondoso e magnânimo, e também impelido pela impotência de subjugar os negros à viva força, o capitão-mor de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, resolveu experimentar os meios dissuasórios e oferecer paz e honrosas condições aos quilombolas. Mandou-lhes um alferes para lhes apresentar propostas vantajosas. Este oficial voltou ao Recife no dia 18/junho/1678, trazendo consigo dois filhos do Zumbi e mais dez negros, distintos chefes dos Palmares; vinham todos em nome de Gangazumba ajustar a paz oferecida; tal embaixada pressagiava dias felizes no futuro.

Tanto D. Pedro de Almeida como Ayres de Souza e Castro, o novo governador, os receberam com a maior gentileza, dando-lhes boa roupa e enfeites, porque vieram quase nus. Dois dias depois, a 20 de junho, na igreja do Corpo Santo, houve soleníssima festa religiosa para agradecer a Deus tão auspicioso e inesperado sucesso.

Na manhã de 21, reuniram-se os dois governadores, os membros da Câmara e principais cidadãos com os embaixadores de Palmares e resolveram oferecer aos quilombolas as seguintes propostas de paz:

O rei Gangazumba, completamente perdoado, ajudaria a conquistar os quilombos que recusassem aceitar a paz; todos os negros perdoados e livres, se retirariam, dentro de 3 meses, para as cabeceiras dos rios Serinhaém e Formoso onde receberiam terras, seriam vassalos do rei de Portugal e governados pelo próprio Gangazumba, com o título de mestre de campo; os chefes negros conservariam os mesmos títulos e postos; os nascidos nos Palmares seriam livres.

Os Pernambucanos restituíam os presos, mas, doravante, os negros que fugissem de alguma fazenda deviam voltar aos donos.

Os embaixadores aceitaram essas condições e foram despedidos com presentes e com a maior cortesia, indo com eles um sargento-mor, do terço de Henrique Dias, afim de ler e confirmar a Gangazumba o tratado de paz.

Como um filho de rei tivesse uma perna ferida e não pudesse viajar, ficou em tratamento no Recife com dois negros para servi-lo; seguiram depois da cura.

As condições eram vantajosíssimas; os quilombolas recebiam o perdão, a liberdade e terras para suas casas e roças; era a mais honrosa reabilitação para todos. Entretanto, no ano seguinte, 1679, recomeçaram as hostilidades; porque não aceitaram? A principal razão deve procurar-se na confiança insuficiente que tinham nos Portugueses, no espírito irrequieto e na soberba que então os animavam depois de uns 50 anos de vida independente; se algum Anchieta ou Nóbrega tivesse podido acompanhar o portador do tratado de paz e viver no meio deles para os persuadir e animar a adotá-lo e observá-lo, a paz teria sido definitiva e a guerra dos Palmares teria acabado logo e do modo mais feliz e decoroso para todos.

O fato é que os negros não demoraram a recomeçar extorsões nas fazendas a seu alcance; o capitão-mor foi obrigado a enviar contra eles, em 1679, uma expedição que foi singularmente molestada na marcha avante e sofreu tremenda derrota no encontro. Deixados tranquilos até 1695, os negros fortificaram-se cada vez mais, continuaram suas depredações e tornaram inevitável a expedição de Domingos Jorge Velho, que havia de 11 aniquilá-los completamente em 1695.



Fonte: livro de História do Brasil da FTD, São Paulo.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
Bicentenário de Osorio

Nº 59 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

A QUESTÃO DO PIRARA E A RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL - Uma opinião -

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

1. Introdução

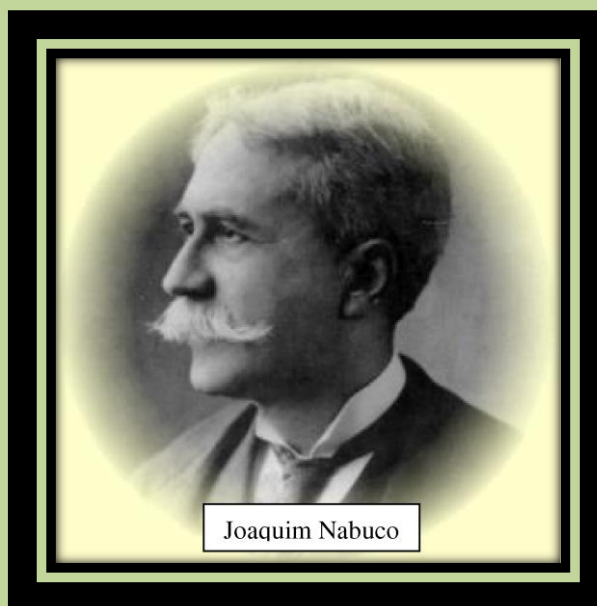
A chamada Questão do Pirara foi uma das mais importantes disputas territoriais do Brasil com seus países limítrofes. Exigiu da diplomacia brasileira um desempenho à altura da disputa com um dos países mais importantes do mundo. No caso, a questão foi entre o Brasil e a Inglaterra. A Guiana Inglesa não era, como hoje, um país independente.

A região do Pirara é uma das mais setentrionais do país, localizada a nordeste do atual Estado de Roraima. Fica localizada entre os meridianos 58° e 60° oeste e entre os paralelos 1° e 4° de latitude norte, compreendida entre a margem esquerda do Rio Rupununi e o Lago Amacu, o rio Pirara, o rio Mahú e o rio Tacutú, até as nascentes deste último ao sul.

A antiga denominação do Estado de Roraima era Território Federal de Roraima ou, mais antiga ainda, Território Federal do Rio Branco. O principal e mais importante curso d'água de Roraima é o Rio Branco. Por ele chegaram os

primeiros colonizadores portugueses. A Capitania do Rio Negro foi fundada em 1755 para fazer face aos

A questão arbitral com a Inglaterra ocorreu a partir de 1901, sendo concluída em 1904. O Ministro das Relações Exteriores da época era o insigne diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, que foi Ministro das Relações Exteriores durante os governos de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-06) e de Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-14). O plenipotenciário brasileiro que defendeu os nossos interesses na disputa foi o outro insigne diplomata **Joaquim Aurélio**



Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 1849 - Washington, 1910), também político, historiador, jurista e jornalista. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Nabuco foi escolhido para a missão pelo Presidente Campos Sales e por seu Ministro das Relações Exteriores Olinto Magalhães.

2. Antecedentes

Os antecedentes da questão mostram que em 28 de agosto de 1613, o rei Jacques I, da Inglaterra, concedia a Robert Harcourt, John Rovenson e a Sir Thomaz Challoner, através de cartas patentes, o território compreendido entre os rios Amazonas e o Essequibo.

Seis anos depois da primeira concessão, a 01 de setembro de 1619, o mesmo rei renovava as cartas patentes aos mesmos súditos. Foi uma verdadeira pirataria terrestre, sendo as cartas patentes verdadeiras “cartas de corso terrestres”.

Vê-se que a questão vem de longe. Não se pode esquecer a luta do bravo Pedro Teixeira contra holandeses, ingleses e franceses no século XVII na Amazônia.

Conforme o General Antonio da Rocha Almeida¹, pelos textos dos Tratados de 1750 (Madri) e 1777 (Santo Ildefonso), a fronteira com a atual Guiana Inglesa deveria acompanhar os altos cumes da meseta brasílico-guianense.

Em 1777, efetivos espanhóis partidos do Orenoco alcançaram o Uraricoera,

¹ ROCHA ALMEIDA, Antonio, General. *História do Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, Ética, 1959, vol. 3, p.608.

fundaram um pequeno estabelecimento e passaram ao Rio Branco. Um destacamento luso-brasileiro comandado pelo Capitão Filipe Sturm derrotou os invasores, apoderou-se do material bélico que traziam, iniciou a construção de um forte e criou seis pequenos núcleos urbanos. Conforme a Enciclopédia Delta Larousse/1972 (Vol 13, pág. 5947), esses núcleos foram destruídos por um levante indígena chamado Praia do Sangue, violentamente contido por forças militares.

Em 1778, o Capitão-de-Fragata Francisco José de Lacerda e Almeida, nomeado pela Coroa portuguesa, foi até o Rupununi e Essequibo, encontrando por toda parte vestígios de ocupação espanhola e portuguesa. O direito de dominação portuguesa até o Rupununi sempre foi questão fechada. Na mapoteca do Itamaraty pode ser consultada a Carta Générale et particulier de la Colonia Essequibe et Demerara, situeé dans la Guiana en Amérique, redigée et dédiée au Comité des Colonies et possessions par de Mayor F. v. BOUCHENROEDER, 1978.

Ainda conforme Rocha Almeida, junto a esta carta lê-se a seguinte nota:

Esta carta é em grande escala e mostra as embocaduras dos rios Demerara e Essequibo desde a foz até grande distância para o interior, dando bem a conhecer que a fronteira do Demerara com o Brasil é o rio Rupununi.

Em 1781, o Capitão de Fragata Antônio Pires da Silva Pontes e o Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, membros da Comissão de Limites, exploraram a região e estudaram as linhas limites a serem propostas. Outros demarcadores que estiveram na área foram Eusébio Antônio de Ribeiros, José Simões de Carvalho e Alexandre Rodrigues Ferreira. Este, deixou uma memória chamada Tratado Histórico do Rio Branco.

3. A presença inglesa na área

Somente em 1799 procuraram os ingleses estabelecer-se nas Guianas, quando o governo inglês apoderou-se da Guiana Holandesa, que foi restituída em 1801, mas retomada em 1803. Desta segunda vez, os ingleses permaneceram por dez anos. Em 1814, os ingleses ocuparam os estabelecimentos do Demerari, Essequibo e Berbice, e desses locais apossaram-se definitivamente, com a aquiescência da Holanda.

A partir de 1782, quando foi extinto o Estado (Capitania) do Grão-Pará e Rio Negro, o contencioso do Pirara passou diretamente para a Coroa portuguesa através da sua colônia brasileira.

Em 1810 os ingleses subiram pela primeira vez o Essequibo. O Capitão D. P. Simon, chefe da expedição, estava encarregado de pacificar tribos indígenas que estavam em guerra. O naturalista inglês John Hancock e o Tenente-Coronel D. Van Sirtema, acompanhavam Simon. Desejosos de visitar o Forte de São Joquim, endereçaram ao comandante uma carta solicitando permissão, em 22 de janeiro de 1811, para a visita. Esta expedição foi encontrada alguns dias depois por um Sub-oficial e dois soldados luso-brasileiros em uma aldeia de índios na margem esquerda do Rupununi. O Sub-oficial informou-os que estavam em território português, pelo que a expedição britânica pôs-se em marcha para o Rupununi, onde ficou aguardando a resposta da carta. Em 22 de fevereiro receberam os ingleses a autorização e os dois oficiais mais o médico foram escoltados até o Forte. Doze dias depois, Simon despedia-se do comandante do

Forte de São Joaquim e, escoltado por um destacamento português, retornou a Demerari. Os outros, Van Sirtema e Hancock só deixaram o Forte a 12 de maio, sendo escoltados por seis soldados e pelo Destacamento do Pirara, este comandado por Pedro Ferreira Mariz Sarmento.

Estes detalhes são muito úteis, pois mostram que, desde a primeira visita dos ingleses ao Rupununi e ao Pirara, os mesmos encontraram estes destacamentos efetivamente ocupados pelos militares pertencentes ao Comando Militar do Rio Branco.

Mas a questão só tomaria vulto a partir de 1835, quando a Sociedade de Geografia de Londres (Royal Geographical Society of London) incumbiu o explorador prussiano naturalizado inglês Robert Hermann Schomburgk, acompanhado pelo irmão Moritz Richard, de ir às Guianas e fixar os limites entre as possessões inglesas e seus vizinhos. O passaporte para Schomburgk foi concedido pelo Ministro do Brasil em Londres, a pedido do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, Henry John Temple, Lord Palmerston.

Schomburgk fez três expedições à Guiana. Na primeira, conforme Carolina Nabuco², ficou “encantado” com a bela vila de Pirara, habitada pelos índios Macuxis, à beira do lago Amucu. A última foi em 1838 quando ele, após ter encontrado o Forte de São Joaquim e o Posto do Pirara sem efetivos, já que os militares tinham ocorrido ao interior para combater a Cabanada, retornou à Inglaterra e recomendou a colocação de marcos de posse nas embocaduras dos rios Mahú (Ireng) e Tacutu. Em carta a um luminar da Royal Geographical Society chamado Thomas Buxton, Schomburgk diz o seguinte:

A linha do divisor de águas entre os rios que são tributários do Essequibo, de um lado, e do Amazonas do outro, formaria sem dúvida a fronteira mais natural...Mas ignora-se completamente que as possessões dos portugueses e mais tarde dos brasileiros se tivessem estendido a leste do Forte São Joaquim (grifo meu). Ora, nesse caso a bandeira da Grã-Bretanha flutuou sobre Pirara antes da brasileira. Arvoramo-la na praça da vila com todas as honras possíveis por ocasião do aniversário do rei.

Os marcos foram colocados, e possuem legendas de 25 de abril de 1842. Conforme o Coronel Manoel Soriano Neto, Schomburgk, em relatórios a Londres, dizia que a presença militar lusitana na região era precária, quase inexistente. Sugeriu, inclusive, que a Inglaterra deveria ocupar esses espaços 'vazios', mandando demarcá-los para os domín

expressa de abandonar o Pirara, sob argumento de ser um lugar ocupado por tribos independentes. Para Joaquim Nabuco isso significava, “que a tribo de índios independentes reclamava a proteção da Grã-Bretanha”.

Essa preocupação com a proteção dos índios já teria sido manifestada também por Hillhouse, que falava dos grilhões, dos crimes e outras barbaridades cometidas contra aqueles “que viviam melhor no estado de natureza selvagem”. Destarte, a referência ao maltrato aos indígenas, será muito usada pelos ingleses para justificar a Linha Schomburgk.. Pelo menos é o que se verifica em Nabuco, em alguns trechos de suas Memórias, e também entre os experts venezuelanos nomeados em vários momentos para documentar a Questão Essequibo. Foi com este argumento que Crichton escreveu a Light recomendando fixar uma linha de fronteira entre os dois países, que deveria seguir a cadeia de montanhas que separam as águas que correm para o oceano Atlântico e as águas que correm para o sul, para a bacia do Amazonas, e certos rios ou pequenos cursos d'água, onde montanhas são interrompidas por savanas. Assim, em função de uma dúvida sobre linha de fronteira, colocada pelos britânicos, é que se iniciaram os contatos formais entre Grã-Bretanha e Brasil, de um lado, e Grã-Bretanha e Venezuela de outro. No dia 18 de março de 1840, Lord Palmerston propôs ao Lord John Russell que se colocassem em prática as idéias de Schomburgk sobre a linha de fronteira, e que cada governo: Brasil, Venezuela e Guiana, oferecessem suas defesas e justificativas.

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento, Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em 1837 o diplomata inglês Lord Palmerston declarava que o Forte São Joaquim havia sempre sido considerado limite entre o Brasil e a Guiana. Nesta ocasião teve início a manobra para espoliar a Planície do Pirara do Brasil.

Em 14 de fevereiro de 1842, ocorreu a ocupação do Pirara por um destacamento inglês, comandado pelo Tenente Bingham. A vila estava praticamente deserta.

4. O Forte de São Joaquim

Sobre o Forte de São Joaquim do Rio Branco, afirma Cláudio Moreira Bento³, que o mesmo foi concluído em 1778, na confluência e sobre a margem esquerda do rio Tacutu, ou seja, um ano após o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado entre Portugal e Espanha. Em 1786 serviu de base de operações para o Engenheiro Militar Coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, o qual havia sido encarregado de levantar, mapear e organizar a defesa do Vale do Rio Branco.

5. Manuel da Gama Lobo d'Almada

O Brasil deve a este engenheiro militar, demarcador e geógrafo a nova política da qual resultou a integração definitiva da região de Roraima ao mundo luso-brasileiro, com a fundação de fazendas de gado. Essas fazendas chamaram-se São Bento, São José e São Marcos. Em 1818, o rebanho de gado bovino chegava a 4.347. Lobo d'Almada deixou a memória intitulada Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. Este militar destacava-se pela sua liderança através do exemplo, o qual assim justificava:

“Eu mesmo vou pessoalmente a todas as expedições. Não permito que os meus companheiros passem por trabalhos ou perigos em que eu não seja o primeiro a dar-lhes o exemplo”.

Neste caso, a justificativa de d'Almada lembra a valorosa atitude do Gen Heleno, atual Comandante Militar da Amazônia, ao denunciar a política do governo na área.

Um dos lemas mais significativos de Lobo d'Almada era o seguinte:

“Todo sangue que corre a serviço da Pátria é nobre!”

6. A cobiça inglesa

Em junho de 1838, um missionário anglicano de nome Thomas Youd chegou até a aldeia brasileira no Pirara e instalou-se um pouco mais acima, criando uma missão religiosa entre os rios Pirara e Moneca, à margem esquerda do Guatatá. Atraiu para o local alguns ingleses, que se misturaram com os índios e com brancos que ali já estavam instalados. Esse conglomerado recebeu o nome de Forte de Nova Guiné. Foi necessário que o Comandante do Forte São Joaquim, Capitão Ambrósio Aires, acompanhado pelo Frei José dos Santos Inocente, cumprindo ordens do Presidente da Província do Pará, General Soares de Andréia, fossem até a presença do audacioso missionário e o intimidasse a deixar o território onde estava instalado, pois ali era território brasileiro. Youd deixou a região, mas levou consigo os índios já catequizados.

Em 1840, foi publicada em Londres a obra Uma descrição da Guiana Britânica, que modificava a fronteira em prejuízo do Brasil. Na época, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra eram frágeis.

Conforme Pedro Calmon⁴ “A questão tornou-se subitamente grave, com o erro das autoridades brasileiras, de não se estenderem para leste do Forte de São Joaquim, nele se conservando, porque era a baliza, solidamente estratégica, a velar pela *comunicação natural do Rio Branco com o Amazonas - erro que permitiu a incursão do estrangeiro, de bandeira arvorada*”.

Ainda conforme Calmon, essa ocupação “de fato”, a despeito da documentação, foi fatal ao direito do Brasil. Registra, também, um comentário do Barão do Rio Branco, sobre o caso: “*o nosso direito não era tão fácil provar nesse caso quanto no caso das Missões e do Amapá*”. Ou seja, a posse, precedendo ao litígio, foi decisiva.

Na década de 1885, o Ministro de Estrangeiros da Inglaterra, Robert Arthur Gayscone-Cecil, Lord Salisbury, teria dito a Joaquim Nabuco referindo-se, com desprezo, ao Pirara como “*Uma região em que não existe uma vaca*”.

Em 1896, o governador do Amazonas, Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e o Senado Federal exigiram providências do Presidente Prudente José de Moraes Barros. Em 1898, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, protestou junto à Rainha Vitória contra a decisão do Tribunal Anglo- Venezuelano que traçou os limites Venezuela-Guiana por sobre território do Brasil.

8. O Tratado de Arbitramento

A 07 de novembro de 1901, assinava-se em Londres o Tratado de Arbitramento para a fixação das fronteiras entre o Brasil e a Guiana Inglesa, tendo sido convidado como árbitro o jovem Rei da Itália, Vittorio Emmanuele III, o qual aceitou a missão. O arbitramento foi negociado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, General Dionísio Cerqueira, que era conhecido pela sua experiência de explorador exaustivo dos confins amazônicos.

Conforme Pedro Calmon, inicialmente pensou-se no Grão-Duque de Baden, Frederico Guilherme Luís (Frederico I), mas o Rei da Itália era “...mais inclinado ao poderio inglês do que à simpatia americana”.

Sobre isso opina o historiador Dr. Corálio Cabeda:

Vitorio Emmanuele III reinava sobre uma Itália há pouco reunificada, com inimigos à volta (Império Austro

Rei de 1900 a 1946, Vittorio Emmanuele III nasceu em 11 de Novembro de 1869 em Nápoles, vindo a falecer em 28 de Dezembro de 1947 em Alexandria (Egito). Neto de Vítor Emanuel II, rei da Sardenha e da Itália, ascendeu ao trono italiano após o assassinato do pai, Humberto I. Reinou na Itália até 1946, inclusive durante a guerra. Abdicou em favor de seu filho Humberto II, que reinou efêmeros 35 dias (09Mai/13Jun46), quando abdicou depois de um referendo favorável à república, aprovado por um plebiscito. Foi o último monarca da Itália.

Vittorio Emmanuele, ao ser assinado o Tratado de Arbitramento, tinha somente 32 anos de idade.

O Tratado de Arbitramento estabelecia como território em litígio a área “entre o Tacutu e o Cotingo e uma linha tirada da nascente do Cotingo para leste, acompanhando o divisor das águas até um ponto próximo ao Monte Ayangeanna; daí para o sudeste, seguindo ainda a direção geral do divisor de águas, até o Monte Anaí, daí pelo seu tributário mais próximo até o Rupununi, subindo este rio até a nascente e dela atravessando a encontrar a nascente do Tacutu”.

Joaquim Nabuco fez uma larga e magnífica exposição histórica, mostrando a posse e domínio dos rios Amazonas, Negro e Branco, a cuja bacia pertence o território então pretendido. O Brasil defendia três títulos:

- O 1º, era a ocupação portuguesa do Amazonas que, desde o século XVII, estendeu-se além da confluência do Rio Negro, do qual o Branco é tributário;

- O 2º, referente aos territórios do Rio Branco, era o domínio do Negro, do qual o Branco é afluente; e

- O 3º, era a posse do Rio Branco pela Coroa portuguesa, posse esta que não precisava de prova, como não necessitava de prova a posse do Amazonas e também a do Negro.

No pleito, Joaquim Nabuco utilizou dois princípios básicos: o da doutrina do divisor de águas (**watershed-line**) e o do

Tacutú e o Rupununi, consagrando a usurpação de 1840, desprezando o divisor de águas - a Serra de Pacaraima - **e, principalmente, trouxe o domínio britânico às ribanceiras do Tacutú, o que significou abrir aos ingleses o Rio Branco e, através deste, o acesso ao Amazonas.** Em contrapartida, negou à Inglaterra o limite pelo rio C



De um lado, os 12 mil índios Macuxi que legitimamente reivindicam o direito à terra que pertenceu

As áreas indígenas ocupam hoje mais de 10% do território nacional, com uma população

sociedade há mais de dois séculos.

-A Venezuela tem com a Guiana um contencioso nada desprezível. É a chamada Questão do Essequibo. Em 1899, através do Laudo Arbitral de Paris, a Venezuela perdeu o Essequibo para a Inglaterra.

-Conforme o Coronel Hiram Reis e Silva, amazônida, professor do Colégio Militar de Porto Alegre e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil:

A Venezuela não aceitou a sugestão britânica sobre uma Comissão mista que estudaria um plano de desenvolvimento econômico para a Guiana Britânica, de 1966 a 1972, somado a um projeto de cooperação econômica entre os dois países que renunciariam, por 30 anos, às reclamações por demandas territoriais. Não aceitando, a Venezuela propôs um congelamento por um prazo de 10 anos e que um ano antes de esgotado este interregno, fosse submetido à arbitragem. O resultado da proposta britânica e venezuelana originou o 'Acordo de Genebra' firmado em 17 de fevereiro de 1966. O Acordo tentava encontrar uma solução através de uma comissão mista de limites, que teria um prazo de quatro anos para encontrar uma saída adequada à disputa territorial. Após esse prazo, se não houvesse uma solução de consenso, o fórum decisório seria as Nações Unidas.

-Quanto ao Brasil, as Forças Armadas estão presentes na área como sempre estiveram, principalmente o Exército, mas sem fazer parte do problema e sim para resolvê-lo. Não há outra instituição capaz de resolver a questão principal, fazendo cumprir as resoluções tomadas pelo Executivo e pelo Judiciário e mantendo a ordem. A presença do Estado é fraca, exceto pela força federal.

-É fato que tropas britânicas treinam, atualmente, para Guerra na Selva, na Guiana, inclusive fazendo incursões noturnas em vilarejos brasileiros na fronteira.

-Qualquer que seja a decisão do STF os problemas continuarão, na medida em que são de difícil solução, ou seja, a questão não se encerra no âmbito do STF, mas sim, inicia-se uma nova e crítica fase.

-Qual é a questão crucial? Parece ser a homologação da reserva indígena de forma contínua, ou descontínua. Esta decisão está na área do Supremo Tribunal Federal. A questão extrapola as fronteiras, já que a pretensa tese das tribos independentes continua e a Inglaterra coloca-se como **protetora** dos índios. Mas, na verdade, os interesses são outros, passando pela homologação das terras contínuas.

-Existe também um grande perigo em relação à Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, da ONU, de 2007, aprovada com o inexplicável voto do Brasil. Tal Declaração, que confere um status de autonomia e de autodeterminação aos índios, caso seja aprovada no Congresso, por 3/5 em cada Casa, e em duas votações, terá força de Constituição, mercê da Emenda Constitucional nº 45/2004. E isso é tão ou mais importante do que a Decisão do STF acerca da demarcação, se contínua ou não. Pois mesmo que a área seja

restringida, as reservas continuarão a existir e nelas poderão surgir 226 "Nações Indígenas", com enormes prejuízos à Soberania Nacional, caso o Congresso aprove, na forma como está prevista na EC 45/2004 (o que já foi agregado à CF/88, em seus §§ 3º e 4º, do artigo 5º), a lesiva e anti-patriótica Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

- O índio não-aculturado, em geral, não entende conceitos como soberania, patriotismo, nacionalidade, etc, além de ser suscetível a quem lhe apresentar vantagens.

- As seguintes frases foram pronunciadas há pouco tempo:

- "Se o Supremo decidir contra os índios, vamos reunir cinco mil guerreiros e fazer a desocupação de nossa terra na marra" (Edson Alves Macuxi, do CIR).

- "Se os fazendeiros e políticos conseguirem roubar a Reserva Raposa Serra do Sol dos índios, isso abrirá um precedente perigoso para todas as tribos brasileiras. Não podemos deixar que isso ocorra" (Stephen Corry, diretor da Survival-International).

- "Mesmo se a demarcação for revista pelo STF, os índios vão retirar os produtores de arroz da área" (Martinho Macuxi Souza, líder indígena).

- "Tudo indica que o Supremo vai tomar a decisão de retirar os invasores. Vamos até o fim para defender nosso direito. Se o STF decidir pelo lado dos terroristas, vamos fazer uma retomada das áreas. Vamos bloquear três estradas que dão acesso para a Guiana, para a Venezuela e para a Amazônia, em Manaus" (Jecinaldo Barbosa Cabral).

- A ameaça à soberania brasileira vem das ONGs, verdadeiras representantes de governos estrangeiros que cobiçam a região, provavelmente pela existência, no subsolo, de minerais raros e/ou estratégicos, como nióbio, tântalo, urânio, tório, alumínio, titânio, além do ouro e diamantes. O sub-solo é propriedade do Estado, conforme reza a Constituição.

Em suma, reservas descontínuas e maciça presença do Estado.

- A utilização do Projeto Rondon como instrumento para vivificar a fronteira e marcar a presença do Estado é uma excelente alternativa.

11. Bibliografia

- 1) BENTO, Claudio Moreira. *Amazônia Brasileira-Conquista, Consolidação e manutenção*. Porto Alegre, Metrópole, 2003.

- 1) RODRIGUES, José Honório et SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil - 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 260;

- 2) F.T.D. *Elementos de História do Brasil*. São Paulo: Livraria Paulo de Azevedo & C., p. 533;

- 3) ROCHA ALMEIDA, Antonio da, General. *História do Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, Ética Imprensa, 1959, p. 608/609;

- 4) CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio

Editora, 1959, vol. VI.

5) MIRANDA, Jorge Babot. *Amazônia - área cobiçada*. Porto Alegre: AGE, 2005.

6) FERREIRA, Murilo Gomes, Major. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: ECEME, 1966.

7) REZENDE, Ney Riopardense, Tenente-Coronel. *História das Fronteiras*. Rio de Janeiro: ECEME, 1969.

8) SILVEIRA, Fidélis Chaves, Coronel. *As fronteiras*. Rio de Janeiro: ECEME, 1982.

9) DELTA-LAROUSSE. *Nova Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1972.

Nº 60 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

CANGUÇU - HISTÓRIA MILITAR **Pelo Acadêmico Cel Cláudio Moreira Bento**

Como historiador militar, fundador e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e instrutor deste assunto na Academia Militar das Agulhas Negras 1978-80, não poderíamos deixar de lado a avaliação e participação de Canguçu na História Militar.

E temos isso feito em diversos trabalhos, os quais relacionamos ao final e, muito especialmente, na publicação **Canguçu 200 anos**, recentemente lançada.

Nela demonstramos que Canguçu e seu povo foram poupados por "Marte, o Deus da Guerra" e que suas terras serviram de base de guerrilhas em três ocasiões distintas:

- Em 1763-77 contra os espanhóis, controlando cerca de 2/3 do Rio Grande apoiados na Vila de Rio Grande e fortes de São Martinho, ao norte de Santa Maria atual e Santa Tecla, próximo a Bagé atual.

Demonstramos que, nesta guerra, os Dragões do Rio Grande, sediados em Rio Pardo, atravessaram as terras de Canguçu em 1762 para fundarem o Forte de Santa Teresa, hoje no Uruguai, bem como na tentativa de pequeno contingente de socorrer aquela praça, conquistada pelo governador de Buenos Aires, Gen D. Pedro Ceballos.

Demonstramos que a 2ª invasão espanhola pela campanha, comandada pelo outro governador de Buenos Aires, o mexicano D. Vértiz y Salcedo passou por Canguçu depois de atravessar o passo (com a sua Real Armada, nome de seu Exército) e, desde então, por esta razão, denominado Passo da Armada do Camaquã, por ele haver ali atravessado o rio, acossado pelos guerrilheiros do Major Rafael Pinto Bandeira, rumo ao Rio Grande, ocupado pelos espanhóis há 10 anos.

Demonstramos que depois da conquista de Santa Tecla, no início de 1776, parte do Regimento de Dragões de lá proveniente, vitorioso, ao comando do Major Patrício Correia da Câmara, futuro 1º Visconde de Pelotas, com destino ao Taim, atravessou as terras de Canguçu deixando circunstanciado relatório de sua marcha e pousadas e já, desde então, o local da cidade de Canguçu e arredores, conhecido por Arroio das Pedras.

Canguçu, mais uma vez, seria base de guerrilhas, agora dos farrapos, na

Revolução Farroupilha, e considerado pelos imperiais o "**distrito de mais perigo e mais farrapo**" ,junto com a capital Piratini e parte de São Lourenço. Por sua posição estratégica foi enviado para nele se basear e fortificar a Ala Esquerda do Exército (ao comando do Barão de Caxias) e sob o comando do célebre guerrilheiro imperial o Tenente-Coronel da Guarda Nacional Francisco Pedro Azambuja Brusque de Abreu (Chico Pedro ou Moringue, mais tarde Barão de Jacuí) que venceu os dois combates de Canguçu contra Bento Gonçalves e Antônio Netto, ao final da Revolução, e que construiu a cadeia da vila, só demolida em 1938.

Demonstramos que cerca de 1/3 da Brigada Liberal de Antônio Netto, resultado da transformação do Corpo da Guarda Nacional de Piratini e que venceu os imperiais em Seival em 10Set1836 e que respaldou a proclamação da República Rio-Grandense no dia seguinte no Campo do Meneses, era de canguçuenses que habitavam distrito subordinado a Piratini, logo a seguir transformada em capital da República.

Demonstramos que Canguçu, ao final da Revolução Farroupilha, acantonou uma Companhia de Infantaria ao comando do Capitão Antônio de Sampaio, atual e heróico patrono da Infantaria do Exército.

E que nesta Revolução brilhou o canguçuense Coronel farrapo, Joaquim Teixeira Nunes "**a maior lança farrapa**", segundo o General Tasso Fragoso, e o primeiro que foi porta-bandeira do pavilhão tricolor da República Rio-Grandense, o qual hoje adotamos como lenço de pescoço no Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, que presidimos e fundamos nos 150 anos do combate do Seival em 10 Set 1986.

Demonstramos que em 1923 Canguçu serviu de base de guerrilhas dos revolucionários sob a liderança do General revolucionário Zeca Netto, tendo Canguçu sido palco de diversos combates e escaramuças onde se destacaram os do Cerro Partido e Canguçu Velho. E foi de Canguçu que Zeca Netto partiu para seu grande feito, a conquista de Pelotas, cuja única resistência apresentada foi a do canguçuense Coronel da Brigada Militar Orlando Cruz, intendente de Canguçu (eleito no ano seguinte). E que, nesta revolução, Zeca Netto foi combatido por mais outro grande soldado filho de Canguçu o Cel da Brigada Militar Juvêncio Maximiano Lemos, que como simples soldado fora atravessado por uma bala de fuzil federalista no sítio de Bagé em 1893.

Focalizamos igualmente a participação de Canguçu em apoio aos governos estadual e federal no combate à Revolução Federalista de 93 ou, mais precisamente, Guerra Civil de 1893-95, levantando as injustiças e calúnias históricas contra lideranças de Piratini e Canguçu que entraram em Bagé depois da queda do Governicho por ordem do Presidente do Estado. Fato pelo qual alguns canguçuenses seriam degolados inermes, entre os 300 civis da Cavalaria Patriota supliciados no Massacre do Rio Negro, em 28 Nov 1893, por mercenários platinos às ordens diretas de Zeca Tavares, que maculou para sempre a memória de seu irmão Joca Tavares, o comandante geral que, segundo máxima militar: "**O comandante militar é responsável por tudo que aconteceu ou deixou de acontecer na área de seu comando**".

Morreu em combate nesta Revolução o canguçuense Cel Honório Bandeira, comandante de um tropa enviada de Canguçu, requisitada pelos governos Estadual e Federal. No combate a esta revolução se destacaram os coronéis Bernardino Mota e Leão Silveira Terres, intendentes de Canguçu e o Ten Cel João Paulo Prestes, vice intendente de Canguçu. Este, escapou do sítio do Rio Negro, e morreu em combate como revolucionário em 1923 no Passo do

Mendonça.

Focalizamos a Guerra do Paraguai (1865-70), onde consagrou-se como grande comandante de Cavalaria, o canguçuense, mais tarde general Honorário Hipólito Pinto Ribeiro, que se destacaria no combate a Revolução Federalista e hoje está consagrado no Piquete o Vanguardeiro, além de haver sido herói da batalha de Monte Caseros em 02 Fev 1852, próximo a Buenos Aires, como comandado de Osório.

Guerra do Paraguai em que Canguçu participou com um Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, lá comandado pelo, mais tarde, Tenente-Coronel Honorário do Exército Theóphilo de Souza Matos. Guerra em que participou seu futuro genro Ten Honorário do Exército Franklin Máximo Moreira e também o Capitão Henrique José Barbosa. Este, pereceu em campanha e hoje está imortalizado no nome do Museu Municipal.

Focalizamos a participação de Canguçu nas revoluções de 1930 e 32.

Destacamos que na 2ª Guerra Mundial Canguçu pagou pesado tributo em vidas humanas. Pois 10% dos gaúchos mortos na Força Expedicionária Brasileira na Itália - os soldados Isidro Matoso e Hortêncio Rosa - eram filhos de Canguçu.

E segundo Péricles, pai da Democracia grega: **"Aquele que morre em defesa de sua pátria faz mais por ele naquele momento que os demais vivos em todas as suas existências"**!

Não ficou Canguçu ausente das missões de paz. O consagrado trovador canguçuense José Lima Dias, participou do último contingente no Brasil em Suez e lá foi ferido por estilhaço de granada no confronto entre árabes e israelenses. Saga que imortalizou em fita-cassete: **Um caudilho no deserto.**

Abordamos a atuação do Exército Brasileiro na construção da ferrovia Canguçu - Pelotas e sua participação no progresso local com a construção do Hospital de Caridade, da Avenida Exército Brasileiro (em gratidão), parte do Campo do América e da represa que abastece a CORSAN. Citamos os então tenentes Hélio Ibiapina Lima e Dalmo Pragana como homens que deixaram boas lembranças. Dalmo, recentemente falecido, casou com Moraima Nunes, a 1ª canguçuense a formar-se pela Escola Normal Assis Brasil.

Citamos os canguçuenses que, como nós, dedicaram-se à carreira militar: no Exército - coronéis Fernando Oscar Lopes, Jairo Casarim, Paulo Morales Nunes, Genes Gentil Moreira, Adonai Camargo, maiores Ângelo Pires Moreira e Ubiratan Terres. Na Brigada Militar - coronéis Juvêncio Maximiano Lemos e Jaques Rocha Motta e, na Polícia Militar de São Paulo, o coronel (médico) Paulo Meskó.

Da Junta de Alistamento Militar deixaram marcas muito positivas na comunidade os tenentes Oscarlindo, ligado à fundação do Cruzeiro F. C., Cândido Scheipf, avô de Mirta Terres dos Santos, Osvaldo, que presidiu o Clube Harmonia, Guilherme de Carvalho e João Amélio Nogueira, pioneiro radialista.

Funciona há 15 anos em Canguçu importante braço de uma estratégica instalação da Aeronáutica, o SINDACTA 2, que zela pela segurança do tráfego e do espaço aéreo no Sul do Brasil.

Finalizando, não poderíamos deixar de ressaltar que Canguçu foi fundado junto com Caçapava e Encruzilhada, num contexto estratégico de uma guerra inevitável que se avizinhava - a Guerra de 1801. Isto para impedir que uma invasão espanhola partida do Forte de Cerro Largo (atual Mello) no Uruguai, percorrendo o lombo da Serra dos Tapes, a partir de Herval do Sul atual pudesse atingir Canguçu, de onde poderia partir para atacar Rio Grande ou Rio Pardo, ou as duas ao mesmo tempo.

A padroeira de Canguçu, Nossa Senhora da Conceição, é ligada à História Militar Luso-brasileira, pois também foi a padroeira do Exército de Portugal e do Exército Imperial do Brasil, sendo que possui a maior devoção de seu atual patrono, o Duque de Caxias, que mandou, na Revolução Farroupilha, que seus soldados recuperassem das ruínas a atual e bicentenária Igreja Matriz N. S. da Conceição.

Principais fontes de História Militar de Canguçu

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu - reencontro com a História**. Porto Alegre: IEL, 1983.

_____. **Cel Joaquim Teixeira Nunes - A Grande festa dos Lanceiros**. Recife: UFPE, 1971.

_____. **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1993 v. 2.

_____. **História da 3ª Região Militar 1889-1953**. Porto Alegre: 3ª RM, 1995.v II.

_____. **O Massacre Federalista do Rio Negro em Bagé - 28Nov93**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. n° 378, jan/mar 1993 p. 55/18.

_____. **General Hipólito Pinto Ribeiro - um consolidador da República**. Revista do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989. (v .III Anais do Congresso Nacional da República, p.85)

A Academia Canguçuense de História estará completando 20 anos em 13 de setembro de 2008 quando, entre suas comemorações, fará entrega dos prêmios de Concurso Literário que promoveu entre alunos das escolas locais, tendo como tema “O General Osório”, que é o nome da rua principal da cidade. Osório muito contribuiu para a segurança e progresso de Canguçu como Comandante da Fronteira do Jaguarão e, mais tarde, como senador e Ministro da Guerra. Dentre estes benefícios esteve a ligação telegráfica Rio Grande-Pelotas-Canguçu-Piratini-Bagé.

Aos premiados em 1º, 2º e 3º lugares um prêmio em dinheiro. Aos 1ºs colocados e aos com menção honrosa os livros **General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro** e **Canguçu - reencontro com a História - um exemplo de reconstituição de memória comunitária**, de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento, autor da matéria deste Informativo.

Na oportunidade, será entregue a Medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre da AHIMTB, no Grau de Cavaleiro, ao coordenador da Academia Canguçuense de História e Delegado da AHIMTB em Pelotas, por sua dedicada atuação nas comemorações do Bicentenário do General Osório, em Rio Grande, Pelotas e Canguçu e, ainda, a medalha Cerro da Liberdade da Academia Canguçuense de História a alguns de seus acadêmicos, à Câmara de Vereadores de Canguçu, ao Piquete Vanguardeiro. Ao comandante deste

Correspondente da ACANDHIS, 2º vice-presidente da AHIMTB e vice-presidente do IHTRGS.

- Semana Farroupilha -

Agraciados com a Medalha Mérito
Farroupilha do IHTRGS, em Canguçu
em 13 Set 2008, nos 20 anos da
ACANDHIS.

Nº 61 - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

AGRACIADOS COM A MEDALHA DO MÉRITO FARROUPILHA DO IHTRGS EM 2008

Na qualidade de presidente e fundador do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e no uso de minhas atribuições e ouvida a sua Comissão da Medalha Mérito Farroupilha do IHTRGS, agracio com a referida medalha, por notáveis serviços em Canguçu ao culto e divulgação da História, Tradições e valores culturais e históricos de Canguçu em especial, e do Rio Grande do Sul as seguintes personalidades:

Dr. Amilton Valente da Silveira. Em reconhecimento à sua destacada atuação como tradicionalista gaúcho em Canguçu, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul lhe agracia **post mortem**, com a sua Medalha do Mérito Farroupilha, como ato de justiça na voz da História. Distinção que se soma a sua já conquistada Comenda do Cerro da Liberdade

O Dr. Amilton foi considerado pelo tradicionalista Barbosa Lessa (considerado por mim filósofo do tradicionalismo gaúcho), o primeiro menino a se pilchar em Canguçu. E isto, seguramente influenciado por seu pai Carlitos Soares da Silveira, dos primeiros a andar rigorosamente pilchado à gaúcha, ao tempo que em esta moda estava esquecida e era falta grave entrar-se no Clube Harmonia de botas e bombachas. Amilton é irmão da sócia efetiva da ACANDHIS Maria da Graça Valente da Silveira, a autora do brasão da ACANDHIS e sobrinho de outro grande tradicionalista gaúcho Raul Soares Silveira Goulart, patrono de cadeira na ACANDHIS, inaugurada também pelo irmão de Amilton, Dr. Luiz Carlos Valente da Silveira. Recordo bem o entusiasmo de Raul ao declamar poesias gaúchas quando trabalhava no cartório de meu pai Conrado Ernani Bento, hoje patrono da Academia Canguçuense de História. E o justo orgulho de Raul por haver sido o comandante, em desfiles, do batalhão Ginásio Gonzaga em Pelotas. Ensaíamos a sua biografia a pedido de seu falecido filho Dr. Mogar Telesca da Silveira.

O Dr. Amilton, tal era o seu entusiasmo pelo tradicionalismo gaúcho que desenvolveu em sua casa um pequeno Memorial Gaúcho com diversas relíquias gauchescas que colecionou, espadas, louças, fotos, etc.

Por esta razão o requisitamos e o diplomamos como sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul para participar de uma equipe de integrantes desta instituição que fundamos em 10 de setembro de 1986, sesquicentenário do Combate de Seival, vencido pela Brigada Liberal de Antonio Neto. Esta, constituída de % por filhos de Canguçu, e que no dia seguinte apoiaram a proclamação da República Rio-Grandense em Campo do Menezes, a qual foi a única experiência republicana efetiva no Brasil, e que viria a projetar-se no 15 de novembro de 1889 - Proclamação da República, 53 anos depois do vitorioso Combate de Seival. Amilton passou a atuar com outros sócios deste Instituto, Ecíquo Armando Peres, Alliete Martins Ribeiro (que representou Canguçu na fundação do Instituto na Escola Técnica Federal em Pelotas), Cairo Moreira Pinheiro e, agora, mais Ivete Possas da Silveira e Dr. Talai Selistre, sem esquecer Marlene Coelho Barbosa e o Major Ângelo Pires Moreira, grandes perdas para o Tradicionalismo Gaúcho.

Foi notável a atuação comunitária do Dr. Amilton na Paróquia N.S. da Conceição. Por sua notável atuação no exercício de funções na Diretoria do

Clube Harmonia, inclusive como presidente e também como diretor de Esportes do E.C. Cruzeiro, foi um dos idealizadores do seu Ginásio de Esportes no local do arrasado Cerro da Liberdade, lembrado em 13 de maio de 2008 pelo Povo de Canguçu através de seus representantes na Câmara de Vereadores, em cerimônia que participamos junto com Cairo Moreira Pinheiro, com a colocação de uma placa de bronze pelo fato de, naquele local, ter sido prestada uma homenagem aos filhos de Canguçu que retornavam da Guerra do Paraguai, ao comando do vereador e agora Tenente Coronel Honorário do Exército Theóphilo de Souza Mattos, hoje patrono de cadeira na ACANDHIS. Cadeira inaugurada por seu trineto, acadêmico Moacyr Matos, tradicionalista gaúcho, amante da vida campeira e que se dedica de modo destacado, no Rio Grande do Sul, à arte artesanal com couro cru, herança nativa de seus ancestrais e produzindo jóias variadas em couro cru, conforme se constata de seu Blog na Internet.

Clementino Carlos Goulart da Fonseca. Comandante tradicionalista do Piquete Vanguardeiro, homenagem ao canguçuense General Hipólito Pinto Ribeiro, herói da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), como alferes do Regimento de Cavalaria ao comando do então Ten Cel Cav Manoel Luiz Osório, o legendário General Osório, nome da principal rua de Canguçu. Hipólito, canguçuense, foi herói da Guerra do Paraguai onde se consagrou como o Vanguardeiro, ao comando da Vanguardeira o General Andrade Neves, Barão do Triunfo. Foi destacado chefe republicano comandante legalista da maior, e indecisa, batalha de Inhanduí na Guerra Civil de 1893-95, que passou à História como Revolução de 93.

Clementino Carlos, com o consenso dos tradicionalistas integrantes do Piquete Vanguardeiro, o comanda há 20 anos, liderando suas cavalgadas, desde então, a diversos pontos históricos onde acende a chama farroupilha, como se demonstrou em Sessão da ACANDHIS em 13 de maio de 2008 no Colégio Aparecida, em homenagem ao General Osório, onde foram expostas as participações do Piquete. Foi empossado Clementino Carlos como Sócio Honorário da ACANDHIS, categoria a que pertenceram Egidio Camargo, Firmo Moreira, Mano Pires Terres e Joaquim de Deus Nunes.

É neto de Clementino Custódio da Fonseca, que foi proprietário em Canguçu do Empório de Secos e Molhados, o qual fundou em 1903 e que, no ano do centenário da Freguesia, permanecia com seu comércio de fazendas, louças, miudezas e ferragens na rua General Osório, esquina da rua Paranhos.

É neto, pelo lado materno, de Badico Creuet Goulart, que foi comerciante do ramo de panificação e parente de José Oriel Creuet, esposo de Florinda Teixeira Creuet, a primeira professora para meninas, sendo representados, há 20 anos, na ACANDHIS, pela professora Ingrid Goulart Bohmer, bisneta do Conselheiro Antonio Duarte (Nico Duarte).

Jose Oriel Creut foi signatário de Requerimento à Câmara de Deputados do Império, na tentativa de reaver os terrenos que pertenciam à padroeira N. S. da Conceição, incorporados pelo município em 1857, conforme nosso livro **Os 200 anos da Igreja Matriz N.S. da Conceição**.

Carlos é filho de João Fonseca e Jacy Goulart da Fonseca, tendo continuado o comércio iniciado por seu pai na década de 1940, no mesmo local. Mantém estreito contato com fazendeiros locais e com as tradições gaúchas. Casou com Giselda (Gonçalves) Valente Goulart, trineta do professor Antonio Joaquim Bento pelo lado paterno, e bisneta, pelo lado materno, do Intendente de Canguçu (1900/04) Cel Hipólito Gonçalves da Silva, em cuja administração foi adquirido o

prédio para servir a Intendência. Hoje é o local onde funciona a Casa de Cultura de Canguçu que abriga a Academia Canguçuense de História. E do consórcio Clementino Carlos e Gisela nasceu a tradicionalista e historiadora de Tradicionalismo em Canguçu Professora Maria Helena Fonseca Rodrigues, que ocupa, na Academia Canguçuense de História, a cadeira Cel Joaquim Teixeira Nunes, canguçuense considerado a maior lança farrapa, e comandante dos Lanceiros Negros farrapos.

Clementino Carlos, por sua atuação destacada e persistente, elogiada por seus liderados como comandante do Piquete Vanguardeiro durante 20 anos, é que o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul o agracia com a sua Medalha do Mérito Histórico Farroupilha

Novos sócios efetivos do IHTRGS em Canguçu

Novos sócios efetivos em Canguçu do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e hoje diplomados, nesta condição, em reconhecimento às suas destacadas atuações no culto e divulgação do Tradicionalismo, reforçando as atuações dos seguintes membros: do IHTRGS Armando Ecíquo Peres, Cairo Moreira Pinheiro e, dando continuidade aos esforços de seus antigos e destacados membros falecidos, o Major Ângelo Pires Moreira e a Professora Marlene Barbosa Coelho:

- Professora Ivete Possas da Silveira e Dr Talai Selistre

Canguçu 13 de setembro de 2008. 20º aniversário da ACANDHIS

Cláudio Moreira Bento, Cel
Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul
Encarregado da edição do Informativo O Gaúcho

Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis
Vice-Presidente do IHTRGS e sócio correspondente da ACANDHIS
Delegado do IHTRGS na Zona Sul

Cairo Moreira Pinheiro
Acadêmico e Coordenador da ACANDHIS

BICENTENÁRIO DE OSORIO

Nº 62 - Ano 2008 - Cel Cláudio Moreira Bento

A MEMÓRIA MILITAR EM FOCO

Cel Cláudio Moreira Bento
Presidente da AHIMTB e do IHTRGS



A figura acima ilustra os 7 números da Coleção “Causos”, Crônicas e Outras... - Historietas Militares.

Até há pouco tempo, a divulgação coletiva da Memória do Exército era restrita às revistas do Exército, Defesa Nacional, do Clube Militar, etc. que possuíam limites de espaço disponíveis.

Em 1972, o Estado-Maior do Exército, através de sua Comissão de História (CHEB) publicou a obra coletiva **História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo**, fruto de pesquisas de 99 alunos da Escola de Estado-Maior do Exército e que foram revisadas e consolidadas por 26 historiadores convidados. A nós foi confiado o capítulo Guerras Holandesas como historiador adjunto da Presidência da CHEB, o Cel Francisco Ruas Santos.

Hoje se dispõe, com a revolução da Informática, de condições ideais para a divulgação coletiva, por crescente número de integrantes do Exército, da Memória da Instituição.

Como novidade exemplar, está o Projeto História Oral do Exército, que colheu a memória de grande número de depoentes e que foi divulgada através da Biblioteca do Exército: **A História Oral da FEB**, a **da Contra-Revolução Democrática de 1964** e a do **Projeto Rondon**, integrando informações importantes que poderiam se perder, essenciais para o historiador do futuro, como contraditório a interpretações ideológicas adversas dominantes. Projeto sob a Coordenação Geral do Gen Aricildes de Moraes Motta e coordenado pelo acadêmico da AHIMTB Gen Geraldo Luiz Nery da Silva.

Outra vertente tem sido o **Projeto História do Exército na Região Sul**, que temos desenvolvido desde 1994, resgatando as histórias das grandes Unidades da área, contendo a história das mesmas, a síntese de seus comandantes e as histórias de suas OM pela Academia de História Militar Terrestre (AHIMTB) e, agora, com o reforço do Instituto de História e Tradições do RGS. E já foram editados cerca de 17 livros. Esperamos que um dia este projeto se estenda a todas as GU do Exército.

Têm surgido várias revistas e informativos de OMs, ilustrados, onde destaco a **Revista da SASDE**, como exemplo. Ela vem atuando há 16 anos sob a firme atuação do acadêmico da AHIMTB, Presidente da SASDE, o Cel Walter Albano Fressatti. Revista que registra o “hoje” da história da 2- Divisão de Exército de amanhã.

E têm surgido sites diversos abordando e divulgando a memória militar do Exército, ultrapassando a barreira imposta, inconscientemente ou conscientemente pela Mídia Nacional. Entre eles destaco os sites www.ahimtb.org.br e o www.militar.com.br.

Neste conjunto, quero destacar o surgimento, há 7 anos, da **Coleção Memória Militar - “Causos”, Crônicas e Outras... - Historietas Militares**, já no seu 7º número e que cresce em volume de historietas a cada ano que passa.

Coleção Militar fruto do elogiável esforço de uma benemérita equipe que constitui o seu Conselho Editorial e integrado pelos coronéis José de Alencar Dantas do Amaral, Presidente, Carlos Alberto dos Santos Abel, Editor, Edmundo de Trigo Cecílio, José Luiz Araújo Soares, Murillo Gurjão, Rodolfo H. Donner e Walter Gomes de Brito Fernandes. A maior parte é integrante da Turma Aspirante Mega da AMAN, à qual também pertencem.

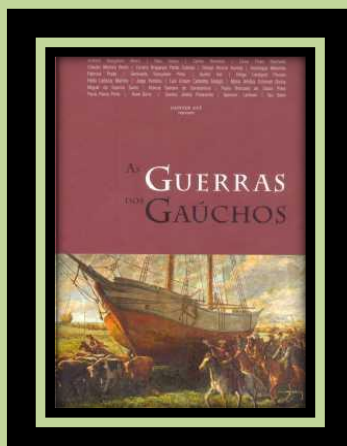
Já colaboraram com valiosos “causos, crônicas e outras” mais de 100 oficiais, que enfrentaram, segundo Fernando Sabino, na idéia de seu presidente Coronel Amaral, o obstáculo de “enfrentar o papel em branco tentando realizar suas vocações, o que é um risco, uma aventura à qual o escritor se mete”. O Conselheiro Cel Edmundo de Trigo Cecílio invoca o poeta Oscar Wilde que dizia: “A memória é um diário que todos carregamos conosco”.

A citada Coleção exorta militares do EB para nela dividirem as suas memórias com os demais, que apreciam o prazer de recordar a vida, para a alegria dos leitores, em número crescente, da Coleção Memória Militar. **Pois creio que recordar é viver!**

E, assim procedendo, cada cronista está contribuindo para preservar, enriquecer, cultuar, divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e históricos do nosso Exército em acordo com o seu objetivo cultural atual nº 1:

“Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e Históricos do Exército.”

Uma grande obra de Memória Militar coletiva que acaba de ser lançada é **As Guerras dos Gaúchos**, que conta a história dos conflitos armados no Rio Grande do Sul. Organizada pelo historiador Günter Axt, conta com a colaboração de 23 historiadores, sendo que dela participam seis historiadores da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) citados em ordem alfabética: Ten Cel Antonio Gonçalves Meira, Dr. César Pires Machado, o autor, o Almirante Hélio Leôncio Martins, o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e o Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo. É uma obra de peso, com 524 páginas, em papel couchê e fartamente ilustrada, que está sendo vendida por R\$ 135,00 em Porto Alegre. É patrocinada pela Gerdau, Ipiranga, BRDE e Lei de Incentivo à Cultura.



A Fundação Cultural do Exército (FUNCEB) dispõe em seu site, atualmente, de uma Antologia Militar onde a produção da AHIMTB está presente com levantamento levado a efeito pelo Cel Cândido Nunes da Silva Filho. Antologia que reúne a vasta bibliografia de obras de interesse do Exército, que constitui um valioso Instrumento de Trabalho do historiador do Exército.

O Comportamento do Gaúcho

Paul Rivet (antropólogo francês do século passado, fundador do Museu do Homem e estudioso dos povos da América Latina) levantou uma publicação de 1833, do jornal "Le National", Paris, com várias informações sobre o gaúcho, entre as quais:

"Sua fala é enérgica, rápida e irregular; falam com foga e grande facilidade; são imaginativos de espírito vivaz e apaixonados. Entre eles, quem sabe montar, laçar, atirar a boleadeira e manejar uma faca, está completo. (...) são improvisadores, vivendo às expensas das inextinguíveis tropas de gado, cuja carne é a base de sua alimentação. Muitos jamais comeram pão. Sua calma habitual cede lugar a um ardor indomável quando o fogo de suas paixões se acende, o que não é raro. O sentido de independência e amor à pátria, por exemplo se manifestaram mais de uma vez entre estas gentes grosseiras de alma heróica. Quando estoura uma guerra, este povo pastoril e pacífico se volve, de golpe, em um exército de terríveis guerreiros. Seu gosto pelo baile e música mostra, igualmente, que sua sensibilidade é susceptível de grande exaltação. O Gaúcho é bravo por temperamento, mas sua bravura é animal(..).São capazes (...) dos mais formosos atos de devoção e sacrifício pessoal pela causa que abraçaram. Em suas brigas, em que o jogo é a causa mais habitual, estão sempre prontos a degolar-se. À menor provocação, sacam a faca e corre sangue."

Pela Editoração:

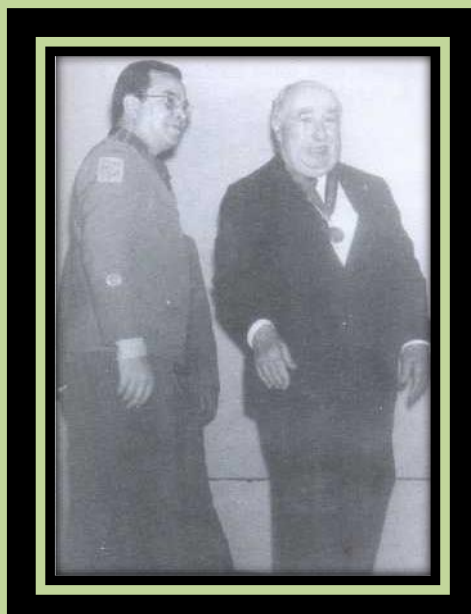
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Acadêmico, 3º vice-presidente, Delegado da AHIMTB/RS
e vice-presidente do IHTRGS
(lecaminha@gmail.com)

22 anos do IHTRGS BICENTENÁRIO DE OSÓRIO

Nº 63 - Dezembro - Ano 2008 – Cel Cláudio Moreira Bento

O CENTENÁRIO DE DANTE DE LAYTANO

Cláudio Moreira Bento (x)
Presidente da AHIMTB e IHTRGS



Transcorreu em 2008 o Centenário de Dante de Laytano. E a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) não poderia esquecer o seu Acadêmico Especial, que tanta contribuição deu à História Militar Terrestre do Rio Grande do Sul e ao Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHDRGS) como seu Conselheiro em assuntos de Folclore.

A ele devo minha indicação para integrar, como correspondente, a Academia Riograndense de Letras, a qual presidiu por cerca de 10 anos, e o fato de haver sido recebido por ele em São Paulo, em 18 de novembro de 1976, como acadêmico da Cadeira nº 12 - Cadeira General Augusto Tasso Fragoso - da Academia Brasileira de História (ABH), a qual ele presidia. Na ocasião ele abordou, em nossa homenagem, dados de minha terra natal que foram de real valia para escrevermos a obra **Canguçu - reencontro com a História - um exemplo de reconstituição comunitária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983, ampliada e reeditada em 2007 pela Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) no Sesquicentenário do Município de Canguçu.

Ao lado, sessão da ABH em São Paulo, em 18Nov1976, quando o autor foi recebido como acadêmico pelo Mestre Dante de Laytano

Ao participarmos do Biênio da Integração e Colonização do Rio Grande do Sul em 1975, Laytano deu todo o apoio, como Diretor da Faculdade de Filosofia, ao lançamento de duas obras nossas, premiadas: **O negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul**, premiado em 1º Lugar pela Comissão do Biênio, e mais **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**, premiado em 2º lugar.

Ao falecer, tive a honra e satisfação de fazer necrológio de Dante de Laytano em artigo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, e assim recordar sua grande vida e obra e muito apreciado amigo..

Reencontramos-nos espiritualmente ao buscarmos suas lições preciosas para escrevermos, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, o livro **Escolas Militares de Rio Pardo 1856-1911**, no qual publicamos foto ao seu lado em 18 de novembro de 1976, e aqui reproduzida. Muito utilizamos seu precioso

Guia de História de Rio Pardo. Rio Pardo: Prefeitura Municipal, 1979, que penso o consagrou como o maior historiador daquele município, e também o livro por ele prefaciado **Rio Pardo - História, Recordações e Lendas**, de Marina de Quadros Resende.

Tive o privilégio de conviver e muito aprender com quatro grandes mestres e modelares líderes de instituições históricas brasileiras. O Mestre Pedro Calmon, na Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o General Jonas Correa, presidente do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IHGMB), que me deu a honra de por ele ser recepcionado nos IHGB e IHGMB, e por Arthur Ferreira Filho, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e autor de prefácios de duas obras nossas e que foi até falecer Conselheiro do IHTRGS em História do RGS.

Pedro Calmon e Jonas Correa os homenageamos, como patronos de cadeiras na AHIMTB, bem como Dante de Laytano e Arthur Ferreira Filho como patronos de cadeiras especiais na citada Academia. Ocupou a cadeira Arthur Ferreira Filho o distinto historiador Mário Gardelin, assessor cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a quem devo a reedição, em cadernos da UCS, de nossas obras: **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul e Caxias e a Unidade Nacional**, personagem este cujo título foi dado a Caxias do Sul desde a sua fundação. Caxias foi, depois, consagrado como Patrono do Exército e hoje também Patrono da AHIMTB. Neste caso, por seu pioneirismo como historiador militar crítico, grande objetivo cultural da AHIMTB, ao fazer uma análise militar crítica pioneira da Batalha do Passo do Rosário, a pedido do IHGB, do qual era sócio honorário.

Mas foi com o Mestre Dante de Laytano que aprendemos que, ao Corpo da Guarda Nacional do município de Piratini, ao comando de Antonio Neto e que por este foi transformado em Brigada Liberal, se deve a vitória no Combate de Seival em 10 de setembro de 1836 que criou condições, no dia seguinte, para a Proclamação, por Neto, com apoio desta esquecida tropa, da República Rio Grandense. Divisão Liberal formada por quatro esquadrões. Um da sede do distrito de Piratini. Outro de seu distrito de Canguçu, um terceiro de seu distrito de Cerrito e o quarto do seu distrito de Bagé (até o Piraí).

Momento da Proclamação da República Rio Grandense, foi imortalizado em enorme tela que por largos anos decorou dependência do Palácio Piratini e que hoje decora o Gabinete do Comandante do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar, conforme constatei em cerimônia que presidi de outorga da Medalha Mérito Farroupilha do IHTRGS a diversas personalidades. E creio que muitos filhos dos atuais municípios de Piratini, de Canguçu, Cerrito e Bagé e de outros municípios que deles surgiram, desconhecem esta atuação destacada de seus ancestrais, mas esquecida nas comemorações anuais da Semana Farroupilha, para o surgimento da República Rio Grandense, que se projetaria na proclamação da centenária República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, proclamada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca por influência, por ele reconhecida, de Júlio de Castilhos e Assis Brasil, ao tempo em que comandou as Armas e presidiu o Rio Grande do Sul durante a movimentada Questão Militar no estado.

O IHTRGS, funcionando há 22 anos, hoje possui sua sede administrativa ao lado do Museu do Colégio Militar de Porto Alegre - o Casarão da Várzea - sob a coordenação de seu vice-presidente, Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, professor daquela grande escola. E foi naquele prédio que, no início do século passado o seu professor, Ten Cel João Cezimbra Jacques, veterano da Guerra, fundou o

Grêmio Gaúcho, marco do início do culto ao Tradicionalismo Gaúcho, com o concurso de professores e alunos da então Escola Militar. Iniciativa que o consagraria como Patrono do Movimento Tradicionalista, por proposta do grande historiador, tradicionalista e poeta gaúcho, Cel da Brigada Militar, Hélio Moro Mariante, que seria o 1º vice-presidente do IHTRGS e consagrado como patrono de cadeira especial da AHIMTB. O 2º Vice-Presidente do IHTRGS foi o Ten Cel da Brigada Militar José Silveira Filho, outro grande vulto da historiografia da Brigada Militar e hoje denominação da Delegacia da AHIMTB em Santa Maria.

Notícias

1) Na data de comemoração do 97º aniversário do Colégio Militar de Porto Alegre (21 de março de 2009) a AHIMTB/IHTRGS realizará o lançamento da obra **HISTÓRIA DO CASARÃO DA VÁRZEA 1856/2009**. O lançamento será realizado no Salão Brasil, após a formatura geral do CMPA no Pátio Plácido de Castro, seu antigo aluno e Conquistador do Acre, o único a ter o seu nome inscrito no Livro de Aço no Panteão dos Heróis da Pátria na Praça dos Três Poderes em Brasília ao lado, entre outros, do Duque de Caxias e do General Osório. De antemão, todos os membros, acadêmicos e correspondentes da AHIMTB/IHTRGS estão convidados, assim como todos os amigos que tiverem conhecimento desta notícia, incluindo ex-alunos, ex-comandantes, ex-integrantes e toda e qualquer pessoa que tiver alguma ligação com o Casarão da Várzea.

2) No ano de 2009 está previsto, também, o lançamento do livro **HISTÓRIA DA 1- BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA - BRIGADA JOÃO LUIZ MENNA BARRETO**, de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento, Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e do Sub Ten Carlos Fonttes. Este lançamento, por óbvio, será realizado na sede da 1ª Bda CMec, em Santiago do Boqueirão. Não há data definida, ainda. Oportunidade em que serão empossados como acadêmicos o Ten Cel Cláudio Dorneles, em Santo Ângelo, na Cadeira Cel Deoclécio de Paranhos Antunes, e como Delegado da Delegacia Marechal Cândido Mariano Rondon. O Cel Reinaldo Goulart Corrêa em São Borja, na cadeira Especial Dr. Getúlio Vargas, e como Delegado da Delegacia General Emílio Souza Docca e também como sócio efetivo do IHTRGS, e o Historiador e artista plástico e sócio efetivo do IHTRGS Sargento R/1 Carlos Fonttes, na cadeira especial pintor Alcebíades Miranda Júnior, em vaga do pintor Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, elevado a acadêmico emérito.

3) Outras obras em planejamento são **HISTÓRIA DA 5- RM/DE**, sediada em Curitiba, e **HISTÓRIA DA ARTILHARIA DIVISIONÁRIA DA 3- DIVISÃO DE EXÉRCITO (AD/3)**. A AD/3 é sediada em Cruz Alta, RS.

4) Está também em fase de revisão, o livro **A VIDA DE CAXIAS DIA A DIA**, baseado em um trabalho dos tenentes Olyntho Pillar e Gerardo Majella Bijos, de 1942. Esta obra é mais uma contribuição da AHIMTB/IHTRGS à história do Exército Brasileiro, através da sua maior figura, o patrono **LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA**, o Duque de Caxias.

Revisão e Editoração
Acadêmico Emérito
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

(lecaminha@gmail.com) Vice Presidente do IHTRGS
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
- Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara -

120 anos da República

Nº 64 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

DIREITO DE RESPOSTA - NÃO HÁ "OUTRO" ANDRADE NEVES Pelo Cel José Eurico de Andrade Neves Pinto

Fui surpreendido dia 03 próximo passado ao encontrar referência caluniosa ao Gen J.J.de Andrade Neves, meu tataravô, na coluna Túnel do Tempo, de ZH. Diz o articulista, com a colaboração do coordenador de um tal "Instituto Pró-Memória de Rio Pardo" (que deve ser muito atuante...é desconhecido do Google) que Andrade Neves teria fugido "covardemente" durante a batalha do Barro Vermelho, em 30/04/1838.

Para quem não sabe, o combate do Barro Vermelho é considerado, por muitos historiadores, como o maior de todo o decênio farroupilha...e o mais retumbante fracasso das tropas imperiais. Esse fracasso levou o governo imperial a submeter todos os oficiais superiores lá presentes a Conselho de Guerra, buscando definir o papel de cada um na derrocada (inclusive Andrade Neves, que à época era Major do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional).

O Conselho de Guerra, instalado em Porto Alegre, inocentou-o em todas as instâncias em que foi julgado, e o governo imperial houve por bem promovê-lo ao posto de Tenente-Coronel da Guarda Nacional...

A Revolução Farroupilha tornou Andrade Neves um guerreiro, no duro aprendizado das cargas de verdade, onde covardes não têm vez! Ele defendeu o Império durante os dez anos do conflito. A partir de então, foi chamado a tomar parte em todas as ações militares nas quais o Império se fez presente - contra Oribe (1850), no Uruguai; contra Rosas (1852), na Argentina, e contra Solano Lopez, no Paraguai, onde veio a falecer, vítima de ferimento sofrido na batalha de Lomas Valentinas. Em todos os combates que participou, esteve sempre à frente de seus esquadrões, liderando magistras cargas de cavalaria contra inimigos bem preparados e equipados. Caxias, durante a campanha da Tríplice Aliança contra o Paraguai, chamou-o de "o bravo dos bravos do Exército" pelo denodo, pela coragem e pelas ações sempre por ele desenvolvidas.

O Exército Brasileiro o tem como um de seus maiores heróis - seu nome (juntamente com Osorio) é citado na Canção da Arma de Cavalaria; o Regimento Escola de Cavalaria leva seu nome (Regimento Andrade Neves); inúmeras cidades do Brasil têm logradouros com seu nome (Porto Alegre tem duas ruas - Barão do Triunfo e Gen Andrade Neves).

Se o Sr Emiliano Limberger, que deve ser um pesquisador, estiver de posse de fatos e/ou provas que possam alterar a história, não deve ser egoísta...deve apresentá-las para que a "verdade aflore". Mas é preciso ter sempre em mente que o ônus da prova é de quem acusa! Ou será ele mais um daqueles que busca reescrever a história distorcendo fatos e jogando lama em vultos do passado?

**José Eurico de Andrade Neves Pinto - Coronel de Cavalaria
Tataraneto do Gen José Joaquim de Andrade Neves - Barão do Triunfo**

Nota: A AHIMTB e o IHTRGS se solidarizam com o Cel Andrade Neves, no intuito de combater historicistas e iconoclastas. Comentando sobre as consequências do combate do Barro Vermelho, a 27 de abril de 1838, que precedeu a Batalha de Rio Pardo (30Abr1838), diz Deoclécio de Paranhos Antunes (DE PARANHOS ANTUNES, Deoclécio. **Andrade Neves - O vanguardeiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008, 2- ed.) à página 33:

*“Os remanescentes do Exército Imperial, após o desastre de Rio Pardo, foram-se refugiar em Porto Alegre, completamente desalentados. O Governo mandou responder a Conselho de Guerra os chefes mais graduados. O Major Andrade Neves também se viu envolvido no Conselho, justificando, porém, **plenamente a sua conduta** (grifo meu). Ele, com seu corpo, fizera tudo quanto era humano realizar para sustentar a honra do Império, mas não lhe cabia, em absoluto, a culpa pelo fracasso do Marechal Barreto(*). Outro, que não ele, respondendo, como estava, a Conselho de Guerra, se retrairia e talvez nunca mais retomasse a espada para defender um governo que lhe fazia passar pelo vexame de um Conselho. Mais do que os homens de governo, Andrade Neves via era os fundamentos monárquicos, profundamente ameaçados pelos republicanos e que era preciso combatê-los, embora sofrendo dissabores”*

O Coronel Cláudio Moreira Bento, como presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, comemorou em Rio Pardo, com esta entidade, o sesquicentenário do combate do Rio Pardo, lançando plaqueta de sua autoria com uma descrição e análise militar pioneira, à luz dos fundamentos da Arte Militar. Plaqueta intitulada o **Centenário do Combate de Rio Pardo**, que foi reproduzida sob o título **O Combate do Rio Pardo de 30 de abril de 1838**, às p.119/134 de seu livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1992.v.2, e nada encontrou que desabone a conduta do heróico Barão do Triunfo. Personagem consagrada, ao falecer, pelo Marquês de Caxias, bem como a Cavalaria Gaúcha que ele comandou, conforme o citado Cel Bento abordou no jornal **Letras em Marcha**, nº 43/1975, sob o título **A Cavalaria Brasileira do Passado no conceito do Duque de Caxias**. Artigo publicado no ano anterior no **Diário Popular** de Pelotas de 22 Set 1974. Convém que o “Instituto Pró Memória de Rio Pardo” consulte estes subsídios, e mais o livro do Cel Bento e do Cel Luiz Ernani caminha Giorgis **Escolas Militares de Rio Pardo**, para concluírem da enorme calúnia que estão levianamente e criminosamente cometendo.

Pesquisa: que os professores da Cadeira de Liderança (Psicologia II) e História Militar fizeram, sob a coordenação do Cel Ramirez, e que será editada e distribuída aos cadetes do 2º ano da AMAN, para servir de fonte de consulta e de pesquisas. Conforme o Cel Ramirez: *“Precisamos fazer a verdade - baseada em pesquisa - prevalecer, e não versões movidas pela ideologia”*.

JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE NEVES - Coronel - Herói da Guerra da Tríplice Aliança. (Rio Pardo, RS, 22Jan1807 - Assunção, Paraguai, 06Jan1869).

Filho de José Joaquim de Figueiredo Neves e Francisca Ermelinda de Andrade, aos 19 anos de idade sentou praça no 5º Regimento de Cavalaria. Pouco depois abandonou a carreira para ajudar o pai na fazenda da família. Ao iniciar a Revolução Farroupilha, retornou ao exército, do lado legalista, e participou dos combates na ilha de Fanfa e do Taquari (onde foi ferido à bala duas vezes), até a Paz de Ponche Verde. Foi promovido a major em 1840 e a tenente-coronel em 1841.

Após um breve período, em paz, no campo, retornou às armas para lutar

na Guerra contra Rosas, em 1851.

Em 1864, participou da invasão do Uruguai com uma tropa de cavalaria, mas não combateu e, logo em seguida, da Guerra da Tríplice Aliança, na qual alcançou diversas vitórias e tendo lutado em uma das forças principais, a partir de 1867. Na batalha de Tuiucué, em 16 de julho de 1867, combatendo em uma das divisões que se juntaram à Divisão de José Luís Mena Barreto participou da tomada da trincheira de Punta Carapá, arrastando os paraguaios em derrota até Humaitá. Em 3 de agosto derrotou setecentos cavaleiros em Arroio Hondo. Em 20 de setembro, tomou a vila de Pilar, em 3 de outubro, defendeu a posição de São Solano e em 21 de outubro, atacou quatro regimentos de cavalaria paraguaia e os derrotou. Sua divisão era apelidada pelos paraguaios de "caballeria loca de cuenta" (cavalaria louca varrida).

Foi nomeado Barão do Triunfo, recebendo o título nobiliárquico em 19 de outubro de 1867. A partir de 1868, fez diversos reconhecimentos para ajudar na Passagem de Humaitá, ao mesmo tempo tomava Establecimiento, fortaleza defendida por quinze canhões, apoiada por dois navios com artilharia, além de defendida por dois fossos e bocas de lobo. Sob pesadas perdas, foi ferido e teve seu cavalo morto, mandou desmontar sua tropa de cavalaria e atacou a fortaleza até tomá-la. Participou da Batalha de Avaí. Foi mortalmente ferido em Potrero Marmoré, quando atacava uma trincheira, na Batalha de Lomas Valentinas. Levado à Assunção e recolhido ao palácio tomado de Solano López, faleceu em 6 de janeiro de 1869. No mesmo ano a Câmara Municipal de Porto Alegre o homenageia, mudando o nome da Rua Nova para General Andrade Neves. Em um caso raro, é homenageado por duas ruas na capital gaúcha, hoje em dia. A citada Andrade Neves, no centro da cidade, e a Rua Barão do Triunfo, no bairro Menino Deus.

Na ocasião de mudarem-se os restos mortais para outro caixão, em Porto Alegre, caiu dentre os ossos do pé direito (local de seu ferimento) um projétil. Artur Montenegro mandou erigir uma coluna de bronze, construída de um fragmento de canhão paraguaio, em estilo corinto, em cujo capitel foi colocada a bala. Na base da coluna há a seguinte inscrição: "Esta coluna sustenta a bala que matou o General José Joaquim de Andrade Neves (Barão do Triunfo) na Batalha de Lomas Valentinas" em 21 de dezembro de 1868.

Fontes:

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. **Andrade Neves: o vanguardeiro!** 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia histórico de Porto Alegre**, 4. ed., Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006.

MACEDO, Joaquim Manuel de, **Anno biographico brasileiro** (v.1), Typographia e litographia do imperial instituto artístico, Rio de Janeiro, 187.

PORTO-ALEGRE, Achylles. **Homens Illustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

NOTÍCIAS

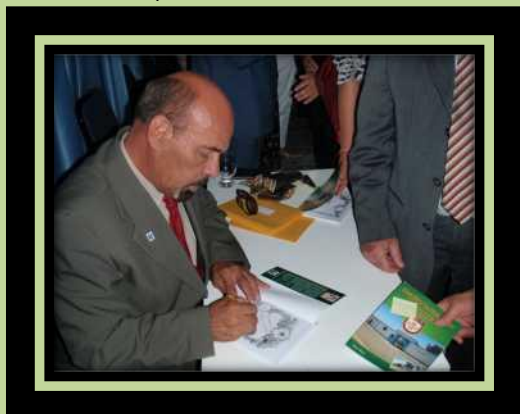
1) Neste ano de 2009, a AHIMTB/IHTRGS deverá lançar duas obras importantes: em 21 de março, por ocasião das festividades do aniversário do CMPA, será lançado o livro HISTÓRIA DO CASARÃO DA VÁRZEA, de autoria dos coronéis Bento e Caminha. No 2º semestre, em Santiago do Boqueirão, sede da 1ª

BdaCMec, será lançado o livro HISTÓRIA DA 1ª BdaCMec - Brigada José Luiz Menna Barreto, de autoria dos coronéis Bento e Caminha e do Sgt Carlos Fonttes, historiador e artista plástico, autor de uma 1ª edição daquela História;

2) Em Uruguaiana, a 29 de janeiro passado, junto com a passagem de Direção do HGuU, o Sgt Carlos Fonttes lançou o livro da História do Hospital de Guarnição de Uruguaiana, obra de relevante valor, já que destaca a presença do Exército, no que se refere à saúde de militares e dependentes, na fronteira com a Argentina. Após a passagem da Direção do Ten Cel Sandri ao Ten Cel Méd Leonardo de Oliveira de Medeiros, foi realizado o lançamento da obra, no auditório do hospital, que contou com significativo público, entre autoridades civis e militares. A obra exhibe, em suas 145 páginas, várias ilustrações da OMS, além de contar uma breve história sobre o Serviço de Saúde do Brasil Colônia, sobre os hospitais de sangue durante a guerra do Paraguai em Uruguaiana e de sua criação oficial em 11 de julho de 1928, como hospital Militar de 3ª classe, até o atual Hospital de Guarnição de Uruguaiana, onde o autor escritor/artista plástico Carlos Fonttes - Delegado da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, durante o tempo em que serviu naquele nosocômio, elaborou extensa pesquisa de campo, onde mostra a evolução histórica e as atividades sociais que o HGuU presta à comunidade uruguaiense.

Esteve presente o Cmt da 3ª RM, grande comando administrativo que enquadra os hospitais militares na área do Rio Grande do Sul.

Abaixo, fotos do evento.



Carlos Fonttes, autografando livros e acompanhado pelo seu filho e pelo Gen Benzi (à sua esq.), e do Diretor substituído do Hospital de Guarnição de Uruguaiana (à sua dir.).

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

120 anos da República

Nº 65 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

CARTA AO GENERAL HEITOR FONTOURA DE MORAIS

Resende, A Cidade dos Cadetes, 29 de janeiro de 2009.

Prezado e estimado chefe e amigo
Gen Bda Heitor Fontoura de Moraes

Acuso o recebimento de seu precioso livro: MORAIS, Heitor Fontoura de. General. ***Revelações Históricas do Sul do Brasil***. Jaguarão: Edição do autor, 2008.

Obra em que o autor, estudioso atento de nossa História escreve, com apoio na bibliografia que apresenta, onde se destacam os autores Gen Paula Cidade, Gen Riograndino Costa e Silva e Cel Genserico Vasconcelos, patronos de cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, e mais o Visconde de São Leopoldo e o Dr. Fernando Luiz Osório, nome da Delegacia da AHIMTB em Bagé. Obra que o autor enriqueceu com suas observações, vivências e interpretações apoiadas em esquemas que facilitam o entendimento.

O autor a dedica à memória de seu pai, o Cel Luiz Carlos de Moraes, um grande amante das coisas do Rio Grande do Sul e que lhe transmitiu este forte sentimento.

Cel Luiz Carlos de Moraes, que foi destacado oficial do Exército, historiador e lexicográfico, e também folclorista e tradicionalista gaúcho. Foi sócio, em 1943, do IHGRGS, e publicou, no Centenário da Revolução Farroupilha em 1935, o **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. E também foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, onde foi o encarregado do elogio fúnebre do grande historiador General Souza Docca, hoje patrono de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e nome de sua Delegacia em São Borja.

O Cel Luiz Carlos de Moraes foi Comandante do Colégio Militar de Porto Alegre de 1938/39, o último do CMPA em sua primeira fase, quando foi substituído pela Escola Preparatória de Cadetes, em 1939. Isto conforme consta em nosso livro: **A História do Casarão da Várzea 1885-2005**, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, a ser lançado pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul no CMPA em Formatura Geral em 21 de março de 2009.

Ao General Heitor devemos a doação de documentos originais sobre o Marechal José de Abreu, que explicam as dificuldades que teve com seus desertores, mobilizados em Cima da Serra e no meio dos quais encontrou a morte na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1927, em condições que reproduzimos em **Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**. Porto Alegre: 2002.

Reencontramos o General Heitor quando escrevemos a **História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas**, biografando-o sinteticamente às p. 76/77 como o último comandante da ID/3 e o primeiro da 8ª Bda Inf Mtz. Sendo que no lançamento ao público presente, exaltou nossa obra como historiador militar, pouco conhecida dos presentes, o que muito nos honrou e estimulou.

No Centenário da 8ª Bda Inf Mtz, o General Heitor e o General Cureau foram os únicos ex-comandantes presentes, e lá estivemos como convidado e participante daquela memorável comemoração organizada pelo Gen Bda Peterelli, atual comandante da Brigada de Aviação. Comemoração na qual, na Ordem do Dia, sentimos como ela refletiu nossa História da Brigada, e mais, sobre o seu patrono por nós proposto, o Marechal de Campo Manoel Marques de Souza I que foi o primeiro filho do Rio Grande do Sul ao governá-lo como Capitania independente.

O General Heitor sempre nos convoca para visitá-lo em Jaguarão. Vontade não nos falta e sim oportunidade. Pois foi lá que meu avô, Cel Gen Genes Gentil

Bento, na qualidade de sub-chefe de Polícia, pacificou os republicanos de Jaguarão, da parte liderada por Carlos Barbosa com a oposição da mesma. E as pacificou com o reconhecimento das duas correntes, conforme registrou em livro o notável historiador filho de Jaguarão Dr. Sérgio da Costa Franco.

Em seu precioso livro, o General Heitor reverencia a memória de seu pai. Em **Presença inicial**, aborda a presença dos Bandeirantes no RGS e as Reduções e Missões jesuíticas. Em **Antecedentes**, aborda a fundação do Rio Grande do Sul. **Do outro lado**, aborda a História da Colônia do Sacramento. Em **Tratado de Madrid e a Guerra Guaranítica** aborda o Tratado de Madrid de 1750 e a Guerra Guaranítica, para Espanha e Portugal evacuarem os Sete Povos das Missões. Em **Atingindo o sítio de Colônia do Sacramento**, aborda o vazio demográfico entre Santa Catarina e Colônia e As Guerras do Sul (1763/77). Em **Atuação adversa**, aborda as ocorrências que contribuíram para a formação da alma rio-grandense. Em **Lutas no Prata**, aborda as lutas para definir o destino brasileiro do Rio Grande do Sul brasileiro. Em **Lindes Fronteiras**, aborda as lutas para a fixação de nossas fronteiras no Sul. Em **Vinculações**, aborda as lutas para definir o Rio Grande do Sul, brasileiros ameaçados por interesses conflitantes de vizinhos e faz alguns retrospectos ao passado. Em **Varões ilustres**, aborda os marechais José de Abreu e Manuel Luiz Osório, que se destacaram no processo de afirmação do Rio Grande do Sul. Em **Momentos Revolucionários**, aborda os maus-tratos do povo gaúcho, mas que deu passos para a frente. E focaliza os horrores da Revolução Federalista, que abordamos do ponto de vista do Exército na **História da 3ª Região Militar**, 1889/1953, e corrige diversas injustiças federalistas contra o Exército, que ficou em silêncio por um século.

Em **História pela Geografia** aborda, sobre Geopolítica, considerações interessantes. Em **Aspectos sociais** aborda assunto relevante sobre a formação social do Rio Grande do Sul. Em **Ainda varões ilustres**, recorda heróis rio-grandenses e inicia com esta frase lapidar:

“De todos os bens da vida , a glória e o é mais alto bem. O corpo há muito que já é pó. Mas o nome ecoa ainda além.”

Em **Arrematando**, aborda uma síntese retrospectiva de seu estudo e interpretações, afirmando que a historiografia Sul-riograndense constitui uma fecunda sucessão de atos de nítida inspiração geopolítica. Com o que concordamos ao escrevermos nosso livro, prefaciado pelo historiador e geopolítico e nosso falecido amigo General Carlos de Meira Mattos:

Inspirações geopolíticas de Portugal e do Brasil no Prata e suas repercussões na formação do Rio Grande do Sul.

Concluindo, o General Heitor Fontoura de Moraes, em seu livro **Revelações Históricas do Sul do Brasil**, ministrou uma aula magna aos seus privilegiados leitores sobre a História do Rio Grande do Sul, enriquecido com seus esquemas elucidativos, sua vivência e grande amor ao Rio Grande, herança de seu pai e suas interpretações.

Parabéns ao velho e admirado amigo por este precioso legado, a historiografia do Brasil no Rio Grande do Sul.

Com apreço, admiração e gratidão por esta sua notável e proveitosa aula de História do Rio Grande do Sul, da qual faço votos que tire muito proveito o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que marcou como objetivo cultural em 2009 a

abordagem da História do Rio Grande do Sul.

Cláudio Moreira Bento Cel
Presidente da Academia de História militar do Rio Grande do Sul (AHIMTB), do
Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) e academias Canguçuense e
Piratiniense de História

Nº 66-Ano 2009 -200 anos da tomada da Guiana Francesa

3ª REGIÃO MILITAR (Região Dom Diogo de Souza)

I

Rio Grande de São Pedro, pelo papel que exercia, tornou-se Capitania por solene
Carta Régia.

De D. João, a pena egrégia não descuidou da defesa da terra então portuguesa
de promissora estratégia.

II

E a 3a R.M.

- Região D. Diogo de Souza, cuja memória repousa nos troncos desta Unidade -,
legou à posteridade um sonho dos mais sagrados: dos quartéis nos descampados
foram vertendo cidades.

III

Nos entrechoques da guerra, nossa 3a Região nasceu de lança na mão sem
nunca temer rivais, porque desde Silva Pais, nosso imortal telurismo se avulta no
patriotismo crismando os dias atuais.

IV

No Continente gaúcho, desde nossos ancestrais, valorosos generais com sua
espada bravia, honrando a Capitania, Província, Estado, Nação, vêm imprimindo
à Região seus princípios de chefia.

V

Já desde as Guerras do Prata, como força combatente, em plena linha de frente,
soube enfrentar desatinos. Nos verdes campos sulinos, consolida identidade,
defendendo a integridade do Brasil continentino.

VI

Depois, na Tríplice Aliança, pra repelir invasores, rufaram nossos tambores para
um embate mais sério. Num sangrento revertério, estancou-se tropelias pela
espada de Caxias e Osório - Lança do Império.

VII

Mas a paz sempre distante enrijece corações, e eclodem revoluções lideradas por
caudilhos. Dedos puxando gatilhos renunciavam mau sinal, e uma batalha
campal por derradeiro estribilho.

VIII

Quando a Guerra de Canudos chega enlutando a Bahia, a nossa Região partia
para mais um entrevero, pois Antônio Conselheiro, fanático dirigente, insuflava
sua gente no seu imenso pardieiro.

IX

Na luta do Contestado, a Região fez-se presente. Também enviou combatentes à

Segunda Grande Guerra. Patriotismo não emperra, não finda ou troca de lado,
quando advém do soldado deste País - nossa terra.

X

3ª Região amada, berço de tantos valores, que nas asas dos condores
permanecem nas alturas. Com legendárias figuras que abrilhantam galerias, os
soldados de Caxias mantêm a mesma postura.

XI

Num grande Apoio Logístico transporta-se suprimento: combustível, fardamento,
armamento e munição.

Na própria alimentação há cuidados especiais.

Dinamizam-se hospitais, obras e manutenção.

XII

Nosso Centro de Informática, em perfeita sintonia, facilita o dia-a-dia de tantos
batalhadores.

DL, SIP, Gestores, Circunscrições militares, honrarão os patamares dos nossos
antecessores.

XIII

Seu General Comandante, desta gloriosa Região, orgulha-se da missão com seu
Estado-Maior.

E todos sabem de cor que a grandeza do porvir ostenta o lema: "Servir, e servir
cada vez melhor!"



Evilácio Saldanha - ST Inf Ref - Poeta e Soldado - Junho/2005

Nota: O Sub Ten EVILÁCIO BARBOSA SALDANHA é Reformado desde 1982. Nasceu em Sant'ana do Livramento em 1933. Incorporou no antigo 9º RI (hoje 9º BIMtz - Pelotas, Batalhão Tuiuti) em 1952, onde fez o CFS. Realizou o CAS na EsSA em 1971. Possui diversos trabalhos na área literária e tradicionalista. É membro da AHIMTB/IHTRGS desde abril de 2009. Os seus principais trabalhos publicados são os seguintes: Tição de Aroeira - Saudade, Poesia e Pampa - Dos Mates Nasceram Rimas - Um Poema à Sombra da Cruz - Emoções Ensarilhadas. O ST Saldanha possui dois filhos e uma neta. Serviu na EPPA (1956/60) e no CMPA (1972/76).

Editoração: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel, Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS, Delegado para o RS - Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara: lecaminha@gmail.com.

Nota: Adquira o livro *História do Casarão da Várzea* por 20 reais na AACV ou no Museu do CMPA, com dedicatória. Informações com o Cel Caminha pelo lecaminha@gmail.com.

Nº 67 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

A GUERRA DO PARAGUAI: UM LABORATÓRIO DE DOCTRINA MILITAR PARA O MERCOSUL, A SER EXPLORADO

Sumário

Caracterização sumária da guerra
Importância Histórico-Militar da Guerra do Paraguai
Causas da Guerra do Paraguai
Desenvolvimento da Guerra - Síntese
Ofensiva adversária
Ofensiva aliada
Os quatro grandes generais adversários
Reflexos da guerra na consolidação do Exército
A permanência dos ensinamentos cívicos da Guerra



Cel Cláudio Moreira Bento (*)

Significado das Operações na formação das novas gerações do Exército

Caracterização Sumária da Guerra

De 1865 a 1870, a Bacia do Rio da Prata foi cenário do maior conflito entre nações das Américas - a Guerra do Paraguai. Ela envolveu de um lado o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança, contra o Paraguai. Seu início teve lugar logo depois do término da Guerra de Secessão nos EUA, conflito interno entre o Norte industrial e o Sul agropecuário e escravista daquele país, a qual considero o primeiro grande conflito da Era Industrial. Conflito que foi o prenúncio da Guerra Total. Nele, com o apoio da máquina a vapor, tornou-se possível a produção, em série, de munições e armamentos que aumentaram consideravelmente a densidade de fogo na superfície do campo de batalha. Isto obrigou o combatente, para sobreviver, a enterrar-se no terreno à procura dos

abrigos, as trincheiras - marca registrada da I Guerra Mundial, em sua segunda fase.

A Guerra do Paraguai, que apresenta muitas semelhanças e recebeu fortes influências da Guerra de Secessão somente foi estudada, criticamente, à luz dos fundamentos da Arte da Guerra, entre as duas últimas Grandes Guerras.

Os chefes, pensadores, planejadores e historiadores militares norte-americanos lamentaram profundamente o atraso do estudo, em razão dos valiosos ensinamentos que ela sugeria e que poderiam ter sido incorporados à Doutrina Militar do Exército dos EUA na I Guerra Mundial. E mais, eles se conscientizaram da importância do conflito no contexto da Doutrina Militar Mundial.

Importância Histórico- Militar da Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai, o maior conflito entre nações americanas e a maior experiência bélica do Brasil, até hoje, carece de um estudo crítico militar, como de resto quase toda a História Militar do Brasil. Esta, vinha sendo estudada, na maioria das vezes, de forma empírica, ao invés de científica. Sua transmissão vinha sendo feita, predominantemente, de maneira descritiva e não crítica ou analítica. Sob os dois últimos aspectos, isto é, crítico e analítico, é que a História Militar contribuiu para a formação dos grandes Capitães: Júlio César; Alexandre, o Grande; Gustavo Adolfo; Frederico, o Grande; Napoleão e tantos outros, conforme eles mesmos proclamaram, bem como do nosso grande Duque de Caxias, que encontrou nas manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, na Guerra que ora estudamos, passaporte seguro para figurar, sem favor nenhum, na galeria dos grandes Capitães da História, ou dos grandes mestres da Arte da Guerra.

Estudo crítico ou analítico da História Militar, assim enfatizado, por Frederico, o Grande, ao professor da matéria a seu filho:

“Não ensine História Militar a meu filho como se ensina a um papagaio. Faça-o meditar, racionar e tirar conclusões próprias e ensinamentos.”

As abordagens predominantemente descritivas e não críticas ou analíticas de nossa História Militar, à luz dos fundamentos de uma Doutrina Militar, contribuíram para o desprestígio da disciplina entre nossos chefes militares. E isto era justificável, por não verem eles resultados práticos das atividades de História, no sentido de proporcionar contribuições para o desenvolvimento de uma Doutrina Militar Brasileira, com índices progressivos de nacionalização.

Índices calcados no estudo crítico-militar de nossas experiências acumuladas em quase 5 séculos de lutas internas e externas, nos mais variados rincões do Brasil. Experiências vitoriosas, que contribuíram para configurar e manter um Brasil de dimensões que não são obra de milagre. Mas sim, fruto de judiciosas soluções estratégicas, táticas e logísticas. Soluções decorrentes, por seu turno, da correta aplicação dos fundamentos da Arte da Guerra, por militares portugueses e brasileiros, caracterizados por um fator de decisão militar constante - o terreno brasileiro - e por um importante e característico elemento do Fator Militar - o soldado brasileiro.

Acreditamos que muitas daquelas soluções, se estudadas criticamente, por chefes, pensadores, planejadores e historiadores militares brasileiros, servirão de ferramentas para alicerçar o Exército Brasileiro do futuro. Um Exército esteio terrestre da defesa de um Brasil Potência por nós sonhado. E ainda, dotado de uma Doutrina Militar com expressivos índices de nacionalização. Isto, como fruto da análise crítica do seu passado, para o entendimento do seu presente, o desenvolvimento da capacidade de estimar o seu futuro militar e de formular e

praticar Doutrina Militar dinâmica e coerente com este futuro, conforme procedem os Exércitos das grandes potências.

Creio que se a Guerra do Paraguai for estudada criticamente, como o foi a Guerra de Secessão pelo Exército dos EUA em data recente, e que trouxe valiosa contribuição aos militares norte-americanos, terá no Brasil o mesmo valor.

É possível que ela venha a ser considerada, como a considero, como o primeiro grande conflito entre nações na Era Industrial. Como se verá, nela a máquina a vapor se fez presente nos navios de nossa Marinha, numa ferrovia do adversário e numa ferrovia logística construída por nossa Marinha.

O Brasil - potência mundial - deverá, necessariamente, ser potência militar. Ao estudar e analisar criticamente as grandes potências mundiais, na qualidade de pesquisador e instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/80, cheguei a uma conclusão simples: todas elas são potências militares, possuidoras de Doutrina Militar própria ou com elevados índices de nacionalização. Nenhuma copiou doutrina alienígena.

O campo de batalha foi, é, e continuará sendo o melhor laboratório de pesquisa para o desenvolvimento de uma Doutrina Militar. Não existe nenhum sucedâneo eficiente. O que longe se aproxima são as manobras. Estas, por sua vez, de alto custo.

Acreditamos que a Guerra do Paraguai, o maior e mais marcante conflito enfrentado pelo Brasil, ainda se constitua em importante laboratório, com vistas ao desenvolvimento das Doutrinas Militares. Não só a do Brasil, com a de nossos irmãos uruguaios, argentinos, bolivianos e paraguaios. Para os dois últimos o valor será maior, se esta experiência for comparada com a última que ambos tiveram, ao se defrontarem na Guerra do Chaco, em 1935 - última guerra convencional envolvendo nações das Américas. Temos convicção de que estes estudos possam contribuir para o desenvolvimento de uma Doutrina Militar do Mercosul para enfrentar o insondável 3º Milênio.

O então Marquês de Caxias, Ministro da Guerra, experimentado e consagrado infante de vocação e tradição, ao adaptar para o nosso Exército, em 1861, as Ordenanças de Infantaria do Exército de Portugal, o fez com a ressalva de que estas estariam em vigor até que nossa Infantaria desenvolvesse uma doutrina de acordo com nossas realidades.

Aquelas ordenanças, adaptadas por Caxias, foram seguidas por nossa Infantaria durante toda a Guerra do Paraguai.

O Marechal Floriano Peixoto, como Presidente da República, determinou que o Oficial Engº Emílio Jourdan, veterano da guerra e construtor de algumas pontes da célebre Estrada do Chaco, escrevesse uma história do conflito, para servir de subsídio *"aos alunos de nossas escolas militares, com o objetivo de desenvolverem uma Tática e uma Estratégica adaptada às nossas realidades."*

O Marechal Bernardino Bormann, veterano da guerra, ajudante-de-ordens e biógrafo de Caxias e, mais tarde, chefe do Estado-Maior do Exército, com aquele objetivo, escreveu a sua visão da Guerra do Paraguai.

Ainda oficial de Estado-Maior, o mais tarde General Tasso Fragoso começou a estudar aquele conflito. Seu estudo foi trazido na monumental obra:

- **A Guerra da Tríplice Aliança** - editada quando era chefe do Estado-Maior do Exército. Obra predominantemente descritiva, foi trabalhada tecnicamente pelo Coronel Ruas Santos, que a enriqueceu e a transformou em instrumento de trabalho indispensável a estudos críticos futuros.

O Estado-Maior do Exército em sua Portaria 061, de outubro de 1977, marcou os seguintes objetivos para as atividades de História no Exército:

- contribuir para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa;
- contribuir para o desenvolvimento da doutrina das Forças Terrestres brasileiras; e
- preservar e divulgar o Patrimônio Histórico-Cultural do Exército.

Com isto, orientou a História no Exército para aspectos crítico-militares, em apoio à formação dos seus quadros e ao desenvolvimento de sua Doutrina Militar.

Causas da Guerra do Paraguai

O Brasil foi à guerra depois de sua soberania e integridade serem agredidas pelo adversário:

- Agressão à Soberania, através da ameaça à livre navegação brasileira nos rios Paraná e Paraguai, caracterizada pela ereção da fortaleza de Humaitá sobre o rio Paraguai, e prisão, em Assunção, do Presidente de Mato Grosso quando, depois de partir do Rio, viajava para assumir o seu posto. Os rios Paraná e Paraguai eram elos bi-seculares de ligação do Centro do Poder do Brasil com sua Província de Mato Grosso.

- Agressão à integridade, materializada pelas invasões e ocupações temporárias de territórios brasileiros no Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Desenvolvimento da Guerra - Síntese

Ofensiva Adversária

A iniciativa das ações coube ao adversário. Manobrando em linhas interiores, ele invadiu o indefeso sul do Mato Grosso. Em Dourados, ocorreu o épico episódio da resistência, até a morte, do Tenente Antônio João, atual Patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais.

Depois, foi a vez da província argentina de Corrientes e do Rio Grande do Sul.

Em 11 de junho de 1865 nossa Marinha obteve a retumbante e decisiva vitória naval de Riachuelo, a maior batalha naval da América do Sul e ponto de inflexão de ofensiva para defensiva, pelo adversário.

Nesta batalha, forças navais e terrestres brasileiras embarcadas puseram fim à capacidade ofensiva estratégica do adversário.

O término da ofensiva adversária no sul foi selado com a rendição, em Uruguaiana, das tropas invasoras, em presença do Imperador D. Pedro II.

A invasão adversária da província de Corrientes provocou o ingresso da argentina na Guerra. Foi formada então a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai.

Ofensiva Aliada

Os aliados, depois de Uruguaiana, passaram à ofensiva tendo, como objetivo militar estratégico, a conquista da Fortaleza de Humaitá e, político-estratégico, a conquista de Assunção, capital adversária.

Em 17Abr1866, sob a liderança do intrépido Gen Osório, atual Patrono da Cavalaria, forças navais e terrestres aliadas, em ação conjunta, em operação que poderíamos hoje classificar de anfíbia, transpuseram o rio Paraná em Passo da Pátria, concretizando a invasão do terreno adversário. Isto, depois de bem sucedida ação diversionária sobre o Forte Itapirú, consumada com a conquista e manutenção da Ilha da Redenção, por uma força-tarefa integrada por infantes, artilheiros e engenheiros ao comando do tenente-coronel Vilagran Cabrita, atual Patrono da Arma de Engenharia, que nesta ação perdeu a vida, atingido por obus adversário quando redigia a parte da vitória.

Prosseguindo o avanço aliado, ainda sob a liderança de Osório, travou-se a Batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul. Esta batalha pôs fim à capacidade ofensiva tática adversária. Nela Osório, liderando uma manobra defensiva em posição, conseguiu anular o duplo envolvimento intentado pelo adversário. Perdeu a vida nesta batalha o Brigadeiro Sampaio - atual Patrono da Infantaria, o Bravo dos Bravos de Tuiuti, depois de desenvolver papel decisivo para a vitória, à frente de sua bem treinada e valente Divisão de Infantaria, a "Encouraçada". Destacou-se e consagrou-se igualmente o então Coronel Emílio Mallet, atual Patrono da Artilharia, com sua "Artilharia Revólver", postada atrás de um fosso escavado pelo Batalhão de Engenheiros de Conrado Bittencourt, que integrava a sua Artilharia.

Posteriormente, em sua manobra de penetração ao longo do rio Paraguai, os aliados sofreram sério revés frente à fortaleza de Curupaiti. O insucesso deste desastre cobrou o alto preço de cerca de 4.000 vidas brasileiras, resultado da inobservância do Princípio da Unidade de Comando, agravado pelo não-reconhecimento da posição e falta de coordenação dos ataques terrestres e destes com os navais.

Era impositivo um comando único. E Caxias, conservador, foi enviado por liberais para comandar a guerra e arquitetou suas vitórias. Depois de obter suficiente suporte logístico passou à ação. Flanqueou Humaitá e fez cair, pela manobra, este objetivo militar estratégico, que deteve por dois anos os aliados. A sua ultrapassagem e conquista representou a perda da capacidade defensiva estratégica adversária. Para vencê-la, Caxias usou dois balões cativos de reconhecimento que mandou vir dos EUA e que inicialmente foram operados pelos irmãos Allen, veteranos do Exército da União na Guerra de Secessão. A nossa Marinha construiu pequena ferrovia para realizar o apoio logístico, de parte da nossa Esquadra, infiltrada entre as fortalezas adversárias de Curupaiti e Humaitá.

Prosseguindo rumo ao objetivo final - Assunção, os aliados se defrontaram com fortificações apoiadas no arroio Piquiciri. Para ultrapassá-las, Caxias concebeu o ousado plano de abordá-las através de estrada a construir sobre o Chaco, para cair, de surpresa, sobre a retaguarda profunda do adversário, cortando a ligação do mesmo com Assunção.

Seu plano implicava em correr risco calculado, ou seja: sacrificar o princípio de guerra da Segurança, ao atravessar com o grosso de suas tropas uma região sujeita às inundações repentinas. Isto, em benefício do princípio de guerra da Surpresa. No caso, desembarcar na retaguarda profunda adversária sem lá ser esperado e colher assim todas as vantagens militares decorrentes.

O Corpo de Pontoneiros do Rio Grande do Sul e o Corpo de Engenheiros do Rio de Janeiro executaram, com grandes sacrifícios, 8 pontes, cerca de 8 quilômetros de picadas e estiveram com milhares de palmeiras o caminho da vitória aliada - a Estrada do Chaco. Feito épico orgulho de nossa Engenharia de Combate e sobre a qual marcharam os infantes, cavalgaram os cavaleiros e foram tracionadas algumas peças de Artilharia que, sob o comando pessoal do atual Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, caíram, de surpresa, na retaguarda adversária em Santo Antônio, obtendo a surpresa estratégica. Esta era uma circunstância incomum na guerra e o prêmio mais cobiçado dos verdadeiros artistas da guerra, por proporcionar a vitória com o mínimo desgaste e com o máximo rendimento militar.

Teve lugar então a Dezembrada, conjunto de batalhas tais como Itororó,

Avaí, Vileta e Lomas Valentinas, que acabaram com a capacidade defensiva tática do adversário, obrigando-o a refugiar-se nas montanhas e deixando livre e aberto o caminho para Assunção, cuja ocupação aliada caracterizou, no campo estratégico, o fim da guerra.

A redução das últimas resistências ficou a cargo do Conde D'Eu, genro de D. Pedro II. A Guerra teve seu epílogo em Cerro Corá, em 1º de março de 1870, com a morte do Marechal Solano López, que morreu de espada em punho, como um bravo, coerente com seu ideal que chocava-se com o interesse nacional brasileiro e se constituiu em ameaça à Soberania e integridade do Brasil. São coisas de um passado longínquo, feridas cicatrizadas, e alicerces para uma cooperação mais íntima e produtiva para o futuro das nações envolvidas neste sangrento e lamentável conflito, para estudá-lo visando um sistema conjunto de defesa do Mercosul. Foram lamentáveis as obras, no Brasil, **A guerra do Paraguai-genocídio americano** e, no Paraguai, **Rugidos de los Leones**, esta ultra- pragmática.

Os quatro grandes generais adversários

Neste conflito, enfrentamos um dos mais valorosos e disciplinados soldados sul- americanos e, em sentido figurado, cinco grandes generais adversários, que explicam as dificuldades enfrentadas pelos aliados até Assunção e a grande duração do conflito. Foram estes os generais aliados do adversário:

- O general **Distância de Apoio Logístico**, ou seja, a distância do Centro do Poder do Brasil no Rio de Janeiro, separado do TO, nos confins da Bacia do Prata, por milhares de quilômetros de caminhos marítimos e fluviais. Este general, temível, seria mais tarde enfrentado pela Inglaterra na Guerra dos Bôeres, na África do Sul, e pela Rússia na Guerra Russo-Japonesa, no TO da Coreia e, em data mais recente, pela Inglaterra na Guerra das Malvinas.

- O General **Terreno Adversário** desconhecido, difícil por natureza e agravado por centenas de fortificações naturais e artificiais.

- O General **Rio Paraná**, interposto inicialmente entre os aliados e adversários em Passo da Pátria, obstáculo de vulto vencido com grandes sacrifícios e enfrentado depois da invasão, separando a Zona de Administração Aliada, em Corrientes, da Zona de Combate em território adversário.

- Os Generais **Tifo e Cólera**, que ceifaram milhares de vidas aliadas ou chegaram, em períodos críticos, a neutralizar a capacidade ofensiva tática aliada.

Reflexos da Guerra na consolidação do Exército

Esta guerra, em plena Era Industrial, comprovou que um exército não mais poderia ser improvisado, em razão da crescente sofisticação da Ciência da Guerra.

Em realidade, desde a sua criação, em 1824, o Exército Brasileiro sofreu diversas pressões que se refletiram negativamente em sua consolidação.

A principal delas foi a criação da Guarda Nacional, na Regência, cópia mal feita das similares da França e Estados Unidos. Esta instituição perdurou até a I Guerra Mundial, quando foi absorvida como 2- linha do Exército no governo de Wenceslau Brás. Graças ao prestígio do Duque de Caxias e dos Marechais Osório e Câmara, heróis da Guerra do Paraguai e Ministros da Guerra entre 1870/80, foram minimizados, pós-Guerra, os esforços tendentes ao enfraquecimento e desprestígio do Exército.

No bojo da luta republicana, fruto da Questão Militar, emergiram no Exército

duas correntes: a dos profissionais militares, desejosos de um Exército forte, à altura das necessidades de Segurança Nacional e a dos científicos, ou bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, adeptos do Positivismo - a religião da Humanidade - cujos reflexos na consolidação da instituição foram prejudiciais. Isto, em razão de seus adeptos militares não interpretarem e praticarem a nova filosofia, como o fez o marechal Rondon. Este, a um só tempo dedicado à integração do Brasil, ao índio, e à Humanidade. E profissional de raros méritos, encarregado de combater a Revolução de 24, por indicação do General Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, por julgar que Rondon reunia, na época, as melhores condições para comandar o Exército Brasileiro numa eventualidade de guerra. A corrente dos profissionais representada no Governo por Deodoro e Floriano não se fez ouvir.

Predominou a corrente dos científicos, com o regulamento do Ensino Militar de 1874, reforçado com o baixado pelo Ministro da Guerra Ten Cel Benjamin Constant, em 1889. Regulamento voltado exclusivamente para a formação de oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, sem a necessária formação militar, os quais ridicularizaram nossa História e tradições militares e debochavam, segundo Tasso Fragoso, dos desfiles dos veteranos do Paraguai, que marchavam com os peitos cobertos de medalhas.

Tasso Fragoso, como Chefe do Estado-Maior do Exército na apresentação, em 1922, de seu livro **A Batalha do Passo do Rosário**, caracterizou os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha de seu tempo num autêntico Ato de Contrição cívico, neles incluindo-se, por arrependido das teorias com base positivista, mal interpretada, em que seus alunos, sob influência do mestre Benjamin Constant, justificavam seu despreço pelo profissionalismo militar como adeptos do Positivismo - a Religião da Humanidade.

A idéia de formar oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, segundo pesquisa na Escola da Praia Vermelha, visava melhorar o nível social dos oficiais. Pois vivendo a oficialidade em constantes guerras desde 1816, casar com um deles significava viuvez e orfandade potencial, sem amparo previdenciário. Assim, para casar, as moças preferiam, em princípio, como segurança social os doutores em Direito, Medicina e Engenharia, ou os filhos de abastados proprietários rurais e comerciantes. Mas a realidade é que estes oficiais engenheiros se voltaram para outras atividades estranhas à defesa nacional e preferiam o título de Engenheiro ao do posto militar.

Por isto o Brasil pagou alto preço em Canudos, na Bahia, e na Revolução Federalista (1893/95), no Rio Grande Sul, Paraná e Santa Catarina, onde o Exército revelou o mais baixo índice de operacionalidade de sua história. Os oficiais bacharéis estavam na política ou na administração. A tropa estava acéfala, liderada por muitos chefes improvisados, despreparados e manipulados por lideranças políticas estaduais. A isto tudo assistiram, impotentes, alguns adeptos do profissionalismo militar, veteranos e filhos ou parentes de chefes da Guerra do Paraguai, como Hermes da Fonseca, João Nepomuceno Medeiros Mallet, Bernardino Bormann, Machado Bittencourt - atual Patrono da Intendência - e outros. Mallet criou o Estado-Maior do Exército e, em Piquete atual, a primeira fábrica de pólvora sem fumaça da América Latina, iniciativas que se constituíram no ponto de inflexão e no início de uma gradativa Reforma Militar, visando o progresso e consolidação do Exército profissional. Machado Bittencourt introduziu o suporte logístico nas operações em Canudos.

Em 1904, Hermes da Fonseca, Comandante da Guarnição do Rio, realizou as primeiras manobras em Santa Cruz, reeditando esforços do Conde D'Eu, do

qual fora ajudante de ordens e que, por volta de 1885, realizara manobras militares em Santa Cruz, Realengo, Saicã e na Várzea do Bomfim, em Porto Alegre, defronte ao atual Colégio Militar.

Na Escola Militar da Praia Vermelha reinavam os científicos, que tinham por missão desenvolver a Doutrina do Exército e não o faziam.

Por esta época teve lugar, na referida Escola, a ridícula Revolução da Vacina Obrigatória, em 1904. Chegara a oportunidade para a corrente profissional do Exército. A escola foi fechada por um ano e depois extinta. A reforma de 1905 extinguiu o título de Alferes, substituindo-o pelo de Aspirante a Oficial, e eliminou o bacharelismo militar (1874/1905). Os antigos Tenentes e Capitães do Exército, veteranos da Guerra do Paraguai, retomaram o elo perdido do profissionalismo militar. E teve início a consolidação da Reforma Militar (1898-1945).

A seguir, a implantação do Serviço Militar Obrigatório e a extinção da Guarda Nacional, no Governo do ilustre mineiro e amigo do Exército Dr. Wenceslau Brás, personalidade marcante a quem se deve a localização, em Itajubá, do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, o qual comandeiei de 1981/82.

Afastada a Guarda Nacional, outra ameaça à consolidação do Exército se fez sentir, particularmente a partir de 1922. Foi o super dimensionamento das Polícias Militares, dotadas algumas de todas as armas, blindados e até aviação, e com capacidade de operar em outros estados, desviando-se das funções precípuas de Segurança Pública.

Esta ameaça foi superada com a Revolução de 1930, liderada no campo militar por ex-alunos da Missão Indígena (1819/22), da Escola Militar do Realengo e formada por equipe de instrutores de escol, selecionada em concurso pelo Estado-Maior do Exército. A Missão Indígena formou oficiais de alto padrão profissional e com uma visão ampla, realista e nacionalista dos caminhos a serem percorridos pelo Brasil para atingir o seu destino de grandeza. Daí surgiu o tenentismo, em luta contra as oligarquias.

Dentre estes instrutores mencione-se o então Capitão Euclides Figueiredo, pai do nosso ex-presidente da República João Figueiredo, e o então Tenente Odílio Denys, tão ligado à articulação, liderança e êxito da Contra Revolução de 64, que de Minas Gerais se espalhou vitoriosa por todo o Brasil.

Foram os alunos da Missão Indígena de 1918/22 que criaram a Escola Superior de Guerra.

Penso que a Missão Indígena foi uma projeção, no campo militar, do espírito da Semana de Arte Moderna, com vistas à não interferência da Missão Francesa na formação dos oficiais do Exército, para que estes passassem a olhar para um Exército com sua doutrina genuína, um velho sonho de Caxias em 1865, ao adaptar a Doutrina de Portugal, de influência inglesa, às realidades operacionais que ele vivenciara nas quatro campanhas pacificadoras que comandara e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52).

Permanência dos Ensinamentos Cívicos da Guerra

Os ensinamentos cívicos da Guerra do Paraguai continuam evidentes na vida nacional e, em especial, no Exército e na Marinha. O Patrono do Exército é o Duque de Caxias, o arquiteto da vitória rápida nessa guerra. Outros heróis do conflito como Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Severiano da Fonseca, Machado Bittencourt e Antônio João são os vultos maiores da Cavalaria, Infantaria, Artilharia, Engenharia, Serviço de Saúde e Oficiais do Quadro Auxiliar.

Andrade Neves, Câmara, Conrado Bittencourt, Tibúrcio, Deodoro, Floriano e

muitos outros tem seus exemplos evocados quase que diariamente em todos os quartéis do Brasil.

Milhares de ruas, praças e edifícios espalhados pelo país imortalizam os nomes dos bravos citados e evocam seus exemplos. Poderia afirmar que a maioria das tradições do nosso Exército possui fundamentos em sua participação neste conflito.

Foi dos campos do Paraguai que teve início a chama da Abolição, acendida pela oficialidade em campanha, e transmitida ao Visconde do Rio Branco em memorável sessão que ele presidiu na Loja Maçônica Fé, em Assunção.

De retorno ao Brasil, sob o impacto da forte pressão recebida, assomou à Tribuna do Senado por diversas vezes, até ver, no ano seguinte àquela reunião, aprovada a Lei do Ventre Livre, primeiro passo da Abolição.

Permanecem vivos os ensinamentos cívicos à nossa Marinha legados por Barroso, Greenhalgh, Marcílio Dias, em Riachuelo, e os de Ana Nery, Rosa da Fonseca e Ludovina Portocarrero, exemplos mais ilustrativos do valor e patriotismo da mulher brasileira.

Significado das Operações na Formação das novas gerações do Exército e da manipulação política de sua história

A guerra do Paraguai ofereceu um manancial de ensinamentos às futuras gerações militares do Exército e da Marinha. Pouco foi explorado, criticamente, até o presente, conforme evidenciamos. Quem vem pesquisando há 50 anos são as sucessivas equipes de instrutores de História Militar de nossa Academia Militar. E isto em aspectos relativos à análise crítica dos Princípios de Guerra, Qualidades de Chefia e Virtudes Militares, características do Soldado brasileiro, elementos do Fator Militar, com vistas aos objetivos da Portaria 061/77 do EME, além de uma infinidade de itens e assuntos que compõem uma Doutrina Militar nos campos da Organização, Equipamento, Instrução, Desenvolvimento das Forças Morais da Guerra e Emprego operacional de um Exército.

E, hoje, sob o impulso do Objetivo Estratégico atual nº1 do Exército, assim definido quando Ministro da Guerra o Gen Ex Zenildo Zoroastro de Lucena e reafirmado por seus sucessores:

Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e históricos do Exército Brasileiro.

Objetivo em cuja preservação e conquista a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), desde que criada em 1996, estendeu às demais forças terrestres, as quais estuda, esforçando-se para ajudar o Exército a conquistar, com o concurso de historiadores do Exército, da Infantaria da Aeronáutica, dos Fuzileiros Navais e Polícias e Bombeiros Militares, e de historiadores civis interessados. Atuação sem apoio governamental oficial.

Com o objetivo de desfazer o profundo mal causado pela deformação da Guerra do Paraguai causada pela obra A Guerra do Paraguai-genocídio americano, que teve ampla e profunda penetração e aceitação no meio estudantil do Brasil, surgiu em data recente a notável obra Maldita Guerra, do historiador civil Francisco Doratioto, hoje membro acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. A obra A Guerra do Paraguai-genocídio americano, procurou assassinar a verdade histórica, ao confundir uma legião de inocentes úteis com objetivos ideológicos. Some-se no Paraguai a obra do mesmo estilo, apoiada pelo governo, intitulada Rugidos de los Leones. Ambas não correspondem à realidade ocorrida neste conflito.

No tocante à obra **A Guerra do Paraguai- genocídio americano** a preocupação de historiadores brasileiros foi a de esclarecer a acusação da existência de um documento em Buenos Aires comprovando um conluio entre o presidente Mitre e Caxias, no sentido da combinação de serem lançados cadáveres de coléricos no rio Paraná para, levados pela correnteza, contaminarem com cólera a oposição a Mitre na Argentina.

Em visita ao Museu Mitre, em Buenos Aires, o General Professor Jonas Correia Filho, então Presidente do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, quis conhecer o citado documento. E o que lhe foi mostrado foi um panfleto político contra o presidente Mitre, dirigido aos eleitores argentinos, sendo que muitos deles, ao que parece, acreditaram, na época. Este livro foi também respondido pelo falecido historiador sul-matogresense Acyr Vaz Guimarães, mas com pouca penetração.

Como Diretor do Arquivo Histórico do Exército promovemos um encontro com diversos historiadores no Rio de Janeiro para colher suas opiniões sobre o citado livro. E os resultados os levamos em palestra ao Corpo de Cadetes na AMAN, em cujo seio o maldito livro deixara dúvidas, resultado de contatos de cadetes com estudantes civis que acreditavam nas fantasias constantes da obra. Recordo que o citado livro merecia a condenação unânime de consagrados historiadores brasileiros e que não o rebatiam por julgar que o seu autor não era um historiador. Debater com ele seria aumentar o prestígio de sua obra, que se tornou um lucrativo negócio, pelo grande número de edições. Hoje, aos poucos, jovens com espírito crítico constataam a falsidade dos conceitos do citado livro, por não ser baseado em fontes históricas íntegras, autênticas e fidedignas e sim em pura e grosseira manipulação da História.

Estas manipulações nos fazem recordar um mural existente no Museu da República no Palácio do Catete assim (em princípio) escrito:

O passado (ou a História) é um uma extensa planície onde correm dois rios. Um deles é um rio reto de margens firmes e bem definidas e regime hídrico constante. Este é o rio da História, como fruto da análise e interpretação de fontes históricas íntegras, autênticas e fidedignas, O outro, é um rio cheio de curvas e meandros e de margens e regime hídrico instáveis, sujeito a perigosos alagamentos e enchentes. Este é o rio do Mito, fruto de manipulações da História motivadas, por ignorância, motivações políticas várias e particularmente ideológicas, calúnias, vinganças e uma série de outras manipulações que deturpam a realidade histórica, à luz de interesses subalternos,

Lamentavelmente predominantes entre nós, o que Rui Barbosa já assinalava em seu tempo.

(*) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do RGS

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS.

Notas: 1) adquira o livro História do Casarão da Várzea através da AACV, do Museu do CMPA ou pelo e-mail lecaminha@gmail.com.

2) acesse o site do IHTRGS: www.ihtrgs.org.br e tenha acesso aos números anteriores do jornal O Gaúcho, bem como a outras informações.

Brasília: de Dom Bosco a Juscelino

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

O sacerdote católico italiano, beatificado em 1929 e canonizado em 1934, Giovanni Melchior Bosco (São João Bosco), popularmente conhecido como Dom Bosco, nasceu em Castelnuovo d'Asti, a 16 de Agosto de 1815 e morreu em Turim a 31 de Janeiro de 1888.

Dom Bosco se caracterizou por ter sonhos, visões e premonições. Ele próprio não sabia muito bem como lidar com esses eventos, mas decidiu dar-lhes atenção. Sensível a isso, o Papa Pio IX ordenou-lhe que consignasse tudo por escrito, em seu sentido literal e de forma detalhada, para maior estímulo dos filhos da Congregação Salesiana. A biografia de João Bosco elenca inúmeros sonhos, desde o primeiro, ainda na infância, quando Jesus Cristo lhe disse que a educação das crianças teria que ser feita "Não com pancadas, mas com carinho".

Dom Bosco e Brasília

Em outro sonho, Dom Bosco vê, entre os paralelos 15 e 20 do Hemisfério Sul, um lugar de muita riqueza, próximo a um lago, assim descrito por ele:

"Tra il grado 15 e il 20 grado vi era un seno assai lungo e assai largo che partiva di un punto che formava un lago. Allora una voce disse ripetutamente, quando si verranno a scavare le miniere nascoste in mezzo a questi monti di quel seno apparirà quila terra promessa fluente latte e miele, sarà una ricchezza inconcepibile".

Tradução: "ENTRE O GRAU 15 E O GRAU 20 HAVIA UM SEIO MUITO LONGO E MUITO LARGO QUE PARTIA DE UM PONTO E FORMAVA UM LAGO. ENTÃO UMA VOZ DIZIA REPETIDAMENTE QUE QUANDO VIEREM A ESCAVAR AS MINAS ESCONDIDAS NO MEIO DESTES MONTES, DAQUELE SEIO SURGIRÁ A TERRA PROMETIDA FLUENTE EM LEITE E MEL E SERÁ DE UMA RIQUEZA INCONCEBÍVEL".

Este lugar é atribuído como Brasília, motivo pelo qual São João Bosco é um dos padroeiros daquela cidade. Este é o lado religioso da história da fundação da capital.

Mas a chamada idéia mudancista, de mudança da capital do país do Rio de Janeiro para outro lugar mais ao interior, já existia antes de Dom Bosco, e vinha desde que o cartógrafo genovês Francisco Tosi Colombina sugeriu a mudança. Os inconfindentes de Tiradentes também demonstravam o desejo de internar a capital. O Marquês do Pombal, Hipólito José da Costa, José Bonifácio (1821), Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro, 1839) e, também, desde a independência, em 1822, a idéia da mudança para o planalto central já vigorava. O nome seria Petrópolis ou Brasília.

Conforme Pedro Calmon (História do Brasil, vol. 7, pág. 2287), a idéia "começara pelo sentimento nacional de remover para uma posição equidistante e propícia o coração do Império, mal situado no porto populoso (Rio de Janeiro), onde os problemas locais esfumaçam a visão de conjunto dos poderes federais...Mas ficou letra morta o mandamento de 1891 (Constituição), que determinara a mudança para o planalto central, proficientemente estudado por Luís Cruls".

A Missão Cruls



Os cientistas da Missão Cruls foram reunidos para coletar dados sobre o sertão brasileiro.

Com a Proclamação da República, em 1889, a preocupação da mudança da capital foi materializada na Constituição, que estabeleceu à União a propriedade de uma zona de 14.400 km² no Planalto Central, que seria oportunamente demarcada para o estabelecimento de uma futura sede de governo. Em 1892, para cumprir a Constituição, Floriano Peixoto nomeou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, cujo objetivo era iniciar de fato a demarcação do Distrito Federal. Foi a primeira iniciativa oficial do governo brasileiro para concretizar a mudança da capital. Essa comitiva ficou conhecida por Missão Cruls.

Luiz Cruls era um notável astrônomo belga, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Para cumprir a determinação de Floriano Peixoto, Cruls organizou uma equipe de 21 pesquisadores, entre geólogos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros, médicos e higienistas, que seguiram a Ferrovia Mogiana, do Rio de Janeiro a Uberaba, e depois rumaram ao Planalto Central, percorrendo um total de 4 mil quilômetros. Mas a partir de certo momento, surgiu um grande problema de localização geográfica. Não havia quaisquer pontos de referência para prosseguir a viagem rumo ao interior. No entanto, para um astrônomo experiente, não foi difícil guiar-se através de um mapa detalhado sobre os olhos: as estrelas. Assim, para se orientar na imensidão do território Brasil Central, Cruls calculava a posição das constelações e analisava, toda noite, o rumo a ser tomado. E dessa forma chegaram lá. Luiz Cruls era Tenente-Coronel Honorário do Exército Brasileiro.

A Missão Cruls identificou a zona pré-definida pela Constituição, demarcando a área de 14.400 Km². A partir dessa empreitada foi desenhado, pela primeira vez no mapa do Brasil, o "quadrilátero Cruls", criando oficialmente a expressão "Distrito Federal". A comitiva realizou estudos científicos até então inéditos na região, mapeando aspectos climáticos e topográficos, além de estudar a fauna, a flora e os cursos d'água do trajeto, o modo de vida dos habitantes, os aspectos urbanos e arquitetônicos das cidades pelo caminho, além das doenças mais comuns. Em junho de 1894, após os resultados obtidos pela comissão, Luiz Cruls foi nomeado presidente da Comissão de Estudos da Nova Capital da União.

Assim, com a incumbência de escolher o local definitivo para a edificação do novo centro político, realizou uma segunda Missão com estudos mais detalhados, centrados no quadrilátero.

Quando Floriano Peixoto deixou a presidência, as medidas efetivas da troca da capital foram paralisadas. Os estudos só foram reativados em 1946, com a Constituição deste ano, quando o presidente Gaspar Dutra nomeou Djalma Poli Coelho como o chefe da Comissão Técnica de Estudos de Localização da Nova Capital. Mas, ainda assim, sem nenhuma medida prática. Somente em 1952 o Congresso Nacional aprovou a lei que determinava estudos conclusivos para a edificação da nova capital brasileira no Planalto Central. Novas pesquisas realizados por Donald Belcher abrangeram uma área de 52.000 km² — incluindo partes de Goiás e Minas Gerais. Os estudos foram concluídos em 1955. A área foi fixada em 5.850 Km², entre os rios Preto e Descoberto. O presidente Café Filho aprovou a área, mas foi somente em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, com o envio ao Congresso da Mensagem de Anápolis, propondo, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e o nome de Brasília para a nova capital, que a construção passou a ser materializada. O presidente definiu inclusive a data prevista de inauguração — 21 de abril de 1960.

A Novacap

Em 1922, foi colocada a Pedra Fundamental da futura capital, perto de Planaltina. Em abril de 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, chefiada pelo Marechal José Pessoa, escolhe o “Sítio Castanho” (um dos cinco indicados) como local definitivo.

Depois de uma aventura extraordinária da engenharia e da arquitetura, na data exata estabelecida por JK, a Brasília sonhada por dois séculos, cuja área fora demarcada há 70 anos, foi finalmente inaugurada e reconhecida como a capital do país. Em 03 de maio de 1957, o cardeal- Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Mota rezou em Brasília a segunda missa. A primeira foi mandada rezar pelo Marechal José Pessoa.

Coube ao arquiteto Lúcio Costa, vencedor do concurso, realizado em 1957, elaborar o plano urbanístico. Mas a construção já havia sido iniciada no ano anterior, com o Aeroporto e o Palácio da Alvorada. Foi de Oscar Niemeyer a concepção arquitetônica da metrópole.

Administrativamente, “Brasília” é apenas uma das mais de vinte Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em termos urbanos, a Região Administrativa de Brasília compreende as Asas Sul e Norte e a área central do Plano Piloto.

Nos primeiros anos, havia muita pressão para que a capital voltasse ao Rio. Brasília tinha poucos habitantes. Foi com o Governo Castello Branco que se reiniciou a consolidação de Brasília como a capital.

Juscelino Kubitschek, após a inauguração da cidade, nomeou Israel Pinheiro como primeiro prefeito da nova Capital, cargo que assumiu em 07/05/60. Em 1962, enquanto sobrevoava Brasília, Juscelino disse “Meu Deus, sem o Israel jamais eu teria conseguido construir Brasília”. Em 1991, Lúcio Costa disse “Não existiria Brasília, sem Israel Pinheiro. Ele foi um visionário. Lutou pela construção de Brasília e não sossegou até ver a cidade de pé”.

A verdade é que Brasília não seria o que é hoje se não fosse o trabalho de pioneiros como o Marechal José Pessoa, Ernesto Silva, Íris Meinberg, Bernardo

Sayão, os candangos, trabalhadores anônimos que a construíram, e os engenheiros, sem os quais não teria sido possível dar forma aos projetos arquitetônicos da cidade.

O Marechal José Pessoa



José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi convidado em 1954 pelo presidente Café Filho para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída. Cumprida esta missão, em seguida Café Filho homologou a escolha do sítio da nova capital e delimitou a área do futuro Distrito Federal, determinando que a comissão encaminhasse o estudo de todos os problemas correlatos à mudança. A intenção e a proposta de Pessoa era dar à nova capital o nome de Vera Cruz. A comissão encerrou seus trabalhos em 1956.

Brasília, nossa Capital, foi erigida no local escolhido pelo Marechal José Pessoa, que idealizou, também, o Lago Paranoá e a estruturação da cidade ao longo de dois eixos transversais.

José Pessoa foi, também, Comandante da Escola Militar do Realengo e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras.

Conforme Conceição Freitas (Crônica da Cidade: Um homem esquecido - Correio Brasiliense, 12Fev09), Pessoa definiu o local da nova capital, e com a ajuda de Bernardo Sayão, abriu a pista de pouso, onde hoje é a Rodoferroviária, deixou praticamente pronto o edital do concurso do Plano Piloto e deixou até um projeto de Congresso Nacional. Mas desentendeu-se com Juscelino, que tinha mais pressa na mudança da capital do que a sensatez de Pessoa permitiria aceitar. E JK, claro, queria tirar das mãos dos militares toda a honra e toda a glória de construir e mudar a capital do país.

Quais foram esses militares? Inicialmente, Lauro Sodré e Floriano Peixoto. Depois, Eurico Gaspar Dutra, Poli Coelho, Teixeira Lott, Castelo Branco e, finalmente, o Marechal José Pessoa.

Nota de agradecimentos: às pessoas que contribuíram com informações importantes sobre São João Bosco e com a tradução do seu texto: Alvinho Melquides Brugalli e Juarez Nunes da Silva (Caxias do Sul), Loredan Fiori, Padres Máximo Benvegnú e Caetano Vendrame, e Advogada Cristina de Francheschi (Porto Alegre).

Nota sobre Dom Bosco: ficou órfão de pai aos 2 anos. Foi criado pela mãe Margarita Occhiena. Dedicou sua vida à causa dos meninos abandonados. Criou a ordem dos salesianos, religiosos voltados para o magistério. Sua filosofia era:

"Prevenir e não reprimir". A 1ª missão salesiana na América do Sul foi a Patagônia, de onde se dispersaram por todo o continente. Deixou várias obras publicadas. Foi considerado venerável, pelo Papa Pio X, em 24/07/1906. Atribuiu-se a ele, à semelhança de Nostradamus, algumas previsões, as quais deixou escritas em linguagem cujas interpretações causam debates.

Causos, crônicas e outras... - Historietas militares

O FILHO PIADISTA

Jorge Armando Severo Machado - Infantaria 1955

Nos tempos de tenente na 1ª Companhia de Guardas - Porto Alegre/RS, o motorista da viatura que nos levava e trazia do quartel era um vizinho de nosso edifício, o Soldado Cabral, muito prestativo e educado e, por isso, meu peixe.

Devido a essa peixada, precisando de uma dispensa, para se inscrever em um Concurso, para quando desse baixa, apareceu lá em casa, para que eu quebrasse seu galho.

Lá chegando, tocou a campainha e o piá, o Xande, expedito como de costume, foi atender:

- O tenente Machado está?
- Tá. Quem é, "prá mim" avisar a ele?
- Pode dizer que é o soldado motorista Cabral.
- Ah! Então foi tu que descobriu o Brasil?

SAÚDE

Ney Salles - Infantaria 55

Visita Médica em uma unidade do RS - o médico da unidade faz uma palestra para os recrutas sobre doenças venéreas. Mostra uma camisinha e ensina como usá-la. Diz que, nos licenciamentos, quem quiser é só apanhar na Formação Sanitária (Enfermaria).

Tempos depois, um recruta vai até lá e, não lembrando do nome da coisa, diz para o enfermeiro: -Me dá um daqueles "poncho" que o bagual aqui hoje vai funcionar!

Notas: 1) Adquira o livro "A História do Casarão da Várzea" por 20 reais na AACV ou no Museu do CMPA, ou ainda pelo e-mail lecaminha@gmail.com;

2) Próxima Sessão da AHIMTB/IHTRGS no Salão Brasil do CMPA: 10 de junho às 1700 h;

3) Acesse o site do IHTRGS (www.ihtrgs.org) e tenha muitas informações, artigos e números anteriores do nosso jornal O Gaúcho.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Vice-Presidente e Delegado/RS da AHIMTB/IHTRGS - Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara - contatos: bentocm@resenet.com.br e lecaminha@gmail.com.

Nº 69 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Índice deste número

- **Projeto História do Exército na Região Sul (Cel Cláudio Moreira Bento)**
- **Aspectos pouco lembrados da vida de Caxias (Cel Manoel Soriano Neto)**

PROJETO HISTÓRIA DO EXÉRCITO NA REGIÃO SUL, ÁREA DO CMS

Cel Cláudio Moreira Bento

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil

Em 1994, fomos convidados pelo Gen Div João Carlos Rotta, comandante da 3ª Região Militar, para escrevermos a História deste grande comando cuja História, em seu início, confunde-se com a do Rio Grande do Sul.

O primeiro volume alcançou sucesso, tendo muito boa receptividade, propiciando a origem do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, transformado mais tarde para Projeto História do Exército na Região Sul, por sugestão do Gen Div Renato César Tibau da Costa, então comandante da 5ª RM/DE, Curitiba. Projeto que foi gerenciado, por cerca de 8 anos, pela 3ª Região Militar, que nos contratou como PTTC, para escrevermos a sua História e de outras grandes unidades da área do CMS.

E de lá para cá, inicialmente isolados e, a partir de 2001, com a parceria do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, sob a égide das entidades que fundamos e presidimos, quais sejam, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB- www.ahimtb.org.br), fundada em 1996, e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS - www.ihtrgs.org.br), fundado em 1986, foram publicados os seguintes livros, do citado projeto:

- **História da 3- RM 1808-1889 e Antecedentes**, v.1-1994; - **História da 3- RM 1889-1953**, v.2-1995; - **História da 3- RM 1959-Atualidade**, v.3-1999; - **Comando Militar do Sul 1953 -1995 - 4 décadas de História**, - 1995; - **6- Divisão do Exército - Divisão Voluntários da Pátria** - 2001; - **3- Divisão de Exército - Divisão Encouraçada** - 2008; - **8- Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Manoel Marques de Souza I** - 2001; - **6- Brigada de Infantaria Blindada - Brigada Niederauer** - 2002; - **2- Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua** - 2007; - **3- Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Patrício Correia da Câmara** - 2002; - **Artilharia Divisionária da 6- DE, AD Marechal Gastão de Orleans** - 2003; - **Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário** - 2003; - **Escolas Militares do Rio Pardo 1856-1911**; - 2005; - **História do Casarão da Várzea 1885-2009**; e, mais as seguintes, de biografias de chefes ligados à História Militar da Região Sul em seus bicentenários: **Caxias e a Unidade Nacional** - 2003; **O Conde de Porto Alegre** - 2005; **General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro** - 2008 e, em complemento **Hipólito da Costa, o gaúcho fundador da Imprensa do Brasil** - 2005, por sua íntima ligação com a História Militar do Rio Grande do Sul.

No momento, desenvolvemos Bicentenário do Brigadeiro Antonio de Sampaio, a História da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Marechal José Luiz Mena Barreto e a da AD/3 - Artilharia Brigadeiro Gurjão, mas com grandes dificuldades logísticas, decorrentes da interrupção de nosso contrato de PTTC e conseqüente suspensão do apoio logístico da 3ª RM em alimentação, pousada e transporte e, ainda, corte de ajuda do DEP, atual Departamento de Ensino e Cultura, que era colocada na AMAN à disposição da AHIMTB. Assim, acreditamos que será quase impossível concluir os referidos projetos, se não

encontrarmos uma solução para o apoio logístico para levarmos o projeto a bom termo. Foi um grande sonho que, sem apoio, pode se transformar num pesadelo para seus autores, por terem que usar recursos próprios. Temos solicitado este apoio às autoridades superiores.

Aos livros acima, some-se mais os seguintes, por nós produzidos, relacionados com a História do Exército na Região Sul: **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul-1975; Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul- 1976; O Exército Farrapo e os seus chefes. 2v. BIBLIEx 1992; A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774-77-BIBLIEx,1996; Canguçu, reencontro com a História-um exemplo de reconstituição de memória comunitária- 2007 e A Participação Militar de São Paulo e Paraná na guerra de reconquista do Rio Grande do Sul aos Espanhóis 1775/78 - SASDE-2009 e, por fim, muito relacionado com a História do Exército na Região Sul, o manual **Como estudar e pesquisar a História do Exército**, em duas edições, de 1978 e 1999, pelo Estado-Maior do Exército através do EGGCF.**

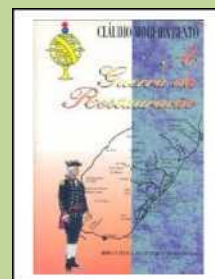
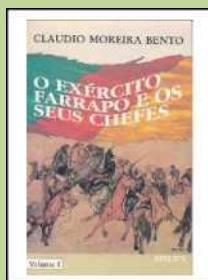
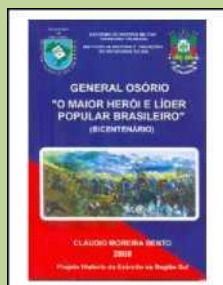
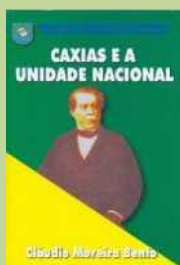
As obras publicadas, relacionadas com os grandes comandos da Região Sul, foram prefaciadas por seus comandantes, com introduções de nossa lavra e orelhas por acadêmicos e uma acadêmica da AHIMTB. Essas obras focalizam personalidades e entidades que figuram como suas denominações históricas, antecedentes militares da área sob a jurisdição da GU focalizada e síntese histórica da mesma; sínteses biográficas de seus ex-comandantes com a respectiva foto na galeria de comandantes. E abordam, sob o título: *“Os comandantes da suas experiências profissionais, ações e lições de comando”*. Finaliza cada livro com uma síntese histórica das OM que as integram, com a relação dos seus comandantes, por período. Em anexo, dados complementares de interesse, mais dados sobre as entidades que as promovem e dos autores.

Em seu conjunto resgatam, em forma de História Militar Crítica, a História Militar de cada GU e, em destaque, o perfil militar de seus comandantes, concorrendo assim com subsídios para uma doutrina militar brasileira, como a sonhou o Duque de Caxias em 1863, e também a formação dos quadros em Arte e Ciência da Guerra, dentro das realidades da zona de jurisdição de cada grande comando. E mais, estudos de liderança militar no estudo de antigos comandantes de cada GU. E ainda, concorre para o fortalecimento do Espírito de Corpo da GU considerada e da auto-estima de seus integrantes, por conhecerem o seu passado, para bem entenderem o seu presente e, assim, em melhores condições, ajudarem a construir o seu futuro.

Como soldado e historiador militar, e agora jornalista, sonhamos que este projeto, com sua metodologia, seja estendido a todo o Exército, em um Projeto História do Exército do Brasil, para que seus integrantes melhor o conheçam. Um projeto História do Exército na Região Sudeste e seus antecedentes teria que estudar a expressiva participação expedicionária paulista além de suas fronteiras, que é riquíssima e bela, como constato ao estudar a presença freqüente de expedições que foram enviadas da área atual do CMSE, como a sua Legião de São Paulo, na qual o General Osório ingressou como soldado e teve o seu batismo na Cavalaria da Legião, na Guerra da Independência da Província Cisplatina. “Legião Esquecida” na historiografia paulista que foi, inclusive, comandada pelo Brigadeiro Arouche de Toledo Rendon, o fundador da hoje célebre Faculdade de Direito de São Paulo e, pelo que fomos informados, era o pai do Coronel Diogo de Moraes Arouche Lara, nosso patrono no Instituto Histórico de São Paulo, que foi o primeiro historiador do Brasil como Reino Unido do Brasil

e Algarve, e que morreu em combate nos Sete Povos das missões na 2-Campanha contra Artigas.

Fotos das capas de algumas das obras referidas



LEGENDA:

- 1 - BENTO, Cláudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional**. Porto Alegre: Metrópole, 2004;
- 2 - BENTO, Cláudio Moreira. **GENERAL OSORIO O maior herói e líder popular brasileiro**. Barra Mansa: Drumond, 2008;
- 3 - BENTO, Cláudio Moreira. **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2 vol, 1992;
- 4 - BENTO, Cláudio Moreira. **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996;
- 5 - BENTO, Cláudio Moreira. **2002 - 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**. Porto Alegre: Metrópole, 2004;
- 6 - BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História do Casarão da Várzea**. Barra Mansa: Drumond, 2009;
- 7 - BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas militares de Rio Pardo**. Porto Alegre: Metrópole, 2005.

ASPECTOS POUCO LEMBRADOS DA VIDA DE CAXIAS

Manoel Soriano Neto*

Muito já se disse a respeito do Duque de Caxias. Ele é, hoje, "Herói da Pátria", estando o seu nome inscrito, por força de lei, no "Livro dos Heróis da Pátria" (é um livro de aço) no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília-DF, desde 2003, quando das festividades oficiais do duo-centenário de seu nascimento.

Entretanto, algumas facetas da edificante existência e da personalidade do ínclito Soldado merecem ser lembradas. Tal é o objetivo dessas

despretensiosas achegas, alinhavadas de escantilhão, em apertada e incompleta síntese.

Luiz Alves de Lima e Silva pautou a sua vida pela inteireza de caráter, arrojo, determinação, acendrado patriotismo e magnanimidade. Quando da concessão da anistia aos vencidos, em especial ao término da Revolução Farroupilha, evidenciou-se, cabalmente, o sentimento magnânimo do "Pacificador". Ele recebeu, "ipso facto", do saudoso jornalista e acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, a notável honorificência titular de "O Patrono da Anistia" - de todas as anistias (ver "Jornal do Brasil", de 25/5/88). A propósito, acrescente-se que Caxias também ganhou do emérito historiador, Cel Cláudio Moreira Bento, o epíteto de "Pioneiro Abolicionista", por haver concedido a liberdade aos cativos farroupilhas, mesmo contrariando instruções superiores.

Ainda com referência à generosidade do "Nume Tutelar da Nacionalidade" - como Caxias é chamado pelos apologistas -, assinale-se no Testamento do Duque, como está expressa uma de suas vontades: "Declaro que deixo ao meu criado Luiz Alves, quatrocentos mil réis e toda a roupa de meu uso" (esse criado era um índio que ele trouxera do Maranhão, após a "Balaiada", adotando-o e dando-lhe o seu próprio nome; observe-se que o indígena foi a primeira pessoa lembrada no dito testamento, no qual, somente após, são mencionados familiares e amigos íntimos do venerando Marechal...).

A audácia de Caxias nos campos de batalha revela-se em inúmeras oportunidades nas quais o intemorato Comandante não se furtou a correr o "risco calculado". A sorte, entretanto, sempre o acompanhou nos momentos de alta periculosidade. É que ele "tinha estrela", a "grande estrela de Caxias", aparecida com fulgurante brilho, nos céus do RS, quando da Revolução Farroupilha (era, na realidade, o cometa "Brilhante"), a respeito da qual dizia Caxias, em tom zombeteiro, mas alimentando o mito criado em torno de sua figura: "É, eu nasci na Vila de Estrela, no Rio de Janeiro"...

Caxias foi, de fato, extremamente arrojado, na Guerra da Independência, na Campanha da Cisplatina, no combate de Santa Luzia-MG, no reconhecimento do porto de Buenos Aires, em 1852, e, máxime, na Guerra do Paraguai, quando da execução de ousadíssimas manobras como a da marcha dos nossos três Corpos de Exército por uma estrada construída sobre o Chaco e nas operações da "Dezembrada", no começo das quais se travou a memorável batalha de Itororó. Nesta batalha, o Marquês de Caxias, aos 65 anos, parte em direção à ponte sobre o arroio Itororó, sabre em punho e a galope de carga, após bradar "Sigam-me os que forem brasileiros!" (consigne-se que o apelo do Generalíssimo era tão-somente anímico, ao sentimento de brasilidade, posto que apenas tropas brasileiras encontravam-se no "quadrilátero de Piquissiri").

Seria despidiendo falar-se do exacerbado patriotismo de Caxias. Todavia, gostaríamos de relembrar trechos de uma carta por ele escrita ao Visconde do Rio Branco, ao tempo da "Questão Christie", de dolorosa memória: "Não se pode ser súdito de nação fraca. Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu País, de um insulto tão atroz". Mas como era o Homem - Caxias? A sua estatura era, para a época, acima da média (quando trasladado, em 1949, para o Panteão à frente do Ministério da Guerra, no RJ, na Ata de Exumação constou que o esqueleto media 1,72m), a sua compleição era atarracada, ombros largos, olhos castanhos, cabelos castanho-alarados, tez clara e rosada, voz suave, normalmente sisudo, garboso, de hábitos morigerados, austero, rigorosíssimo, porém humano, saudável, apesar de padecer de uma malária contraída no Maranhão que, muitas vezes, lhe causava

fortes dores e a inchação do fígado: era, outrossim, sedizente fatalista (o que explica, por certo, a sua exponencial temeridade, que beirava ao arrebatamento, repetida em várias ocasiões de acentuado perigo), assaz corajoso, determinado, orgulhoso de sua formação militar, maçom dedicado, esposo exemplar, pai extremo e "cristão de fé robusta".

O Cel José de Lima Carneiro da Silva, neto de Caxias, foi entrevistado, aos 83 anos, em 1941, pela revista "Nação Armada" (nº 23, Out 41) e disse a respeito do "Condestável do Império": "O Duque, após o passamento da Duquesa, jamais tirou o luto, mesmo em casa. Era, entretanto, alegre, e se alimentava bem, preferindo à mesa, pratos da culinária gaúcha. Apesar de fluminense, o RS era a sua menina dos olhos. A toda hora falava das suas coisas, dos seus homens e tinha mesmo um certo sotaque de riograndense do sul. A música encantava-o, como velhas mazurcas e valsas, tocadas ao piano por sua comadre Maria José, que ele ouvia em silêncio, fumando grandes e perfumados charutos. Era um inveterado fumante de charutos, consumindo vários ao dia". Caxias trouxe do Paraguai, três cavalos: "Moleque", "Douradilho" e "Aedo". Acerca de "Douradilho", nos conta Vilhena de Moraes: "Ao fogueiro "Douradilho", da ponte de Itororó, Caxias já velho e enfermo, costumava melhorar a ração na data do aniversário daquele combate (6 Dez)"...

Caxias foi tudo! Marechal do Exército, Conselheiro de Estado e da Guerra, Barão, Conde, Marquês, Duque, Presidente e pacificador de Províncias, Senador (pelo RS), Deputado (pelo MA, eleito mas não empossado), três vezes Ministro da Guerra e três vezes Presidente do Conselho de Ministros!

E o Brasil soube reconhecer os tantos e tamanhos serviços por ele prestados à Pátria - "nossa Mãe-Comum". Sim, bastando que contabilizemos, por esses brasis, os incontáveis monumentos, logradouros públicos, escolas etc, etc, que exibem a imagem ou ostentam o augusto nome do maior vulto da História da Nação. Dentre essas enaltecedoras honrarias, sobrelevam-se as denominações de duas importantes cidades: a de "Duque de Caxias", no RJ, e "Caxias do Sul", no RS. Entre tantas homenagens, urge que citeamos algumas tributadas pelo glorioso e invicto Exército Brasileiro a seu insigne Patrono: "Forte Duque de Caxias", no RJ; "Batalhão Barão de Caxias", que é o 24º BC, de São Luís-MA; "Grupo Conde de Caxias", que é o 3º GAAAE, de Caxias do Sul-RS; "Companhia Praça Forte de Caxias", que é a 13ª Cia Com, de São Gabriel-RS e o "Batalhão Duque de Caxias", que é o Batalhão da Guarda Presidencial, de Brasília-DF.

Por derradeiro, salientemos, com ufania, que o sociólogo Gilberto Freyre, reconhecendo o caráter adamantino e as peregrinas virtudes do "Soldado-Maior", cunhou a expressão "caxias" - uma metáfora caída na consagração popular, com a qual são apelidados aqueles que cumprem integral e rigorosamente os seus deveres.

Disse Gilberto Freyre: "Os "caxias" devem ser tanto paisanos como militares".

*Coronel de Infantaria e Estado-Maior (Historiador Militar)

Informações

- 1) Próxima Sessão solene da AHIMTB/IHTRGS: dia 10 de junho, às 1700 h, no Salão Brasil do CMPA: posses do Gen Tibau e do Cel Ernani, entre outras atividades;
- 2) Adquirir qualquer livro da AHIMTB/IHTRGS através do lecaminha@gmail.com, ou no Museu do CMPA;
- 3) Alguns títulos estão à venda na Livraria Cultura do Moinhos Center, em P.

Alegre;

- 4) Obras raras: procure no site www.estantevirtual.com.br;
- 5) Ano de 2010: Bicentenário de Sampaio, Patrono da Infantaria;
- 6) Acesse o site www.ihtrgs.org.br e tenha História e Cultura gaúchas.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM, Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS e Delegado/RS - Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara.

Nº 70 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

AS GLÓRIAS DA FEB

1. Considerações Iniciais

a. A História, como é consabido, não se repete. Entretanto, como assinalam historiadores de nomeada, há circunstâncias muito semelhantes que reaparecem na existência de cada povo, consoante as velhas teorias do “pendulum historiae” (pêndulo da História) ou “horologium historiae” (relógio da História). Como uma senóide, as Nações chegam ao apogeu de sua evolução histórica e, muitas vezes, por negligência de seus próprios filhos, sofrem, prematuramente, o seu perigo. Já dizia o historiador Gustavo Barroso: “Aqueles povos que não escutam as badaladas sonoras de sua História, por seus feitos gloriosos, esquecendo-os, chorarão, amargamente, ao ouvir o triste dobre dos sinos”.

b. Na História Militar do Brasil, dois momentos históricos ainda bem recentes, exsurtem como de suma relevância: a participação do País na II Grande Guerra e o Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964. Felizmente, esses dois episódios estão muito bem documentados, máxime após a edição de vários volumes do “Projeto História Oral do Exército Brasileiro”. Assim, se nós militares, em particular, entendermos que a História deve pairar acima dos sabores da época vivida e perseverarmos em enaltecer e cultuar os feitos memoráveis da bela História Militar brasileira, não correremos o risco de “ouvir o triste dobre dos sinos”, como, há tempos, nos advertia o ilustre Gustavo Barroso. Acerca de um desses episódios históricos é que pretendemos relembrar, sucintamente, alguns aspectos importantes.

a. Breve recorrência histórica

No ano de 1941, quando os alemães dominavam grande parte da Europa, o Japão atacou a base norte-americana de Pearl Harbor, fazendo com que os EEUU, até então neutros, entrassem em guerra. Em vista do Tratado de Havana, de 1930, o Brasil solidarizou-se com aquele País e rompeu relações com o Eixo. Diante dessa atitude, não levou muito tempo para que sofrêssemos as represálias do inimigo. Em sete meses, pagávamos o preço da solidariedade continental, hipotecada por força de Tratado: foram afundados 19 navios brasileiros ao longo de nosso litoral. Mais de 700 vidas foram ceifadas, sem declaração de guerra, por torpedos de submarinos alemães. O clamor público se fez sentir em todo o País,

então com 40 milhões de habitantes. Em consequência, é declarado, em 22 de agosto de 1942, o estado de beligerância contra os países do Eixo, quando os exércitos inimigos obtinham expressivas vitórias na Europa, África e Ásia, com os nazistas ameaçando Moscou. Estávamos em guerra...

Necessário se faz, para bem entendermos o que era o Brasil daquela época, invocarmos o testemunho do General Octávio Costa, registrado em seu valioso livro de reminiscências da FEB, escrito em 1975, de título “Trinta Anos Depois da Volta”; - Citação:

“O Brasil continuava sendo o eterno País do futuro. Éramos uma nação pacifista, cujo Exército havia disparado seu último tiro, em 1870, nos campos do Paraguai. Desde o início da década de 20, aqui estava uma operosa Missão Militar Francesa, que montara no Exército, o admirável sistema de ensino militar que responde pelo excelente nível cultural de nossos oficiais. A organização, os regulamentos, os processos de combate, a doutrina, afinal, era francesa, fortemente impregnada de conceitos defensivos. O armamento, de diferentes procedências. Os canhões eram alemães e franceses, Krupp ou Schneider 75, fuzil Mauser 1908, *morteiro Brandt, metralhadora Madsen ou Hothckiss - quase tudo viera da Europa, salvado da Guerra de 18. A Marinha de Guerra limitava-se quase exclusivamente, aos velhos e obsoletos encouraçados “Minas” e “São Paulo” e a Aeronáutica, ainda vinculada às forças de terra e mar, mal começava a nascer. Esse era o Brasil de antes da guerra, contemplativo e pobre, pessimista e preguiçoso, inquieto e contraditório, marcado de preconceitos e complexos, quase sempre “Jeca Tatu”.* - Fim da Citação.

Nesse quadro nada alentador é que o Brasil teve a incumbência de preparar um Corpo de Exército de cerca de 70 000 homens (a 3 Divisões de Infantaria) e de intensificar o apoio a seus aliados, por meio de matérias-primas, como a borracha (notável foi a heróica saga dos “Soldados da Borracha”, na Amazônia), e também pela utilização de bases aéreas, particularmente as do Nordeste - região bastante vulnerável após a conquista do Norte da África, pelos alemães. Apesar de enormes dificuldades, conseguimos mobilizar 180.000 homens e reforçar o litoral do saliente nordestino com várias Unidades recém-criadas. Das três Divisões de Infantaria, anteriormente cogitadas, conseguimos formar e adestrar, a duras penas, somente uma Divisão e ainda amargamos a ação deletéria de agentes da “quinta-coluna”, que encetaram virulenta campanha contra a FEB. Eram tempos de supervalorização do que era alienígena - tempos de se cantar e dançar tangos e boleros, de se admirar o que vinha da França e dos Estados Unidos. Nos estados sulinos existiam quistos raciais nas comunidades de origem alemã. O Reich nazista estimava contar, no Brasil, com 900.000 simpatizantes. Tudo isso propiciava a propaganda adversa, dizendo-se até que “era mais fácil uma cobra fumar do que a FEB partir para a guerra”. Mas a reação brasileira não tardou. Superamos todos os óbices e a “cobra fumando”, mote do desdém de apátridas, foi o símbolo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária - 1ª DIE.

b. A Constituição da FEB (Resumo)

Em 9 de agosto de 1943, foi constituída a Força Expedicionária Brasileira, sob o comando do General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes. A 1a DIE foi composta por uma Infantaria Divisionária, a três Regimentos de Infantaria; uma Artilharia Divisionária, a quatro Unidades de Artilharia; Órgãos

Divisionários e Tropas Especiais, num total de 25 334 homens, recrutados em todos os estados da Federação, aí incluídos 25 capelães, 67 enfermeiras e 28 funcionários do Banco do Brasil.

Consigne-se, por relevante, a participação de significativa parcela de Oficiais da Reserva, oriundos dos CPOR/NPOR. Dos 1.070 Oficiais Subalternos que integraram a FEB, 433, ou seja, 41% , eram da Reserva de 2a Classe (R/2). E mais: dos 12 Oficiais mortos em combate, 6 eram Tenentes R/2.

c. As fases da atuação da FEB na Itália

A 1a DIE, ao chegar à Itália, foi incorporada ao IV Corpo de Exército do V Exército dos EEUU e vivenciou quatro fases:

- d. fase: operações no vale do rio Sercchio;
- e. fase: operações no vale do rio Reno;
- f. fase: operações no vale do rio Panaro; e
- g. fase: operações de Perseguição, ao S do rio Pó.

No desenrolar dessas operações, nossos soldados passaram por imensos sacrifícios. A esse respeito afirmou o General Mascarenhas de Moraes, em seu livro “A FEB pelo seu Comandante”:

“Para os que não sabem avaliar o esforço da FEB, pois não se situaram, como nós, na mais cruenta frente de batalha da Europa Ocidental, só posso dizer que a FEB não teve um só dia de descanso em sua campanha na Itália” (grifamos).

Não é escopo deste trabalho a descrição dos principais feitos expedicionários. Porém, mister se faz a apresentação cronológica dos mesmos, em aspectos de elevada significância.

Na 1a fase das operações, ainda como Destacamento FEB, obtivemos a primeira vitória, em Camaione, no dia 18Set1944. No prosseguimento pelo vale do rio Serchio, avançamos 40 Km, efetuamos 208 prisioneiros e conquistamos várias elevações, vilas e cidades, tais como os Montes Prano e Acuto, Massarosa, Fabrice, Fornaci, Gallicano, Barga e San Quirico. A 2ª fase, ao longo do vale do rio Reno, na região dos contra-fortes de Belvedere, Monte Castelo e Castelnuovo, foi a mais terrível da Campanha expedicionária. Não fosse conquistado o Monte Castelo, seria impossível o prosseguimento do IV CEx em direção a Bolonha, que deveria ser tomada antes da chegada do inverno. Entretanto, tal objetivo só seria atingido se fossem liberados 42 Km da Rodovia 64, batida pelos fogos inimigos partidos das citadas elevações, cujo ponto culminante era o Monte Castelo. Quatro ataques a este monte foram desencadeados nos meses de novembro e dezembro de 1944, pelo IV C Ex, com a participação da FEB, um deles somente ao encargo de nossa tropa; porém, não lograram êxito, por uma série de razões muito bem explicadas em copiosa literatura. Finalmente, em 21 Fev 1945, após 12 horas de batalha e 3 meses de ingentes esforços, que nos roubaram 263 preciosas vidas e nos fizeram mais de um milhar de feridos, a vitória foi obtida.

A queda de Monte Castelo foi o momento mais emocionante vivido pela FEB. Para coroar tal façanha, completando a quebra da “Linha Gótica” (tais eram as culminâncias que a compunham), conquistamos, em 05Mar1945, as elevações de Torre di Nerone e Castelnuovo, o que propiciou o livre trânsito na Rodovia 64. O IV CEx, no dia seguinte à queda de Monte Castelo, partiu célere para Bolonha, por aquela rodovia. Na 3a fase, passamos a operar no corte do rio Panaro, quando se travou, em 14Abr1945, a batalha de Montese, a mais sangrenta de todas. A localidade situava-se a 1.200 m de altitude, um verdadeiro “ninho de

águias” onde os alemães estavam encarapitados. A sua conquista, por isso, exigiu muita bravura e esforços inauditos, em especial dos Pelotões de Infantaria e do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Capturamos 107 prisioneiros e sofremos 426 (!) baixas, aí computadas as ocorridas na fase preliminar da batalha, cumprindo lamentar a morte de três heróicos Infantes, comandantes de pequenas frações: o Tenente Ary Rauen, o Aspirante Francisco Mega e o Sargento Max Wolff Filho (este, em missão de patrulha de reconhecimento, na ante-véspera do combate). Nessa fase, não poderia haver perda de tempo e a DIE se deslocou para o Norte, em direção a Zocca, conquistando as localidades de Marano e Vignola. A 4a fase foi a da Perseguição ao inimigo - em rápida retirada ao Sul do rio Pó -, e se desenvolveu na direção geral Vignola-Alexandria.

A Divisão progrediu com incrível velocidade, inclusive utilizando os caminhões da Artilharia, a fim de transportar os Infantes para a região de Fornovo. Em 27 Abr 1945, a DIE chocou-se com resistências inimigas em Collechio-Fornovo-Respício e, em duplo envolvimento, iniciou um amplo cerco às tropas alemãs. Os combates feriram-se durante toda a noite de 27/28 Abr, sendo enviado um “ultimatum” de rendição incondicional aos alemães, que foi aceito, após algumas tratativas. Amanhecia o dia 30 Abr, quando se deu a rendição, em combate, frise-se, da 148a Divisão de Infantaria do Exército Alemão e remanescentes das 90a Divisão Panzer Granadier e Bersagliere Itália.

Era a apoteose da FEB! A História, naquele momento, registrava fato ímpar: “super-homens” nazistas eram rendidos, em combate, pela única tropa sul-americana presente no Teatro de Guerra europeu. Aprisionamos 14.779 homens, 4.000 animais, 2.500 viaturas, além de farta quantidade de armamento, munição e equipamentos. Nossa Divisão prosseguiu em seu avanço. Em 30 Abr, ocupou Alexandria, onde fez junção com tropas norte-americanas e, em 1º Mai, após ultrapassar a cidade de Turim, realizou nova junção, com tropas francesas, em Susa. Daí em diante, foram efetuadas operações de ocupação, até 03Jun, quando houve o deslocamento para o Sul da Itália, onde se aguardou o regresso ao Brasil.

Encerrava-se, assim, uma das mais brilhantes páginas de nossa História. Completava-se o memorável périplo de brasileiros em terras do Velho Continente. Perderam a vida, em combate, 451 militares; 1.577 foram feridos, 1.145 acidentados, 58 extraviados e 35 feitos prisioneiros, em 239 dias de empenho diuturno. Também, as merecidas loas aos bravos companheiros da Marinha de Guerra, no patrulhamento de nosso litoral e na proteção aos comboios navais, e à novel Força Aérea Brasileira, que tantas glórias colheu na Itália, com o Grupo “Senta a Púa”.

3. Considerações Finais

a. A FEB não foi uma simples expedição.

A FEB não foi uma presença simbólica na guerra contra o nazi-fascismo. Àqueles que a detratam, depreciando o seu desempenho, precisariam entender o que nos ensinou o saudoso febianos General Meira Mattos, em seus competentes trabalhos sobre a 1ª DIE. Dizia o General, que só poderíamos aferir, com justeza, o que foi o desempenho de nossa Divisão de Infantaria se o comparássemos, singularmente, com o de uma outra Divisão estrangeira, dentre tantas que atuaram no TO italiano e em várias regiões da Europa. E concluía, aquele Chefe Militar, com base em estudos técnicos, que, sem qualquer favor, a Divisão brasileira ombreou-se, airosamente, com as melhores Divisões aliadas.

b. A FEB nos deixou inúmeros e mui valiosos ensinamentos, talvez o mais

superlativo, o da confiança do homem brasileiro em suas próprias potencialidades, apesar de tão carente e desassistido, como ficou evidenciado na fase de sua mobilização para a guerra. Os novos métodos e técnicas de combate foram bem assimilados pelo Exército, porém poderiam ser melhor absorvidos, não fora a extemporânea desmobilização da tropa, por motivos meramente políticos. A modernização das Forças Armadas, desaparelhadas como estavam, repetindo situação análoga à do início da Guerra do Paraguai, tornou-se uma necessidade premente, com vistas à defesa do território, tão vulnerável a uma invasão, principalmente no estratégico saliente nordestino.

c. A participação brasileira na II GM trouxe-nos, como fatos relevantes, a restauração da democracia no País e uma significativa projeção brasileira no concerto internacional. Todavia, desafortunadamente, o Brasil não foi aquinhado com o ressarcimento de suas perdas materiais, como avençado nos Acordos de Yalta e Potsdam. Sem contar os tremendos prejuízos sofridos pela Marinha Mercante, além do pagamento de quase 2 bilhões de marcos, pela compra (antes do conflito) de material bélico não entregue pela Alemanha, gastamos com os encargos de guerra, 361 milhões de dólares, cuja última prestação foi saldada em 1954. Entretanto, o nosso País não recebeu as indenizações que lhe eram devidas, pois foi excluído, injusta e injustificadamente, da “Conferência de Reparação de Guerra”, de Paris. Destarte, mesmo sendo um dos países vencedores, o Brasil foi, economicamente, bem menos beneficiado do que os vencidos, eis que o “Plano Marshall” os contemplou de forma magnânima.

4. Conclusão

A FEB regressou coberta de glórias. Aos que verteram o seu generoso sangue pela honra da Pátria, o nosso preito de eterna gratidão, na relembrança das palavras do Marechal Mascarenhas de Moraes: “Regressamos com feridas ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, prestígio e nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos”.

A Força Expedicionária trouxe mudanças profundas para o Brasil, em todas as expressões do Poder Nacional. De seus quadros saíram um Presidente e um vice-Presidente da República (Humberto de Alencar Castello Branco e Adalberto Pereira dos Santos); um Presidente do Senado (Paulo Torres); quatro Governadores (Cordeiro de Farias, Paulo Torres, Emílio Ribas e Luiz Mendes da Silva); treze Ministros de Estado (Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias, Amaury Kruel, Segadas Vianna, Nelson de Melo, Moraes Âncora, Ademar de Queiroz, Lyra Tavares, Albuquerque Lima, Dale Coutinho, Hugo Abreu, Belfort Bethlem e Celso Furtado), além de inúmeros e proeminentes militares, políticos, homens públicos, etc.

Ainda hoje, passados 64 anos, não há quem não se emocione com a “Canção do Expedicionário”, música de Spartaco Rossi e poesia do grande vate Guilherme de Almeida, uma belíssima miscelânea de versos e trechos de renomados autores nacionais e de modinhas da época...

Salve a Força Expedicionária Brasileira, orgulho do glorioso e invicto Exército de Caxias e de nosso amado Brasil!

“Não me mandas contar estranha História. Mas mandas-me louvar dos meus a glória!” (Luiz de Camões, o poeta-soldado).

Cel Manoel Soriano Neto - Historiador Militar, ex-Chefe do CDocEx

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS - Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara - Porto Alegre
lecaminha@gmail.com

Nº 71 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

ANTÔNIO DIAS CARDOSO - O Mestre das Emboscadas

1 .Brevíssimas Considerações

Falar-se do legendário Mestre-de-Campo Antônio Dias Cardoso não é tarefa fácil, tantos já o fizeram de forma superlativa e primorosa, por meio de epítomes históricos e apologias, merecendo destaque o esboço biográfico da lavra do eminente historiador militar Coronel Cláudio Moreira Bento - presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - contido no livro por ele escrito, “As Batalhas dos Guararapes”.

2 .Relevantes Referências Históricas e Biográficas

a. Infelizmente, não existem registros acerca da genealogia de Dias Cardoso, até há pouco relegado a um injusto semi-anonimato histórico, não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados à Pátria nascente, quando de nossa proto- história. Assim, conforme dados de renomados historiadores, sabe-se apenas que ele nasceu no princípio do século XVII, provavelmente no ano de 1600, na cidade do Porto (Portugal), mudando-se ainda jovem para o Brasil, ao qual vai devotar acrisolado amor.

b. Em 1624, ele assentou praça como Soldado, na Bahia, ascendendo, mercê de seus elevadíssimos méritos, a todas as graduações da hierarquia castrense, atingindo, em 1635, o posto de Alferes, tendo participado de importantes ações de guerra contra o invasor holandês, da Bahia a Pernambuco, notabilizando-se por sua ação guerrilheira, máxime pela prática da emboscada, como adiante assinalaremos.

c. Em 1638, após a memorável “batalha de Salvador”, é promovido a Capitão.

d. Em 1640, após o cumprimento de relevante missão conferida pelo Governador- Geral do Brasil, vem a pedir reforma, que lhe é concedida; porém, sendo imprescindíveis os seus serviços militares, é convocado para que prosseguisse na luta de libertação, na qual se engajou de corpo e alma, participando da Campanha, de “fio a pavio”, desde a invasão da Bahia até à rendição dos invasores batavos, em Campina do Taborda (Pernambuco), no ano

de 1654.

e. Em 1655, foi galardoado com a honorificência de Cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu o comando do Terço de João Fernandes Vieira, de quem fora Subcomandante por ocasião da 1ª batalha dos Guararapes.

f. Em 1656, foi promovido a Mestre-de-Campo (corresponde, na hierarquia atual, ao posto de Coronel), culminando, nesse posto, uma notável carreira militar, de contínuos e hercúleos sacrifícios, iniciada como Soldado, em 1624.

g. Em 1657, Dias Cardoso assumiu o governo da Paraíba, vindo a falecer no Recife, em 1670, quando ainda no comando do famoso Terço de João Fernandes Vieira, tropa consagrada nas duas batalhas dos Guararapes.

3 . O Personagem Militar

a. Os feitos marciais de Antônio Dias Cardoso ocorreram em duas particulares circunstâncias:

1) em sangrentas e épicas batalhas, das quais podemos destacar a da defesa de Salvador, as do Monte das Tabocas e da Casa Forte e as duas dos Montes Guararapes;

2) em incontáveis ações de guerrilhas e emboscadas, semelhantes às atuais missões das tropas de “comandos” e de “forças especiais”, dos Exércitos modernos.

b. Em uma síntese incompleta e perfunctória, diríamos quanto às batalhas:

1) na batalha de Salvador, em 1638, cidade mantida inexpugnável, pelo heroísmo de Luiz Barbalho Bezerra, do Conde de Bagnoli e de tantos outros, Dias Cardoso, no comando de uma Companhia, soube defender, com inexcelável bravura, as trincheiras do bastião de Santo Antônio, acossadas pelos melhores soldados de Maurício de Nassau;

2) nas batalhas do Monte das Tabocas e da Casa Forte, travadas em 1645, o Sargento-Mor (posto correspondente ao de Major) Dias Cardoso foi o lúcido condutor de um recém-formado e “pequeno exército”, que derrotou um inimigo mais poderoso e adestrado, pelo que Fernandes Vieira o considerou “o maior responsável pelas vitórias obtidas”. No Monte das Tabocas, atraiu os holandeses para três emboscadas, quando estes tentavam conquistar a elevação, desencadeando, a seguir, um terrível contra- ataque, morro abaixo, que os pôs em desabalada fuga. Em Casa Forte, coube a Dias Cardoso o comando da vanguarda que veio a derrotar o Coronel Van Haus, Comandante-Geral das tropas inimigas;

3) nas batalhas dos Guararapes, coube-lhe papel de incomparável relevo. Na primeira delas (19 Abr 1648, data escolhida, frise-se, para a instituição e celebração do Dia do Exército Brasileiro), era ele o Subcomandante do maior e mais bem preparado dos quatro Terços do “Exército Patriota” (também conhecido como “Exército Libertador”), o de Fernandes Vieira, ao qual, por óbvio, foi confiada a principal frente do combate. É que Vieira era civil - um rico senhor de engenho - e, por isso, delegou a Dias Cardoso a execução de todas as ações bélicas. Quando da 2ª batalha (19 Fev 1649), ele atuou de forma independente,

sob o controle direto do General português Francisco Barreto de Menezes, Comandante do já mencionado “Exército Patriota”, no comando da chamada “Tropa Especial”, forte de 550 homens, que destróçou, com elevada mortandade, toda a ala direita inimiga. Tal arrojado contingente, criteriosamente formado pelos melhores combatentes, pode ser considerado, animicamente, como o precursor de nossas tropas de Forças Especiais. Após a batalha, ao ouvir a observação de um Capitão prisioneiro, de que, da próxima vez, combateriam dispersos como os luso-brasileiros, Dias Cardoso respondeu-lhe com arrogância: “Melhor para nós, pois cada soldado vosso necessitará de um Capitão, enquanto que, cada soldado nosso, representa um Capitão”...

c. Antônio Dias Cardoso foi o “artífice das emboscadas”. André Vidal de Negreiros, um dos “Patriarcas da Força Terrestre” (juntamente com Barreto de Menezes, Fernandes Vieira, o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão), ao reconhecer o grande valor militar daquele indômito e sagaz guerreiro, o indicou, em 1640, ao Governador-Geral do Brasil, para que, portando um documento que o simulava como desertor, ele fosse mandado em segredo, à Bahia e Pernambuco, com a missão de “organizar um pequeno exército e prestar informações acerca do inimigo, ao longo de um percurso de 160 léguas”. A árdua e importante tarefa foi airoosamente cumprida, após vencidos ínvios caminhos da caatinga nordestina, prenhe de perigos, como rios caudalosos, regiões alagadiças, índios hostis, negros quilombolas, animais selvagens, fortificações do invasor, etc. E o “pequeno exército”, de que fora incumbido quanto à sua formação e adestramento, foi aos poucos se organizando, aumentando de efetivo e sendo intensamente treinado, no interior das matas e nos canaviais nordestinos, mormente com relação ao emprego de táticas de guerrilhas e emboscadas, à utilização de meios expeditos de combate, tais como espadas, bacamartes, chuços, tacapes, escudos de couro endurecidos, paus afilados e tostados, facas, facões, flechas, dardos, foices, etc; e no judicioso aproveitamento de um terreno coberto por agressiva vegetação (da qual necessitavam para sobreviver), em que era feito largo uso da rapidez, das negaças, das fintas, dos ardis, do espírito de iniciativa e, enfim, de uma indomável bravura. Tal agrupamento transformar-se-ia em uma tropa altamente aprestada para a guerra e foi formado, pioneiramente, reprise-se, pelo Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, constituindo-se em uma harmoniosa integração de brancos, negros, índios, mazombos, mamelucos, curibocas e mestiços dos mais variados matizes. Esses insurretos aprenderam a empunhar todo tipo de armamento e a utilizar incontáveis meios expeditos de combate; e, principalmente, souberam como ninguém, durar na ação em uma longa guerra de resistência, pela integridade do sagrado solo pátrio. Nos veneráveis Montes Guararapes, “Berço da Nacionalidade e do Exército Brasileiro”, todos eles se cobriram de glórias, “ad perpetuam rei memoriam”... Eis por que um dos maiores epítetos dados a Dias Cardoso é o de “Organizador e Primeiro Comandante do Exército Brasileiro”!

4 . Conclusão

Homens como Antônio Dias Cardoso, além de “modeladores da nacionalidade”, também foram personagens inovadoras da arte da guerra. Sem dúvidas, em especial a Antônio Dias Cardoso, Patrono do 1º Batalhão de Forças

Especiais de nosso Exército - que ostenta com orgulho, como denominação histórica, o seu augusto nome - credita-se o enriquecimento de doutrinas militares de então, pois os patriotas da Insurreição Pernambucana, por ele adestrados, lograram vencer, com os seus improvisados e precários meios e métodos rudimentares de combate, durante 24 anos, quando da “guerra brasílica”, um inimigo muito superior, numericamente, além de aguerrido, experiente, bem treinado e que empregava as mais avançadas técnicas e táticas de guerra em vigor na Europa. Destarte, é com muita ufanía que relembramos e homenageamos a insigne figura do “Arquiteto Militar da Restauração Pernambucana” e “Mestre das Emboscadas”. Esta homenagem que tributamos à memória de Antônio Dias Cardoso, quando se reúnem, fraternalmente, no Brasil, integrantes das Forças Especiais de Exércitos de tantos países amigos, avulta de singular importância, eis que ele foi um dos formadores do embrião do altivo, glorioso e invicto Exército de Caxias, que, consoante magistral conceito do saudoso e eminente sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, é “a mais lídima e representativa das Instituições nacionais, o verdadeiro índice do povo brasileiro”.

Coronel Manoel Soriano Neto - Historiador Militar

Nº 72 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

O PRIMITIVO POVOAMENTO DA ATUAL ÁREA DO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

1. As origens

O estudo dos primeiros povoadores da área do nosso estado está baseado na Arqueologia e na Etnologia, como ciências-auxiliares da História. As principais fontes são oriundas dos seguintes trabalhos:

- FRAU, Salvador Canals. Prehistoria de America. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1950; e
- OLIVEIRA, Lizete Dias de. SILVEIRA, Elaine da. Etnoconhecimento e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul. Canoas: Editora da Ulbra, 2005.

Conforme Frau, os primeiros habitantes (homo sapiens) do continente americano chegaram através do Estreito de Behring há 15 mil anos, aproximadamente. Na época Behring, chamada de Beríngia, ligava os continentes americano e asiático por terra firme quando, periodicamente, o nível do mar baixava até 200 metros.

Em ondas sucessivas de migração ao longo do tempo, esses primeiros habitantes chegaram ao Alasca e depois foram se espalhando pelo Canadá, EUA, América Central, do Sul e, finalmente, o Brasil e o Rio Grande do Sul.

Existem outras teorias acerca da chegada dos nossos primeiros habitantes, mas a de Behring é a mais forte. Existe também uma teoria do paleontólogo argentino Florentino Ameghino de que o homem americano teria origem autóctone, ou seja, oriundo e desenvolvido aqui mesmo, mas esta teoria é desacreditada e rejeitada.

A chegada dos primeiros seres humanos que deram origem aos americanos deu-se na transição da época do Pleistoceno para o Holoceno (período quaternário, era cenozóica). O Pleistoceno termina há 11.500 anos atrás e o Holoceno vem até os nossos dias. O fim do Pleistoceno coincide com o fim da

última glaciação, quando as temperaturas aumentaram, derreteram as geleiras, aumentou a umidade relativa do ar e a pluviosidade. Diversas espécies animais da megafauna glacial foram extintas, dando lugar às espécies de médio e pequeno porte adaptadas ao clima (Lizete Oliveira, pág.14).

Conforme o naturalista inglês Charles Darwin, autor da clássica obra *A origem das espécies*, o animal que sobrevive não é o mais forte da espécie, nem o mais inteligente, mas sim o que melhor se adapta às mudanças.

Canals Frau divide os primitivos habitantes da América em cinco tipos raciais distintos, a saber: Sílvidos, Sonóridos, Láguidos, Patagônicos e Huárpidos. Os nomes foram postos pelos primeiros pesquisadores que os descreveram.

Os Sílvidos vieram na primeira onda, habitaram o leste canadense e o nordeste dos EUA, dividiram-se entre Sudéstidos e Pacífidos, tinham alta estatura (mais de 1,70 m, os homens), formaram as famílias lingüísticas Algonquina, Iroquesa e Atapasca, e deram origem às tribos dos Delawares, Mohicanos e Massachusets, entre outras.

Os Sonóridos vieram na segunda onda, habitaram em geral o oeste do Mississipi e o SE dos EUA, o NE e NW do México, dividiram-se entre Márgidos e Fuégidos, tinham estatura entre média e alta, formaram as famílias lingüísticas Sioux, Hoka e Yuto-asteca, e deram origem às tribos Blackfoot, Piegan, Cheyenne, Arapahoes, Pawnees, Wichitas, Shoshones e Comanches, entre outras. No México e região SW dos EUA deram origem às tribos Yuma, Maricopas, Havasupai, Yuto-aztecas e Nahuas, entre outras. O grupo dos Nahuas deu origem aos grupos dos Toltecas, Astecas e Maias, estes formadores das mais expressivas civilizações antigas das Américas.

Os Láguidos originaram-se de grupos vindos na primeira onda, dirigindo-se para a América do Sul, tinham estatura por volta de 1,60 m (baixa), ocuparam as regiões NE, Leste, SE, partes do Centro e o Sul do Brasil, mormente o litoral, partes do Uruguai e da Mesopotâmia argentina. Formaram o grande grupo lingüístico chamado de Gês-Tapuias, o qual compreende os Botocudos, Aimorés, Mashacalis, Pataxós, Malalís, Purís-Coroados, Cariris, Kainganges, Timbiras, Caiapós, Xavantes, Guaianás, Tupis, Coroados, Cariris e Bugres, entre outros. Os Tapuias caracterizaram-se por ocupar o interior do Brasil, sendo que os Xavantes parecem ser o grupo mais interiorano. Os Tupis caracterizaram-se por ocupar o litoral, sendo que formaram um outro grupo lingüístico. Os Kainganges são considerados o grupo mais representativo da família Gê e ocuparam (remanescentes ainda ocupam) áreas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Chegaram pelo Sul, através das regiões argentinas de Misiones e Entre-Rios. Os Botocudos são considerados uma família a parte, tendo ocupado regiões da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Os Cariris ocuparam a região ao norte do Rio São Francisco.

Os Patagônicos ocuparam vastas regiões do Chaco, do Pampa e da Patagônia, estendendo-se até a Terra do Fogo. Caracterizaram-se por serem dos grupos humanos mais altos da Terra, alcançando (os homens) a altura de mais de 1,76 m, mas existem registros mais expressivos: na viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães (1520), um companheiro seu chamado Pigaffeta referiu-se aos Patagônicos como tão grandes que os espanhóis chegavam, em altura, apenas à cintura dos mesmos. Existiram várias famílias lingüísticas patagônicas, das quais destacaram-se os Onas, Chons, Tehuelches, Puelche-Genaken, Pampas, Querandis, Araucanos, Guaicurus, Charruas e Bororós. Sem dúvida, os representantes mais austrais foram os Onas e os mais setentrionais os Bororós e Guaicurus, que se estabeleceram nas regiões do Paraguai e do Mato Grosso. Os

Patagônicos se mesclaram com outros grupos como os Huárpidos e Brasíliaidos (a seguir).

Dentro do grupo dos Patagônicos a família Charrua tem, como sub-grupos, os Mbohanes, Guenoas, Minuanos, etc. Habitaram o Uruguai e a região de Entre-Rios. Lutaram contra a colonização espanhola e foram desaparecendo, sendo que os últimos representantes livres morreram por volta de 1830.

Os Huárpidos ocuparam as regiões andinas e do noroeste argentino. Tudo indica que são originários dos Láquidos sendo que estes, a partir das regiões andinas da Colômbia, desceram a vertente oriental e tomaram as direções do norte e do leste sul-americano. Os Huárpidos, por sua vez, tomaram a direção oeste, desceram a vertente oriental dos Andes ocupando também a encosta oeste, e as planuras entre a cordilheira e o Pacífico. Chegaram até o Chaco argentino. Foram seus representantes os grupos Sirionós, Qurunguás, Lules, Huarpe-Comechingonas, Pehuenches, Puelches, Urus e Chipayas, entre outros.

Por lógico, os Huárpidos é que deram origem aos Tiahuanacos, Waris, Chimus, Chankas, Chavins, Manabis e aos célebres Incas, estes formadores da mais importante civilização antiga da América do Sul. Os Incas foram massacrados pela colonização espanhola a partir da chegada de Francisco Pizarro.

A denominação de Brasíliaidos é recente e refere-se aos grupos atuais, ocupantes do território brasileiro central e setentrional. A maioria das atuais tribos indígenas brasileiras é de Brasíliaidos, sendo que a palavra índio é indevidamente usada, pois originou-se de Cristóvão Colombo que, ao chegar ao Caribe em 1492, pensou estar chegando nas Índias.

A família Tupi-Guarani é uma das grandes famílias brasileiras da chamada cultura neolítica e nos interessa, para o caso do Rio Grande do Sul, o grupo dos Tapes, já desaparecido.

2. A distribuição pelo território

A data mais antiga de ocupação humana no RS é de 12.770 anos (Lizete Oliveira, 11). O clima era semelhante ao atual, mas com grandes variações de temperatura e umidade. Os primitivos habitantes eram nômades caçadores-coletores e andavam em pequenos grupos colhendo frutos e sementes, caçando e pescando. Já conheciam o fogo há muito tempo e o utilizavam para cozinhar. O RS foi povoado em três épocas diferentes, por ondas migratórias diferentes originadas pelos Láquidos e pelos Patagônicos (caso dos Charruas), conforme o quadro abaixo:

Época	Onda	Tempo	Observações
1ª	1ª	Mais de 10 mil anos	-
2ª	2ª (duas ondas)	2.000 anos	Duas ondas menores
3ª	3ª	500 anos	Descobrimento da América

A Arqueologia tem como objetivos a cultura material, o habitat e a tecnologia usada para a sobrevivência e classifica os vestígios desses povos em *Tradições*. Os habitantes oriundos da 1ª onda são divididos nas Tradições Umbu, Humaitá e Cultura Sambaquiana. Os da 2ª onda são divididos nas Tradições Vieira,

Tupiguarani e Taquara. As línguas eram duas, basicamente, Guaraní e Gê. As regiões ocupadas eram diferentes, de acordo com as Tradições, a saber: _____

Tradição	Onda	Local (is)	Características
Umbú	1a	Campos e escarpas do Planalto	Caçadores-coletores
Humaitá		Florestas de Araucárias	
Cultura Sambaquiana		Litoral	Caçadores-coletores-nescadores
Vieira	2a	Margens dos rios e lagoas	Caçadores-
Tupiguarani		Floresta subtropical	Horticultores-
Taquara		Planalto Meridional	Idem

As tribos indígenas “gaúchas”, originadas dos primeiros povoadores descritos nos quadros acima, foram as seguintes, na ordem alfabética: Anjos, Arachanes, Botocudos (apelidados de Bugres), Carijós, Coroados, Guananaes (ou Guananas), Guaranis (vindos do Norte, inclusive da Amazônia), Ibiraiaras, Kaingangues, Pampeanos (compreendendo os Mbohanes, Charruas, Guenoas, Minuanos e Yarós), Tapes e Xoklengs.

- Os Anjos, Arachanes, Carijós e Tapes são oriundos das populações Guaranis, os quais desceram da Amazônia pela Bacia Platina e instalaram-se do sul do Mato Grosso até a Foz do Rio da Prata;

- Os Pampeanos ocuparam a região sul do Estado do RS, o Uruguai e parte da Argentina. Foram excelentes cavaleiros e guerreiros. Desapareceram por extinção ou mesclados com outras tribos;

- Os Kaingangues compreendem os grupos Botocudos, Coroados, Guananaes, Ibirairas e Xoklengs, os quais ocuparam regiões do Planalto e da Serra. Eram conhecidos como *povos dos pinheirais*. A região de Caxias do Sul era conhecida como *Campo dos Bugres*.

A terceira onda foi a do homem branco, a partir de 1500, quando começou a colonização ibérica na América do Sul. Após a chegada dos primeiros negros africanos na década de 1530 formou-se o grande tripé étnico que deu origem ao atual homem sul-americano.

3. Situação atual

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da obra CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato, organizador. Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, IPHAN, 2004, ainda sobrevivem no Estado índios Guaranis e Kaingangues, os quais mantem sua língua de origem e sua cultura. Vivem em pequenas reservas na região do Alto-Uruguai ou estão marginalizados, acampando ao longo das estradas e/ou perambulando pelas cidades. Reivindicam parte de seus antigos territórios como forma de manter seus costumes ancestrais e uma vida integrada à natureza.

(*) O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior da Reserva do Exército, Acadêmico-Emérito, Vice-Presidente e Delegado para o Rio Grande do Sul da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de

História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), aluno do Curso de Graduação em História da PUC/RS e ex-professor de História do Brasil do Colégio Militar de Porto Alegre.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
lecaminha@gmail.com

Outras informações:

- 1) Próxima reunião da AHIMTB/IHTRGS no Salão Brasil do CMPA: em setembro, com data ainda a ser marcada;
- 2) Próximos acadêmicos a serem empossados: Coronéis Altino Berthier Brasil e Hiram Reis e Silva, ambos áduos defensores da Amazônia e atuais líderes da Sociedade dos Amigos da Amazônia Brasileira (SAMBRÁS);
- 3) O site da AHIMTB mudou para www.ahimtb.org;
- 4) O site do IHTRGS é www.ihtrgs.org - acesse e tome conhecimento de artigos e informativos;
- 5) Próximo livro da AHIMTB: História da 1ª Bda C Mec - Brigada José Luiz Menna Barreto, com autoria de Cláudio Moreira Bento, Luiz Ernani Caminha Giorgis e Carlos Fonttes;
- 6) Adquira o livro História do Casarão da Várzea no Museu do CMPA ao preço de 20 reais, bem como diversos outros títulos;

"...UM PALMO DE TERRA QUE SEJA, EM SENDO BRASILEIRO, DEVE SER DEFENDIDO PELOS BRASILEIROS, A FERRO, A FOGO E A SANGUE!"

Barão do RIO BRANCO.

"A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios".

Barão de Montesquieu

Porto Alegre, 24 de junho de 2009

Nº 73 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Soberania Mutilada - Cel Hiram Reis e Silva(*)

"Aqui já se pretendia que a linha corresse de oeste para leste, que o Javari fosse o ponto obrigado de partida; e, finalmente, que o Madeira fosse o seu termo". (Serzedello Correia)

Os recentes acontecimentos relativos à Demarcação da TI Raposa e Serra do Sol mostraram a incompetência do Supremo Tribunal Federal em julgar

assuntos que ferem a nossa soberania. Reporto-me novamente à questão Acreana, cujo impasse e questionamento sobre a posse das terras só ocorreu porque o Ministério das Relações Exteriores, na época, assim o permitiu. As autoridades brasileiras, covardes e complacentes, foram envolvidas numa trama bem urdida pelos bolivianos. Um erro que custou a vida de heróicos brasileiros que tiveram de fazer uso da força para corrigir os desmandos de um governo federal inepto. O governo de outrora, tal como o de agora, estava totalmente alheio aos interesses nacionais. Temos certeza de que as fronteiras de Roraima num futuro não muito longínquo terão de ser reconquistadas pelo sangue de bravos que jamais se curvarão ao interesse estrangeiro.

Ruy Barbosa, defendendo o “Direito do Amazonas ao Acre” faz um pequeno histórico que mostra a alienação e o desinteresse do governo federal no trato da questão de fronteiras com a Bolívia. Infelizmente nossos mandatários do Executivo e Judiciário não são muito afeitos à história porque do contrário teriam muito a aprender com o nosso Águia de Haia. As questões que envolvem soberania têm, necessariamente, de passar pelo Congresso Nacional, legítimos representantes do povo brasileiro.

- “Direito do Amazonas ao Acre” - Ruy Barbosa

... Segundo o tratado de 1867, que regula esta matéria, acrescentava o nosso ministro, ‘a linha divisória seguiria do Madeira para o oeste por um paralelo tirado da margem esquerda desse rio na latitude de 10°20' sul, até encontrar o Javari; e, se esse rio tivesse as suas nascentes ao norte daquele paralelo, iria da mesma latitude de 10°20', por uma reta, à origem principal do dito Javari. O protocolo de 1895 não podia alterar e não alterou a solene disposição de um tratado. Não podia, porque era ato de simples execução; não alterou porque limitou-se a fornecer à comissão, que ia fazer a demarcação, os elementos que havia sobre as nascentes do Javari.

Ao governo do Peru comunicou estar ‘verificado que a linha divisória entre o Brasil e o Peru, *constituída pelo rio Javari, não termina, como se pensava, na latitude 07°01'17,5", e sim na de 07°48'19,2"*. Destarte, o governo brasileiro levava os efeitos da retificação operada quanto à latitude das nascentes do Javari, não só ao protocolo de 1895 com a Bolívia, mas ainda à demarcação, consumada em 1874, dos nossos limites com o Peru.

Natural era que uma e outra nação recalcitrassem; porquanto, confirmando a latitude dada à origem daquele rio, em 1874, ao delimitarmos a nossa fronteira com os peruanos, o protocolo de 17 de fevereiro, em 1895, sob as mais rígidas formas, convencionara adotar ‘para todos os efeitos, na demarcação entre o Brasil e a Bolívia’, ‘como se tivera sido feita pela comissão mista’ constituída para demarcar os nossos limites com o território boliviano, ‘a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou a posição da nascente do Javari’.

E tanto entre as duas partes se havia por definitiva essa estipulação, que nas instruções três meses depois assinadas pelo nosso ministro das relações exteriores com o representante da Bolívia para a comissão mista, se declarava peremptoriamente: ‘Não há necessidade de verificar a posição do Javari; porque os governos do Brasil adotaram, como feita pela sua comissão mista, a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou aquela posição’.

Meros 'atos de execução', porém, deliberados entre órgãos do poder executivo não têm os protocolos autoridade, para alterar convenções de limites, que, entendendo com a integridade territorial das potências contraentes, se celebram com o concurso do poder legislativo, e dele, portanto, essencialmente dependem. Ora, sem dúvida, o que fazia o protocolo de 1895, assentando, por conta da operação geodésica de 1874, a nascente do Javari numa latitude, onde correções posteriores vieram demonstrar que não estava, era precisamente violar o tratado de 1867, que estipulava aquele ponto como um dos elementos decisivos na fixação das nossas raias com os bolivianos.

Mas, já que a Ré, na sua contestação, se busca estribar nesses atos, lisonjeiros aos interesses bolivianos, da nossa chancelaria antes da gerência do barão do Rio Branco, para abalar a legítima interpretação do tratado de 1867, força nos será mostrar que tais atos, desautorizados, inconsistentes, oscilatórios, do poder executivo, contra a letra de uma convenção internacional de limites, a cuja execução se propunham, nenhum valor científico, moral ou jurídico representam. E, sendo assim, não há meio mais seguro de lhes caracterizar a desautoridade que expô-los naturalmente nas suas alterações sucessivas, contrabateando-se, desmentindo-se, nulificando-se uns aos outros.

O repúdio do protocolo de 19 de fevereiro de 1895 pela nota de 25 de abril de 1898 teve, afinal, por consequência prática a celebração do de 30 de outubro de 1899, declaradamente 'substitutivo' do primeiro, onde se rejeitava a latitude adotada no anterior quanto à nascente do Javari, convindo-se na de ... recentemente indicada pelas ratificações da comissão brasileira em 1897, e comprometendo-se o governo boliviano a remover para território seu a alfândega de Porto Alonso, tanto que se verificasse pertencer ao Brasil a região, onde se estabelecera.

O protocolo de 30 de outubro de 1899 constituía solenemente (aqui nos abonamos com a autoridade do Clube de Engenharia) 'uma vitória para a diplomacia brasileira e o primeiro passo para a reivindicação do território ao norte do paralelo 10°20' S, que indevidamente fora atribuído à Bolívia pela comissão demarcadora de 1874, a qual foi a isso levada por instruções em flagrante oposição à base do tratado de 1867'.

Com o novo protocolo, como há pouco vimos, 'se revogava a aprovação dada, em 1874, à demarcação, indicada na planta, mas não efetuada no terreno, da fronteira entre os rios Madeira e Javari, pela comissão mista brasileiro-boliviana'. Nele se anunciavam instruções ulteriores, de conformidade com as quais, ultimada a verificação da origem principal do Javari, se procederia à delimitação da fronteira. Mas já se não fixava ser esta 'a linha geodésica, que unisse a nascente principal do Javari ao começo do rio Madeira'.

De bem curta duração, porém, foi essa vitória, dentro em pouco inteiramente baldada com as prometidas instruções, que o protocolo do 1° de agosto de 1900 veio a formular. Esse convênio entre as duas chancelarias 'destruiu tudo o que fora alcançado com tanto esforço no protocolo anterior; e mais uma vez prevaleceu a 'errônea e inconstitucional interpretação dada pela secretaria do exterior ao art. 2° do tratado de 27 de março de 1867'.

Na cláusula 3 do último protocolo, com efeito, se dispõe que 'a comissão subirá pelo Javari até à confluência do Galvez com o Jaquirana, verificando a posição geográfica dessa confluência, e subirá pelo Jaquirana até a sua nascente'. Donde se vê que a comissão mista da nova exploração, projetada em 1900, 'não vai, como estipulou o protocolo de 30 de outubro de 1899, determinar a nascente do rio Javari, mas a do Jaquirana, alterando, portanto, completamente

o novo protocolo.

Mas, 'o que é ainda mais grave' neste ato de recuo e tornada ao erro original dos protocolos nessa questão, 'antes de feita a verificação da nascente do rio Javari, exigida como preliminar pela clausula 2' do protocolo de 30 de outubro, já, na clausula 4 do de 1º de agosto, copiada ao projeto boliviano, que ai habilmente reproduziu o que se achava no revogado protocolo de 10 de maio de 1895', se ajusta que: 'Determinada a nascente do Javari, será calculada a linha geodésica, que começa entre essa nascente e a confluência do Mamoré com o Beni na latitude de 10°20', onde começa o Madeira, considerando-se o globo terrestre como um elipsóide de revolução por meio das intersecções dos paralelos e meridianos de 10 em 10 minutos de arco. A compressão da terra será considerada como 1/295.

Era, em ambos os pontos essenciais, a saber, na substituição das linhas do tratado de 1867 pela linha geodésica e na adoção da nascente do Jaquirana como a nascente do Javari, a ab-rogação total do protocolo antecedente.

Do mesmo modo como o protocolo de 19 de fevereiro de 1895 se vira de todo em todo revogado pelo de 30 de outubro de 1899, o de 30 de outubro de 1899 se via anulado agora pelo do 1º de agosto de 1900. De maneira igual a com que o primeiro dos três protocolos executara o tratado de 1867, alterando manifestamente a divisória por este instituído, o protocolo de 1900 executava o de 1899, invertendo-o em ambos os seus elementos capitais.

O protocolo de 1900, entre cujos erros o Clube de Engenharia apontara até um de técnica elementar em cosmografia, com o que, por uma inconsciente versão literal do espanhol boliviano, transmudou o achatamento em 'compressão da terra', veio criar uma situação insolúvel. Realmente essa convenção, na sua clausula 4, manda calcular a linha geodésica da nossa divisa 'entre a nascente do Javari e a confluência do Mamoré com o Beni na latitude 10°20' sul, quando a comissão mista demarcadora deixou verificado que a confluência do Beni com o Mamoré se opera abaixo, aquém, ao sul dessa latitude. De maneira que 'a linha geodésica ilegal e anti-patrioticamente aceita no protocolo de agosto', não lograva, 'para ser determinada', nem 'o conhecimento exato das coordenadas geográficas dos seus pontos extremos'.

Acabamos de apalpá-lo quanto ao extremo oriental da reta na confluência do Mamoré com o Beni, disputada entre a fixação convencional do protocolo e a verificação real dos comissários demarcadores. Menos visível não é o incerto, o cambiante, o contraditório da situação quanto ao outro extremo da oblíqua: a latitude da origem do Javari.

A comissão, que, em 1874, determinou esta coordenada, nos trabalhos que serviram de base á liquidação dos nossos confins com o Peru, pôs a nascente do Javari aos 07°01' de latitude sul, situando, entretanto, o marco divisório aos 06°59'29', e declarando, não obstante a divergência entre as duas latitudes por ela mesma indicadas, que 'o marco do limite fora assentado justamente no ponto terminal (au point terminal même) fixado pelo tratado, isto é, na fonte principal desse rio'. (...)

A nascente do Javari, portanto, realmente não se foi, não se chegou. (...)

Essa inverificação e a sua inadmissibilidade, reconheceu-as a nota de 25 de abril de 1898, confirmada pela de 28 do mesmo mês, declarando que a nascente do Javari, identificada por esse ato com a do Jaquirana, demorava noutra latitude, aos 07°11'48,10" sul. Mas o protocolo de 1899, não tomando já por certa a identidade original do Javari com o Jaquirana, determinava que de novo se verificaria 'a verdadeira posição da principal nascente do Javari'. Segue-se a esse

o protocolo de 1900. Que é o de que nele se trata? De formular as instruções para a comissão mista, que tem de executar o anterior. E como se estipula que este se execute? Volvendo a buscar a nascente do Javari na origem do Jaquirana, que é a de que se manda explorar a situação.

Qual será, porém, a autoridade constitucional dessas abdicações, tergiversações, retratações e contradições? Desde que a opinião publica entre nós começou a se ocupar com a interpretação do art. 2º do tratado de 1867, as camadas intelectuais do povo brasileiro ressentiram como atentado contra a nossa integridade territorial a interpretação, evidentemente abusiva, que lia naquele texto o reconhecimento da soberania da Bolívia sobre o Acre Setentrional ao paralelo 10°20' de latitude sul; e daí veio a resultar essa convicção, generalizada ao país inteiro, que nos testifica o barão do Rio Branco, declarando, ao justificar, na sua exposição de motivos, o tratado de 1903, que 'a opinião nacional estava persuadida do nosso direito àquele território.'

Firmado assim o sentimento nacional contra essa obsessão do nosso ministério das relações exteriores, aberrativa dos seus deveres, todos esses atos seus, embebidos na tendência de entregar aos bolivianos aquela região, incorriam na tacha de mutilarem o solo da pátria, e disporem do território nacional a benefício do estrangeiro. Desde então medidas tais, embora apresentassem a forma exterior de protocolos, de atos de chancelaria, invadiam a esfera do poder legislativo, e sem a sanção deste nenhum efeito podiam lograr. Não é o acidente da fôrma, senão a substancia do ato, o que determina a competência entre os diferentes poderes do Estado. Quando o sr. Diez de Medina, em 1895, convidou o nosso governo a completar a demarcação da fronteira com a Bolívia, não se tratava de novo acordo, mas apenas de balizar no terreno a divisória convencionada no tratado de 1867; e, contudo, o ministro das relações exteriores em La Paz, no seu relatório ao congresso boliviano, opinava que 'nenhum ato relativo a limites pôde ser completamente válido sem a aprovação legislativa'.

Não anuindo neste parecer, objetou-lhe o dr. Carlos de Carvalho, nosso ministro então das relações exteriores, sustentando, também no relatório daquele ano que essa teoria, 'pela sua demasiada latitude, abrange atos não dependentes de tal aprovação. Neste caso estão os trabalhos de demarcação, se não alteram o que se ajustou'. Destarte, portanto, reconhecia que, em alterando o estipulado nas convenções internacionais, as operações demarcatórias estão subordinadas ao assentimento do poder legislativo.

No mesmo sentido se pronunciou em 1898, neste assunto, por duas vezes, o governo brasileiro. A primeira, quando o ministério das relações exteriores, na sua nota de 25 de abril ao ministério da Bolívia, lhe observou que 'o protocolo de 1895 não podia alterar a solene disposição de um tratado, e não podia, porque era ato de simples execução'. A segunda, quando, noutra nota, de três dias depois, á legação peruana, lhe reflexionou que 'aquele protocolo, sendo, como é, ato de simples execução, não podia alterar a expressa disposição do tratado, que estabeleceu os pontos extremos da linha divisória na parte em questão'.

No relatório desse ano, ainda, referindo-se ao desacerto, que se acabava de dar na demarcação de 1874, e que pouco antes, em consequencia, denunciara de insubsistente às duas legações, aquela secretaria de Estado tornava à matéria, para acentuar a doutrina indicada nessas duas missivas diplomáticas: 'Não é admissível que os dois governos adotassem aquela operação, sabendo que havia nela erro em prejuízo de um dos países, e que, assim, um concedesse e o outro aceitasse, contra expressa disposição do tratado, território, que não compensava. Em tais condições a alteração seria cessão, dependente de aprovação legislativa'.

Entre os parlamentares e estadistas republicanos as vozes mais autorizadas harmonizam com estas declarações do nosso governo. Em 1899 escrevia o sr. Serzedello Correia que, 'não respeitando o protocolo de 1895 o que se ajustou em 1867, não é válido sem a sanção do congresso'.

Tal foi, igualmente, a conclusão, a que se chegou na discussão do senado a este respeito em setembro de 1900. Num discurso que pos termo ao incidente, persuadindo o senador Lauro Sodré a retirar o seu requerimento de informações acerca dos atos da nossa chancelaria na demarcação dos limites com a Bolívia e, com especialidade, acerca do protocolo de 1895, dizia o senador Lauro Muller:

'O requerimento do honrado senador pelo Pará julga os atos do poder executivo. É lícito ao senado julgar desses atos, quando não forem definitivos, ou é do seu dever e prudência aguardar do poder executivo a sua apresentação?

'Não se pôde supor que não tenham de vir ao congresso, alegando a constituição do regimen passado, que só obrigava à aprovação do parlamento os tratados, que trouxessem cessão de território; porque, pela nossa constituição, não somente esses atos, como quaisquer ajustes ou convenções com potencias estrangeiras, têm de ser submetidos á ratificação do congresso nacional. Entende o orador que todos os atos de chancelaria incidem na disposição constitucional.

'Assim o ajuste, que os dois governos façam, tem de ser submetido ao Congresso, cuja vez de falhar ainda não chegou.'

Fonte: BARBOSA, Ruy - O Direito do Amazonas ao Acre setentrional - Brasil - Rio, 1910 - Tipografia do Jorrrnal do Commercio.

(*) Professor do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) - Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) - Presidente da Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira (SAMBRAS) - Site: <http://www.amazoniaenossaselva.com.br>

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

Vice-Presidente e Delegado/RS da AHIMTB/IHTRGS

lecaminha@gmail.com

Sites: da AHIMTB: www.ahimtb.org

do IHTRGS: www.ihtrgs.org

Porto Alegre, 29 de junho de 2009

Nº 74 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

CAXIAS OU CACHIAS?

General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt(*)

"Pai, a professora, ao saber que sou filha de militar, pediu para lhe perguntar qual a origem da palavra Caxias que, pelo exemplo deixado pelo Patrono do Exército Brasileiro, o Duque de Caxias, passou a ter o significado de pessoa muito escrupulosa no cumprimento de seus deveres."

Uma pergunta tão simples e direta nos obriga a um mergulho na rica cultura romana-luso- brasileira, começando pelo muito conhecido fato histórico de que o então Coronel Luís Alves de Lima e Silva recebeu do imperador D. Pedro II, um menino de quinze anos, em 1841, o título de Barão de Caxias, como

reconhecimento pelo sucesso obtido na pacificação da Província do Maranhão, abrindo assim caminho para a manutenção da unidade nacional representada pelo Império. Mas por que Caxias?

"Caxias simbolizava a revolução subjugada. Essa cidade do Maranhão havia sido mais que qualquer outra afligida pelos horrores de uma guerra de bandidos; tomada e retomada pelas forças imperiais, foi quase ali que a insurreição começou, ali que se encarniçou tremenda; ali que o Coronel Luis Alves de Lima e Silva entrou, expedindo a última intimação aos sediciosos para que depusessem as armas; ali que libertou a Província da horda de assassinos"...

...explica o seu biógrafo Padre Joaquim Pinto de Campos. Mas por que a povoação, antigo aldeamento indígena, situada às margens do Rio Itapecuru, recebeu o nome de Caxias?

Essa história começa no século XVII, durante a invasão francesa do Maranhão. Buscando fustigar os invasores, os portugueses, inicialmente, ocuparam o interior maranhense, submetendo as tribos indígenas que colaboravam com os invasores. Em 1615, após a expulsão dos franceses, como represália ao colaboracionismo com os invasores, os portugueses mudaram os nomes indígenas de várias aldeias, substituindo-os por sonoros nomes portugueses. Assim a aldeia Guanaré - denominação indígena - teve seu nome mudado, sucessivamente para São José das Aldeias Altas, Arraial das Aldeias Altas e Vila de Caxias, já em meados do século XVIII. E por que o Arraial das Aldeias Altas mudou de nome para Vila de Caxias?

A mudança de nome para Caxias foi uma homenagem prestada por Francisco Xavier Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão e irmão do Marquês do Pombal, primeiro ministro português, à linda quinta da família, erigida na Freguesia de Caxias, situada nas imediações de Lisboa, à beira-mar.

Finalmente entram os romanos que, ao ocuparem a península ibérica, além do germe que resultaria na maioria das povoações portuguesas, deixaram o latim, língua mãe do espanhol e do português. Assim, nos conta o historiador português Rogério de Oliveira Gonçalves, o topônimo Caxias, segundo os lingüistas, tem como origem uma das seguintes versões: uma, que é a mais aceita, com origem em casillas, casas pequenas em espanhol, do latim casa (choupana) e a outra, do latim quassina (rochedo, quebra-mar), donde Cassia e, depois, Caxias.

Encerrando, "ó última flor do lácio, inculta e bela" os etimologistas portugueses até hoje discutem qual a grafia certa para Caxias, se com x ou ch...

(*) O autor foi Comandante Militar do Nordeste (CMNE) e Comandante de Operações Terrestres (COTer).

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado da
AHIMTB/IHTRGS/RS
(lecaminha@gmail.com)

Nº 75 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

A Cota de Malha do Exército Brasileiro

Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela rosa...” Antoine de Saint - Exupéry

Aparato dos exércitos medievais, a Cota de Malha era utilizada para proteger os antigos guerreiros; uma rede metálica flexível composta por uma série de pequenas argolas entrelaçadas, feitas de ferro polido ou de uma liga de metal resistente. Juntas, as pequenas peças forneciam resistência contra objetos cortantes e, unidas às armaduras, formavam vestimentas de combate usadas pelos antigos soldados.

Ao longo de sua fulgurante trajetória, com participação expressiva na história e nos eventos marcantes da formação da nacionalidade brasileira, o exército nacional agiu sempre em consonância com as aspirações de sua gente. Na longa caminhada, seus integrantes foram acumulando experiências e adquirindo virtudes, hauridas dos exemplos dos chefes e dos camaradas de armas, muitos deles heróis cultuados hoje no sublime panteão da Pátria.

A prática e o permanente exercício das mais nobres virtudes do cidadão enrijeceu-lhes o caráter. O farol que os iluminava sempre foi o interesse nacional, acima de qualquer outro menos importante, e o rumo seguido apontava para um porvir grandioso emoldurado pela decência, a ética, o despojamento e a entrega. No caminho percorrido, esses soldados encontraram inúmeros obstáculos. Não esmoreceram; perseveraram na busca do ideal acalentado: transmitir às novas gerações uma nação livre e soberana e uma instituição respeitada por seus conterrâneos.

O compromisso dos que passaram, dos que o compõem hoje e, com certeza, dos que virão futuramente é o mesmo: indeformável, uno e indivisível. Semelhante ao bom concreto cuja resistência aumenta com o passar dos tempos.

Não importam as circunstâncias e as insidiosas e recorrentes campanhas difamatórias, com o objetivo de indispor-los com a nação brasileira.

A Cota de Malha do Exército de Caxias, o escudo que o protege, teve início em Guararapes, num notável caldeamento de raças e de vontades para expulsar o invasor, e continuou na sublime saga ao longo dos tempos: nas lutas pela independência; na manutenção da unidade conquistada durante o império; na abolição da escravidão; nos ideais republicanos e no combate consciente e patriótico contra ideologias estranhas. Ela foi construída e tecida cuidadosamente com carinho e esmero, pelos exemplos dignificantes do mérito e do trabalho anônimo. Enfim, pela firme decisão de SERVIR à Pátria e à sua gente.

Diferente dos tempos remotos onde era possível enxergá-la imediatamente, a véstia atual, tecida pacientemente pelos exemplos e as virtudes referidas, continua a proteger os soldados de hoje. Parece invisível aos olhos desatentos, mas tem uma consistência maior do que a anterior, pois suas peças são indeformáveis - um triângulo virtuoso - constituídas de três tentos igualmente importantes e resistentes: a hierarquia; a disciplina e a camaradagem.

Nosso dever, pois, dos soldados de hoje, dos que passaram e dos que virão, é o de não permitir que essa consistência - a estrutura moral, afetiva e a capacidade operacional herdada dos nossos antepassados - seja vilipendiada.

Viva o Exército Brasileiro!

Gen Carlos Augusto Fernandes dos Santos

CAMARADAS:

Nas "falas" de ministros e Oficiais Gerais promovidos, há muito que me chama a atenção a insistência na lembrança (como se fosse necessário que nos lembrassem) dos fundamentos HIERARQUIA E DISCIPLINA. A própria mídia, quando fala em FFAA, em especial no EB, sempre acha um meio de inseri-los no texto.

No meu julgamento, esses civis, que destas colunas mestras nada sabem, porque nunca delas, de ambas, ou de cada qual, isoladamente, mostram-se devotados seguidores mesmo quando Leis e Regimentos lhes apontam o apertado caminho da Disciplina (Consciente, dileta filha do Bom Caráter e da Conduta Ilibada) - como supostamente aconteceu na redação da última Constituição - não têm autoridade moral para delas falar, sequer, para conscritos em formatura de dispensa de incorporação, menos a têm para Gerais.

Sintomaticamente, eles - os mesmos ministros - não falam da CAMARADAGEM. Precisamente ela, a origem da LEALDADE, DA AMIZADE CONFIANTE E DA INARREDÁVEL SOLIDARIEDADE de prática de inescapável obrigatoriedade, mesmo entre CAMARADAS QUE AINDA SE NÃO CONHEÇAM, todos atributos que estão no cerne da HIERARQUIA e da DISCIPLINA, estas, ambas, que amalgamadas, nascem da mesma origem que se chama RESPEITO. Mas respeito que não quer dizer deferência transitória e circunstancial só dos Regulamentos advindas, mas, com tais origens e, especialmente, respaldadas no mérito sabido e na competência provada.

Nós mesmos temos sido os culpados pelo seu apoucado uso, de uns tempos a esta parte.

Desde que a esquerdalha passou a abusar do vocábulo, nos parecia impróprio nos chamar CAMARADAS, ou falar da e na CAMARADAGEM, sem que nos sentíssemos muito próximo do odor que trazem a "companheirada" dos ajuntamentos desleais.

Mas o "camarada Lenin", e os demais dessa extração, nem sabiam a quê se referiam quando diziam-se ou se dizem 'camaradas'.

Porque, CAMARADAGEM, esta palavra, este sentimento, não conheciam e não conhecem.

Mas, a CAMARADAGEM já moldava nosso jeito de ser e já existia no nosso linguajar, estava inserida nas nossas ORDENANÇAS já, e desde os antigos castros, onde os alojamentos se chamavam CÂMARAS e os que os usavam se diziam CAMARADAS.

Nos castros, tudo era conhecido por CÂMARA: - de fogo; do rancho; do paiol e etc., etc.

Posso entender esta necessidade de esconder o vocábulo, nas suas "falas" aos Homens do Castro porque, desleais e traiçoeiros, da verdadeira CAMARADAGEM nada sabem.

Mas sabem, sim, que ela é uma das três colunas do tripé da nossa Força.

Não se faz mocho sem três pernas, feixes com menos de três elementos, nem se verá trança de couro com menos que três tentos e, talqualmente, não se faz SARILHO sem a terceira arma, nem equipagem de peça de fogo, carro ou pontão com menos do que três homens, três CAMARADAS.

Não por acaso as COTAS D'ARMAS, única armadura dos homens do castro daqueles tempos dos engenheiros de fogo que, muito depois, se chamariam artilheiros, eram formadas pelo trançado de três fios de aço COM IDÊNTICAS

BITOLAS, IDÊNTICA RESILIÊNCIA(*) E IDÊNTICA RESISTÊNCIA, fios que eu identifico, hoje, como os únicos da nossa COTA D'ARMAS: HIERARQUIA, DISCIPLINA E CAMARADAGEM.

O Exmo. Sr. Gen Leônidas esteve em visita ao CMS. Dessa visita, fiquei sabendo pelo NE de 05 Set 2008.

Pois o Chefe, na sua fala aos presentes tratou, precisamente, da CAMARADAGEM, e abro aspas:

"Ao se dirigir aos Oficiais, Subtenentes e Sargentos presentes à formatura, o General Leônidas relembrou a época em que comandou o então III Exército e acrescentou a CAMARADAGEM, junto à hierarquia e à disciplina, como mais um dos pilares que sustentam as Forças Armadas".

Assim que li o NE, tratei de telefonar para o Chefe cumprimentando-o pela importância que deu ao tema. E, para minha surpresa, o Chefe me contou a tradicional história - que, dele mesmo, eu já a havia escutado, anteriormente - da COTA DE MALHA, enfatizando e lembrando que este terceiro fio de aço não pode deixar de estar presente na nossa ARMADURA, na nossa COTA D'ARMAS, nestes tempos que correm.

Há dias que desejo transcrever estes meus sentimentos e a fala do Gen Leônidas.

Era o que tinha para relatar.

Gen Bda R/1 Tibério Kimmel de Macedo

(*) Resiliência é um conceito oriundo da física, que se refere à propriedade de que são dotados alguns materiais, de acumular energia quando exigidos ou submetidos a estresse sem ocorrer ruptura. Após a tensão cessar poderá ou não haver uma deformação residual causada pela histerese do material - como um elástico ou uma vara de salto em altura, que se verga até um certo limite sem se quebrar e depois retorna com força, lançando o atleta para o alto.

No meio corporativo, o termo "Resiliência" significa a capacidade de adaptação às mudanças, ou seja, como reformular os processos para atender às novas exigências.

1861 - A QUESTÃO CHRISTIE

Em 02Abr1861 o navio inglês Prince of Wales, embarcação movida à vela e com quatro anos de uso, zarpou de Glasgow, Escócia, com destino a Buenos Aires, carregando carvão de pedra, engradados de louças, caixas com lenços e fazendas, pipas e barricas com azeite e vinho. Entre 05 e 08 de junho ele encalhou e começou a adernar próximo ao farol de Albardão, localizado em uma região deserta e de praias perigosas, a 87 quilômetros da barra do arroio Chuí, no Rio Grande do Sul.

Diante disso, os tripulantes do barco o abandonaram e partiram rumo à cidade de Rio Grande, para avisar à Capitania dos Portos o que estava acontecendo. Nesse ínterim alguns populares em terra tomaram conhecimento do ocorrido e resolveram levar a carga transportada pelo navio encalhado, porque já a davam como perdida. Quando os marinheiros britânicos retornaram para tentar

rebocar o Prince of Wales, encontraram na praia os corpos sem vida de dez dos seus companheiros, e ao constatarem em seguida o prejuízo que haviam sofrido, decidiram apresentar uma reclamação ao embaixador inglês William Doughal Christie, que a encaminhou ao imperador D. Pedro II juntamente com o pedido de indenização e desculpas, tendo recebido resposta negativa.

Nessa mesma época, no Rio de Janeiro, dois marinheiros britânicos, tripulantes da fragata Emerald, embriagaram-se e brigaram com marinheiros brasileiros, também bêbados, por causa das mulheres que estavam em companhia destes, resultando daí uma grande pancadaria. A polícia portuária acudiu, bateu em todos e os levou presos, soltando-os no dia seguinte. Dois dias depois o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, enviou nota ao embaixador britânico pedindo que os responsáveis pela agressão aos brasileiros fossem colocados à disposição das autoridades nacionais, o que deixou William Christie ainda mais nervoso, levando-o a retornar à presença do imperador brasileiro e apresentar-lhe a ameaça de que se a indenização não fosse paga, e os marujos brasileiros presos, a marinha britânica fecharia a entrada da baía de Guanabara. Recebeu como resposta a informação de que o Brasil estaria pronto para a guerra.

Diante disso, em abril de 1862, a Inglaterra enviou uma canhoneira que ameaçou atacar a cidade gaúcha de Rio Grande. Oito meses depois, uma esquadra de guerra comandada pelo almirante Warren, bloqueou o porto do Rio de Janeiro, apreendeu cinco navios brasileiros que ali estavam fundeados, e exigiu do governo uma indenização de 3,2 mil libras esterlinas. Esse incidente enfureceu a população da capital, que promoveu diversas manifestações de protesto e ameaçou praticar represálias contra as propriedades inglesas existentes no país. Resultou daí que as relações entre as duas nações se tornaram extremamente tensas, mas como a questão precisava ser resolvida, e o rei Leopoldo, da Bélgica, tio da rainha Vitória, da Inglaterra foi nomeado como árbitro.

Acreditando que o veredicto seria contrário aos interesses nacionais D. Pedro II decidiu pagar antecipadamente a indenização pleiteada pelos ingleses, por considerar que a discussão não envolvia questões de dinheiro, e sim o desrespeito inglês à soberania nacional do Brasil. Ao tomar conhecimento de que os ingleses haviam perdido a causa, o imperador brasileiro passou a exigir a devolução do dinheiro e a apresentação de desculpas por parte do embaixador inglês, mas não conseguiu receber nem uma coisa, nem outra. As relações entre Brasil e Inglaterra só foram restabelecidas dois anos mais tarde, diante dos acontecimentos que acabaram provocando a guerra do Paraguai.

O naufrágio do navio inglês Prince of Wales vitimou 16 pessoas, deixando o saldo de 12 cadáveres insepultos e provocando um incidente que redundou na ruptura temporária das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. Até hoje, quando a maré está baixa, a carcaça do veleiro desponta no Albardão, mantendo viva a lembrança de um naufrágio que é polêmico e célebre porque sepultou súditos da nação mais poderosa do século 19, na praia que, com seus 220 Km de

extensão é considerada a maior do mundo (fonte: Internet - Google).

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel - Vice-Presidente e Delegado da
AHIMTB/IHTRGS/RS -
(lecaminha@gmail.com)

Nº 76 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Artigas e o recrutamento de índios

Luiz Ernani Caminha Giorgis

José Gervásio Artigas foi autor de um projeto fundiário autonomista e transformador para a Banda Oriental. Toda a população da campanha uruguaia seguia esse programa. Por outro lado, era intenção do caudilho incorporar as região dos sete povos das Missões brasileiras à Banda Oriental. A localidade central da região dos sete povos era São Francisco de Borja, atual São Borja.

Artigas havia sido auxiliar do ilustrado espanhol Félix de Azara, quando este preconizava a ocupação de terra na forma de pequenas propriedades individuais, com diversificação da produção. Azara foi o grande mentor da colonização da Banda Oriental do Uruguai, ao lado de seu auxiliar Artigas, hoje reconhecido como patriarca da nacionalidade uruguaia.

Desde Azara, portanto, já havia uma clara idéia de reforma fundiária.

Artigas incorporou as idéias de Azara e pretendia realizar uma programa de reforma agrária na Banda Oriental, com distribuição de terras aos mais necessitados.

Conforme Cláudia Wassermann (2003: 59): “Como resultado, a Banda Oriental foi cenário da mais radical experiência agrícola ocorrida na América do século XIX, com efeitos em todo o ‘litoral’ argentino e também na província brasileira do Rio Grande”.

Nas duas campanhas em que lutou contra os luso-brasileiros, Artigas empregou índios incorporados às suas tropas. Conforme Cláudio Moreira Bento (1994: 149), “Na madrugada de 12 de junho de 1811, o Capitão de Dragões José de Abreu, à frente de 300 cavalarianos e infante destruiu, junto ao Arroio Laureles, no Uruguai, índios minuanos e charruas que compunham a vanguarda de Artigas. Morreram nesta ação **quatro caciques e 80 índios minuanos** (grifo meu), e foram apresados de 2.500 a 3.000 cavalos”. Portanto, não há dúvidas de que Artigas cooptava índios para suas hostes.

Por outro lado, é sabido que Artigas adotou, como seu filho, um índio natural da região de São Borja, o qual foi treinado em combate e tornou-se, mais tarde, um dos mais importantes comandantes de tropas artiguistas. Era o índio guarani André Guacararí, ou Taquari, conhecido como Andresito Artigas. Este índio obteve o voluntariado de muitos outros da sua tribo e da sua etnia para lutar ao seu lado, a favor de Artigas.

Conforme Cláudia Wasserman (2003: 162, 163) “As tropas irregulares de Artigas, com seus gaúchos, escravos libertos, **índios guaranis, e até charruas**, que tinham por certo causado espanto às elites urbanas, seriam o alvo dos principais benefícios do famoso ‘Reglamento’ de setembro de 1815, às custas dos proprietários e comerciantes espanhóis e portenhos, ou mesmo de orientais que houvessem pactuado com os adversários, os ‘malos europeos y peores americanos’ (Artigas, José G., Carta à Junta Governativa do Paraguai. In:

BRUSCHERA, Oscar H. Artigas. Montevideo: Nuestra América, 1971, p. 155). As expropriações de terras possibilitaram a distribuição de 'suertes de estancia' entre os despossuídos... O golpe de morte na grande propriedade visava os mais desfavorecidos da população da campanha, como diz o artigo sexto do 'Reglamento' de Artigas:

[...] que los más infelices sean los más privilegiados. Em consecuencia los negros libres, los sambos de esta clase, **los índios** (grifo meu), y los criollos pobres podran ser agraciados em suertes de estancia [...] Parece claro, portanto, que Artigas pretendia distribuir terras aos índios, motivo pelo qual obteve convencê-los a lutar por isso.

Referências bibliográficas:

WASSERMANN, Cláudia (Coord.); SCHMIDT, Benito Bisso [..et al.] - História da América Latina: cinco séculos. 3. ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BENTO, Cláudio Moreira, História da 3ª Região Militar, 1807-1889 e antecedentes. Vol 1, Senai, 3ª RM, Porto Alegre, 1994.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E OS NEGROS DE BAGÉ

José Carlos Teixeira Giorgis (*)

O exército farroupilha era composto por um efetivo de 9.372 homens, distribuídos entre os 4.296 integrantes da Primeira Linha e 5.076 combatentes da Guarda Nacional, conjunto que se distribuía por diversos corpos.

Os dois corpos de lanceiros eram formados basicamente por negros e subdivididos em 8 companhias, com 51 homens cada uma, totalizando 426 membros.

Destacou-se aí o 1º Corpo de Lanceiros Negros, organizado pelo Coronel Joaquim Pedro Soares, ex-capitão do Exército Imperial, que lutara nas guerras platinas e antes contribuía para a expulsão dos franceses de Portugal, e depois substituído pelo major Joaquim Teixeira Nunes, o Coronel Gavião. Teixeira Nunes, nasceu às margens do Camaquã, em Canguçu, constando que foi o primeiro a empunhar a bandeira farrapa, após missa festiva promovida em Piratini, logo depois de proclamada a República.

Entre seus feitos militares está a conquista de Laguna, junto com Garibaldi, que havia percorrido mais de duas léguas por terra, transportando os lanchões Seival e Farroupilha.

Criada a República Juliana, foi promovido a coronel e elevou o corsário italiano a comandante da esquadilha naval, tendo antes se destacado no combate de Rio Pardo, em 1838. No ano seguinte, quando retornava da malograda expedição a Laguna, com Garibaldi, Anita e Rosseti, inflingiu expressiva derrota às forças imperiais do brigadeiro Xavier da Cunha, em Araranguá, ocupando Lajes, vindo atuar depois em Bagé e Jaguarão, por ele atacada em dezembro de 1943.

O Coronel Gavião era um oficial de estatura média, esbelto e distinto, que montava garbosamente, sendo tido como o terror dos inimigos pela destreza como manjava a lança, mas que acabou surpreendido em Porongos, morrendo em 26 de novembro de 1844, aos 42 anos, depois de ferido na coxa, junto com muitos negros, que nesta época já constituíam a base maior das forças rebeldes. Dele se disse que foi o maior herói da revolução (Assis Brasil), a maior lança farrapa (Tasso Fragoso), majestosamente intrépido nos combates (Garibaldi), valente chefe (Fernando Osório), garboso comandante de lanceiros e primeiro entre os primeiros na missão arriscada (Schultz Filho).

O Corpo de Lanceiros Negros era formado por negros livres ou libertos pela

República Rio-Grandense, e recrutados, em geral, entre campeiros, domadores ou nas charqueadas dos atuais municípios de Arroio Grande, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval, Bagé, Camaquã, São Lourenço, Pelotas, Pedro Osório, Caçapava e Encruzilhada do Sul, e entre seus oficiais também estiveram Manoel Alves da Silva Caldeira, o lavrense Vicente Ferrer de Almeida, Antonio José Pereira e Caetano Gonçalves da Silva, filho de Bento Gonçalves, que, como já sabido viveu em Bagé e aqui deixou grande descendência.

O cativo nas estâncias era trocado pelo alistamento das forças farroupilhas, pois quando um proprietário rural ou seu filho eram convocados para servir a República emergente, não era raro um escravo ocupar seu lugar, sendo imediatamente libertado para representar seu senhor; também era difícil aos delegados distritais cumprirem suas atribuições, pois os homens livres, quando chamado a alistar-se, fugiam para as vilas ou cidades controladas pelos imperiais, motivo por que o presidente da República teve a idéia de criar um grupo de lanceiros negros, que, como se verá, escreveu páginas memoráveis, mesmo que as tratativas de pacificação, depois, quase os esquecessem.

Os lanceiros negros tiveram importante participação no combate do campo dos Menezes, em Seival, onde a República foi anunciada, atuando como força de reserva das tropas do General Netto, e acompanharam Teixeira Nunes em suas refregas, especializando-se na estratégia da surpresa.

Os negros, que no início da guerra já formavam um quarto da população da província, eram excelentes combatentes de cavalaria, usavam com habilidade suas lanças, que eram mais longas que as habituais, se entregavam com vigor às batalhas, por que jogavam também suas liberdades pessoais e familiares, eram disciplinados, se alimentavam quando havia comida e dormiam ao relento, montando seus cavalos a pelo, como os charruas.

Vestiam chiripá de pano grosseiro, um colete no tronco, sandálias de couro cru e na cabeça o lenço vermelho, símbolo da República, como esporas improvisavam uma forquilha de madeira presa ao pé com tiras de couro, usavam também adagas e facões e raramente armas de fogo, alguns eram hábeis com boleadeiras e na esgrima, em vista da prática continuada do jogo do talho, comum na região. Os seus ponchos de lã rústica (bicharás) serviam de cama, cobertor e proteção; quando desmontados, na luta corpo a corpo, servia para amortecer ou desviar algum golpe de lança ou espada, pois os enrolavam no braço, não utilizando escudos protetores;

Disse Garibaldi que havia visto batalhas disputadas, mas em nenhuma parte “homens mais valentes do que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos”.

No Museu de Bolonha há um quadro chamado Farroupilha imortalizando um lanceiro negro e que possivelmente ali se acha a instâncias do “herói de dois mundos”.

Embora a Paz de Ponche Verde tenha determinado, em sua quarta cláusula, que “são livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à República”, houve determinação da Corte para que todos fossem recolhidos à Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, ordem que não foi obedecida por Caxias sob a alegação que os negros haviam se apresentado voluntariamente, a seguir os libertando e incorporando às unidades de Cavalaria Ligeira do Exército Imperial no Rio Grande do Sul; muitos fugiram para o Uruguai ou se organizaram em quilombos e outros seguiram para outras províncias do Império ainda como escravos.

Neste momento de revigoração do orgulho gaúcho, é imperioso que as

sociedades negras de Bagé busquem aprofundar estudos e pesquisas para recuperar a memória de seus avoengos, heróicos lanceiros da Revolução Farroupilha.

Obras consultadas: O Exército Farroupilha e seus chefes, de Cláudio Moreira Bento; Memórias de Garibaldi, de Alexandre Dumas; O longo Amanhecer do Sul, de Orual Sória Machado; Corpo dos lanceiros negros farroupilhas, de Cláudio Moreira Bento, Instituto de História e Tradições do RGS.

(*) Desembargador. Professor Emérito da URCAMP.

PAÍSES PLURINACIONAIS E MULTICULTURAIS

A problemática indígena vem se agravando a passos largos na América Latina, mormente no Peru e na Bolívia, com sérios reflexos para o Brasil. Uma campanha internacional, muito bem urdida, tem por objetivo a transformação de países ibero-americanos em Estados plurinacionais e multiculturais, em que uma “soberania limitada” é imposta a Estados Soberanos, por meio, basicamente, de mudanças em suas Cartas Magnas. O presidente da Bolívia, Evo Morales, já logrou aprovar uma nova Constituição que transformou aquele País em um Estado plurinacional. Tal modismo ameaça particularmente o Peru, mas também outros países, inclusive o Brasil. Em maio passado, ocorreu em Puno (Peru), a IV Cúpula Continental dos Povos Indígenas do Abya Yala - nome de uma vasta região da América, habitada por índios, antes dos europeus (eram terras dos atuais Peru, Colômbia e Panamá). O Conclave reuniu 5000 (!) participantes de vários países, tendo comparecido, inclusive, um representante do espúrio MST. O mega- evento, em que foram exacerbadas, exponencialmente, as questões indigenista e ambientalista, ostentou o seguinte e emblemático mote-slogan: “Por Estados Plurinacionais e Bem Viver”, tendo o presidente da Bolívia enviado significativa mensagem aos integrantes do Encontro. Um dos alvos preferenciais dos expositores foi o presidente Alan Garcia, do Peru, que enfrenta sérios conflitos com índios e com o “Sendero Luminoso”, de cariz comunista radical, sabendo-se que estão sendo articuladas ações conjuntas entre os dois movimentos. O presidente peruano foi acusado de não cumprir a Convenção 169, da OIT, da qual o Peru é signatário (diga-se, por ilustrativo, que o Brasil também aprovou, por Decreto, essa lesiva Convenção, favorável a um indigenismo sectário e que afronta a Soberania Nacional). Acrescente-se que Alan Garcia vem acusando como promotores dos atuais distúrbios, o comunismo internacional e “potências estrangeiras que querem manter o país como comprador de petróleo”.

Quanto ao multiculturalismo, impende lembrar que se encontra em avançado estudo, no Brasil, a criação de vários “territórios etnoeducacionais” para a educação escolar indígena, que será, consoante o Decreto 6861/2009, prestada segundo critérios de territorialidade e não mais por unidade da Federação. O primeiro desses territórios foi recentemente organizado (“Território Etnoeducacional do Rio Negro”), composto por 23 povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, todos no estado do Amazonas. No mês de setembro, em Brasília, ocorrerá a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, com o objetivo de instalação de 18 territórios à semelhança do que foi criado no Amazonas (são os ditos “Territórios da Cidadania Indígena”). Melhor explicando: etnias tribais podem se unir e criar territórios com vistas à educação formal dos índios, com um único ou vários povos; por exemplo: os indígenas que vivem em Minas Gerais e no Espírito Santo estão discutindo se formarão um ou dois territórios etnoeducacionais. Isso é consequência exitosa de sub-reptícia campanha orquestrada pelo aparato

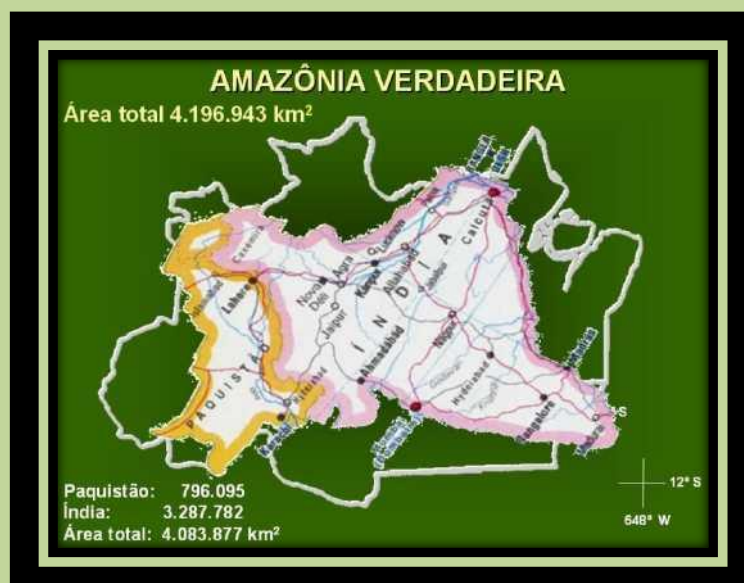
indigenista transnacional, em mais uma tentativa de segregacionismo de nossos silvícolas que já são donos, hoje, de 13% do território nacional - uma injusta discriminação para com o restante da população brasileira. A propósito, lembremos que a CF/88, em seu Capítulo VIII - Dos Índios - nos artigos 231 e seus parágrafos, e 232, estatui normas a respeito do assunto. O precitado artigo 231, em seu “caput”, reza: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. É preciso que se atente para a expressão “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, ou seja, ocupavam, em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação de nossa Lei Maior. Assim, os índios brasileiros só teriam direito às terras que ocupassem naquela data, como assinalou, com acurácia, o eminente jurista Ives Gandra. Entretanto, por força de uma muito complacente, liberal e abusiva legislação infraconstitucional (Decreto nº 1775/1996, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas), com base em suspeitos laudos antropológicos da FUNAI (aceitos, desafortunadamente, pelo STF, em sua antipatriótica Decisão em demarcar, de forma contínua, o colossal vazio demográfico, em área de fronteira, que é a Reserva Raposa Serra do Sol, cujos índios já exibem bandeira própria) eles passaram a ter direito às terras que dispunham no passado longínquo (“imemorais”). Aduza-se, como corolário, que está em curso um processo semelhante, de concessão de terras para comunidades quilombolas e de indenizações pecuniárias para “afro- descendentes” (terminho alienígena importado, “corretamente político” e, até há pouco, desconhecido no Brasil), isso sem falar nas infames “cotas raciais”, afrontosas à igualdade de todos os brasileiros - prevista no “caput” do artigo 5º, da Carta de 1988, e ao consagrado princípio da meritocracia.

Permitiremos que o nosso amado Brasil, em especial a NOSSA Amazônia, venham a se fragmentar, territorial e socialmente?

Manoel Soriano Neto - Cel, Historiador Militar.

Nº 77 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

ESTRATÉGIA DE DEFESA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.



O Brasil herdou o imenso e riquíssimo território da nossa Amazônia graças à visão penetrante do estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a se tornar Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal.

O Marquês de Pombal foi nomeado Primeiro-Ministro do Rei Dom José I por decreto de 5 de agosto de 1750 e nessa situação permaneceu até a morte do Rei, em 23 de fevereiro de 1776. Durante 26 anos o Primeiro-Ministro foi o gênio que executou a obra governativa do Rei Dom José I, uma das mais profícuas de Portugal.

Segundo o historiador lusitano Joaquim Ferreira **“os portugueses têm razões sobejas para venerar em Pombal o maior governante da pátria”**. Nós, brasileiros, também temos razões sobejas para considerar o Marquês de Pombal responsável pela anexação definitiva ao Brasil do território da Amazônia, com superfície superior à soma dos territórios da Índia e do Paquistão.



Quando tomou posse como Primeiro-Ministro do Reino, decorriam sete meses da assinatura do “Tratado de Madri” que, pela primeira vez, desde o “Tratado de Tordesilhas”, firmado em 1494, procurou definir os limites entre as possessões de Portugal e Espanha na América do Sul.

Diga-se de passagem, por pertinente, que o novo Tratado foi viabilizado pelo princípio do “Uti Possidetis Facto”, proposto pelo Secretário de Dom João V, o paulista Alexandre de Gusmão, que no ano anterior, isto é em 1749, mandara confeccionar o “Mapa das Cortes”, no qual apareciam as terras efetivamente ocupadas pelos portugueses na América do Sul.

O Tratado acabou sendo firmado, porque os espanhóis admitiram que haviam avançado ilegalmente sobre o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico. Então, a linha original de Tordesilhas foi deslocada para oeste, na América do Sul, de modo a legitimar as terras desbravadas pelos portugueses, e para leste no Pacífico, para submeter as Filipinas ao domínio do Rei da Espanha. Em resumo, a Amazônia brasileira foi trocada pelas Filipinas!

Como aparece na figura acima, o mapa da Amazônia ainda estava incompleto, pois faltava acrescentar o Acre, cujo contorno ainda se achava indefinido, pelo fato de não ter sido determinada a posição correta das nascentes do rio Javari, ponto de onde seria traçada uma linha leste-oeste até a origem do rio Madeira, na confluência do Mamoré com o Beni. O Acre, vale lembrar, só foi incorporado oficialmente ao território brasileiro pelo “Tratado de Petrópolis”, firmado com a Bolívia em 17 de novembro de 1903, após a vitória pelas armas de aguerridos brasileiros sob o comando firme do gaúcho José Plácido de Castro.

A dimensão e a natureza da Amazônia chamaram, de imediato, a atenção

do Marquês de Pombal. Para começar, nomeou o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, oficial de Marinha, para o cargo de Governador do Grão-Pará e Maranhão, com a missão de assegurar, de todas as maneiras, a integridade das terras da Amazônia transferidas para o domínio de Portugal.

Mendonça Furtado criou, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, elegendo como sua primeira capital a localidade de Mariuá, hoje Barcelos, para estimular o povoamento da bacia do rio Negro e contribuir para eliminar a penetração espanhola pelas aquavias daquela região. Na impossibilidade de ocupar fisicamente a imensa região, Pombal delineou a estratégia portuguesa para manter a Amazônia sob domínio português: **“tamponamento das vias de acesso do exterior para o interior da região e vivificação dos pontos fronteiriços confrontantes com pontos vivificados do outro lado da fronteira”**. Em 6 de junho de 1755, Pombal decretou a emancipação completa dos índios que habitavam a Amazônia, conquistando assim o apoio dos silvícolas à causa portuguesa. No dia seguinte, em 7 de junho de 1755, foi criada a “Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, sociedade cujo capital foi subscrito pelos empresários da praça de Lisboa, com o propósito de alijar os intermediários no comércio com a região, sobretudo os ingleses.

A estratégia pombalina tem prevalecido até hoje, embora posta em prática inconscientemente.

O Exército Brasileiro, ultimamente, vem se empenhando em consolidá-la por intermédio de um projeto denominado “Calha Norte”, que consiste basicamente no aumento dos efetivos das unidades dispostas ao longo da fronteira ao norte do rio Amazonas, além da criação de novos grupamentos militares na mesma região lindeira. Esta medida, embora contribua para a proteção da fronteira, não é de todo eficiente no que tange ao tamponamento, pois o espaço amazônico não é propriamente continental, eis que se assemelha a um imenso arquipélago, tal a quantia de rios e igarapés que cortam o terreno.

A Força Aérea Brasileira acaba de tamponar, com eficiência, o espaço aéreo da região, mediante a instalação de uma rede de radares e o estacionamento de aeronaves de combate nas bases existentes, com o que o contrabando e o descaminho de materiais de valor decresceram sobremaneira.

Com essa inovação, todos os bens normalmente transportados pelas aeronaves piratas foram desviados para as hidrovias, cujo patrulhamento é ainda frágil.

A fragilidade do tamponamento das hidrovias pode ser ilustrada com três exemplos lapidares.

O primeiro exemplo relaciona-se com o descaminho de madeiras, em toras e serradas, antes da implantação da Agência da Capitania dos Portos em Munguba (o porto de Monte Dourado).

O Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas - GEBAM, demonstrou para as autoridades governamentais, inclusive para o próprio Presidente da República, que a empresa “Jarí Florestal e Agropecuária” havia descaminhado, por longo tempo, madeiras em toras e beneficiadas, cujo valor, a preços de 1982, ultrapassava a casa de US\$1,2 bilhão.

Respaldavam essa revelação o cotejo entre o inventário florestal, levantado alguns anos antes pelo “RADAMBRASIL”, o volume de madeiras contido na área desmatada; a capacidade das três serrarias logo instaladas na área; o depoimento dos práticos do rio Jarí e a frequência de atracação desses navios no porto de Munguba. Todo esse volume de madeiras transportado ilegalmente cruzou a foz do Amazonas, pelo chamado “Braço Norte”, na verdade a foz do

grande rio, sem que fosse detectado.

Em época mais recente, setembro de 2001, o navio “Artic Sunrise”, de bandeira inglesa e pertencente à organização não-governamental estrangeira “**Greenpeace**”, penetrou no rio Amazonas para executar a demarcação das terras reservadas para os 361 nativos da tribo “Deni”, estabelecidos entre os rios Xeruã, afluente do Juruá, e o rio Cuniuá, da bacia do Purus. Aplicando os mesmos critérios “metafísicos” usados para a concessão de reservas para os silvícolas, os “Deni” foram aquinhoados com uma área de 998.400 hectares.

Pois bem, o “Artic Sunrise” suspendeu do porto de Manaus, no dia 20 de setembro de 2001, demandando a área concedida aos “Deni”, levando a bordo o cacique Haku Varashadeni, da tribo em questão, dirigentes da “Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB”, representantes do “Conselho Indigenista Missionário - CIMI” e da “Operação Amazônia Nativa - OPAN, todos reunidos para proceder à demarcação da reserva,” já que o Governo brasileiro não havia cumprido o compromisso constitucional de demarcar todas as terras indígenas até 1993” (sic).

Os dois exemplos alinhados demonstram a necessidade de instalação de uma Estação Naval nas proximidades de Macapá, dotada com Navios-Patrolha e com instalação fixa de radares de superfície, para tamponar a foz do Amazonas e apresar navios envolvidos em operações ilegais ou antinacionais.

O terceiro exemplo refere-se ao início do curso do rio Solimões, nas proximidades da tríplice fronteira “Brasil-Peru-Colômbia”.

No período noturno do dia 4 de julho de 1949, o gaiola “Ajudante”, pertencente à frota do “Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará - SNAAP”, navegava próximo à margem esquerda do Solimões, no trecho entre São Paulo de Olivença e Benjamim Constant, transportando 120 passageiros. Surpreendentemente, uma canhoneira da Marinha da Colômbia, bem dotada de armamento (dois canhões de 195 mm., dois canhões de 40 mm., da fábrica Bofors, e dez metralhadoras de 20 mm., da fábrica Oerlikon), aproximou-se do “Ajudante” e abriu fogo até afundá-lo. Como resultado do ataque morreram 112 brasileiros.

Posteriormente, a diplomacia colombiana apresentou as suas desculpas, alegando que o “Ajudante” fora confundido com um navio peruano, eis que os dois países vizinhos haviam retomado as hostilidades em torno do território onde se situava a cidade de Letícia. A canhoneira colombiana, sem qualquer aviso às autoridades brasileiras, demandava o rio Içá, procedente de Letícia.

A facilidade de penetração na Amazônia brasileira por embarcações procedentes do território colombiano, mediante a utilização da aquavia Içá-Putumayo, ainda persiste. Com a atual dificuldade de uso do espaço aéreo para atividades ilícitas, o contrabando de armas e de tóxicos transferiu-se para o transporte hidroviário, tendo como principal via o rio Içá.

Então, como a simples presença de tropa terrestre, na divisa Brasil-Colômbia, não propicia a detecção da penetração de embarcações, mormente no período noturno, cabe à Marinha o tamponamento do rio Içá, de preferência com a implantação de uma Estação Naval em Santo Antônio do Içá, povoação localizada na margem esquerda do rio, bem na confluência com o Solimões. Além da presença de Navios-Patrolha, a nova Estação Naval deveria contar com a instalação de radares de superfície fixos e a presença de tropa de Fuzileiros Navais, pronta para executar operações ribeirinhas.

Ressalte-se que a localização da Estação Naval proposta, estrategicamente

distante da fronteira, além de garantir o tamponamento efetivo do rio Içá, ainda executaria a mesma tarefa no rio Solimões.

O reforço da presença de Fuzileiros Navais na Estação Naval, ademais, tornaria a atuação desse segmento de projeção do Poder Naval mais sintonizada com a conjuntura.

Obviamente, a idéia de criação de duas novas “Estações Navais” na Amazônia, inclui necessariamente o aumento do número de navios patrulha fluviais e costeiros, em operação na região, além de unidades para a condução de operações ribeirinhas.

Adotadas as providências propostas, ainda se faz necessário barrar três caminhos de penetração existentes na margem direita do Amazonas, como são os rios Madeira, Purus e Juruá. Nos três casos, seria suficiente equipar as Organizações Militares da Diretoria de Portos e Costas, isto é a rede de Capitânicas, Delegacias e Agências, com lanchas-patrulha armadas e instalações fixas de radares de superfície, em Porto Velho, Rio Branco e Eirunepé.

Ademais, como a “Estratégia de Defesa Nacional”, recentemente divulgada, preconiza a presença de Forças Navais oceânicas no norte do País, para se contrapor às ameaças oriundas da região de onde sopram os ventos boreais, parece óbvia a escolha da Baía de São Marcos, no Maranhão, como sede da Base Naval que dará apoio à “Esquadra do Norte”. Tal escolha não admite outra alternativa devido às águas profundas e protegidas da citada baía, que permitirão o estacionamento seguro de navios de maior calado, inclusive aqueles dotados de domos de sonares com dimensões avantajadas. Esta “Esquadra do Norte” também deverá contribuir, com grande eficiência, para o tamponamento avançado da foz do Amazonas.

Para concluir, deve ser enfatizado que a continuidade de aplicação da estratégia delineada pelo Marquês de Pombal, mais do que nunca, é vital para o exercício da soberania e manutenção da integridade territorial da Amazônia brasileira.

Roberto Gama e Silva, Almirante Reformado, Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2009.

Quinto Fábio e Aníbal - Roma e Cartago - Guerrilha e poderio - Poder mundial

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

Quintus Fabius Maximus (Roma, 275 - Roma, 203 a.C.), foi um político e militar romano, descendente de uma ancestral família de patrícios romanos. Foi nomeado cônsul em cinco ocasiões entre 233 a 208 a.C. e ditador em outras duas entre 221 e 217 a.C. Foi também censor (1) em 230 a.C.

A sua alcunha Cunctator significa "o que adia" em latim, e faz referência às suas táticas de guerrilha (sempre postergando o combate aberto) utilizadas durante a Segunda Guerra Púnica (2) (218/201 a.C.) para deter Aníbal, comandante das tropas cartaginesas.

Em 218 a.C. fez parte de uma embaixada enviada a Cartago, realizada para lembrar aos cartagineses o Acordo de Ebro, negado por estes. Foi então Quinto quem declarou a guerra formalmente, depois da captura de Sagunto (Península Ibérica - 219 a.C.) por parte de Aníbal. O senado romano nomeou-o ditador em junho de 217 a.C., após o desastre do Lago Trasímene (Úmbria - 217 a.C.), batalha na qual foi derrotado o Cônsul Caio Flâmínio.

Com a chegada da notícia dessa batalha, o terror espalhou-se em Roma.

Fábio Máximo, eleito ditador, pôs a cidade em estado de defesa e reuniu às pressas um novo contingente com o intuito de conservar ao menos a capital.

Aníbal conseguiu atrair os cônsules Terêncio Varrão e Paulo Emílio a uma batalha em Cannas (Apúlia - 216 a.C.), em campo aberto, como era bem do seu gosto, pois sempre vencida nesse tipo de combate. Aníbal dispôs seus africanos, gauleses e íberos em ordem de batalha, armados de longas espadas e afiados alfanjes (cimitarras). De ambos os lados os guerreiros combateram heroicamente, mas Aníbal, apesar da inferioridade numérica de seu exército, saiu vencedor. Roma sofreu aí a pior derrota da história da República e viu cair sob os golpes dos cartagineses a elite de sua força combatente.

Quinto Fábio era ciente da superioridade militar cartaginesa. Quando Aníbal invadiu a Itália recusou enfrentar o mesmo em batalha campal e manteve as suas tropas próximas ao exército cartaginês fustigando-o constantemente numa guerra de desgaste, mantendo tropas em seu encalço e limitando seus movimentos. Tal estratégia, conhecida como Estratégia Fabiana, não agradou aos romanos e seus aliados, que queriam a expulsão dos cartagineses de seu território. O povo romano não ficou impressionado com esta estratégia defensiva, dando ao ditador o apelido de cunctator (o que adia). Por esse motivo, o mandato de Fábio Máximo não foi renovado.

Quando Quinto finalizou a sua ditadura, devolveu a autoridade aos cônsules Cneu Servílio Gêmino e Marco Atílio Régulo. No ano seguinte (216 a.C.) foram eleitos Lúcio Emílio Paulo e Caio Terêncio Varrão. Após estes dois cônsules serem derrotados por Aníbal em Cannas, no mesmo ano o senado advertiu sobre a inteligência das táticas fabianas e o apelido Cunctator converteu-se num título honorífico. O sucesso militar de Fábio foi pequeno, à parte a reconquista de Tarento em 209 a.C.

Com a continuidade da guerra Cunctator, cônsul em outras duas ocasiões, opunha-se ao novo e ambicioso Cipião - o Africano, que queria levar a guerra púnica até a África. Com o tempo, Máximo converteu-se numa figura legendária, modelo de romano valente e tenaz. De acordo com os romanos "unus homo nobis cunctando restituit rem", ou seja: "um homem restituiu o nosso estado adiando".

Roma, em seu ímpeto conquistador a partir de 338 a.C., havia conquistado os territórios púnicos situados nas ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha, e assim comprara uma inimiga (Cartago) que nutria desejo de vingança, ocasionando a Primeira Guerra Púnica. Em Cartago, na oposição a Roma, achava-se a dinastia dos Barca, cujo chefe, Amílcar, distinguira-se por sua coragem e determinação ao longo das campanhas militares na Península Ibérica.



Conta-se que ele obrigou seu filho Aníbal, de nove anos, a jurar ódio eterno aos romanos. A partir daí a vida de Aníbal foi o estrito cumprimento de sua promessa. Educado por seu pai na rude guerra na Hispânia, o jovem Barca aprendeu a aliar a astúcia à energia, o maior dos entusiasmos a um cálculo frio e sagaz. Era ao mesmo tempo o melhor dos peões e o mais hábil dos cavaleiros, o primeiro no ataque e o último na retirada. Após a morte de seu pai o exército cartaginês o elegeu

O emprego de elefantes foi uma peça fundamental da estratégia cartaginesa

general, quando tinha apenas vinte e um anos. Aníbal revelou-se um excelente estrategista, demonstrou logo seu gênio improvisador nos combates e realizou verdadeiras proezas. Rompendo a trégua temporária que havia entre Cartago e Roma, atacou várias cidades pertencentes a esta na Hispânia, saindo sempre vencedor. Em 218 decidiu pôr em prática o sonho temerário de tomar Roma e destruir por completo sua primazia. Os romanos conheciam as intenções do jovem general e o esperavam no mar com uma numerosa frota. Entretanto Aníbal, temendo ser derrotado numa batalha naval onde a superioridade de seus inimigos era patente, preferiu levar suas tropas por terra através da Hispânia e da Gália. Reuniu um exército de 100 mil guerreiros com 37 elefantes, transpôs o Ródano, os Pirineus e os Alpes, estes últimos cobertos de neve e cheios de perigos e obstáculos. Grande parte dos soldados pereceu ao longo da viagem, mas o general não se intimidou. Recrutou gauleses para reparar as perdas sofridas. Seu avanço militar pela Itália foi marcado por uma série de êxitos extraordinários. Chegando a Ticino, venceu o cônsul Cornélio Cipião e pouco mais tarde, em Trébia, infringiu uma vergonhosa derrota à legião comandada por Semprônio. No ano seguinte: vitória às margens do lago Trasímene.

Aníbal em Cápua

Após a batalha de Cannas, aliados de Roma, julgando-a perdida, decidiram unir-se a Cartago. A queda da capital parecia uma consequência natural do avanço cartaginês. Entretanto, deu-se o inesperado: ao invés de lançar-se sobre a cidade no momento em que ela se achava indefesa e sem coordenação militar, Aníbal preferiu retirar-se para Cápua para passar o inverno e conceder um descanso às suas tropas. Sem dar ouvidos às sugestões de seus oficiais, de logo invadir Roma, e aos acertados avisos de seu lugar-tenente Maarbal que lhe dizia: "Tu sabes vencer, Aníbal, mas não aproveitar da vitória", ele deixou-se ficar em Cápua, gozando de uma vida ociosa e devassa.

Seus soldados, que estavam no auge do furor bélico, ficaram de repente sem motivação por verem o próprio chefe abandonar seus objetivos para dedicar-se ao descanso, e entregaram-se aos prazeres de uma vida fácil, a ponto de, entre os romanos, dizer-se que eles "tendo entrado homens, saíram transformados em mulheres".

Aníbal cometera um erro irreparável. Ao facilitar o repouso e o relaxamento de seus valentes, concedendo-lhes tudo quanto quisessem, julgava que eles teriam um redobrado vigor para se jogarem de novo sobre o adversário. Entretanto, o resultado foi precisamente o contrário: de tanto descansar no meio dos prazeres, eles amoleceram e perderam o desejo de vencer. A inação dos cartagineses em Cápua deu aos romanos a oportunidade de reagrupar suas forças e iniciar uma hábil contra-ofensiva, hostilizando a retaguarda africana e cortando-lhe o aprovisionamento. Aníbal jamais chegaria a entrar em Roma.

As guerras púnicas foram três: a primeira, de 264 a 241 a.C.; a segunda, de

218 a 201 a.C.; e a terceira, de 149 a 146 a.C. Esta última varreu Cartago do mapa político da Antiguidade, conforme o discurso de Marcus Porcius Cato (Catão: 234 - 149 a.C.) perante o senado romano, quando disse: Delenda est Carthago.

Como ficou claro na História, Cartago não sobreviveu à luta com Roma. Ao final, Roma havia conquistado a Sicília, a Sardenha, a Córsega, a Hispânia e o norte da África. Roma reestruturou-se para administrar esses territórios. Uma das inovações foi justamente no Exército, que se tornou profissionalizado, inclusive na importante questão da Logística. Com a vitória sobre Cartago, por óbvio, Roma tornou-se muito mais poderosa do que até então.

Já nas Idades Moderna e Contemporânea, Napoleão, Hitler e Mussolini, conforme Renata Senna Garraffoni em História das Guerras. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pág. 74: “construíram imagens particulares de Roma para seus propósitos políticos. Em cada momento histórico Roma foi revisitada e suas guerras reinterpretadas de acordo com os interesses políticos vigentes”.

Conforme o advogado Pedro M. R. Chaves Neto (Jornal Inconfidência, BH/MG, nº 140, pág. 22) os exércitos modernos necessitam hoje, mais do que nunca, da colaboração de patriotas civis para adquirir conhecimentos a respeito de uma nova e violentíssima forma de guerra. É óbvio que a economia sempre foi causa de guerras e um dos fatores decisivos para se obter a vitória militar. No entanto, era possível vencer o inimigo militarmente mas arruinar as finanças do país do exército vitorioso. A guerra econômica moderna torna possível uma derrota aniquiladora de um exército e do país que ele representa sem disparo de um tiro sequer. No tabuleiro do jogo de xadrez do poder mundial, vence o contendor que consegue aniquilar o seu adversário com o menor custo material e psicológico possível.

Em homenagem ao general Quinto Fábio Máximo fundou-se em Londres a Sociedade Fabiana, cujo objetivo é manter a hegemonia inglesa sobre o mundo, utilizando a tática do **desgaste contínuo** (grifo meu). Como uma Hydra, possui várias cabeças, sendo as mais terríveis, o CFR - Council of Foreign Relations, o Diálogo Interamericano e a Comissão Trilateral. O objetivo do monstro é destruir as soberanias nacionais para o estabelecimento do Governo Global Único, sob controle da Oligarquia Financeira Internacional, usando o nome eufemístico de Nova Ordem Mundial. Para tanto é necessário **destruir os exércitos nacionais. A melhor forma de ataque é levá-los à inanição. Corte de orçamento, de prestígio e de autonomia** (grifo meu). Vae Victis! (3).

Legendas:

(1) Magistrado que velava pelos bons costumes e pela conservadora defesa das tradições romanas;

(2) Palavra derivada da expressão latina punicus, que significa “os habitantes de Cartago que falavam o idioma púnico”;

(3) Ai dos vencidos!

(*) Editor, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS - lecaminha@gmail.com

Informações:

a) Acesse os sites da AHIMTB: www.ahimtb.org e do IHTRGS:

www.ihtrgs.org tenha acesso a outros temas históricos e da atualidade;

- b) Próxima reunião da AHIMRB/IHTRGS no Salão Brasil do CMPA: em setembro, com data ainda a ser marcada;
- c) Trabalhos em andamento: História da 1ª BdaCMec; História da AD/3; História da 5ª RM/DE; A vida de Caxias dia a dia; Sampaio - o Patrono da Infantaria Brasileira; A Real Feitoria do Linho- Cânhamo do Rincão do Canguçu.

Porto Alegre, 17 de julho de 2009

Nº 78 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

CHANANECO - DA LENDA PARA A HISTÓRIA Cel Cláudio Moreira Bento

Em minhas andanças culturais pelo Rio Grande do Sul, como Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e participante de encontros de Micro História do Rio Grande do Sul, liderados pelo historiador Tarcísio Taborda, recebi diversos apelos, como historiador militar, para esclarecer a história do Cel Chananeco.

Lembrei, entre outros interessados, José Garibaldi Simões, antigo delegado de Cachoeira do Sul e que avançava nesta pesquisa apoiado em fontes orais e secundárias. Lembro o pedido do saudoso tradicionalista Edson Otto (do jornal **Tradição**) e referências ligeiras de Osório Santana Figueiredo, o historiador de **Carreateadas heróicas**, que fora carreteiro em sua adolescência. A imagem que guardei de Chananeco era de um carreteiro de São Sepé que deixou sua carreta de lado e atendeu ao chamamento da Pátria, partindo com Andrade Neves para lutar na Guerra do Paraguai, terminando por se tornar lendário e mitificado em histórias que circularam pelos galpões e acampamentos de carreteiros. E muito pouco se sabia de sua história real na Guerra do Paraguai mas muito de sua lenda e mito guerreiro.

E foi justamente seu conterrâneo de São Sepé, Dr. César Pires Machado, historiador do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (da sua Delegacia, em Porto Alegre) que aceitou o desafio para separar o mito e a lenda, da História real do personagem conhecido como Cel Chananeco, em realidade Cel Vasco Antonio da Fontoura Chananeco.

E César Pires Machado, determinado, garimpou autores com escritos referentes a Chananeco. Taunay, em seu **Diário do Exército 1869-1870**. Joaquim de Azevedo Pimentel em **Episódios militares**. Dionísio Cerqueira em **Reminiscências da Guerra do Paraguai**. Joaquim Luiz Osório e seu irmão, Fernando Luis Osório em **História do General Osorio, 2º volume**. Jorge Reis em **Homens do Passado**. José Lins Rodrigues da Silva em **Recordações da Campanha do Paraguai**. Manoelito Macedo na **Revista do Centenário da Fundação de São Sepé**, baseada em fontes orais. Em Clemenciano Barnasque na **RIHGRGS** de 1934 p. 328-329. O General Augusto Tasso Fragoso em sua monumental **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. José Garibaldi Simões em sua plaqueta **Chananeco**, riquíssima em informações sobre o herói. O General Souza Docca em sua **História do Rio Grande do Sul**.

O Cel Arthur Ferreira Filho em sua **História Geral do Rio Grande do Sul**. O General Rinaldo Pereira da Câmara em sua monumental biografia, **Marechal Câmara**. Romeu Beltrão em **O Vanguardeiro de Itororó**. Osório Santana Figueiredo em **Carreateadas heróicas**. A Oficina Literária, em **Chananeco - a história de um carreteiro**. O Cel Pedro Paulo Estigarríbia em seu livro **Osorio**. Francisco Izidoro Resquim em seu livro **Dados históricos de la Guerra del Paraguai contra la Tríplice Alianza** e Juan Crisóstomo Centurion, em **Memórias e Reminiscências Históricas em la Guerra de Paraguai**.

E, finalmente, a consulta às fontes primárias: As Ordens do Dia do Marquês de Caxias, do General Osório, do Conde D'Eu, de Andrade Neves, do General Câmara, do General Vitorino e de outros comandantes. Valiosas fontes primárias em que o autor, num esforço de crítica de fontes históricas comparou estas fontes primárias com fontes secundárias e outras produzidas pelos historiadores citados, ficando assim em condições de separar Chananeco mito e lenda do Cel Chananeco história.

E então produziu este seu modelar trabalho de historiador como já havia feito de modo admirável em seu trabalho sobre o Combate de Porongos, que para nós já havia transitado em julgado no Tribunal da História do Rio Grande do Sul, conforme abordamos no **Gaúcho n° 32**, do IHTRGS, setembro de 2006. Assunto alvo, na atualidade, de uma manipulação histórica sem precedentes, com apoio em parte da Mídia e sem direito ao contraditório.

Trabalho igualmente notável foi a participação de César Pires Machado, conterrâneo também do ilustre general que comandou o Colégio Militar de Porto Alegre por largo período, cuja vida e obra resgatamos junto com o Cel Caminha na **História do Casarão da Várzea 1885-2009**. Trata-se do Gen Ramiro da Silva Souto, que foi perenizado no nome do Estádio de Esportes defronte ao Casarão da Várzea.

César Pires Machado participou como nós e o Cel Caminha, da monumental obra **As Guerras dos Gaúchos**, organizada pelo historiador Günter Axt, com o artigo *A campanha de 1801 e a conquista das Missões*. Assunto polêmico por ter sido considerado por longos anos uma iniciativa particular de 40 aventureiros, mas em realidade uma operação camuflada, planejada e orientada a partir de Rio Pardo pelo então Coronel Patrício Corrêa da Câmara.

O precioso livro **Chananeco - da lenda para a História** é um exemplar modelo de crítica de fontes para separar a lenda da História e mais de que isto, uma notável contribuição contemporânea para auxiliar o Exército, através da AHIMTB e IHTRGS, na conquista de seu objetivo estratégico atual n° 1:

Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e históricos do Exército.

Objetivo que a AHIMTB estendeu às demais forças que estuda, Fuzileiros Navais e Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares.

Talvez esteja na altura da capacidade de análise histórica do autor, estudioso de polêmicas históricas, realizar um trabalho para separar Sepé Tiarajú, que deu nome a seu berço natal, do mito e lenda para a sua verdadeira História, para concluir se ele faz jus à consagração como herói do Rio Grande do Sul, e ser inscrito no livro de aço na Altar da Pátria, na Praça do Três Poderes em Brasília, como pretendem muitos, sem ouvirem a voz da História, a mestra das mestras, a mestra da vida, ao invadirem a função social do historiador.

E na sua análise definir se os Jesuítas e índios eram os donos da terra missioneira ou se eram de Espanha, que as transferia a Portugal, de quem

recebemos esta herança?

E analisar a atuação de Sepé Tiarajú no ataque à Fortaleza de Rio Pardo, conforme descrição de uma testemunha do Exército Demarcador de Portugal, que descreveu a 3ª Campanha dia a dia e que foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como Diário do Capitão Jacinto Rodrigues Cunha, no Volume 10, em 1853, de sua Revista.

O citado Capitão descreve o ataque ao Forte Jesus-Maria-José, do Rio Pardo, no dia 29 de abril de 1754, apoiado em quatro peças de Artilharia (pedreiros de taquara retovados de couro). O forte respondeu ao ataque e matou 6 índios. Sepé Tiarajú, visando conquistar o forte, deixou-se prender com 53 índios. Pretendia, no interior do forte, rebelar-se e tomá-lo aos Dragões. Mas foram desarmados e obrigados a devolver os 40 cavalos pertencentes à guarnição do forte. Sepé Tiarajú prontificou-se a devolvê-los. E deixou o forte sob guarda, a qual terminou por iludir e fugir espetacularmente, abandonando presos, como garantia de sua promessa, os seus 55 comandados, e assim, salvar a sua pele. Deles, 53 foram enviados presos para a Vila de Rio Grande. No meio da Lagoa dos Patos revoltaram-se e dominaram o barco, depois de matarem três soldados dragões, e aprisionaram o resto da guarnição no porão. Esta reagiu e fez fogo, matando 13 índios. Os restantes, em desespero, jogaram-se na água e 25 morreram afogados.

Sobreviveram só 15 índios que foram levados presos para o Rio Grande. Como julgar um chefe militar que, depois de prometer que devolveria os cavalos da guarnição do forte fugiu, deixando seus comandados desamparados.

Hoje Sepé Tiarajú está sendo usado politicamente por ser-lhe atribuída esta frase. **“Esta terra tem dono!”**. A terra, sob a Soberania de Espanha desde o Tratado de Tordesilhas, estava sendo transferida a Portugal em troca da Colônia do Sacramento, que passaria à Espanha. E esta troca foi impedida pelos Jesuítas, liderando índios missioneiros e afrontando a Espanha e Portugal que, em razão disto, expulsaram os Jesuítas do Brasil e da América Espanhola.

É difícil, à luz do Direito Internacional, admitir-se serem os Jesuítas e índios missioneiros donos dos Sete Povos. E os jesuítas dos Sete Povos causaram este enorme prejuízo, colocando por terra anos e anos de trabalho da Companhia de Jesus no Brasil e na América Espanhola.

Mas a manipulação histórica campeia vigorosa, considerando-se em certos círculos o general Gomes Freire de Andrade o destruidor dos Sete Povos e ao qual muito se deve, por suas ações governamentais, o Rio Grande do Sul hoje brasileiro.

A Sepé Tiarajú credito o seu pioneirismo na Guerra à Gaúcha, estratégia militar do fraco contra o forte, usado pelas guerrilhas portuguesas de 1763/76, para resgatar e manter a soberania de Portugal sobre o Rio Grande do Sul, depois de ser dominado cerca de 2/5 partes por cerca de 13 anos por Espanha, em decorrência das invasões de 1763 e 1774 pelos governadores de Buenos Aires, generais Pedro Ceballos e D. Vértiz y Salcedo.

História é verdade e justiça! Votos de que o historiador César Pires Machado, aceite este desafio! Para separar Sepé Tiarajú - Mito ou lenda, de Sepé Tiarajú - História, e restaure a História do Brasil e do Rio Grande manipulada neste particular.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e das academias Canguçuense e Piratiniense de História

GENGIS KHAN

Genghis Khan viveu entre 1162 e 1227 e foi o fundador do Império Mongol. Seu pai se chamava Yesukai o qual, ao vencer uma luta contra um chefe de outro clã mongól, deu ao filho (futuro Gengis Khan) o nome do derrotado, que era Temudjin. Yesukai foi envenenado por inimigos tártaros por volta de 1171. A palavra mongól vem de um antigo dialeto falado na região.

Com a morte do pai a família de Temudjin ficou na miséria. Na época, o menino tinha entre 9 e 13 anos. Ajudada pelas demais a família de Temudjin conseguiu superar as dificuldades. Desde cedo o futuro Khan já mostrava inteligência e valor guerreiro. Da mesma forma que as outras crianças mongóis foi, desde cedo, treinado como arqueiro e cavaleiro (arqueiro montado). Com o passar do tempo Temudjin foi conquistando posições de liderança entre seus iguais, mercê dos seus dotes e atributos guerreiros e com ajuda de seu amigo Togrul, Khan (chefe) da tribo dos Queraítas.

Noivo da jovem Boerte, teve sua amada raptada pelos Merkits. Temudjin procurou e derrotou um a um os raptadores, tomando-a de volta. Casou e viveu com ela até a morte. Tornou-se então conhecido e respeitado.

Em face de vitórias suas contra tribos rivais, no ano de 1206, aos 45 anos, foi proclamado como Gengis Khan, ou seja, o Khan dos khans. A partir daí, Gengis governou com muita competência, estabelecendo um sistema de governo e um conjunto de leis para impor ordem aos nômades, até então independentes e belicosos entre si. Organizou também o Exército.

Em 1208, obtém a submissão das tribos dos Merkits, dos Oirates e dos Quirguizes, conseguindo assim a unificação da Mongólia sob sua autoridade. O ponto de equilíbrio da nação passou a ser ele próprio, Gengis Khan.

Das vitórias mongólicas sob Gengis Khan as principais foram contra os Hias tibetanos, os Caracitãs, os turcos do Khwarism, os afgãos, os iranianos (persas), os russos e os Kin chineses, quando conquistou a capital, Pequim. Nesta capital, quando viu que as muralhas tinham 12 m de altura, intransponíveis para o exército, acampou ao redor e fez um cerco, impedindo que os chineses recebessem suprimentos, tomando estes para seu exército. Resolvendo atacar, construiu catapultas e outros artefatos bélicos, conseguindo conquistar a cidade.

Durante uma outra campanha, novamente contra os Hias e Tangutes, por volta de 1227, Gengis Khan estava caçando, caiu do cavalo e foi atingido por um javali. Ferido, foi acometido por uma hemorragia interna com febre alta, mal que o levou à morte. Tinha 65 anos. Sua morte foi mantida em segredo até a sucessão ser efetivada. Sepultado na Mongólia, o local exato é desconhecido.

Antes da morte Gengis já havia nomeado seu filho Ogdei como sucessor. Deixou outros filhos: Djagathai, Djoetchi e Tului. Os filhos de Djoetchi foram Orda e Batu, este, conquistador da Rússia. Os filhos de Tului foram Arik, Mongka, Hulagu e Kublai. Hulagu foi quem destruiu Bagdá em 1258. Kublai tornou-se Khan

(Kublai Khan) e foi Imperador da China.

A extensão das conquistas de Gengis Khan, da China à Pérsia, representaram mais de quatro vezes o império de Alexandre Magno e o dobro do Império Romano. A única derrota que os mongóis sofreram foi contra os búlgaros do Volga, um grupo guerreiro que já estava em transição para o sedentarismo.

Em pesquisa feita pelo jornal Washington Post, em 1995, Gengis Khan foi escolhido o personagem mais importante do milênio.

Características da Mongólia e dos guerreiros mongóis: até Gengis Khan a Mongólia não tinha um sistema de escrita; a sociedade mongol estruturou-se pelo nomadismo e contrário ao sedentarismo; nas estepes mongólicas o cavalo era tudo, de instrumento de trabalho à arte da guerra; para a guerra, o uso do cavalo pelo arqueiro montado só se desenvolveu após a invenção do estribo (na Índia), e depois introduzido na Europa pelos hunos de Átila; o camponês tinha sua vida regida pelo tempo, enquanto os pastores ligavam-se à noção de espaço; os guerreiros nômades desprezavam os sedentários e os aniquilavam; as principais criações entre os mongóis eram de cavalos e ovinos; o cavalo usado pelos mongóis era o “duplo pônei”, um animal com cerca de 1,30 m na cernelha e pesando em torno de 350 Kg, já que cavalos comuns não resistiriam às exigências de clima, combate e alimentação; cada guerreiro levava várias montarias, para muda; os mongóis não tinham uma religião organizada. Os cultos eram xamânicos, ou seja, um conjunto de crenças ancestrais; a base da alimentação era carne e leite; o leite era o de égua, agitado até fermentar, formando o qumis; em determinadas situações, os guerreiros mongóis tiravam um pouco de sangue de seus cavalos para tomá-lo como alimentação; com o leite de cabra fazia-se uma coalhada seca chamada qurud; a carne era seca ao sol e ao vento, e depois prensada; a caça servia como alimentação, mas também como treinamento para a guerra; as armas eram arcos, sabres, maças, laços, armaduras, capacetes, couraças e jaezes (para as montarias); os arcos mongóis tinham dupla curvatura, exigiam uma tensão de 80 Kg, atiravam a até 300 m e tinham uma cadência de 12 flechas/minuto; as mulheres eram escassas, o que fazia do rapto um fato comum; a lealdade era a qualidade mais valorizada por Gengis Khan; os tártaros eram turcos mongolizados; dos filhos e netos de Gengis Khan (a maioria) tornaram-se generais do Império Gengiscânida; a palavra mongol começou a ser usada durante Gengis Khan, em 1206; o exército mongol não tinha infantaria; durante o Império Song (chinês), inimigo dos mongóis, houve a invenção da pólvora, responsável por forte desenvolvimento técnico-militar; com a conquista de territórios chineses, a Rota da Seda caiu sob domínio mongol; a Muralha da China (seis mil Km) não foi obstáculo para Gengis Khan: em alguns lugares ele a contornou e em outros guardas chineses traidores lhe deram passagem; Gengis Khan conquistou Pequim em 1215; os mongóis influíram na formação do povo russo constituindo um traço marcante de seu caráter; Tamerlão (Timur i Leng = Timur, o coxo) viveu entre 1336 e 1405 e foi o conquistador, unificador e fundador do 2º Império Mongol. Pertencia à mesma estirpe de Gengis Khan.

Nota: o Cel Cláudio Moreira Bento, Presidente do IHTRGS em seu livro “O Exército Farrapo e os seus chefes” observa a semelhança do sistema de Correio

da República Rio-Grandense com o correio de Gengis Khan.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Nº 79 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

UM CORONEL CARRETEIRO

Carlos Fonttes(*)



Quando o historiador e particular amigo ALCY CHEUICHE lançou, no ano de 2004, a obra **“Chananeco - a história de um carreteiro”**, através da “Oficina de Criação Literária”, em parceria com os autores CARLOS CASSOL, LUCAS ZAMBERLAN, LUIZ HUGO BURIN e REMALDO CARLOS CASSOL, sobre a figura histórica e pouco conhecida do Cel VASCO ANTONIO DA FONTOURA CHANANECO, enviei aos autores do referido livro uma crônica que foi publicada na cidade de Caçapava.

Chananeco teria nascido na localidade do Cerrito do Ouro, que pertencia, na época, ao município de Caçapava do Sul, hoje de São Sepé. Fez-se homem com a rusticidade do campo, conduzindo carretas carregadas de cal para as cidades vizinhas, até o momento em que começou a Guerra do Paraguai.

Homem de poucas letras, porém autêntico gaúcho das revoluções passadas, conduzia seu trabalho carregado de recordações guerreiras quando, deixando para trás sua velha carreta e família, engajou-se nas forças do Cel Andrade Neves, já no posto de tenente, que se deslocavam para Uruguaiana, a fim de assistirem à rendição de uma força paraguaia nessa vila.

Participou da guerra, após o brilhante feito de nossas forças em Uruguaiana, até receber as dragonas de Tenente-Coronel, Comandando o 1º Corpo de Exército, no Paraguai.

Ao biografar a vida do Brigadeiro honorário do Exército BENTO

MARTINS DE MENEZES (Barão de Ijuí), ainda no prelo, comentei na referida obra certo episódio que aconteceu no dia 6 de junho de 1869, com Bento

Martins e Chananeco, que teriam recebido ordens do escalão superior para fazerem a retaguarda da tropa brasileira recolhendo as famílias necessitadas, sendo colhidos de surpresa, no dia 8, por uma emboscada inimiga.

Na obra referenciada, que tem por título “O Leão do deserto”, transcrevi uma correspondência que se encontra em nosso poder, do 1º Sargento PEDRO RODRIGUES PORTUGAL, sobrinho de Bento Martins, enviada a seus familiares em Uruguaiana, que narra o acontecido com Bento Martins e Chananeco, durante essa emboscada:

“... Na travessia do desfiladeiro de Sapucay, em que se achavam Bento Martins e Chananeco, empenhados em combate, com artilharia e infantaria, não desanimaram. Mediram com a segurança do olhar de águia o perigo do momento e decidiram rapidamente pelo combate. Lanças em riste, espadas em punho, chegando as esporas às ilhargas dos cavalos, enfrentaram a grande massa inimiga, que já então os cercava, saltando por cima das linhas, redutos e trincheiras e ganharam a fuga, deixando os paraguaios extáticos, confusos e deslumbrados, diante da audaciosa investida da Cavalaria Riograndense. Não se ouviu mais notícias deles. Ao chegarem os restos da expedição, uma angústia se apoderou de todos, pela perda desses dois valentes cavalarianos.

Ao ser narrada em Ordem do Dia, pelo Comandante das Forças Brasileiras em Operações a perda desses bravos, sua Alteza não pode deixar de lamentar a dúvida que ainda pesa sobre a sorte de alguns, dos que faziam à retaguarda da coluna e, entre os quais, sente profundamente ter de mencionar os nomes do Cel Bento Martins de Menezes, *Comandante da 8ª Brigada de Cavalaria e do Ten Cel Vasco Antonio da Fontoura Chananeco, Comandante do 1º Corpo...*”.

Nossos dois personagens, juntamente com um punhado de bravos, passaram longos dias perdidos e isolados da tropa quando, para surpresa de todos, reaparecem acompanhados de seus comandados de infortúnio.

Desse episódio, tanto Bento Martins como Chananeco, em Ordem do Dia nº 19, de 16Jun1869, do acampamento em marcha, no Quartel General em Pirayu, foram agraciados com a Medalha Militar do Mérito e Bravura Militar, em plena formatura geral da tropa, sendo elogiados pelo Conde D’Eu, Comandante em Chefe de todas as forças brasileiras em operações na República do Paraguai.

O Coronel Bento Martins de Menezes retornou da guerra no posto de Brigadeiro Honorário do Exército, recebendo o título nobiliárquico de “Barão do Ijuí”, ao passo que o Coronel Vasco Antonio da Fontoura Chananeco, ao retornar à sua querência de Caçapava do Sul, continuou a tocar sua carreta para seu sustento, ficando esquecido na história.

Com o lançamento da obra referenciada em sua memória, nos parece se estar resgatando a vida do Cel Chananeco para que não permaneça somente como o “Coronel carreteiro” na história. (Transcrito da obra no prelo “O Leão do Deserto - Brigadeiro Bento Martins de Menezes - Barão de Ijuí”- deste autor).

(*) Delegado da Academia de Historia Militar Terrestre do Brasil - Uruguaiana - RS

Os HUNOS - Átila, o Flagelo de Deus

Dr. Frederico Euclides Aranha(*)

Por volta do ano 400 de nossa era, hordas de tribos de diversos povos - suevos, hérulos, vândalos, godos e outros, estavam sendo impelidas pelos HUNOS, desde o leste, através dos Alpes, causando um movimento geral dos bárbaros para o sul. Em 410, oitocentos anos depois do primeiro saque de Roma pelos celtas, em 390 a.C., *Alarico* capturou a cidade. Os danos e o choque causados pelo saque generalizado foram tremendos.

Durante alguns anos após pairou sobre a região uma espécie de paz não declarada. Os vândalos se estabeleceram na África, os burgúndios na Borgonha, os francos no norte da França e os visigodos, após terem saqueado a Itália, firmaram um trégua com o Império e foram fundar reinos na Espanha e no sudoeste da Gália. Parecia que os povos da Europa poderiam respirar aliviados. No entanto, em meados do século V, a mais terrível das invasões caiu sobre o mundo mediterrâneo.

Sob o comando de um grande *khan* - Attila, cognominado “flagelo de Deus” - os hunos foram organizados em um vasto exército e lhes foi dado um objetivo. Durante séculos, este povo de hábeis ginetes havia estado em contínuo movimento. Os chineses os conheceram como os *hiung-nu* e, sob a dinastia dos *Han*, entre os anos de 239 a.C. e 39 d.C., haviam repellido suas tentativas de invasão e os rechaçado para o Oeste, mais precisamente para o norte do Mar Negro, além do Volga. Todos os povos do Oeste que os conheciam, tanto bárbaros como romanos, sentiam por eles terror e repugnância. No passado, os desorganizados hunos haviam lutado nos exércitos bárbaros - havia hunos com o exército godo em Adrianópolis - e até como auxiliares romanos - e unicamente a pressão de seu número havia efetivamente ocasionado guerra. Mas, agora, os asiáticos faziam guerra aos europeus de maneira deliberada, unida e sistemática.

Um soldado e historiador romano contemporâneo *Ammianus Marcellinus*, citado por Montgomery, traduziu assim suas impressões sobre os hunos:

“A nação dos hunos... ultrapassa a todos os demais bárbaros quanto ao seu modo selvagem de vida... Todos eles... têm membros fortes e harmoniosos e esplêndidos pescoços. Sem embargo, são portentosamente feios e tão corcundas que se poderia tomá-los por uma espécie de bestas bípedes. Sempre vagando... estão habituados a suportar desde a infância todos os extremos de frio, calor, fome e sede... Parecem presos aos seus cavalos que são duros e resistentes, se bem que de feia estampa e mal humorados, e sobre os quais cavalgam com muita paixão... Todo o homem desta nação vive dia e noite a cavalo... a cavalo se alimenta e bebe e, ao chegar a noite, inclina-se sobre o estreito pescoço de sua montaria e ali cai em profundo sono... Quando são atacados, as vezes se engajam em batalha regular. Então, entrando em combate em ordem regular de colunas, enchem o ar com variados e desordenados gritos de guerra. Com mais frequência, entretanto, lutam sem ordem regular de batalha; mas, sendo rápidos e imprevisíveis em seus movimentos dispersam-se e logo voltam a se juntar rapidamente em formações flexíveis... Necessário reconhecer que são os mais ágeis dos guerreiros...”

Provavelmente os hunos não eram tão numerosos quanto parecia. Sua ferocidade e feiúra, que os faziam parecer diabólicos ou subumanos, representavam uma valiosa arma de guerra psicológica. Sua incrível mobilidade, tanto como nação migratória em contínuo pé de guerra, tanto como força tática, os fazia devastadores. Seus cavalos eram capazes de galopar 30 km sem descanso e percorrer 160 km por dia; sua soberba maestria em cargas velozes e

retiradas e as nuvens de flecha que lançavam era demasiado até para a cavalaria gótica. Sua arma principal era o arco composto de dupla curvatura: media de 75 a 120 cm de envergadura e consistia basicamente de um “coração” de várias peças de madeira coladas, reforçadas na frente e atrás por lâminas de chifre (de cervos, antílopes, oryx, ibex, bovinos, etc.) combinadas com tendões de animais (selvagens e domésticos), tudo devidamente colado (a cola era elaborada com um colágeno proveniente de órgãos de peixes), o que lhes emprestava grande elasticidade. Os hunos eram flecheiros de assombrosa precisão; o alcance útil dos arcos era ao redor de 200 m e os disparos tinham grande poder de penetração, até 3 cm de osso humano e requeriam grande força para distendê-los. Os hunos não portavam escudos, preferiam as armaduras leves de placas de couro e muito poucos usavam capacetes de metal, de ferro ou bronze. Suas armas, além do arco, eram espadas de ferro, adagas e punhais - comprados ou tomados aos outros povos - já que não tinham oportunidade de trabalhar os metais -, a lança, os dardos e o laço de couro; as pontas das lanças, dos dardos e das flechas eram de osso, ferro ou bronze. Uma tática notável na luta corpo a corpo consistia em travar o inimigo com o laço e então usar a espada, a adaga ou o punhal. A espada era portada com ou sem bainha, verticalmente no lado esquerdo do corpo, presa ao cinturão; a adaga era carregada horizontalmente em uma bainha na retaguarda da cintura; o punhal era portado na bainha, presa a um dos antebraços do guerreiro.

Attila converteu-se no grande chefe do império huno em 433. Sua primeira medida foi afrouxar o domínio sobre ostrogodos e escravos, entre o Don e o Danúbio, e sobre as tribos germânicas do Danúbio mais a oeste. Durante alguns anos se contentou em assolar seu próprio império, cobrando tributos e taxas de proteção dos povos situados na periferia e ceder seus guerreiros como mercenários; no entanto, entre 440 e 447, invadiu os Bálcãs. Encontrando duríssima resistência, Átila passou a mirar mais a oeste. Na Páscoa da Ressurreição de 451, os hunos atravessaram o baixo Reno em balsas e avançaram sobre Orleans. Os visigodos da Aquitânia uniram-se aos romanos sob o comando do General Flavius Aetio e na batalha que se travou em Châlons, na planície da Champagne, considerada uma das batalhas decisivas da história, derrotaram e rechaçaram os hunos e seus súditos aliados - lombardos, hérulos e ostrogodos. Sobre a batalha, autor desconhecido informou que foi atrox multiplex immane pertinax (atroz e tenaz complexa e vasta). Aetio não explorou a vitória, deixando de perseguir o inimigo com medo de que destruindo os hunos os visigodos se tornassem muito poderosos. O resultado foi que no ano seguinte Attila invadiu o norte da Itália. As enfermidades, o avanço dos reforços imperiais procedentes do Leste e a atuação diplomática do Papa Leão I detiveram-nos. Em 453, Attila tomou nova e bela esposa, morrendo na noite de núpcias, após vários dias de bebedeira, em consequência da ruptura de um vaso sanguíneo; há versões que afirmam ter sido assassinado pela jovem. Segundo comentaria mais tarde Chaucer, lembrado por Montgomery:

“Recordem-se daquele Attila, o grande conquistador,
morto caiu em sonhos, com afronta e desonra,
sangrando pelo nariz, na sua embriaguez:
um capitão deve viver sempre em sobriedade”.

Na opinião de Montgomery, o episódio dos ataques hunos, apesar de chocantes em razão da violência sem limites, da crueldade inusitada e da destruição sistemática praticadas, foi registrado de forma exageradamente melodramática. Se as forças da Europa, segundo ele, houvessem se organizado

antes para combater os hunos, teriam facilmente dispersado os invasores até pelo simples peso do seu número. Os exércitos que se opuseram a eles nos Bálcãs e o que finalmente os derrotou eram compostos de tropas dispersas e medíocres. Attila lutou na planície da Champagne, em terreno por ele mesmo escolhido, fato que deveria convir ao estilo guerreiro dos hunos. Foi, sem dúvida, um grande líder, de notável personalidade, para conseguir unir semelhante povo e conduzi-lo por tanto tempo. Era, evidentemente, um bom chefe militar de um povo asiático, mas quando enfrentava uma força disciplinada, bem comandada, seus dotes militares de caudilho eram insuficientes. No entanto, era capaz de comandar manobras espetaculares. Keegan ressalta a capacidade de Átila “de mudar seu centro estratégico de ação - **Schwerpunkt**, como a doutrina do estado maior prussiano denominou-a mais tarde - do le^te da França para o norte da Itália numa distância de oitocentos quilômetros em linha reta e muito maior na prática, pois estava operando ao longo de linhas externas. Uma manobra estratégica como essa jamais fora tentada nem seria possível antes. Essa escala de liberdade de ação estava no centro da revolução da cavalaria”. Com o desaparecimento de Attila o império huno, que ocupava um território limitado a oeste pela atual Alemanha e a leste pelas estepes da Ásia Central, ao norte pelo Mar Báltico e ao sul pelo Danúbio, desintegrou-se quase que imediatamente.

A derrota dos hunos não salvou Roma, pois em 476 Odoacro, general hérulo, comandante de um exército “romano” composto inteiramente por bárbaros, incluindo grande contingente de hunos, despojou-se de escrúpulos e derrotou Romulo Augustulo, pondo fim ao Império Romano do Ocidente. À sua vez, foi eliminado pelo general ostrogodo Teodorico que instalou em Ravenna um reino altamente civilizado.

Os eventos relacionados com as invasões dos hunos foram da maior importância e de graves conseqüências para o mundo de então. Trata-se do primeiro assédio organizado dos povos montados da estepe ao ocidente. Keegan considera o que talvez fosse a verdadeira motivação primeira dos hunos: *durante o período de 440 a 450 as províncias orientais do império pagaram a eles cerca de seis toneladas de ouro para comprar a paz. Esse tipo de transação desperta dúvidas sobre a interpretação das incursões dos povos nômades da estepe em termos de ‘fuga das mudanças climáticas’ ou ‘imposição do comércio’.* A verdade parece ser muito mais simples: os nômades - fisicamente robustos, logisticamente móveis, culturalmente acostumados a derramar sangue, eticamente tranquilos quanto a tirar a vida ou limitar a liberdade dos estranhos à tribo - aprenderam que a guerra valia a pena. Se as conquistas feitas pela guerra podiam ser mantidas, era outra questão.

Apesar do desaparecimento súbito dos hunos da história os povos montados da estepe haviam chegado, e continuariam a ser no milênio seguinte uma ameaça sempre presente para as civilizações da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

(*) O autor é membro-efetivo da AHIMTB/IHTRGS

Fontes de Consulta

ANGLIM, S. *Fighting Techniques of the Ancient World, 3000 BC ~ AD 500*, N. York, Thomas Dunne Books, 2002.

GRANT, R.G. *Soldier*, London, DK Books, 2007.

HOLMES, Richard Ed. *Weapon*, DK Books, London, 2008

FULLER, J.F.C. *Military History of the Western World*, 3 v., New York, Da Capo Press, 1996.

----. *Armament & History*, New York, Da Capo Press, 1998.

- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*, São Paulo, Cia. Das Letras, 2005
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, São Paulo, Cia. Das Letras, 2006.
- MONTGOMERY of Alamein, Field Marshall. *A History of Warfare*, Glasgow, William Collins, Ltd. 1968.
- WARRY, John. *Warfare in the Classical World*, London, Salamander Books, 1995.
- Internet:
<http://enciclopedia2.thefreedictionary.com->
<http://www.awesomestories.com/biographies/attila-hun>

Nº 80 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Rondon e o Herói da Lapa

Por Hiram Reis e Silva, Porto Alegre, RS, 03 de Agosto de 2009.

“Por isso é que na minha sala, no ‘Conselho Nacional dos Índios’, fica o retrato de Gomes Carneiro na parede, sobre minha cabeça, quando sentado à minha mesa de trabalho...” (Rondon)

- O Herói da Lapa

Antonio Ernesto Gomes Carneiro, militar brasileiro, nasceu na antiga cidade do Cerro Frio, hoje Serro, em Minas Gerais, a 28Nov1846. Iniciou a formação escolar na sua cidade natal e deu continuidade aos estudos no Seminário de Diamantina e depois em Curvelo. Fazia o curso de Humanidades no mosteiro dos Beneditinos, no Rio de Janeiro, quando se alistou como soldado no Corpo de Voluntários da Pátria, para combater na Guerra do Paraguai.

Durante a guerra, conquistou os postos de primeiro-sargento e alferes, por bravura, sendo ferido três vezes em combate. Ao término da guerra, voltou ao Brasil, matriculando-se na Escola Militar em 1872. Chefiou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas na ‘marcha para oeste’, de 1890 a 92, onde recrutou o então tenente Rondon.

Em 1893, com a eclosão da Revolução Federalista, as forças lideradas pelos maragatos ocuparam o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Carneiro foi convocado a partir para o sul e suas tropas foram cercadas na cidade da Lapa, Paraná, em um dos mais célebres episódios da vida militar brasileira, conhecido como ‘Cerco da Lapa’. Foram 24 dias de resistência. Havia três mil sitiados, comandados pelo gaúcho Gumercindo Saraiva, contra novecentos sitiados.

Gomes Carneiro, no dia 7 de fevereiro, foi atingido por um projétil no fígado e, mesmo ferido e desenganado pelo médico, dizia a seus oficiais: ‘Há uma ordem só: resistência a todo transe’. Morreu dois dias depois, em 09Fev1894, um dia antes de ser promovido a general de brigada, por bravura. Apesar da derrota de Carneiro, a resistência da Lapa definiu o lado vencedor, pois atrasou o avanço de Gumercindo e permitiu que as tropas legalistas se organizassem e derrotassem posteriormente os federalistas assegurando a manutenção do governo de Floriano e a da República.

- ‘Resistir até a morte’

‘(...) só a Lapa resistia tenazmente, uma das poucas páginas dignas e limpas de todo aquele enxurro de paixões. A pequena cidade tinha dentro de suas trincheiras o Coronel Gomes Carneiro, uma energia, uma vontade,

verdadeiramente isso, porque era sereno, confiante e justo. Não se desmanchou em violências de apavorado e soube tornar verdade a gasta frase grandiloquente: resistir até a morte'. (Escritor Afonso Henriques de Lima Barreto)

- O Amado Mestre do Sertão - Rondon (1890)

"Tinha Gomes Carneiro a preocupação de conseguir mais um ajudante matogrossense, pois o 1º Ajudante, Capitão Manuel Caetano de Faria Albuquerque, que o era, candidatara-se a uma cadeira de deputado. Ficou, pois, encantado com a notícia de que eu, classificado em primeiro lugar na Escola, e matogrossense, ia ser desligado da Escola de Guerra. Incluiu-me, desde logo, como Ajudante na sua Comissão e, sem me consultar, propôs meu nome a Benjamin Constant.

(...) Gomes Carneiro, meu amado Mestre do sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares, a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado, revelar cansaço ou ignorância - porque só assim, dizias, será a autoridade do chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o índio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica, onde o Bororó mantinha suas aldeias; já no empolgante exemplo que me deste de não insistir contra os avisos que nobremente dá o índio ao invasor de sua terras, antes de fazer sentir, materialmente, que sua presença é desagradável". (Viveiros)

- Gomes Carneiro - o Líder

"Ao assumir Gomes Carneiro a Chefia da Comissão, comunicou-lhe o Capitão de infantaria Cunha Matos, comandante do contingente, que iniciara os trabalhos, haver contratado grande quantidade de postes, cumprindo à Comissão manter o compromisso por ele, Cunha Matos, assumido com o fazendeiro fornecedor dos mesmos. Gomes Carneiro foi, porém, examiná-los e verificou ser tal contrato lesivo à Comissão, não só pelos preços, como também porque eram de madeira de pouca ou nenhuma resistência. Ser-lhe-ia, além disso, fácil obter postes de primeira ordem nas matas que fosse atravessando e à medida de suas necessidades.

Assim, depois de ouvir o fornecedor, recusou-se a consentir que a Comissão mantivesse o contrato. Quando partiu para a expedição de reconhecimento, deixou Gomes Carneiro, em Cuiabá, um encarregado do material. Não perdeu tempo o manhoso fazendeiro e foi procurar o encarregado.

- Nós poderíamos entrar em um acordo. Afinal o Capitão Cunha Matos havia contratado os postes - e eles representariam bom número de vantagens para o Senhor...

O encarregado fraquejou: - Bem, pode ser que acabemos nos entendendo...

Era de praxe enviar ele balancetes mensais para a aprovação de Gomes Carneiro. Foi este, pois, surpreendido, num belo dia, com um grosso maço de recibos e documentos. Eram os recibos de pagamento dos malfadados postes.

Só à noite tinha Gomes Carneiro tempo para verificar sua correspondência, depois de terminados os trabalhos. Fora aquele um dia especialmente afanoso e só muito tarde pudera passar a vista em sua volumosa correspondência. Ao dar com os recibos não podia acreditar no que via! Nervoso, a folhear a papelada, chamava em altas vozes:

- Assunção! Assunção!

Dormiam todos. Como de costume, porém, ouvi-o eu, imediatamente, e compreendi que algo de grave acabava de se passar. Procurei, pois, chamar o Assunção. Veio ele afinal e Gomes Carneiro mostrou-lhe os documentos e recibos.

- Quero comunicar-me imediatamente com Cuiabá!
- Mas meu Coronel, Cuiabá só entra em comunicação às 4 horas da manhã.
- Faça, ainda assim, uma tentativa!

É que não podia dominar sua ânsia de tomar enérgica providência. Quando, às 4 horas, lhe foi possível comunicar-se com Cuiabá, passou o seguinte telegrama: 'Expulso da Comissão, por desonesto, o encarregado'.

- Hei de me vingar, prometeu este. E, realmente, moveu sórdida campanha contra Gomes Carneiro que revidava sempre com a sobrançeria de quem nada tem a temer.

Em compensação, nunca pôde o encarregado chegar a general, pela nota em sua fé de ofício: 'expulso da Comissão por desonesto'.

*Fonte: VIVEIROS, Esther de - **Rondon conta sua vida** - Brasil, Rio de Janeiro, 1958 - Livraria São José.*

Nota do Editor: Gomes Carneiro é a denominação histórica do 7º Batalhão de Infantaria Blindado (7º BIB), sediado em Santa Maria, RS, e orgânico da 6ª Bda Inf Bld - Brigada Niederauer, GU já historiada pela AHIMTB no livro História da 6a Bda Inf Bld, Porto Alegre: Promoarte, 2004.

Santo Inácio de Loiola - Padroeiro da Infantaria

O santo espanhol Inácio Lopes de Loiola nasceu em 1491 e era o filho mais novo de uma família de treze irmãos. Inácio, muito jovem, ingressou na carreira militar, a serviço de Juan Velasquez, tesoureiro-mor da Corte de Espanha. Tomou parte na campanha contra Francisco I, da França, quando este invadiu o território espanhol.

Na defesa da cidade de Pamplona, em 1521, Inácio foi ferido na perna, por uma bala de canhão. Durante a sua convalescença, leu o livro "Vida de Cristo", convertendo-se ao catolicismo, dando início a profundos estudos filosóficos e teológicos.

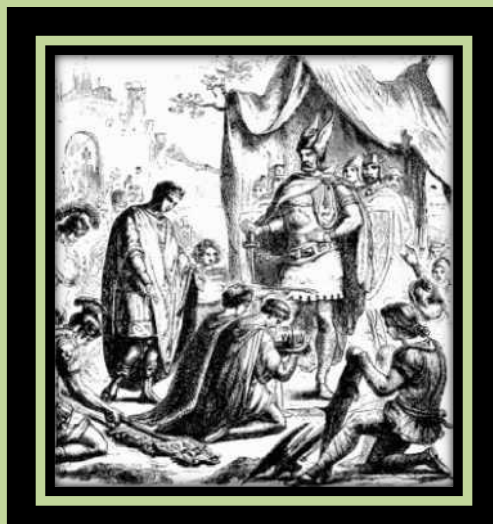
Em 1534, Inácio de Loiola fundou a Ordem Religiosa da "Companhia de Jesus", aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. A Ordem dos Jesuítas possuía inspiração militar, constituindo-se em uma autêntica "milícia de Cristo", a quem ele chamava de "Capitão". O próprio nome da Ordem, "Companhia", alude à "Companhia de Infantaria" que Inácio comandara, como Capitão, quando do cerco a Pamplona.

Santo Inácio faleceu em Roma, no dia 31 de julho de 1556, data da celebração de sua festa.

Não apenas por haver sido Capitão de Infantaria, mas também por seu destemor e intrepidez nos combates, Santo Inácio de Loiola foi escolhido para Padroeiro da Infantaria, Arma dos esforços prolongados e dos sacrifícios supremos.

(<http://www.legiaodainfantaria.eb.mil.br/htm/Leg>)

ODOACRO



Odoacro (cerca de 434 - 493), rei da tribo germânica dos hérulos, nasceu perto do Rio Danúbio, em território que hoje é parte da Alemanha. Ao depor o imperador Rômulo Augusto, em 476, pôs fim ao Império Romano do Ocidente e se tornou o primeiro dos reis bárbaros de Roma.

Filho de Edicone, príncipe da corte de Átila rei dos Hunos, em 469 se pôs a serviço dos romanos como chefe de um exército de mercenários germânicos de estirpe hérula, quando se torna chefe dos contingentes bárbaros rebeldes. Com a saída do general Orestes de Ticinum (Pavia), depôs o imperador Rômulo Augusto.

Nominado rex gentium das suas tropas, Odoacro decidiu não nomear um

O imperador Rômulo

sucessor ao imperador deposto. Em vez disso, enviou as insígnias imperiais ao imperador do Império Romano do Oriente, Zenão I, o qual, ainda que convidando-o a submeter-se à autoridade do imperador legítimo, Júlio Nepos, aceitou de fato a sua soberania sobre as terras do Ocidente, decretando assim "oficialmente" o fim do Império Romano do Ocidente.

A administração de Odoacro se baseou numa política conservadora, deixando aos romanos a possibilidade de manter o exercício de cargos menores e o livre exercício do Cristianismo, mantendo assim substancialmente intacta a estrutura organizacional precedente. Desta maneira assegurou a fidelidade da aristocracia, do Senado e da Igreja.

Depois de uma campanha militar contra os vândalos (476 - 477) que ocupavam a Sicília e a anexação da Dalmácia, Zenão I de Bizâncio, preocupado com os recentes sucessos do rei germânico, Odoacro estimulou Teodorico o Grande, rei dos ostrogodos, a invadir a Península Itálica. Teodorico derrotou Odoacro em Verona (489) e, depois de um longo assédio a Ravenna, o obrigou a capitular (493), para depois julgá-lo por traição.



A conquista de Roma e a queda do Império Romano do Ocidente

Os Impérios Romanos do Oriente e do Ocidente em 476

Com a morte de Estilício em 408, Honório foi deixado no comando, e embora ele tenha governado até sua morte em 423, seu governo foi marcado por usurpações e invasões, especialmente de Vândalos e

Visigodos. Em 410, Roma foi saqueada por forças exteriores pela primeira vez desde a invasão gaulesa no século IV. A instabilidade causada por usurpadores no Império Ocidental ajudou essas tribos em suas conquistas, e no século V, as tribos germânicas tornaram-se os usurpadores. Em 475, Flávio Orestes, um antigo secretário de Átila o Huno forçou a retirada do Imperador Júlio Nepos de Ravena e proclamou seu próprio filho Rômulo Augústulo como imperador.

Em 476, Orestes recusou-se a conceder aos Hérulos, liderados por Odoacro, o status de foederati. Odoacro então saqueou Roma e mandou a insígnia imperial para Constantinopla, se instalando como rei sobre a Itália. Embora alguns pontos isolados do governo romano continuassem até depois de 476, a cidade de Roma em si estava sob o comando dos bárbaros, e o controle de Roma sobre o Ocidente havia efetivamente acabado. As localidades remanescentes seriam conquistadas em uma década.

O último Imperador

A convenção histórica determinou que o Império Romano do Ocidente acabou em 4 de setembro de 476, quando Odoacro depôs Rômulo Augústulo. Entretanto, na prática esse assunto ainda é uma questão em debate.

Júlio Nepos reivindicava para si o título de Imperador Romano do Ocidente, governando a província da Dalmácia (que se considerava um remanescente do Império Romano do Ocidente), e foi reconhecido como tal pelo imperador Bizantino Zenão I e por Siágrio, que havia conseguido manter um enclave romano no norte da Gália, conhecido atualmente como Domínio de Soissons. Odoacro se auto-proclamou governante da Itália e começou a negociar com Zenão.

O imperador bizantino depois concedeu a Odoacro o status de patrício como uma forma de reconhecimento de sua autoridade e o aceitou como seu próprio vice-rei na Itália. Zenão entretanto insistiu que Odoacro prestasse honras a Nepos como imperador ocidental. Odoacro aceitou as condições e até emitiu moedas com o nome de Nepos através da Itália. Isso foi, porém, somente um gesto político vazio já que Odoacro nunca devolveu a Júlio Nepos qualquer poder político ou qualquer território. Nepos subseqüentemente foi morto em 480 e

Odoacro rapidamente invadiu e conquistou a Dalmácia.

Com Odoacro, iniciou-se a longa série de reis bárbaros de Roma.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS.

Informações

- 1) Próxima reunião da AHIMTB/IHTRGS: dia 10 Set no Salão Brasil do CMPA;
- 2) Trabalhos em andamento: a médio prazo a História da 1ª BdaCMec (Santiago do Boqueirão);
- 3) A longo prazo: A vida de Caxias dia a dia e História da AD/3;
- 4) Acesse os sites www.ahimtb.org e www.ihtrgs.org;

Porto Alegre, 04Ago2009

Nº 81 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Em 29Jul09 na sede do Clube Militar no Rio, o Gen Figueiredo foi empossado como acadêmico da AHIMTB na cadeira 22. Como é norma da Academia, um outro acadêmico recebe o novo, o que foi feito pelo Gen Ex Castro.

*ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
Clube Militar, RJ, em 29 de julho de 2009*

SAUDAÇÃO DE POSSE AO GENERAL FIGUEIREDO

Estimado General Gilberto Barbosa de Figueiredo! Caríssimo amigo, confrade e presidente, nossos estribos têm se chocado em sucessivas cavalgadas. Hoje, sob sinceros sentimentos de honra e emoção tenho a grata felicidade de saudá-lo em nome da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, a qual o Senhor integrou como Segundo Presidente de Honra à época em que ocupou o respeitado, dignificante e sensível cargo de Chefe do então Departamento de Ensino e Pesquisa, sucedido pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército, firmemente edificado sobre os alicerces que seus antecessores lançaram e que o ilustre acadêmico fortaleceu com proficiência e visão de futuro.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil estende e abre seus braços, com justificado júbilo, para acolhê-lo e abraçá-lo. A Academia foi fundada em 1º de março de 1996, em Resende, a Cidade dos Cadetes, como, carinhosamente, a chama seu criador e Presidente, o renomado historiador militar Coronel Cláudio Moreira Bento. O dia de sua fundação coincide com o do término da Guerra da Tríplice Aliança, cujos episódios terão seus sesquicentenários sendo comemorados muito em breve, páginas que serão rememoradas e exaltadas com justiça e orgulho apenas pelos brasileiros de bem, aqueles que efetivamente têm compromisso com a Terra de Santa Cruz. Coincide, também, com o início do ensino castrense na Academia Militar das Agulhas Negras, escola de nível superior do nosso queridíssimo Exército, legado da transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, AMAN que, ao longo de 2011,

comemorará condignamente seu bicentenário.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil, idealizada e consolidada pela tenacidade e pelo idealismo de seu fundador congrega acadêmicos eméritos, titulares de cadeiras, cadeiras especiais e seniores, delegacias, colaboradores e correspondentes. A todos une fortíssimo laço, a causa da História Militar. Diria mesmo, a causa da História, ciência sobre a qual ensinou Cícero em “De Oratore”: “Historia Magistra Vitae”.

Seus integrantes comungam de nobres ideais, destacando-se a plena consciência e a firme convicção da relevância do estudo, da pesquisa e da divulgação da História Militar desta abençoada terra batizada sob o sinal da Cruz. A missão que nos auto-impusemos consiste em revelar para nossos concidadãos, alunos e comandados os vultos que escreveram páginas de bravura, de sacrifício e de glória na própria História do Brasil, da qual as mais memoráveis passagens encontram-se na História Militar verde-e-amarela. Trata-se, também, de aprender, por meio de seus feitos, as lições e os exemplos de virtudes militares e de cidadãos honrados que seus destacados capitães e anônimos soldados legaram às gerações que os sucederam. Trata-se, ainda, de explorar as vitórias que conquistaram nos campos de batalha tanto derrotando o inimigo externo, ameaça à integridade do território e do patrimônio nacional, quanto vencendo o inimigo interno, ensandecido pelo vírus da ideologia, ameaça à própria existência da nacionalidade. Trata-se, em síntese, de despertar o orgulho, a vibração, o amor próprio, o entusiasmo, a felicidade e a alegria sem par de ser brasileiro e de se tornar um guerreiro de suas forças armadas e auxiliares. Trata-se, enfim, de combater o bom combate, apresentando, com base em fontes irrefutáveis, a gloriosa história militar de nossa Pátria, combate este que assume contornos mais relevantes na quadra em que vivemos quando nos cabe enfrentar e derrotar os revisionistas históricos. Temos vencido este bom combate e haveremos de sobrepujá-los sempre, já que estamos armados com a verdade, a fé, a brasilidade, a honestidade, a sinceridade, a seriedade e a inabalável convicção no valor dos homens e mulheres de armas do Brasil.

A cadeira número 22, que o prezadíssimo confrade ocupará, foi inaugurada pelo próprio fundador da Academia, o incansável batalhador pela causa da História Militar, Coronel Cláudio Moreira Bento. Seu segundo ocupante, a quem tive a subida honra de saudar em nome da Academia, foi o último Ministro do Exército e primeiro Comandante da nossa Força, o General-de-Exército Gleuber Vieira, cuja liderança militar foi e continua sendo singular exemplo para todos os que envergam a farda verde-oliva. Seus antecessores, General Figueiredo, foram promovidos a acadêmicos eméritos, honraria que lhes concedeu a Academia. É também em nome deles que me coube a gratíssima missão de saudá-lo e de apresentar-lhe votos eloquentes de boas-vindas.

Sua cadeira, amigo cavalariano, tem como patrono o também cavalariano Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Sobre este notável do Exército e da Arma de Osório assim se lê à página 820 da História do Exército Brasileiro: *“como Tenente, comandou um pelotão do 4º Regimento de Dragões do Exército Francês, durante a Primeira Guerra Mundial. Organizou a primeira unidade de carros de combate no Brasil e escreveu a obra ‘Os Tanques na Guerra Européia’. Foi o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras. Participou dos trabalhos de localização da nova Capital.”* Observa-se que para ocupar a cadeira que ostenta por patrono um ícone da Cavalaria do Legendário, ninguém melhor do que um espora dourada, o amigo cavalariano.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil cresce e se enriquece

com a chegada do General Figueiredo para ocupar a Cadeira nº 22. Sua obra é conhecida e reconhecida. Como Chefe do então Departamento de Ensino e Pesquisa, deu prosseguimento e consolidou inúmeras iniciativas de seus antecessores naquele órgão de direção setorial, especialmente do General Gleuber Vieira. Aí estão, vicejando em nossos estabelecimentos de ensino, os Clubes de História e de História Militar; aí está o Arquivo Histórico do Exército em pleno processo de modernização e informatização, diariamente consultado por pesquisadores do mundo acadêmico brasileiro e do exterior, tendo batido sucessivos recordes anuais de recebimento de comitivas visitantes. Aí estão os cursos de pós-graduação *latu sensu* de História Militar, presenciais e à distância, parcerias vitoriosas e consolidadas entre o Exército, renomadas universidades brasileiras e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Aí está a vasta e crescente produção intelectual de nossos alunos, sob a forma de trabalhos de conclusão de curso, de dissertações, teses e artigos científicos. Aí está o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, terceiro ponto turístico mais visitado do Rio de Janeiro, cuja dependência mais recentemente inaugurada, faz justiça aos presidentes militares do Brasil e divulga sua notável obra. Aí está o Museu Militar Conde de Linhares em profundo, amplo e empolgante processo de renovação e modernização, prestes a acolher a Casa da FEB. Aí estão, em nossas organizações militares, museus e salas históricas, preservando e divulgando o riquíssimo patrimônio histórico e cultural do Exército. Aí está o Programa de Leitura, para o qual o Senhor deu a merecida prioridade, comprovando que nossos militares lêem e têm prazer na leitura, boa parte dela dedicada à História Militar. Aí está o Projeto História Oral, do qual o Senhor foi corajoso apoiador e estimulador. É necessário registrar que foi graças à patriótica coragem do estimado amigo que a História Oral da Revolução Democrática de 1964 teve continuidade permitindo a pesquisadores e leitores acessar a verdade sobre a epopéia salvadora que as Forças Armadas e o povo brasileiro empreenderam naquela difícil quadra da Guerra Fria.

Vale registrar a proposta bem fundamentada e oportuna do General Figueiredo, quando Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste, para que se desse nobre destinação à Casa Histórica de Deodoro, sugestão que, acatada por seus superiores, deu-lhe vida cultural, tornando-a sede do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Para o êxito de todos os empreendimentos aqui lembrados, contou a História Militar, no Exército, com o decisivo apoio e a lúcida compreensão do General Figueiredo, cujas diretrizes e orientações, continuadas por seus sucessores, constituíram sementes que caíram em terreno fértil e têm produzido bons frutos.

Como Presidente do Clube Militar, “A Casa da República”, tem sido dinâmica e proficiente sua gestão valorizadora de episódios relevantes da História Militar, tais como, por exemplo, a Revolução Democrática de 1964; as comemorações dos cento e vinte anos do próprio Clube; as homenagens às Forças Armadas em suas datas magnas, nas quais os feitos de seus marinheiros, soldados e aviadores têm sido divulgados e exaltados em memoráveis sessões solenes; e o recente painel no qual foram apresentadas inúmeras participações de forças brasileiras em missões de paz exemplarmente cumpridas e que tanto têm elevado o conceito internacional da nossa tropa e da gente brasileira. Neste mesmo mês de julho, o General Meira Mattos, cujo exemplo de chefe militar e homem dedicado à cultura, expoente da Geopolítica nacional, teve sua obra revisitada e memória homenageada, em evento a que se denominou “I Seminário

de Geopolítica e Estratégia General Carlos de Meira Mattos”. Registro, ainda, que a Revista do Clube Militar tem sido veículo de divulgação de bem elaborados artigos sobre temas de História Militar pátria.

É, pois, para um batalhador pela causa da História Militar que a Academia, jubilosa, se engalana nesta tarde. “General Osório”, “Os sucessores de Rio Branco”, “O Soldado Brasileiro”, “A Marcha da Insensatez Brasileira” e “120 Anos de História”, eis alguns artigos de sua autoria que difundiram apreciações sensatas sobre diferentes vultos e episódios da História Militar e da própria História do Brasil.

“... É inegável que uma centelha de amor à terra brasileira surgiu, juntamente com o episódio. No dizer de Capistrano de Abreu: “sob a pressão externa, operou-se uma solda entre os diversos elementos étnicos. Vencendo os flamengos, “os pernambucanos sentiram-se um povo...” Estas são palavras suas que retirei de “O Soldado Brasileiro”, texto que aborda a gênese do Exército, relembrando a guerra luso-brasileira contra o invasor holandês. Nelas se constata que o General Figueiredo se alinha contra aqueles que querem nos transformar em uma nação bicolor, ao afirmar que, em Guararapes e, de resto, na luta contra o invasor “operou-se uma solda entre os diversos elementos étnicos”. É verdade, General, não somos racistas, mas o povo brasileiro é produto da intensa e profícua miscigenação da qual tanto nos orgulhamos e que tanto devemos continuar alardeando, já que uma de nossas mais gratas realizações psicossociais.

Por tudo o que o Senhor realizou em prol da causa da História Militar e pela convicção do muito que irá continuar empreendendo, ratifico o imenso prazer que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil tem em recebê-lo para ocupar a Cadeira Marechal José Pessoa. Seja muito bem-vindo, General- de-Exército Gilberto Barbosa de Figueiredo.

Gen Ex Paulo Cesar de Castro
Acadêmico ocupante da cadeira 12

Olympio Mourão Filho (1900-1972)

Um Herói Nacional, Paladino da Democracia e incansável combatente contra a senzala Comunista Marcelo Eiras

Mourão Filho, embora não reconhecido, foi um dos maiores heróis que o Brasil já teve, pois foi o único brasileiro que foi peça chave na frustração de dois golpes comunistas contra a nação em 37 e 64. Mourão amava a democracia. Em São Paulo, participava de reuniões políticas em frente à praça da Sé só para ouvir a voz do povo. Passava madrugadas anotando em seu diário os direitos que todo governo deveria promover. Aliás, foi por amor à democracia ele sabia que o presidente João Goulart, simpatizante do Comunismo e da então URSS desse um golpe iminente e previsível de Estado. Em 1935 os comunistas tentaram tomar o poder. Os Integralistas, juntamente com Vargas sustaram o golpe onde o principal responsável foi então Capitão do Exército Olympio Mourão Filho (1900-1972), grande herói nacional ao combater no câncer do comunismo.



Anos depois, em 64, o mesmo Olympio Mourão filho, já General, frustrou outra tentativa de golpe, desta vez vindo do próprio Presidente da República, o pró-comunista Jango Goulart com suas reformas de base, nacionalização das empresas, reformas urbanas e rurais, ou seja caminho aberto ao comunismo. João Goulart traiu a nação e tentou transformar o Brasil num satélite da URSS. O povo já sabia disso, tanto que no início de 64 houve a brilhante Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra o governo pró-comunista de Jango. A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos originou o maior movimento cívico já observado até esta data.

A "Marcha" começou na praça da Republica e terminou na praça da Sé, que viveu um de seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento com "vivas" à democracia e à Constituição vaiando os "traidores da pátria".

No começo de 1964, todas as frentes políticas desejavam o golpe, mas ninguém queria iniciá-lo. O general Mourão, chefe da 4ª Região Militar em Minas Gerais, resolveu o problema até porque no dia 9 de maio ele se aposentaria. Na madrugada do dia 31 de março, as forças do general Olimpio Mourão Filho deixaram Juiz de Fora, sede da IV Região Militar, indo em direção ao Rio de Janeiro sem encontrar resistência. A IV Divisão de Infantaria, reforçada por dois outros regimentos vindos de Belo Horizonte e São João Del Rei, terminou por se confraternizar no meio do caminho com as guarnições do I Exército que haviam partido da ex-capital federal com a missão de confrontá-la. Na manhã do dia 31 de março Mourão disparou telefonemas para todo o Brasil, dizendo: "Minhas tropas estão na rua!". Esta operação se chamou "Operação Popeye", em referência ao seu inseparável cachimbo. Aconselhado pelo general Amaury Kruehl, comandante do II Exército, o Presidente, pego de surpresa, quase paralisado, morrendo de medo, desistiu de manter qualquer resistência na ex-capital federal. Depois de decolar do Rio de Janeiro para Brasília, lá vendo tudo perdido, Goulart decidiu voar para o Rio Grande do Sul, sua terra natal, para poder fazer uma avaliação da situação. Sentiu que o ânimo do III Exército, comandado pelo general Ladário Teles, em apoiá-lo não era nada entusiástico, afinal quem

apoiaria um traidor? No dia 2 de abril, em seguida ao Presidente do Senado Auro de Moura Andrade ter declarado a vacância da presidência pela deserção de Goulart, ele fugiu covardemente de Porto Alegre para ir asilar-se em terras uruguaias e depois argentinas. Nenhum tiro foi disparado em favor do governo de Goulart, foi uma revolução pacífica. Todos queriam a derrubada do traidor comunista.

Enquanto isso, com a retirada de Goulart para Brasília, milhares de lenços brancos eram acenados dos altos dos edifícios da Avenida Atlântica, em Copacabana, celebrando a queda dele. Em 2 de abril, mais de 1 milhão de pessoas participaram no Rio, da "Marcha da Vitória" para saudar a queda do traidor João Goulart. Pelas ruas ecoavam as buzinas, intermitentes, expressando o alívio e o contentamento do povo com o desenlace dos fatos. Das janelas dos carros em movimento gritavam "Um, dois, três, Jango no xadrez!". Mais uma vez a corja comunista saía derrotada, obrigado General Mourão Filho, herói do Brasil !

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Pres. e Delegado da
AHIMTB/IHTRGS/RS.
E-mail: lecaminha@gmail.com

Nº 82 - Ano 2009 - Cel Cláudio Moreira Bento

Gen Ex ADOLPHO JOÃO DE PAULA COUTO (1913-2009)
Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente do IHTRGS

Faleceu em Porto Alegre aos 95 anos de idade o Gen Div Adolpho João de Paula Couto. Ele comandou a 6ª DE de 17Fev72 a 09Mai74.

Nasceu em Porto Alegre em 11Dez13, filho de Tito de Paula Couto e D. Julieta Silva Couto. Casou com D. Giselda Santos de Paula Couto (falecida há quatro anos), de cujo consórcio nasceram Ieda Lúcia, Gilberto, Sérgio e Hamilton.

Cursou Artilharia na Escola Militar do Realengo, onde foi declarado Aspirante a Oficial de Artilharia em 25Jan34.

Participou do ataque do 1º Grupo de Obuses, em 27Nov35, aos rebeldes comunistas que haviam tomado o 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha.

Cursou Transmissões (1º lugar), a ECEME (Menção Muito Bem), onde este autor foi seu comandado. Cursou ainda a ESG e a ECEME dos EUA.

Exerceu os seguintes comandos, chefias e comissões: Instrutor-Chefe dos cursos de Estado-Maior e Serviços e o de Artilharia da ECEME (1954); Comandante do 6º R0105, Cruz Alta (1961/63); Chefe da CR de Campo Grande-MS (25Out63 a 04Jul64); Sub-Chefe do EM/CMS (05Jul64 a 02Dez65); Comandante da AD/3 (07Fev66/67), já como General (Gen Bda desde 25Nov65); Diretor de Motomecanização (23Fev a Out67); Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (1968); Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (07Mai69 a 12Fev70), quando fui seu comandado no último ano da ECEME e nos conduziu na visita ao Exército dos EUA.

Foi Sub Chefe do EME de 17Fev70 a 17Jan72 e Comandante da 6ª DE, tendo comandado interinamente o atual CMS de 08Mar a 13Out72, encerrando ali a sua carreira.

Foi agraciado (até 1974) com as seguintes condecorações: Grande Oficial do Mérito Militar e Comendador do Mérito Naval e Aeronáutico. Medalhas: Marechal Hermes (prata dourada - 1 coroa), Militar de Ouro (platina), Pacificador, Mérito Santos Dumont (prata). Estrangeiras: Grã Cruz de Santo Olavo - Noruega, e Mérito Militar/1ª Classe de Portugal.

Desenvolveu sempre intensa atividade cultural como articulista, conferencista para professores, políticos, diretores de faculdades e em programas de televisão sobre Guerra Revolucionária, Comunismo e Revolução de 64.

Foi fundador da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas e Presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo. Publicou os seguintes livros:

- ***Revolução de 1964 - a versão e o fato;***
- ***Desafio da subversão;***
- ***A face oculta da estrela;***
- ***O PT em pílulas;*** e
- ***Quatro perfis da chefia.***

Foi Diretor da Revista do Clube Militar (1952-55). Sobre os temas acima escreveu artigos para a Revista do Clube Militar e A Defesa Nacional.

Entre suas conferências de fundo histórico estão:

- Atuação de Caxias no cenário do Brasil;
- Eisenhower, Bradley, Patton e Rommel-qualidades e princípios de chefia (3 artigos), com publicação do livro "Quatro Perfis da Chefia". Assuntos profissionais: Exercícios táticos de bateria.

Antes de 1964 desenvolveu intensa ação esclarecedora do perigo de o Comunismo assaltar o poder no Brasil, o que foi evitado pelo Movimento de 31 de março de 1964, pelo que antes, em represália, foi mandado chefiar uma CR em Campo Grande.

Sua carreira teve o seguinte desenvolvimento: Asp Of em 25Jan34, 2º Ten a 30Ago34, 1º Ten em 07Set36, Cap a 24Mai40. A oficial superior, por merecimento: Maj em 25Mar43, Ten Cel a 25Out52, Cel em 25Ago69, Gen Bda a 25Nov65, Gen Div em 25Jul69 e Gen Ex na Reserva.

Esportista das modalidades tiro, hipismo e futebol. Foi presidente, em 1972/73, do Conselho Deliberativo do E. C. Cruzeiro - Porto Alegre.

- Gen Paula Couto faleceu a 10 de agosto último e foi sepultado no Cemitério João XXIII.

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul lamenta o seu desaparecimento e formula seus pêsames a seus familiares e aqui registra para a História, à guisa de necrológio, o perfil deste ilustre e combativo soldado, filho do Rio Grande do Sul.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel, Vice-Presidente e Delegado da
AHIMTB/IHTRGS/RS
(lecaminha@gmail.com).

Nº 83 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento**A FEB pelo seu Comandante - Realização do ataque ao Monte Castello**

Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes

Aviões da FAB haviam arrasado a resistência germânica de Mazzancana, numa arrojada participação no combate terrestre e num exemplo inesquecível de união dos expedicionários do ar e da terra.

Às vinte horas do dia 20 de fevereiro, o Batalhão do major Uzeda (I/1º RI) procedeu à substituição de elementos americanos em Mazzancana, passando a noite de 20/21 em verificação agressiva do contato. Imperava na tropa brasileira a certeza da vitória.

A jornada de 21 de fevereiro assinalaria, de qualquer modo, a captura de Monte Castello. Mostraria à tropa brasileira que a sua técnica e a sua agressividade cooperariam decisivamente para o bom êxito do Plano Encore.

Desembocou o nosso ataque à hora prefixada, isto é, às cinco e meia da manhã. As reações inimigas fizeram-se sentir enérgicas e crescentes, dando margem a lances imprevistos e flutuações inevitáveis. O Batalhão do major Uzeda progrediu com certa ousadia sobre a crista, enquanto o III/1º RI mantinha a frente atingida, defrontando alguns pontos fortes alemães.

Às nove horas, a 5ª Cia do II/1º RI, comandada pelo capitão Valdir Sampaio, foi empregada pelo Coronel Caiado na esteira do batalhão Uzeda (I/1º RI), em virtude desta unidade estar desenvolvendo esplêndido ritmo no seu avanço. Resistências contrárias, entretanto, forçaram os montanhesees americanos a marcar passo ao Norte de Capella di Ronchidos.

Monte Della Torraccia oferecia uma reação indômita ao progresso da 10ª de Montanha. Em presença de tal situação, não se realizou o que fora previsto no Plano Encore: a simultaneidade rítmica nos ataques dos montanhesees e Brasileiros a Della Torraccia e Monte Castelo, respectivamente. Não obstante isso, a Divisão Brasileira continuou a atacar, de conformidade com a ordem do general Crittenberger, vinda, aliás, ao encontro dos desejos da tropa brasileira.

Tirando partido da precisão e violência da artilharia do general Cordeiro de Faria, o ataque brasileiro redobrou de fúria e impulsão, tendo em vista conquistar Monte Castello ainda na jornada de 21 de fevereiro, o que seria um índice convincente da agressividade de nossas tropas e um auxílio ponderável aos montanhesees americanos, contidos pelas resistências de Della Torraccia.

Pouco antes do meio-dia, porém, houve alguma balbúrdia lá para a zona da 10ª Divisão de Montanha, defrontando o Batalhão do major Uzeda (I/1º RI): resistências inesperadas e de certo resultantes dos contra-ataques alemães desferidos sobre as valentes tropas do general Hays. Mais tarde, cerca de 1430 horas, já eliminados os ninhos de Cargé e cota 1063, voltou o I/1º DI a abrir

caminho, conquistando então as cotas 930 e 875.

Em concordância com a progressão do Batalhão Uzeda (I/1° RI), o III/1° RI, por volta das 1430 horas, contando com o apoio eficaz de nossa artilharia, com a sua 7a Cia subjugou rapidamente o ponto forte de Fornello. Nessa ocasião, o coronel Caiado de Castro empenhou o II/1° RI (menos a 5a Cia), realçando assim a pressão sobre a rampa Sudoeste do famigerado baluarte. Paralela e simultaneamente ao emprego acima mencionado, o Batalhão Ramagem (II/11° RI) avançava em direção a Abetaia e assegurava valiosa cobertura à ação que contornava a porfiosa resistência de cota 887.

Finalmente, às 1720 horas a defesa inimiga entrou em colapso. Seguiram-se operações de limpeza, com a captura dos defensores remanescentes, e a ocupação definitiva das encostas setentrionais do arrogante morro.

A soldagem das novas posições brasileiras em Monte Castello, com as demais da porção oriental do setor, logo se operou com a ocupação de Abetaia pelo Batalhão Ramagem (II/11° RI). O regimento Sampaio instalou-se defensivamente nos objetivos conquistados. Destacaram-se elementos fortes do Batalhão Franklin (III/1° RI) para guarnecer Monte Della Casellina, como postos avançados da Divisão Brasileira, com o duplo objetivo de garantir a cobertura das posições recém-capturadas e assegurar a imediata tomada do movimento ofensivo, apesar de ainda não ser favorável a situação aos nossos aliados em Della Torracchia.

E assim Monte Castello passou para as mãos brasileiras.

Dezenas de cadáveres, muitos deles contendo até máquinas infernais de destruição, estavam ali a testemunhar o encarniçamento da luta prolongada e a provar a requintada criminalidade das forças que guarneceram o sinistro morro. Com a captura de tal elevação, escrevera a Força Expedicionária Brasileira o capítulo mais emocionante de sua vida.

Monte Castello, resistindo durante três meses às investidas das armas aliadas, erigira-se a cidadela da presumida invencibilidade germânica. Para os brasileiros, no entanto, representara um símbolo e um marco na vida de nossa tropa em terras de ultramar.

Constituiu o índice do valor de nossa gente. Significou a sangrenta forja de nossa agressividade. Traduziu a odisséia anônima das atrevidas incursões de nossas patrulhas, avançando sob nevadas cortantes no gelo resvaladiço, a se esgueirarem através dos núcleos da defesa inimiga, em busca do prisioneiro e da informação.

Sumidouro de centenas de vias patricias, a sua captura pelas nossas forças constituiu um dever de consciência e um imperativo de dignidade militar. Assinalou o início de uma série de vitórias esplêndidas para nossas armas, vitórias que elevaram o nome do Brasil e o prestígio de nosso Exército.

Santo Inácio de Loiola - Padroeiro da Infantaria

O santo espanhol Inácio Lopes de Loiola nasceu em 1491 e era o filho mais novo de uma família de treze irmãos. Inácio, muito jovem, ingressou na carreira militar, a serviço de Juan Velasquez, tesoureiro-mor da Corte de Espanha. Tomou parte na campanha contra Francisco I, da França, quando este invadiu o território espanhol.

Na defesa da cidade de Pamplona, em 1521, Inácio foi ferido na perna, por uma bala de canhão. Durante a sua convalescença, leu o livro “Vida de Cristo”, convertendo-se ao catolicismo, dando início a profundos estudos filosóficos e teológicos.

Em 1534, Inácio de Loiola fundou a Ordem Religiosa da “Companhia de Jesus”, aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. A Ordem dos Jesuítas possuía inspiração militar, constituindo-se em uma autêntica “milícia de Cristo”, a quem ele chamava de “Capitão”. O próprio nome da Ordem, “Companhia”, alude à “Companhia de Infantaria” que Inácio comandara, como Capitão, quando do cerco a Pamplona.

Santo Inácio faleceu em Roma, no dia 31 de julho de 1556, data da celebração de sua festa.

Não apenas por haver sido Capitão de Infantaria, mas também por seu destemor e intrepidez nos combates, Santo Inácio de Loiola foi escolhido para Padroeiro da Infantaria, Arma dos esforços prolongados e dos sacrifícios supremos.

(<http://www.legiaodainfantaria.eb.mil.br/htm/Leg>)

Monte Castelo

Plantada nos contrafortes da cordilheira, entre o paredão das montanhas e o obstáculo das costas inundáveis do Adriático — a cidade de Bolonha é a grande porta de acesso à riquíssima planície do Pó e caminho para o passo de Brenner, nas fronteiras da Áustria. Dominar Bolonha era vencer a batalha da Itália. As três principais linhas de penetração para atingir esse importante nó rododiferroviário eram: a leste, a rota nº 9, a cargo das tropas inglesas; abordando a cidade por oeste, a 64; e a 65 investindo-a frontalmente pelo sul.

Em fins de novembro, já completa em seus efetivos, com a chegada dos outros escalões e a ultimação precipitada de seu treinamento militar, a FEB recebeu a missão de lutar no setor de combate da estrada 64. Havia já três meses que americanos e ingleses acometiam inutilmente Bolonha, suportando vigorosos contra-ataques e sofrendo as mais severas perdas da campanha. Divisões inteiras necessitando de descanso, ataques dizimados, frio, lama e sangue, desalento e dor — eis o quadro da frente italiana quando coube à FEB a sua primeira missão de importância.

As posições brasileiras no vale do Reno, por onde corria a rota 64, ficavam nas encostas de um dominante arco de elevações — Belvedere, Gorgolesco, Monte Castelo, Della Torracia, Torre di Nerone, Soprassasso — que, oblíquo à estrada, a descortinava quase toda, e do qual Castelo, funcionando como charneira, era a parte mais sensível. Em privilegiada situação topográfica e tática, ali estava a aguerrida 232a. Divisão de Infantaria alemã.

Guarnecendo uma frente que variou entre 15 e 20 km de largura, já de si bastante para a defesa por uma só Divisão, tocou-nos a missão de agir ofensivamente, conquistando as alturas que dominavam o vale do Reno. E que a situação geral reclamava o alívio da frente de Bolonha, onde as perdas aliadas eram alarmantes. Como fazê-lo? Ameaçando o adversário noutras partes, forçando-o a retirar alguns de seus meios da defesa imediata da grande cidade. Eis por que a ordem era atacar; atacar, incessantemente, numa frente extensíssima; do sopé para o cume fortificado; ainda sem a necessária experiência de combate, frontalmente; sem meios suficientes; na lama e no frio; arrastando-se sob o castigo de pesados capotões e enormes galochas; sem o apoio de blindados, que se atolariam no lodo, e sem a ajuda e o conforto da aviação, ausente daqueles terríveis céus de novembro e dezembro na Itália.

Cada pracinha brasileiro, tombado nas encostas de Monte Castelo, poupava o sangue de dez combatentes de Bolonha e permitia a recuperação de outros tantos, que, desde a Sicília ou o Norte da África, vinham pagando seu tributo. Chegara a nossa vez de também fazer alguma coisa na luta pela liberdade.

Quatro vezes americanos ou brasileiros atacaram Monte Castelo sem sucesso. A 24, um batalhão do Sexto irmanou-se à Task Force 45 americana e repetiu a tentativa no dia seguinte. A 29, atacamos com um batalhão de cada regimento e, a 12 de dezembro, com dois batalhões do Primeiro e dois do Onze. Duas vezes o soldado brasileiro chegou ao cume do morro sinistro e duas vezes voltou. De ataque para ataque crescia a soma de nossos sacrifícios e perdas, e também de nosso heroísmo e de nossa valia. Monte Castelo não havia sido conquistado, mas, no quadro geral da guerra na Itália, a missão estava sendo cumprida, por isso que os alemães traziam, apressadamente, de Bolonha para o vale do Reno, a 114a. Divisão Ligeira. O preço dessa contribuição era o crescente passivo de mortos e feridos, a fama da inexpugnabilidade do baluarte alemão.

Os comandos brasileiro e americano bem souberam compreender o problema moral da FEB. Declinara o poder ofensivo da Divisão que, em circunstâncias normais, seria retirada da frente, a fim de retemperar-se para futuras missões. Mas isso não poderia acontecer à única Divisão brasileira, porque seria retirar o Brasil do campo da luta.

Com o inverno, veio a estabilização das operações. A defensiva agressiva daquele rigoroso inverno foi a grande escola do soldado brasileiro. Valendo-se de sua extraordinária capacidade de adaptação, nosso homem habituou-se à neve e ao frio, ao combate e à morte. Nas longas vigílias de gelo e sangue, rechaçando ataques, suportando o castigo da experimentada artilharia alemã, ou indo em patrulhas às linhas inimigas, o pracinha acreditou em si e esperou a sua hora. Tão logo melhoraram as condições climáticas, decidiu o comando americano retornar à ofensiva, apossando-se do arco montanhoso. Com esse propósito, fez vir, para a nossa frente, uma nova tropa, a excepcional 10ª Divisão de Montanha, que investiria Belvedere, em concordância com o ataque brasileiro ao Castelo. Contando agora com poderoso apoio aéreo, onde pontificava a ação de nosso Grupo de Caça, puderam brasileiros e americanos desalojar definitivamente os nazistas da linha de cristas que dominava a estrada 64, libertando-a da futura continuação das operações na direção de Bolonha.

O dia 21 de fevereiro de 1945 assinala a vitória de Monte Castelo. Não foi ainda sem muito sacrifício e heroísmo que se tornou possível ao soldado brasileiro sufocar as últimas resistências alemãs no alto da elevação e vencer os combates subseqüentes de La Serra e Caselina, que se prolongavam até o dia 25 e consolidavam a extraordinária conquista.

FONTES: MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
Internet - Google.

CONSTITUIÇÃO da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária

CONVITE AO GENERAL MASCARENHAS DE MORAES

Com a decisão do governo **de** enviar a Força Expedicionária ao exterior, surgiram os comentários sobre os prováveis Generais **comandantes** dessa Força. Era voz corrente que os chefes mais em evidência estavam apontados para o Corpo **de** Exército e Divisões. Mascarenhas, no comando da 2ª RM, figurava naturalmente entre os nomes falados. Certa vez, em uma reunião festiva, chegou-se a aventar essa possibilidade e um oficial presente, o Major R/2 Reynaldo Ramos Saldanha da Gama, professor da Universidade **de** São Paulo, solicitou a Mascarenhas participar da primeira tropa expedicionária que se deslocasse sob seu comando. Mascarenhas, modesto como sempre, deu a perceber nada saber a respeito e que, por certo, não seria atingido pela escolha para missão **de** tanta relevância, tanto mais que a sua idade, 60 anos, era fator negativo para tal. Cerca **de** dois meses depois, a 10Ago43, recebeu o seguinte telegrama cifrado, do General Eurico Dutra, Ministro da Guerra:

"25 H1- Urgente - 9-VIII-1943 - Cifrado - General Mascarenhas - São Paulo _Consulta prezado camarada de aceita comando de uma das Divisões que constituirão Corpo Expedicionário pt Impõe-se resposta urgente porque caso afirmativo fará estágio Estados Unidos PT General Eurico Dutra - Ministro da Guerra"

No mesmo momento, em seu Gabinete, redigiu com o oficial **de** seu EM, Major Antônio **de** Souza Júnior, a resposta, com o mesmo laconismo da consulta do Ministro e a qual deveria ter chocado a frieza do General Dutra:

"General Dutra - Rio - Urgentíssimo - De São Paulo - 20-40 - 10-VIII - 1943 - 17,15 - 345 Muito honrado e com satisfação respondo afirmativamente consulta Vossa Excelência acaba fazer-me em rádio 25 H1 pt General Mascarenhas de Moraes"

Essa constituição foi fixada em Portaria Ministerial **de** 09Ago43, a qual também designava os órgãos não divisionários. Essa estrutura obedecia aos padrões vigentes nos Estados Unidos e já consagrados pela experiência da guerra em pleno desenvolvimento. A Portaria Ministerial nº 47/44, **de** 9 **de** agosto **de** 1943, estabeleceu as primeiras normas gerais **de** estruturação da 1ª DIE, fixando-lhe a organização abaixo:

INFANTARIA DIVISIONÁRIA (ID), ao comando do **Gen Zenóbio da Costa** composta pelos regimentos **de Infantaria - 1º RI (Regimento Sampaio - Rio de Janeiro**, ao comando do **Cel Aguinaldo Caiado de Castro)**, **6º RI (Regimento Ipiranga - Caçapava-SP**, ao comando do **Cel João Segadas Viana**, futuro ministro da Guerra 1961-62), **11º RI (Regimento Tiradentes - São João del-Rei**, ao comando do **Cel Delmiro Pereira de Andrade)**. Comandou ao final da guerra o **6º RI** o **Cel Nelson de Melo**, futuro ministro da Guerra em 1962. O 1º RI teve ação destacada na conquista **de** Monte Castelo, em 21 **de** fevereiro **de** 1945, além **de** em outras ações. O **6º RI** teve papel destacado na conquista **de** Castelnuovo e rendição em Fornovo, em 29 **de** abril **de** 1945, da 148ª Divisão **de Infantaria Alemã** e **de** remanescentes da divisão italiana, Itália. O 11º RI teve atuação destacada no combate **de** Montese, em 14 **de** março **de** 1945, além **de** em outras ações.

ARTILHARIA DIVISIONÁRIA (AD), ao comando do **Gen Osvaldo Cordeiro**

de Farias e composta dos grupos **de Artilharia I-GO-105** (Grupo **de São Cristóvão** - Rio, ao comando do **Ten Cel Levy Cardoso**), **II-GO-105** (Grupo Monte Bastione, **de Campinho** - Rio, ao comando do **Cel Geraldo Dacamino**, sendo o primeiro a entrar em ação na Itália), **III-GO-105** (Grupo Bandeirante **de** Quintaúna, em São Paulo - SP, ao comando **de Ten Cel José de Souza Carvalho**), **IV-GO-155** (Grupo Montese, ao comando do **Ten Cel Hugo Panasco Alvim**), 1a Esquadrilha **de** Ligação e Observação (**1º ELO da FAB**, sob controle operacional da FEB); **9º Batalhão de Engenharia de Combate**, **de Aquidauana-MS**, ao comando do **Ten Cel José Machado Lopes** **1º Batalhão de Saúde de Valença** - RJ ao comando do **Maj Bonifácio Borba** **Esquadrão do Reconhecimento**, atual Esquadrão Ten Amaro **de Valença** - RJ, ao comando inicialmente do **Cap Franco Ferreira** e depois do **Cap Plínio Pitaluga** atual (em 2000) acadêmico emérito da Academia **de** História Militar Terrestre do Brasil . Tropa especial (**Companhia de Transmissões**, **Companhia de Manutenção Leve**, **Companhia de Intendência**, **Companhia do Quartel General**, **Banda de Música** e, **Pelotão de Polícia** organizado à base da mobilização **de** policiais da Guarda Civil **de** São Paulo).Banda **de** Musica, Agência do Banco do Brasil, Pagadoria Fixa; Secção Brasileira **de** Base, Depósito **de** Intendência; Serviço Postal, Serviço **de** Justiça, Depósito **de** pessoal (destinado a adestrar a tropa e completar os quadros); Pelotão **de** Sepultamento.

FONTES: Tristão de Alencar Araripe - Ministro do Superior Tribunal Militar - A Coerência de uma Vocação. S Ge Ex - Imprensa do Exército - Rio de Janeiro - 1969. Brasil Conflitos Externos Cel Cláudio Moreira Bento - Academia de História Militar Terrestre do Brasil

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel, Vice-Presidente e Delegado da
AHIMTB/IHTRGS/RS lecaminha@gmail.com

Nº 84 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

O Patriota Coronel Carlos Fontoura Rodrigues

Por Hiram Reis e Silva,
Porto Alegre, RS, 17 de Agosto de 2009

“Portanto, ao mesmo tempo em que encaminhamos um voto de louvor, um voto de solidariedade a esse cidadão, queremos encaminhar também um voto de repúdio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que de maneira desordenada e desrespeitosa decidiu atingir a honra de todos os cidadãos brasileiros e, especialmente, o Brasil”. (Marco Peixoto - PPB)

Faleceu o Coronel Carlos Fontoura Rodrigues, um guerreiro destemido que se tornou nacionalmente conhecido quando enfrentou, sozinho, os famigerados integrantes do mst (em minúsculas mesmo), em Santana do Livramento, quando estes se propunham a arriar a Bandeira Nacional e em seu lugar hastear a do mst. Forjado na boa têmpera de outrora, que não aceita provocações de apátridas baderneiros, o Coronel se interpôs entre a turba frenética e o mastro da bandeira e defendeu a Honra Nacional usando apenas seu corpo como escudo frente aos insanos manifestantes.

Vá em paz caro amigo e esteja certo de que lançaste uma semente que certamente vingará nas almas mais férteis.

DISCURSO DE MONTES GUARARAPES

Por ocasião de sua passagem pela cidade do Recife, com procedência do Teatro de Operações da Itália, o general Mascarenhas de Moraes, na sua visita ao Monte Guararapes (09Jul45) proferiu a seguinte oração:

“Há um ano, o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira atravessou o Atlântico, e logo depois outros a ele se juntaram no Teatro de Operações da Itália. As tropas do Brasil se empenharam então, do Arno ao Pó, ombro a ombro com as bravas tropas norte-americanas e britânicas, na guerra contra a Alemanha.

Neste momento, alguns milhares de nossos soldados já deixaram o Mediterrâneo em demanda do Rio de Janeiro, trazendo bandeiras vitoriosas e troféus arrancados ao inimigo, batido em combate.

A valia da Força Expedicionária Brasileira está em ter sido organizada no seio do Exército Brasileiro, dele ser parte integrante e em ter, através de sua estrutura, emanado de todas as terras do Brasil.

Os expedicionários tiveram, nas duras campanhas em que batalharam, o incentivo de seus irmãos de armas, que aqui permaneceram na defesa do Brasil contra as ameaças do nazismo internacional destacado para a América do Sul.

Nenhum lugar mais brasileiro, nenhum outro recanto em que o espírito militar se vincule mais à tradição da nacionalidade do que Guararapes, para a Força Expedicionária Brasileira apresentar, no regresso à Pátria, a sua saudação ao glorioso Exército, a que tem a honra de pertencer, aos camaradas da Marinha e da Aeronáutica, a sua reverência ao Brasil.

Nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da Nação Brasileira. Daqui ela partiu e já atravessa mais de três séculos, passando vitoriosamente pelo Passo do Rosário, por Monte Caseros, lançando-se de Lomas Valentinas a Monte Castello, Castelnuovo, Montese e Fornovo.

Na qualidade de comandante da Força Expedicionária Brasileira, deponho no campo de batalha de Guararapes os louros que os soldados de Caxias alcançaram contra tropas germânicas, nos campos de batalha de Sercchio, dos Apeninos e do vale do Pó.

Estes feitos d’armas, incorporados à tradição militar brasileira, irão sobreviver com o Exército Nacional e a memória dos expedicionários mortos unir-se-á à daqueles que, no passado, tombaram pela soberania do Brasil”.

Patronos e Santos(as) padroeiros(as) das armas, quadros e serviços do Exército Brasileiro

		Patrono	Padroeiro(a)
--	--	---------	--------------

Arma	Infantaria	Brigadeiro Antônio de	Santo Inácio de
	Cavalaria	Marechal Manoel Luis	São Jorge
	Artilharia	Marechal Emílio Luis	Santa Bárbara
	Engenharia	Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran	São Francisco de Assis
	Comunicações	Marechal Cândido	São Gabriel
Quadro	Material Bélico	Marechal Carlos Antônio Napion	Santo Elói
	Complementar de Auxiliar de Oficiais	Maria Quitéria de Tenente Antônio João	Santo Antônio São Cláudio
	Engenheiros Militares	Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra	São Francisco de Assis
	Saúde	General de Brigada Médico João Severiano da	São Camilo de Lélis
Serviço	Intendência	Marechal Carlos Machado Bitencourt	São Cândido
	Assistência Religiosa	Capitão Frei	São João de
	Grandes Comandos, Estados- Maiores e	(3)	São Miguel Arcanjo
Outros	Escolas Militares e União Católica dos Militares	(3)	São Maurício
	Combatentes de	(3)	São Judas
	Batalhões de	(3)	Santo
	Bandas Militares	(3)	Santa Cecília
	CPOR e NPOR	Ten Cel Luís de Araújo Correia Lima	São Maurício

Observações: (1) do Sv de Veterinária: Ten Cel João Muniz Barreto de Aragão; (2) é o mesmo Capelão Antônio Álvares da Silva; (3) não há Patrono;

Fonte: Portaria nº 122/DGP, de 21Dez01 e www.ahimtb.org.br.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS - Delegacia
General Rinaldo Pereira da Câmara, Porto Alegre - lecaminha@gmail.com

Nº 85 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

Engenharia Militar Brasileira

Cel Hiram Reis e Silva, 25 de Agosto de 2009(*)

“O grande acontecimento do Brasil dos nossos dias, do Brasil cujo futuro estamos, agora, seriamente empenhados em construir, é o da consciência, que agora temos, de que a obra de realização de nossos destinos, como povo soberano, cabe, unicamente, a nós mesmos; depende, sobretudo, do nosso trabalho, da nossa capacidade e da nossa vontade de promover, mesmo à custa de sacrifícios pessoais, o nosso desenvolvimento”.

(General Aurélio de Lyra Tavares)

Engenharia Militar

Desde o Brasil Colônia os Engenheiros Militares absorveram e aprimoraram a arte portuguesa de planejar e construir fortificações, edificações e acessos. Os testemunhos das obras realizadas, pela Engenharia Militar Lusobrasileira, solidamente construídos e estrategicamente localizados ainda fazem parte de nossa paisagem como bastiões de nossas fronteiras marítimas e terrestres.

Naqueles tempos ser engenheiro pressupunha ser, obrigatoriamente, oficial da exército, já que o ensino regular de Engenharia estava ligado à vertente militar. Em 1792, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, uma das primeiras escolas de Engenharia do mundo, embrião do Instituto Militar de Engenharia (IME) e da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Real Academia é que se começou a estender o acesso de civis aos conhecimentos técnicos de Engenharia resultando, em 1874, na separação do ensino civil do militar, só então surgindo a Engenharia Civil.

Na primeira metade do século XX, o Brasil experimentou acelerado processo de desenvolvimento que concorreu para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); o primeiro curso de Engenharia Aeronáutica do País, a construção do Tronco Principal Sul (TPS) e nas décadas seguintes se implantou um dos mais modernos Sistemas de Telecomunicações do mundo com o concurso efetivo e fundamental dos engenheiros egressos do IME.

O IME foi pioneiro, ainda, nos cursos de Energia Nuclear e da Computação. Os governos militares, numa visão estratégica voltada para o futuro, dedicaram uma atenção, muito especial, à integração da Amazônia, transferindo para aqueles longínquos rincões o grosso da Engenharia de Construção. Rodovias foram projetadas e implantadas com determinação e heroísmo pelos soldados engenheiros.

Nos dias de hoje, como nos de ontem, a Engenharia Militar responde com oportunidade e alta qualidade aos desafios que se lhe são propostos para atender aos reclames do desenvolvimento nacional. Aqueles que condenam o emprego da Engenharia Militar Brasileira em obras viárias ignoram sua história e sua missão que é, em tempo de paz, colaborar com o desenvolvimento Nacional, construindo estradas de rodagem, ferrovias, pontes, açudes, barragens, poços artesianos e inúmeras outras obras que se fizerem necessárias.

Convênio entre o DNIT e o Exército

“Quase 300 quilômetros de rodovias pavimentadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste deverão ser concluídos até o final do ano pelos batalhões de Engenharia e Construção do Exército. São algumas das principais obras executadas para o DNIT, por meio de convênios de cooperação, como a duplicação da BR-101 Nordeste e pavimentação das BR-319/AM e BR-163/PA. “O DNIT é o mais antigo e tradicional parceiro que temos”, resume o general Ítalo Avena, chefe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), que coordena os 11 batalhões de engenharia (BEC) instalados nas regiões Norte (quatro), Nordeste (quatro) e Centro-Sul (três).

Obras do DNIT em andamento, consideradas pelo Governo Federal de grande importância, são atualmente realizadas pelo Exército Brasileiro. Essa parceria na execução de obras de infra- estrutura se deve a iniciativa do Ministério dos Transportes, por intermédio do DNIT, visando dar celeridade ao início dos serviços.

Cerca de 8.000 homens estão envolvidos nas obras executadas pelos batalhões de engenharia para o DNIT. O histórico do Exército, conhecimento na implantação de rodovias nas décadas de 70 e a capacitação proporcionada pelo

Instituto Militar de Engenharia (IME) são algumas das razões apontadas pelo chefe da Seção de Planejamento da diretoria de obras do DEC, coronel Warner Goulart, para a parceria com o DNIT.

Além das obras nas BR-319/AM, BR-163/PA e BR-101/NE, os Batalhões de Engenharia do Exército também trabalham nas BR-135 e BR-222, no Piauí; BR-135, BR-242 e BR-418 e o contorno *rodoviário de Barreiras, na Bahia; BR-262, BR-458 e BR-494, em Minas Gerais. Coube ao 6º BECnst a conclusão das obras da ponte sobre o rio Itacutu, na fronteira do Brasil com a Guiana.*

Para o próximo ano está prevista a conclusão da pavimentação de novos trechos da BR-163, entre outros. Os cronogramas de obras deverão ser mantidos caso persista o volume normal de chuvas. Chuvas eventuais e a logística para construção são as maiores adversidades enfrentadas pelos batalhões do exército, relata o coronel Goulart. Ele explica que na região Norte, por exemplo, é necessário transportar o material (insumos asfálticos) nas estação de chuvas, pois durante o período da seca não há meio de chegar ao local das obras. Outra questão é o transporte da brita até esta região.

Além das rodovias, os batalhões de engenharia do Exército também estão atuando na elaboração de projetos para os portos hidroviários na região amazônica e na fiscalização destas obras, realizadas, em geral, por meio de convênios com as prefeituras municipais”.

(27/03/09 - Assessoria de Imprensa/DNIT)

(*) Professor do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), Presidente da Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira (SAMBRAS) Site: <http://www.amazoniaenossaselva.com.br>

E-mail: hiramrs@terra.com.br

Atenção! Próxima Sessão da AHIMTB: Salão Brasil do CMPA dia 10 Set às 1700h.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS lecaminha@gmail.com

Nº 86 - Ano 2009 – Cel Cláudio Moreira Bento

ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE PASO DE LOS LIBRES

Foi realizado em Paso de Los Libres, Argentina, de 26/28 Set 09, o Encontro acima referido. Foi a 1ª Edição do Encontro e teve a participação do 2º Sgt Res EB Carlos Fontes, Delegado da AHIMTB/IHTRGS em Uruguaiana. A Edição de 2010 será em Assunção e para a 3ª foi proposta Porto Alegre. Abaixo, uma transcrição do relatório do Encontro.

Agenda Presentes Ecuentro Internacional de Historia

El primer día concurrieron entre 70 personas;

En el trabajo de campo concurren mas de 200 asistentes *con dos cursos secundarios escuelas ensenanza media;

El segundo dia concurrieron entre 100 y 150 asistentes;

En Uruguayana fuimos recibidos Sr. Secretario de Cultura en Centro Cultural.

Presentre 65 a 75 personas.

Argentina: Sra. Consejal Rosa Obregon
Licenciada Andrea Carina Fernandez
Profesora Carmen Estenaga de Cabral
Entre otros presentes.

Brasil:

Sr. Cónsul de la Republica Federativa del Brasil en Paso de los Libres;
Carlos Fonttes "Delegado de Academia de Historia Militar Terrestre do Brasil";

Renato Fagundez Abreu - Grupo Estudios Guarani - Porto Alegre;
Paulo Monteiro - UPF - Universidad de Passo Fundo;

Sousa Aguiar - Presidente Sociedad Tradicionalista de
Uruguayense; Autoridades Militares diversas

graduaciones

- 1) Carlos Vonttoroch carlyvhz@gmail.com Master Estudios Altos Estudios Geoestratégicos;
- 2) Juan Marcelo Cuenca cuencamraen@hotmail.com Director de Canal 9 Cerro Cora;
- 3) Roberto Volpe robertovolpe82@hotmail.com
- 4) Eduardo Ortiz Mereles edu_omereles@hotmail.com
- 5) Grisel Logan grizzielogan@gmail.com Abogada, Traductora;
- 6) Ivan Kronaveter salokinkronos@gmail.com
- 7) Natalia Antola natiantola@gmail.com Directora Museos Nacionales;
- 8) Pablo Portillo pabloportillo75@gmail.com
- 9) Eduardo enakayama@ggeneral.com.py Abogado Coordinador Nakayama
- 10) Mandú Ará;
- 11) Maria Fernanda Garay fernandagaray.dev.una@gmail.com
- 12) Leticia Meza letimeza@gmail.com letimeza@ghp.com.py
- 13) María del Rocío Arias mariadelroarias.toy@hotmail.com
- 14) Aurora Ramírez aurora@telecom.com.py

No se plantearon problemas políticos, ni se produjeron entredichos entre los presentes manteniendose en todo caso un espíritu crítico, objetivo y conciliador. Los presentes se comprometieron a realizar un segundo encuentro el año próximo en Asunción del Paraguay y un tercero el 2011 en la Ciudad de Porto Alegre. Existió un caso de broncoespasmo en un miembro de la delegación Py, sin otras particularidades.

Previo encuentro personal presentaremos agradecimientos formales a la Institución por usted representada.

Personalmente

Muchísimas gracias por el apoyo y la confianza depositada

Informe de Actividades llevadas a cabo en el Primer Encuentro Internacional de Historia Sobre la Guerra del Paraguay

Concluyó el día 28 próximo pasado en las instalaciones del Club Progreso de Paso de los Libres, Quinta Sección Ombucito, y la Casa da Cultura de Uruguayana, el Primer Encuentro Internacional de Historia de la Guerra del Paraguay.

A lo largo de las tres jornadas iniciadas el día sábado 27 asistieron más de 250 personas entre autoridades civiles, militares, diplomáticas, eclesiásticas, de Argentina, Brasil y Paraguay.

Es de destacar la presencia de un muy importante contingente de jóvenes profesionales de la Republica del Paraguay, que en número de cuarenta y cinco personas, fueron recibidas fraternalmente en un marco de respeto y fraternidad.

El 27 se iniciaron las jornadas con los habituales procedimientos de ceremonial y protocolo y palabras de bienvenida se presentaron las siguientes mesas expositoras:

Mesa N°1

Tema: Las dos grandes vertientes sobre la Guerra de la Triple Alianza. Análisis de la Historiografía Paraguaya.

- Arq. Carlos Von Horoch
- Dr. y Esc. José Luis Acosta
- Lic. Humberto Trinidad

Mesa N° 2

Tema: Las Campanas ofensivas del Paraguay en la Guerra de la Triple Alianza. Análisis de las causas del fracaso de las campanas del Sur.

- Lic. Fabián Chamorro
- Dra. Analía Ántola
- Lic. Edgar Cáceres

Mesa N° 3

Tema: Las Campanas defensivas en la Guerra de la Triple Alianza. El Cuadrilátero, Curupayty, Humaitá. Toma de Asunción. Campana de las Cordilleras. Muerte de López y fin de la Guerra.

- Dra. Grizzie Logan
- Ing. Adriana Benítez
- Dr. Eduardo Nakayama

Es de destacar el excepcional nivel de preparación del cuerpo de expositores ya que, en la acreditación y presentación de curriculums, presentábase en la mayoría de los casos numerosos cursos de post grado, doctorados y maestrías en Europa y Estados Unidos en temas tan diversos como Gestión Geopolítica Internacional, Geoestrategia, Diplomacia entre otros altos estudios lo que contribuyo en forma consiente a la riqueza de las presentaciones. Como también encontrándose presente entre el auditorio, la distinguida presencia del Sr. Cónsul de Brasil en Paso de los Libres Lucas Lages Brandao y el General del Ejercito Brasileiro Sr. J. Leal.

El día domingo 28 de Septiembre a las 6,00hs con el apoyo de vehículos de el Ejercito Argentino, se procedió a instalar en Ombú cito dos carpas con capacidad para 20 personas, amobladas con mesas de situación, sillas y atriles para exposición. En las instalaciones de la fracción de chacra 135 se instaló un botiquín de primeros auxilios, y grupo electrógeno de Back Up. A las 8,00 se marchó a la zona de reunión fijada en Plaza Independencia para marchar juntos los equipo de especialistas en el estudio de Campos de Batallas del Grupo Mandú Ará del Paraguay y el delegado de la Academia de Historia Militar Terrestre do Brasil al ex teatro de operaciones Yatay. Durante el recorrido se pudo constatar la importancia del trabajo interdisciplinario en el cual se contrastaron los informes referentes a la Batalla de Yatay según los historiadores Argentinos, Brasileños y

Paraguayos a la luz de las diferentes ópticas y especialidades.

Se presentaron maquetas, cartografías, y documentos inéditos en nuestra ciudad como ser: el diario del Sargento Mayor Pedro Duarte (Cortesía del Grupo Mandú Ará) y el mapa datado en 1868 de Tasso Frago (Cortesía del Sr. Carlos Fonttes de la Republica Federativa del Brasil).

Por nuestra parte aportamos la actualización de los croquis numero 7, 8 y 9 de la obra “La Guerra del Paraguay” del Coronel Juan Beverina, sobre mapa satelitales y tecnología GPS (Global Posinionamnt Systems) ubicando los distintos hitos y referentes con un margen de error de +/- 50 metros.

La Pintora, realizadora plástica y Lic. Andrea Carina Fernández realizó la explicación de las perspectivas y concordancias cromáticas entre la topografía de Ombucito y la obra “La Batalla de Yatay” del Pintor Cándido López a partir del análisis de la obra y las anotaciones explicativas anexas a los bocetos, (Cortesía del Sr. Esteban Milillo).

Simultáneamente el Sr. Nicomedes Ocampo (escritor local) realizó actividades en base a la misma temática, eventos para no videntes.

Y la participación de 2 cursos de la Escuela Normal Valentín Virasoro a cargo de las Profesoras Celeste Cabral (de Historia) y Andrea Carina Fernández (Lic.Lengua y Literatura).

En la continuidad del programa, a las 18hs, en el Salón del Club Progreso con la presencia del Sr. Vise Intendente de nuestra ciudad el Dr. Ferreyra Dame, expusieron la delegación de Brasil representada por:

- El Profesor Universitario de Historia de la Universidade de Passo Fundo, Escritor e Historiador Sr.Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Expuso sobre “ A Guerra do Paraguay em Passo Fundo”.
- El Sr. Presidente del Centro Cultural Guaraní, Escritor y director del programa “Galpao Crioulo” Sr. Renato Abreu disrto sobre “A Trasendencia do Idioma Guarani na costruxcao Linguistica Sul Americana”.
- El Sr. Laurindo Souza presidente de la Soiciedade Tradicionalista de Uruguayana expuso sobre A Participacao da Raza negra na guerra do Paraguay, y acto seguido expuso el emotivo y sumamente descriptivo poema “Nega Velha”.

Finalizando la tercera ronda de actividades y culminando la etapa en Paso de Los Libres y Ombucito, se hizo entrega de los siguientes presentes de la Artista plástica Andrea Carina Fernández: Al Sr. Renato Fagundes Abreu el cuadro “La Despedida”

Al Sr. Carlos Fonttes el óleo “Paisaje de Ombucito”

En el momento mas emotivo del encuentro se hizo entrega a la delegación del Paraguay de la obra “Tierra de la Cruz de los Pobres”, una urna ceremonial decorada con los motivos del fondo pictórico de La Batalla de Yatay de Candido López en un campo desprovisto de tropas conteniendo la tierra del Campo de Batalla en su el sitio donde Sebastian Colunga contemporáneo a la batalla de Yatay, colocó una cruz recordatoria.

El día 28 de Septiembre las delegaciones partieron rumbo a la Ciudad de Uruguayana, reuniéndose en la Biblioteca Municipal Luiz do Prado Guillermo Veppo donde fueron agasajado por las autoridades locales con un cóctel y música en vivo interpretada por el maestro de piano Beto Guedes.

Posteriormente se realizo una visita guiada Centro Cultural Dr. Pedro Marini donde el Doctor Tomas Alberto Fernández y el Sr. Carlos Fonttes realizaron explicación de la obra “A Retomada de Uruguayana” desde el punto de vista artístico y como documento historiográfico.

Posteriormente el Sr. Carlos Fonttes y los signatarios de este informe realizaron la

descripción de las armas, aperos y uniformes del acervo histórico.

Posteriormente se realizó recorrido explicativo de los referentes topográficos y arquitectónicos actuales que permiten ubicar los dispositivos militares defensivos y la ubicación de las unidades implicados en el sitio y retomada de Uruguayana.

Sobre el mediodía se realizó un almuerzo de camaradería, cortesía de Secretaria de Cultura de Uruguayana y asociación cultural Mandú Ará.

Concluida la misma se obsequiaron sendas bibliografías:

De Brasil el Sr. Carlos Fonttes hizo entrega de la obra "La Retomada" de su autoría

y el Sr. Daniel Fanti la obra "Uruguayana na Linguagem Plástica e Histórica" (esta última en co autoría con C. Fonttes).

El Sr. Professor Académico Paulo Monteiro hizo obsequio de su obra "150 momentos mas importantes na historia de Passo Fundo" y "Combates da Revolucao Federalista em Passo Fundo"

De Paso de los Libres realizamos el obsequio de de la obra de nuestra autoría "17 de Agosto de 1865, Batalla de Yatay" y de la obra de preserve "De Yatay a Uruguayana" cuya presentación se realizara a Uruguayana, Río Grande do Sul Brasil, en la Centro Cultural Dr. Pedro Marini en la primera semana del mes de Noviembre.

A las 15,30 se regresa a Paso de los Libres, despidiéndose las comitivas a las 17,30hs.

Conclusiones

1) Durante las tres jornadas que duró este encuentro se intercambió numerosas bibliografías, cartografías y fotos de elevado valor historiográfico.

Los Mapas de la Batalla de Yatay de Tasso Fragoso, Las fotografías de Pedro Duarte y el diario de este último eran poco conocidos o inéditos en Paso de los Libres.

2) En el trabajo de campo presentado ante los investigadores de campos de batalla, las actualizaciones satelitales sobre los croquis numero 8 y 9 con un margen de error aun si presentaran un margen de error de +/- 100 metros, (Creemos que no sería mayor a +/-50m), por la abundantes referencias bibliográficas, cartografías complementarias y relatos de tradición oral constituyen una fuente probable en cuanto a la ubicación de los principales hitos, en cuanto no surjan nuevas evidencias que aporten datos que hagan suponer lo contrario.

3) Se logro un marco de discusión caracterizado por el respeto a las posiciones contrapuestas, un marcado espíritu critico, y el permanente uso de la lógica y el pensamiento critico en la resolución de casos y problemas.

4) Se contribuyo a establecer vínculos de integración académica entre los distintos grupos de disertantes.

5) Se establecieron lazos de autentica amistad y fraternidad trascendentes que posibilitaran la realización de futuras actividades conjuntas.

Crítica

La escasa experiencia en la organización de eventos internacionales, sumadas a las múltiples facetas protocolares a ser atendidas hicieron que los tiempos fueran escasos para cumplimentar con las tramitaciones burocráticas correspondientes en las relaciones con las diversas instituciones especialmente el IFD Agustín Gómez.

A partir de este modelo de trabajo contamos con experiencia organizativa

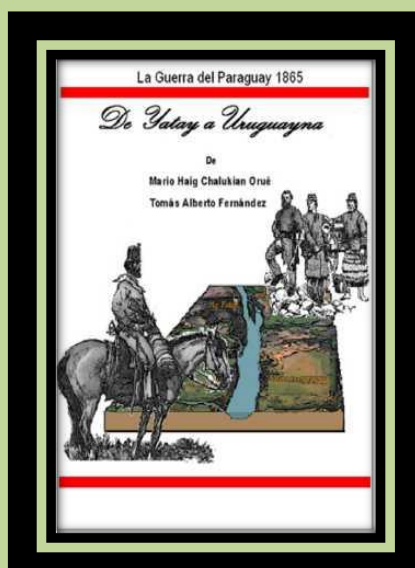
para que los eventos subsiguientes sean coordinados armónicamente los tiempos administrativos y los ejecutivos.

Compromiso

La Asociación Cultural Mandú Ará se compromete a realizar el segundo encuentro Internacional de Historia Sobre la Guerra del Paraguay en la Ciudad de Asunción el año 2010, La Asociación Cultural Mandú Ará se propone la realización de nuevos estudios en Ombucito y de la colocación un Monumento Conmemorativo a los muertos de la Batalla de Yatay

El Señor Carlos Fonttes, Delegado de la Academia de historia militar terrestre del Brasil, propone como sede a la Ciudad de Porto Alegre, Río Grande do Sul, Brasil para el tercer encuentro el año 2011.

LIVRO A SER LANÇADO EM NOVEMBRO, NO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI - URUGUAIANA - RS.



(com trabalhos de Carlos Fonttes)

FOTOS DO 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA



**DELEGADO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
- REPRESENTANDO A ACADEMIA, NO 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE
HISTÓRIA - EM PASO DE LOS LIBRES – ARGENTINA**

ORGANIZADORES DO 1º ENCONTRO Dr Tomaz - Prof Haig e escritor Carlos Fonttes da AHMTB (abaixo)



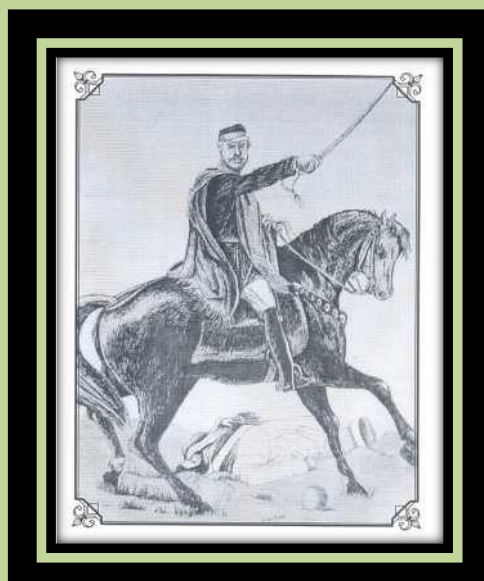
Del da AHIMTB Escritor/artista plástico Carlos Fonttes - Prof Mario Haig - Intendente de Paso de Los Libres - Dr. Tomas Fernandez.

MONUMENTO NOS CAMPOS DE YATAI



Brasileiros que participaram do encontro - ao fundo, o busto de Evita - Paso de Los Libres - RA

UM MARCO PARA A HISTÓRIA



Carlos Fonttes, Delegado da AHIMTB/IHTRGS em Uruguaiana Quando publiquei a obra “Regimento Dragões do Rio Grande - Evolução histórica do 4º Regimento de Cavalaria Blindado” em 2001, da cidade de São Luiz Gonzaga, uma das mais antigas Unidades da Arma de Cavalaria em nosso estado, realizando as várias “pesquisas de campo” deparei-me com um emocionante fato sobre o grande Marechal Manoel Luiz Osorio, Marquês do Herval e patrono da Arma de Cavalaria, durante sua brilhante carreira militar, acontecido na região da Barra do Quaraí. Ao ser promovido ao posto de Tenente em 12 de outubro de 1827 para o 5º Regimento de Cavalaria (hoje 4º RCB), sediado na cidade de Bagé, teve sua unidade transferida para Rio Pardo, onde permaneceu até 1834.

A fama do jovem oficial de apenas 20 anos de idade, já corria o mundo, causando entre as moças da sociedade local, grande interesse por ouvirem falar a seu respeito, narrativas de J.B. Magalhães, um dos mais completos biógrafos de Osorio, narrando sua vida amorosa nesse período, que talvez tenha sido um dos grandes infortúnios na vida de Osorio, o relacionamento com uma jovem chamada Ana, e a quem Osorio apelidou-a de Lídia, musa inspiradora de seus versos. Apesar da imposição da família da jovem, sob a alegação de que Osorio, como Tenente, não teria condições de garantir a vida promissora de Ana, continuou esse romance, não desanimando. O pai da jovem, um rico fazendeiro daquela região, com forte influência na Corte, intercedendo junto ao Comandante das Armas, consegue a transferência de Osorio para os destacamentos de fronteira.

Sem esquecer sua amada, parte Osorio para sua árdua missão, em guarnecer as fronteiras da Província.

Os pais de Ana, preocupados em zelar pela filha e tratando de apagar as lembranças de seu grande amor, divulgam a notícia de que Osorio havia morrido, fazendo-a casar-se com um pretendente rico. Alguns anos mais tarde, sabendo da verdadeira trama, a jovem foi definhando até a morte e, quando preparavam seu corpo para o sepultamento, descobriram em seu peito, sob o coração inerte, um nome: Osorio. Sabedor de todo o enredo e da morte de seu grande amor, Luiz Osorio mergulha, tristemente, pelos caminhos de seus inspirados versos que

compõe.

Muito embora curtindo as duras mágoas, exerceu comissões durante dois anos, iniciando em 2 de agosto de 1831, destacado nesta região, na linha fronteira formada pelo rio Quaraí.

Grassava, naquela época, uma onda de vandalismo e contrabando na fronteira, com elevado número de arruaceiros em Bella União, do lado Cisplatino, povoação que se criara com os índios trazidos das missões pelo Gen. Frutuoso Rivera, que constantemente cruzavam nossas divisas, onde roubavam gado, matavam, incendiavam propriedades e retornavam àquela povoação impunes, sem que ninguém ousasse detê-los.

Do lado brasileiro, hoje município emancipado da Barra do Quaraí que, conforme sua história teria iniciado com a instalação de uma Guarda Portuguesa por 1814, era determinado, pelo Governo Imperial Brasileiro, de garantir a defesa do território conquistado, apesar das freqüentes investidas espanholas na área. A atual cidade da Barra do Quaraí, foi elevada a categoria de Vila, em 31 de março de 1938, sendo desmembrada, como 2º Distrito de Uruguaiana, pela sua emancipação como cidade, em 28 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual nº. 10.655/95.

Naqueles idos de 1831, os poucos habitantes da região, cansados pelos maus tratos desses bandoleiros, apelam pela ajuda do Comandante do Destacamento da Guarda desta fronteira, sendo atendidos por Osorio que determina aos seus comandados a missão de abater ou prender tais arruaceiros.

Apesar de reiteradas recomendações do Império com respeito à soberania vizinha, Osorio, resoluto, teve a necessidade de reprimir com violência o vandalismo que imperava nesta região. Sob seu Comando e transpondo a fronteira do velho rio Quaraí, surpreende os assaltantes ainda com os produtos de roubo. Dizima todos no local, inclusive mulheres que portavam armas e enfrentaram sua escolta militar.



Conseqüentemente, em 8 de janeiro de 1832, Osorio foi preso pela sua atitude, porém a opinião pública e o bom conceito estavam a favor do jovem Comandante que, após quase um ano foi solto e nada ficou constando em sua fé de ofício que viesse empanar o brilho de sua carreira. Conforme extrato de sua “fé de ofício”, enviada pela Divisão de história, do Arquivo Histórico do Exército, Osório foi solto em 11 de dezembro, “por falta não comunicada ao Corpo”. Comenta-se que este fato, produzido pela integração corajosa de seu caráter, marca em sua trajetória, regada por um grande sentimento amoroso, a

frase que certa vez dissera: “A FARDA NÃO ABAFA O CIDADÃO NO PEITO DO SOLDADO”.



Durante a realização do “Projeto pró-memória histórica das propriedades rurais”, de minha autoria, para o livro “AS ESTÂNCIAS CONTAM A HISTÓRIA - URUGUAIANA”, obra publicada em 2005, de parceria com o escritor Ricardo Pereira Duarte, encontrei na região de Pay-Passo (do Espanhol: Passo dos padres), a beira do rio, uma velha trincheira, completamente encoberta pela vegetação e arvoredo. Sempre me suscitou dúvidas a sua origem. Não poderia afirmar o motivo porque foi construída, nem porque força militar ou para-militar que ali esteve. Moradores antigos comentam terem encontrado cápsulas de munições e restos de metal, como se tivesse havido um paiol de munições.

Teria sido o acampamento de Osorio? Ou alguma outra força imperial?

- Quem sabe um dia a história irá nos comprovar esta dúvida, pois pelo que contam ainda a tradução oral dos moradores daquele local, existe a entrada de um fosso naquela trincheira.



(Gen. Ricardo de Mattos Cunha, Oficiais e convidados na inauguração do marco à Osorio)

Desde o dia 10 de maio comemoram-se, em todo o território Nacional, os duzentos anos de nascimento do Marechal Osório, culminando com a data de hoje, do seu falecimento, e para que fique perpetuado na história desta Região a passagem desse grande vulto militar, concretizamos com esta homenagem, a colocação de um pequeno marco que permanecerá para o tempo, pela sua passagem na região da Barra do Quaraí. (Publicado nos jornais: “Folha Barrense” de 15/10/2008.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

Nº 87 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento

SOBRE O CANHÃO EL CRISTIANO
Cláudio Moreira Bento - Sócio Emérito do IHGB

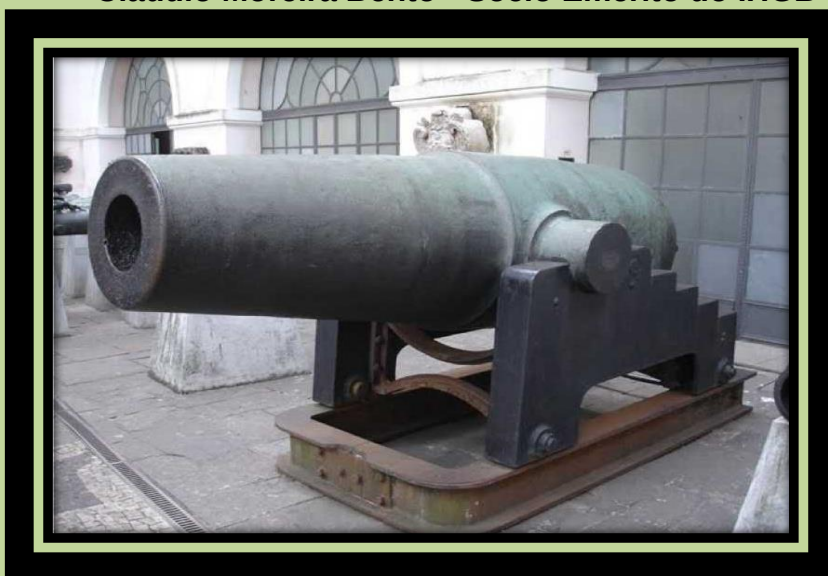


Foto do canhão El Cristiano, da Fortaleza de Humaitá, objetivo militar aliado que barrava a navegação do rio Paraguai e só conquistada depois de muitos sacrifícios e perdas humanas para os exércitos da Tríplice Aliança. Conquistada no 4º ano da guerra por uma manobra de pinça combinada de nossa Marinha (por água) e pelo Exército (por terra). Manobra que impôs a vinda de balões cativos usados pelo Governo dos Estados Unidos (do Norte) contra os sulistas. Balões que se situam nas origens de nossa Força Aérea, segundo o Brigadeiro Eduardo Gomes, herói dos 18 do forte, ao prefaciá-la a história da Aeronáutica do Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley, atual patrono da Delegacia da AHIMTB em Santos Dumont e patrono do Correio Aéreo Nacional (CAN). Este canhão foi fundido com o bronze dos sinos das igrejas de Assunção e trazido para o Brasil como troféu de guerra, representando a resistência vencida da Fortaleza de Humaitá, a Sebastopol Americana, que tantas vidas brasileiras imolou e que por pouco não nos levou o intrépido e legendário General Osório, no comando de um arriscado reconhecimento à viva força em Humaitá.

O Jornal da Globo, em reportagem no Museu Nacional, abordou que o Ministério da Educação decidiu autoritariamente, sem consultar o povo, devolver ao Paraguai um troféu de guerra, o canhão El Cristiano, construído no Paraguai com sinos retirados de igrejas de Assunção e cuja atuação foi responsável por milhares de vidas brasileiras imoladas, que foram até o Paraguai para lutar em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, numa guerra que não provocaram e que resultou da invasão do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul por ordem do

dirigente do Paraguai, Francisco Solano López.

A decisão de devolver o canhão ao Paraguai é uma atitude que fere a Democracia, a qual o atual Governo proclama existir e respeitar. É uma demonstração de falta de cultura do Ministério da Cultura, segundo alguns analistas.

Um filósofo inglês, Gilbert Keith Chesterton (1874-1936), firmou tese sobre **“...a tradição e a democracia dos mortos...”**, ou seja, os mortos desfrutam da Democracia quando as tradições por eles criadas são respeitadas pelos vivos.

Os milhares de brasileiros imolados nesta guerra não tiveram respeitadas as tradições que criaram. No caso do Canhão El Cristiano, por tudo que ele significou para os brasileiros que combateram na guerra do Paraguai, permanecer no Brasil, em memória dos mesmos.

Já Péricles, o pai da Democracia grega, falando sobre os mortos gregos nas guerras afirmou:

“Aquele que morre em defesa de sua pátria, faz por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas”.

O próprio Exército de uns tempos para cá marcou como seu objetivo estratégico cultural atual:

“Pesquisar, preservar, cultivar e divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e históricos do Exército”.

E o canhão El Cristiano se enquadra integralmente nesta definição. As grandes nações, potências e grandes potências militares, assim aprendi e ensinei na Academia Militar das Agulhas Negras, não abrem mão de seus troféus de guerra.

Como historiador militar há 40 anos nunca presenciei nenhuma atuação e iniciativa do Ministério da Cultura de apoiar ações de prestígio à Cultura Militar Brasileira. Hoje, atividade mais importante do que nunca para que suas Forças Armadas desenvolvam suas doutrinas militares genuínas compatíveis com a crescente projeção geopolítica social, econômica e política mundial do Brasil, para que isso lhe assegure maior poder dissuasório.

Isto é fundamental para o Brasil ter o mínimo de condições para defender as riquezas de sua Amazônia, Verde e a Azul, em relação às ambições internacionais reais e potenciais sobre as suas riquezas. Temos convicção que o Barão do Rio Branco, um diplomata modelo, com alma de soldado, não devolveria o canhão El Cristiano. E se o fizesse seria o El Cristiano fundido na forma de sinos para as igrejas de Assunção, de onde eles foram retirados para fundi-lo.

Espero, como historiador militar, que o Exmo. Senhor Ministro da Defesa e seus comandantes consigam, junto ao Presidente da República, abortar esta manobra, como conseguiram abortar em parte o Plano de Direitos Humanos, que tantas reações tem provocado em diversos setores da Sociedade Nacional, impropriamente e maliciosamente denominada Sociedade Civil.

E que o Ministério da Cultura se volte para apoiar a Cultura Militar Brasileira com vistas a que dela se retirem lições militares, para o desenvolvimento de uma doutrina militar brasileira genuína, ou com o máximo de nacionalização, como o fizeram as grandes nações.

E como o fez o Duque de Caxias em 1863, como Ministro da Guerra e Chefe do Estado do Brasil, ao adaptar a Doutrina de Portugal, de influência inglesa, às realidades operacionais que ele vivenciara no comando de quatro campanhas pacificadoras e de uma guerra externa.

Até que o Brasil dispusesse de uma doutrina militar genuína.

E a hora chegou! País rico tem de ser militarmente forte. Assim se negaria esta afirmação de um pensador brasileiro, ao analisar o momento brasileiro atual e considerar a existência de uma total alienação relativamente à memória nacional, só valorizada pelas Forças Armadas e Auxiliares e pelos imigrantes que consideram viverem num paraíso, o Brasil.

**"NÃO HÁ CULTURA DOMÉSTICA, TRADIÇÕES NACIONAIS,
SÍMBOLOS DE CONTINUIDADE FAMILIAR. A MEMÓRIA COLETIVA
ESTÁ INTEIRAMENTE À MERCÊ DE DUAS FORÇAS ESTRANHAS:
A MÍDIA E O SISTEMA NACIONAL DE ENSINO.
QUEM DOMINAR ESSES DOIS CANAIS MUDARÁ O PASSADO,
FALSEARÁ O PRESENTE E COLOCARÁ O POVO NO RUMO DE UM
FUTURO FICTÍCIO".**

Aqui meus cumprimentos pela reportagem do **Jornal da Globo** no Museu Nacional, onde se pronunciou um dedicado historiador civil, Milton Teixeira, na forma de como um militar brasileiro se sentiria. E creio que é como se sente a maioria dos soldados do Brasil e que não se pronunciam em respeito às duas vigas mestra do Ordenamento Jurídico nacional: a Hierarquia e a Disciplina. Foi uma reportagem do Jornal da Globo que honra a Fundação Roberto Marinho, e que tem prestado relevantes serviços à pesquisa e a preservação da Memória Histórica Brasileira, o que se constitui um dever de Estado pouco praticado entre nós.

Depois deste episódio dantesco, só falta demolir as grades que cercam o Monumento ao General Osório na Praça 15 no Rio, e devolvê-las ao Paraguai. Elas, que foram fundidas com material de canhões paraguaios, os quais imolaram preciosas vidas de brasileiros ao atacarem de peito aberto suas posições defensivas.

O Ministério da Cultura deve atentar para as diversas dimensões da Cultura Brasileira. E se não puder ajudar não as atrapalhe. Esta doação a do El Cristiano, se efetivada, fará se revolver em suas tumbas os civis Voluntários da Pátria, que reforçaram o Exército e, inclusive, os que receberam, como compensação, terras onde hoje se ergue o progressista e industrial ABC paulista.

Na literatura mundial não se encontram nações que devolveram seus troféus de guerra.

Esta pretensa doação do canhão me faz lembrar o grande historiador da Amazônia Arthur César Ferreira Reis, que mencionou existir no Pará um Museu com uma preciosa coleção de moedas. E que, numa partilha de cargos pelo grupo vencedor das eleições estaduais, o museu coube a um político que não possuía tradição no trato e valorização do patrimônio histórico nacional. Mas era bom moço. Quando um amigo visitava o museu e achava bonita uma moeda da coleção, ele a apanhava e doava ao amigo.

Perdoem-me. Mas até prova em contrário a idéia da devolução de El Cristiano me faz lembrar esta personagem irresponsável.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara
Porto Alegre, RS - lecaminha@gmail.com

Nº 88 - Ano 2010 Cel Cláudio Moreira Bento

A CONTRA-REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964

Marechal Odylio Denys

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi vitoriosa em 48 horas, sem sacrifício de vidas. Se assim aconteceu é porque teve o apoio geral das Forças Armadas e da opinião pública de todo o País, que não queriam que fosse implantado o regime sindicalista no Brasil. E esteve por pouco, pois sabia-se de plano existente para outorgar sua constituição no dia 1º de maio de 1964, pelo Presidente da República, Dr. João Goulart.

Nos começos de março desse ano, se deram graves ocorrências, que foram julgadas como tendo sido preparadas para a intimidação prévia de quem fosse contrário ao Governo. Um grande comício perto da Estação da Central, no Rio, seguido de repetidas e espalhafatosas indisciplinas de marinheiros e fuzileiros, com o chamado cabo Anselmo e o anunciado banquete de sargentos e praças ao Presidente da República, no Automóvel Clube, na noite de 30 de março, alarmaram as oposições no Congresso, nas Assembléias e nos jornais; vieram também para as ruas as marchas das famílias, muito concorridas, formulando apelos para a intervenção das Forças Armadas.

Não havendo a menor possibilidade de ser o Presidente da República "impedido" pelo Congresso, por ter ele lá a maioria, só restava o recurso da "deposição" para evitar que ele realizasse seu intento esquerdista.

Desde 1961 que as Forças Armadas mantinham-se atentas ao que se passava na esfera governamental; nesse ano, o "Manifesto dos três ministros militares", daquele tempo, apontou os inconvenientes ideológicos do Vice-Presidente Goulart, para assumir o cargo vago de Presidente da República. O Congresso, em face dessa situação, fez a Emenda Constitucional que instituiu o regime parlamentarista que limita o Poder Executivo; entretanto, o parlamentarismo foi logo atrofiado pelas forças políticas então dominantes e ficou letra morta até ser relegado pelo plebiscito.

Com a volta ao regime presidencialista, pensou o Governo Goulart na instituição do regime político que lhe agradava, que era o sindicalismo. Tinha que ser assim. Já se sabia das tendências do Presidente e de seus partidários; começavam a agir de forma a causar preocupações aos que não pensavam do mesmo modo que eles. Julgavam que tinham elementos suficientes para vencer. Mostramos que eram mais fortes os que se opunham a eles.

O COMEÇO

Eu vinha observando a marcha dos acontecimentos por me julgar a isso obrigado, por ter sido ouvido, como Ministro da Guerra, em 1961, no acordo que houve para implantação do regime parlamentarista no País.

Senti que era possível empreender um movimento militar que pudesse, na hora oportuna, anular os planos ambiciosos dos sindicalistas, com militares contrários aos regimes esquerdistas e que continuavam a confiar em mim, apesar de estar reformado e já ter 70 anos de idade, nessa ocasião.

Comecei a trabalhar, fiz metodicamente as articulações no Exército, abrangendo as guarnições militares de Norte a Sul, para um levante geral, com o

valioso concurso de alguns governadores.

Em união com o Exército, visando ao mesmo objetivo, iniciaram as coordenações na Marinha os Almirantes Sylvio Heck e Rademaker, e na Aeronáutica os Brigadeiros Grum Moss e Márcio.

Com a experiência adquirida no passado, estabeleci um plano de ação que teria como base a surpresa; sua execução dependeria do aparecimento de uma motivação que impressionasse fortemente a opinião pública. Esse momento oportuno chegou em março de 1964, com as agitações que estarreciam o País, além das graves indisciplinas nas fileiras militares, que não estavam sendo coibidas e sim estimuladas pelo Governo.

Pensei em fazer começar a luta num grande Estado, em Minas Gerais, que por si só, de entrada mostraria o grande vulto do movimento revolucionário.

Conhecendo o Governador Magalhães Pinto e sabendo de seu interesse em ficar a par da verdadeira situação político-militar, tive com ele uma conferência, por mim solicitada, no aeroporto de Juiz de Fora, no dia 28 de março de 1964, às 17 horas, onde tudo ficou decidido. A ela estiveram presentes os Drs. Alkmin, Pieruccetti e Monteiro de Castro, seus secretários de Governo, o comandante-geral, coronel José Geraldo de Oliveira, e alguns oficiais superiores da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, bem como o General Olímpio Mourão, comandante da 4ª Região Militar. O Ministro Antonio Neder também esteve presente.

Nessa conferência expus a situação perigosa em que se achava o País e que era preciso agir com força, preventivamente, para manter nossa democracia. Dei-lhe conhecimento das articulações militares existentes, bem como do plano que estabeleci para ser observado. Para terminar, fiz ao governador um apelo para dar seu concurso à luta armada e para ser a mesma começada no Estado de Minas Gerais, sem perda de tempo; ela seria secundada em todos os Estados. Esse apelo foi atendido, sendo na mesma hora marcado o início do movimento para o dia 31 de março, às 6 horas da manhã, por proposta minha; surpreenderia o Governo e daria uma resposta imediata aos fins visados no banquete, que haveria na noite de 30 para 31.

A REVOLUÇÃO

Começado o movimento militar na manhã do dia 31 de março, foi irrepreensível e rápida a mobilização da tropa do Exército e da Polícia Militar do Estado, que teve o efetivo inicial de 20 mil homens. Os deslocamentos se processaram na mais perfeita ordem. As operações foram conduzidas pelos Generais Olímpio Mourão, Carlos Luís Guedes e Antonio Carlos Muricy. O General Muricy veio do Rio na ocasião para tomar parte no movimento e comandou nossa vanguarda, que tinha o nome de Destacamento Tiradentes. Trouxe em sua companhia o Tenente-Coronel Walter Pires, como chefe de seu Estado-Maior, e mais alguns oficiais que exerceram as funções de Estado-Maior.

Depois de iniciado o movimento, começaram a chegar, sem demora, as adesões das guarnições, que se levantavam com as notícias propaladas pelas rádios, que continham, no texto, a senha prevista com antecedência.

Como ia ser em Juiz de Fora o centro das operações militares, aí permaneci em contato com o quartel-general da 4ª Região. Na noite do dia 31, deu-se o grande acontecimento que fez pender, de modo decisivo, a balança a favor da Revolução.

Sabendo o Cel João Batista da Costa, chefe do Estado-Maior da Região,

que vinha do Rio um destacamento para dominar o levante de Minas, mandou seu filho, Milton Batista da Costa, civil, a Três Rios, para verificar o volume da tropa, a unidade que vinha na vanguarda e quem a comandava. De lá informou ele, pelo telefone, que o destacamento tinha várias unidades, sob o comando de um general, e que na vanguarda vinha o 1º Regimento de Infantaria, Regimento Sampaio, comandado pelo Cel Raymundo Ferreira de Souza. Em resposta, o Cel Batista disse ao filho para chamar o Coronel Raymundo ao telefone. O Cel Raymundo era meu amigo e tinha sido meu secretário. Assim, quando ele, em Três Rios, veio ao telefone, quem o atendeu em Juiz de Fora fui eu, que lhe dei informações e lhe fiz um apelo para se reunir aos revolucionários. Aí me disse o Coronel Raymundo: *"Marechal, pode contar comigo e com minha tropa"*; em resposta, depois de enaltecer o patriotismo de sua decisão, avisei que iria ao seu encontro na Ponte do Paraibuna, onde estava a vanguarda revolucionária, sob o comando do General Muricy. Indo até lá, na noite chuvosa, depois de fazer a comunicação do ocorrido e estabelecer a ligação das duas vanguardas, disse ao General Muricy que tomasse a ofensiva em direção a Petrópolis, pois o resto do destacamento governista iria naturalmente se solidarizar, acompanhando o heróico Regimento Sampaio. E assim aconteceu.

A grande solidarização de unidades da Guarnição do Rio de Janeiro, quando conhecida, foi impressionante em suas consequências. Os acontecimentos se precipitaram em todo o País. No dia 1º de abril, o Presidente abandonou o Rio de Janeiro e o General-de-Exército mais antigo no Rio assumiu o Comando Geral do Exército. Veio, em seguida, a criação do Alto Comando Revolucionário, composto dos três Ministros Militares, depois substituído pelo 1º Presidente da Revolução, eleito pelo Congresso Nacional, depois de ter sido considerado vago o cargo de Presidente.

No interior do País, a situação evoluiu rapidamente a favor da Revolução, pela atuação simultânea das Forças Armadas. Recife foi dominada pela própria guarnição, que depôs e prendeu o Governador do Estado.

Para Curitiba seguiu tropa de São Paulo e Santa Catarina, tendo, porém, se solidarizado o Governo Estadual e guarnição, antes da chegada das mesmas.

No Rio Grande do Sul, sob os comandos dos Generais Camarinha, Poppe de Figueiredo e Adalberto Santos, se solidarizaram com a Revolução todas as unidades da Serra, da Campanha e da Fronteira; em seguida, marcharam na direção da capital do Estado. A cidade de Porto Alegre recebeu com entusiásticos aplausos o forte Destacamento, composto de representações de todas as Unidades do interior do Estado, que tinha à sua frente o Comandante do III Exército Revolucionário, o General Poppe de Figueiredo e o Governador do Estado, Dr. Ildo Meneguetti, que viera de Passo Fundo. Com esse admirável pronunciamento da tropa do III Exército, foi anulada a triste página da incompreensão de 1961.

A vitória foi um deslumbramento para os condutores e executores do movimento, ao verem coroados de tamanho êxito o trabalho de discrição e tato desenvolvidos na grande coordenação que foi feita.

Cumpriram de modo exemplar seus compromissos todos os companheiros, nessa luta de vida ou de morte. Ficaram fiéis à Pátria, naquela terrível emergência, em que a mística da legalidade vinha sendo explorada pelos comunistas, a seu favor, como em 1961, a fim de implantarem facilmente, em nosso País, as instituições e a ideologia execradas do marxismo.

Foi uma arrancada impressionante, em que se viu a ação enérgica e patriótica de militares e civis dar a vitória ao povo brasileiro, numa unidade de

vistas admirável e com a compreensão da responsabilidade que lhes cabia naquele momento histórico.

Este velho soldado, embora já afastado das lides profissionais, não hesitou um só momento em preparar e tomar a iniciativa de promover o começo dessa gloriosa jornada de 31 de março de 1964, certo de que cumpria com seu dever, marchou ombro a ombro com os camaradas que se dispuseram a lutar e morrer, para manter nosso tradicional regime democrático e os ideais cristãos sob cuja égide formamos nosso coração e nosso espírito.

Anexo nº 1 - MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES (30 de agosto de 1961)

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a S. Exa., o Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêem-se constrangidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, aiém de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas — e sobretudo nas mais fracas — avultam à luz meridiana os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para o estágio superior de desenvolvimento econômico-social; com tantos e urgentes problemas, para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos — não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da

anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos, nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. Rio de Janeiro, 30Ago61.

(a) Vice-Almirante **Syvio Keck**, Ministro da Marinha (a) Marechal **Odylio Denys**, Ministro da Guerra (a) Brigadeiro-do-Ar **Gabriel Grüm Moss**, Ministro da Aeronáutica.

Anexo nº 2 - Entrevista do Marechal Odylio Denys a Antonio Olintho (jornal Última Hora)

Sentado à sua mesa de trabalho, com livros sobre Napoleão nas estantes e na mesa (o Marechal Odylio Denys possui uma vasta e importante bibliografia napoleônica, talvez a maior do Brasil), o velho soldado fala do depoimento que escreveu e que está em vias de entregar-me.

Vendo-o, lembro-me da morte de Getúlio Vargas e do papel que Odylio Denys desempenhou na tranqüila contenção da massa de uma cidade magoada naquele 24 de agosto de 1954. Lembro-me dele também na noite de 10 para 11 de novembro de 1955, ao solidarizar-se com o General Lott e reagir contra a demissão do mesmo do Ministério, por ter sido desatenciosa. Lembro-me dele ainda no 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou. Agora o assunto é a Revolução de 1964, quando foi a centelha que deflagrou o movimento.

O QUE ACONTECEU?

— A partir da renúncia de Jânio Quadros, acentuando-se com o fim do parlamentarismo, passou a haver no Brasil um estado de espírito, que criou o que podemos chamar de Forças Armadas Revolucionárias. O mal vinha da Constituição de 46. Diferente de praticamente todas as constituições do mundo, ela admitia a eleição do vice-presidente que fosse de outro Partido, de outra chapa, que não a do presidente. Com isto, a renúncia de Jânio Quadros provocava uma situação de conflito já que o povo havia votado mais em Jânio e em suas prometidas reformas democráticas e morais do que no caminho para a esquerda que o Vice-Presidente João Goulart parecia advogar. Presenciávamos a iminência de um golpe de estado a partir de cima, e contra ele só um movimento revolucionário.

COMO?

Achei que precisávamos de um grande Estado para se fazer partir a Revolução. Em 1963 fui a São Paulo e conversei com o Governador Ademar de Barros, mas cheguei à conclusão de que não havia naquele Estado as condições mínimas que obrigassem a eclosão de um movimento revolucionário como o que preparávamos.

Quando, em março de 1964, a escalada esquerdista se acentuou e surgiu o que para nós era inaceitável — isto é, a quebra de disciplina hierárquica em determinados setores das Forças Armadas —já me havia convencido de que Minas era o Estado ideal para servir de base ao movimento.

Assim, dia 28 de março saí do Rio de carro, apanhei o Dr. Antonio Neder em Petrópolis e fui encontrar-me com o Governador Magalhães Pinto em Juiz de Fora. De então até o dia 31 de março, quando o movimento foi deflagrado, houve uma atividade constante. Em minha condição de oficial da reserva, podia locomover-me com facilidade. Tanto ao governador como a oficiais da região falei do apoio que tínhamos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e no Norte. Expliquei que, na Guanabara, poderíamos contar com boa quantidade de oficiais que se achavam sob a influência dos Generais Castello Branco e Costa e Silva. Ao lado do General Mourão, tínhamos o entusiasmo e o patriotismo do General Guedes, então sediado em Minas, e do General Muricy.

É preciso que se compreenda que o militar é legalista por natureza. Apesar dos caminhos do presidente João Goulart que indicavam um golpe iminente, grande parte dos oficiais se mantinha legalista. Houve mesmo o perigo de o General Mourão ser preso por oficiais da 4ª Região, na manhã de 31 de março, quando começou a falar em Revolução. Alertado pelo Dr. Antonio Neder, fui ao Quartel-General da 4ª RM e, na presença do General Mourão, exortei os camaradas, formados para receber-me, a que apoiassem o movimento revolucionário que, insisti, era para o bem do povo e felicidade do País.

POR QUÊ?

Fizemos a Revolução porque repudiávamos o sindicalismo, antecâmara do comunismo. Combatíamos a possibilidade de o Brasil vir a ser invadido por brigadas internacionais esquerdistas. Combatíamos a república sindicalista que o Presidente João Goulart e os que o cercavam preparavam para o Brasil.

Fique bem claro: a Revolução de 64 não foi feita contra os políticos democratas; ao contrário, ela teve a intenção de os defender. Tanto que o meu candidato a Presidente da República, naquele começo do mês de abril, era o Governador Magalhães Pinto, que fora o chefe civil da Revolução. Quando a escolha tomou outro rumo, não interferi porque julgava terminada minha missão e resolvera retirar-me do centro dos acontecimentos. A Revolução, repito, foi feita contra o golpe de estado que se aproximava, contra o sindicalismo que vinha em seu bojo e contra a indisciplina que se anunciava. Juiz de Fora, 31 de março de 1964.

Anexo nº 3 - Proclamação ao Povo Brasileiro.

“Aqui estou, em Juiz de Fora, ao lado dos camaradas das Forças Armadas e do altivo e valoroso povo de Minas Gerais, nesta gloriosa arrancada de libertação do Brasil, para nele restabelecer o domínio da Lei e da Ordem”. (a) Marechal Odylio Denys.

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

1961 — Crise resultante da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Manifesto dos Três Ministros Militares. Aprovação da emenda instituindo o regime Parlamentarista.

1962 — Realização do plebiscito que fez voltar o regime Presidencialista.

1963 — O Marechal Denys começa a conspiração para depor o Presidente.

1964 — Março — Comício da Central do Brasil. Indisciplinas de marinheiros e fuzileiros, chefiados pelo chamado Cabo Anselmo.

26 — Ida de 2 emissários do Governador de Minas Gerais à casa do Marechal Denys.

28 — ida do Marechal Denys a Juiz de Fora, ao encontro do Governador de Minas Gerais, Dr. Magalhães Pinto, ocasião em que foi feita a aliança do Governo desse Estado com as Forças Armadas Revolucionárias, representadas pelo Marechal Denys.

30 — Banquete de Sargentos e praças, a Goulart, no Automóvel Clube, no Rio.

31 — Começo do movimento revolucionário no Estado de Minas Gerais, com a entrada em ação da tropa do Estado e da tropa do Exército nele sediada. Chegam ao Estado notícias de solidarizações vindas de vários pontos do País. À noite: atendendo a um apelo do Marechal Denys, solidarizam-se com a Revolução o Regimento Sampaio e seu Comandante, vanguarda do Destacamento vindo do Rio, para dominar o levante em Minas. Solidarização do restante do Destacamento ao General Muricy, Cmt do Destacamento Vanguarda, Revolucionário, vindo de Minas.

32 ril - 1º - O Presidente Goulart abandona o Rio de Janeiro. Vitória da Revolução. Assume o Comando-Geral do Exército o General-de-Exército mais antigo.

33 - O Destacamento revolucionário, vanguarda da tropa vinda de Minas, acantona no Estádio do Maracanã. Situação de completa calma em todos os Estados, com a normalização revolucionária em todos eles. O Marechal Denys regressa de Juiz de Fora ao Rio.

Fim de missão.

Porto Alegre, 30 de março de 2010

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM RRm Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, Porto Alegre. lecaminha@gmail.com

Nº 89 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento

O “PATRONO DA ANISTIA”

O recente julgamento pelo STF, referente à Lei da Anistia, de 1979, constituiu-se em um marco histórico do Direito brasileiro. Os votos primaram pela análise estritamente técnica à luz e pela recorrência à historicidade jurídica nacional, das mais de trinta anistias concedidas ao longo da história-pátria, como tão bem lembrou o relator, Ministro Eros Grau.

“É impossível Majestade, ainda há juízes em Berlim”, dizia o humilde moleiro que não cedeu às pressões de Frederico II, para a derrubada de seu moinho, como nos narra a História...

Entretanto, faltou algo mais nos argumentos de nossos Magistrados: a citação do augusto nome do Duque de Caxias, “O Pacificador”, “Nume Tutelar da Nacionalidade”, “Condestável do Império”, Patrono do Exército Brasileiro.

Quando da concessão da anistia aos vencidos, em especial ao término da Revolução Farroupilha, evidenciou-se, cabalmente, o espírito magnânimo deste inigualável brasileiro, o responsável pela grandeza e inteireza territorial do Brasil, juntamente com o Barão do Rio Branco. O Duque de Caxias também ganhou do emérito historiador militar, Coronel Cláudio Moreira Bento, o epíteto de “Pioneiro Abolicionista”, por haver concedido a liberdade aos cativos farroupilhas.

Impende lembrar, por assaz relevante, que Caxias recebeu ainda, do saudoso jornalista, historiador e acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, a notável honorificência titular de “O PATRONO DA ANISTIA”, em memorável artigo, com o citado título, publicado no “Jornal do Brasil”, de 22 de maio de 1988. Disse o mencionado acadêmico, em um trecho de seu brilhantíssimo trabalho:

“Se tivesse que eleger um Patrono para a defesa ou a exaltação da Anistia, ficaria indeciso entre dois nomes, que me pareciam recomendados para essa função gloriosa, o de Rui Barbosa e o do Duque de Caxias. Rui Barbosa com os seus trabalhos jurídicos e sua atuação de advogado. O Duque de Caxias pelos exemplos que nos legou. E acabaria optando pelo militar que, antes das batalhas, fazia da promessa da anistia um elemento de pacificação”.

E, mais à frente, conclui o jornalista - tido como “homem de esquerda”:

“Logo depois do combate de Santa Luzia, em que foram vencidos e esmagados os revoltosos do Partido Liberal, quando Caxias foi informado de que os vencidos vinham caminhando dois a dois acorrentados e algemados, tomou medidas imediatas para que lhes tirassem as algemas e lhes dessem cavalos, no percurso que devia conduzir a Ouro Preto. E entre os acorrentados vinham altas figuras da Monarquia, à frente de todos, uma glória do liberalismo brasileiro, Teófilo Ottoni”.

Por derradeiro e como corolário a essas breves considerações, na relembração do grande esquecido no julgamento linhas atrás referido, o ínclito Duque de Caxias, “O Patrono da Anistia”, gostaria de citar o inolvidável sociólogo Gilberto Freyre que, reconhecendo o caráter adamantino e as peregrinas virtudes do “Soldado-Maior”, cunhou a expressão “caxias”, uma metáfora caída na consagração popular, com a qual são apelidados aqueles que cumprem integralmente os seus deveres. “Os Caxias”, disse Gilberto Freyre, “devem ser tanto paisanos quanto militares. O ‘caxiismo’ deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele”.

Manoel Soriano Neto (Coronel Reformado do Exército, de Infantaria e Estado-Maior; Historiador Militar e Advogado).

A QUARTA FORÇA (uma saudosa experiência)

O avanço tecnológico, com reflexos no desenvolvimento dos sistemas operacionais, tem se manifestado com novas exigências para a avaliação da doutrina e para o emprego de forças, principalmente pelo aumento da quantidade de informações e pelo tempo para seu processamento.

Novas tecnologias, especialmente nas áreas de comunicações e informática, têm aumentado a capacidade dos sistemas, gerando uma série de novas possibilidades, tais como a transmissão e recepção de mensagens em alta velocidade, o acompanhamento das operações em tempo real e o conseqüente processamento de grandes volumes de informações.

Essa é uma dinâmica atual e um dos desafios que os planejadores militares enfrentam. Significa contar com meios que permitam obter e reunir a informação, armazená-la e processá-la para, finalmente, disponibilizá-la no momento oportuno.

Em qualquer época, guardadas as proporções, a necessidade de um eficaz gerenciamento da informação sempre dependeu de instrumentos capazes de auxiliar os comandantes no processo decisório.

Em razão disso, é possível imaginar, na década de 80, as dificuldades das unidades de comunicações para instalar e operar sistemas de comando e controle com a finalidade de permitir o processamento, emprego e difusão da informação de forma clara, oportuna e segura para conduzir atividades ou operações. Rádio, fio e messageiros eram os principais meios existentes. As mensagens eram processadas manualmente e quanto maior a mobilidade, maior o transtorno.

Com os precários e limitados meios existentes, era preciso um grande esforço da tropa para proporcionar o adequado domínio da informação pelo comando. Graças à dedicação de cada operador e ao empenho das turmas e grupos de comunicações, os sistemas nunca deixavam de cumprir a sua destinação. “A mensagem tinha que chegar ao seu destinatário”.

Nesse contexto, vem a mente a “Quarta Força”. E porque “Quarta Força”? Como surgiu este termo?

A 6ª Bda Inf Bld, sediada em Santa Maria, RS, é a Grande Unidade de maior poder de fogo de nosso EB. Sua missão é manter elevada capacidade de dissuasão proporcionada pela proteção blindada, poder de fogo, flexibilidade e adestramento de seus meios orgânicos, para cumprir missões, preferencialmente ofensivas.

Na década de 80, pela doutrina vigente, ela era constituída de 2 (dois) Batalhões de Infantaria Blindados (7º e 29º), o 4º RCC e o 8º BIMtz (previsto para atuar como Força de Acompanhamento e Apoio). Além disso, possuía o 3º GAC AP, o 4º Blog e a BiaAAAé.

A 3a Cia Com Bld era o elemento de comunicações orgânico da Bda e, eventualmente, apoiava também o Comando da 3a DE, que ainda não dispunha de seu Batalhão de Comunicações.

Em 1985, a título de motivação durante formaturas e reuniões com oficiais e praças, o Comandante da Cia ressaltava constantemente a importância do perfeito funcionamento dos meios de comunicações para o êxito do emprego da

Brigada. Era colocado que “de nada adiantaria a Brigada dispor de uma forte Infantaria, uma potente Cavalaria e um grande poder de fogo proporcionado pela Artilharia se as comunicações não fossem eficientes”. Enfatizava: “Nós constituímos, na realidade, uma quarta força dentro da Brigada”.

Para surpresa, a excelente oficialidade existente na Cia adotou o termo no âmbito dos pelotões. Daí expandiu-se para a subunidade toda.

O sucesso do sistema de comunicações a cada exercício realizado disseminava um sentimento de extrema satisfação não só no comando, mas em todos os integrantes da 3ª Cia Com Bld. O resultado foi positivo.

O termo, portanto, “pegou”.

Alguns, talvez demonstrando um excesso de confiança, diziam que a Brigada tinha Infantaria, Cavalaria, Artilharia e a Quarta Força. Outros, em tom de gaíatice, diziam que o Brasil tinha Marinha, Exército, Aeronáutica e a “Quarta Força”.

Verificava-se que o uso do termo, além de incentivar a busca de melhores resultados em todas as atividades, contribuía também para fortalecer o espírito de corpo.

Quem integrou a “Quarta Força”, com certeza pode afirmar que o contagiante profissionalismo de seus militares e o clima organizacional foram responsáveis por essa saudosa e vibrante experiência.

Recentes conflitos têm demonstrado que para obter êxito na condução das operações os comandantes, nos diversos níveis, dependem primordialmente de comunicações confiáveis e seguras para o exercício do comando e controle e de homens preparados e motivados.

Na simplicidade deste texto, cabe uma homenagem aos antigos companheiros do dia-a-dia, do silente trabalho das comunicações, que com entusiasmo e dedicação asseguraram o êxito no cumprimento das missões e a manutenção dessa idéia denominada “Quarta Força”.

Não é um lema, mas uma demonstração da atitude dos profissionais de comunicações e ainda permanece no âmbito dos atuais integrantes da 3ª Cia Com Bld, que continuam transmitindo pelos “nossos fios e nossas antenas” as ondas vibrantes da Arma do Comando e pela sua conduta o valor do soldado brasileiro.

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR - Cel R1/ Com
Bicentenário de Sampaio

Dentro da programação montada pelo Comando Militar do Sul para as comemorações dos 200 anos do nascimento do Patrono da Infantaria, haverá um Ciclo de Palestras, cuja organização contou com a colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS).

As palestras serão iniciadas às 1400 h do dia 19 de maio, 4ª feira, no Auditório novo do QGI, no 1º piso.

Os palestrantes serão os coronéis Juvêncio Saldanha Lemos e Cláudio Moreira Bento. Haverá uma apresentação a cargo do 19º BIMtz.

Ao final, juntamente com um coquetel no Salão Nobre (5º andar), o Cel Bento lançará o seu livro:

- *Sampaio - Patrono da Infantaria* -

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

Vice-presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara/Porto Alegre

Nº 90 - Ano 2010 – Cel Cláudio Moreira Bento

O EXÉRCITO E A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Brasília, “a Capital da Esperança”, é fruto do idealismo de pró-homens como José Bonifácio, que lhe sugeriu o nome, e da férrea determinação em construí-la, do presidente Juscelino Kubitschek.

Outros insígnies patriotas também muito contribuíram para que hoje, majestática, em excepcional região geoestratégica - o Planalto Central Brasileiro - se encontrasse Brasília, a “Cidade Monumento”, tombada pela ONU, em 1987, como “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

É nosso intuito relembrar, de forma assaz breve, a saga de militares do Exército, precursores da mudança da capital brasileira, mencionando os seus respeitáveis nomes.

Impende lembrar, inicialmente, que o ilustre historiador Francisco Adolfo de Vargnhagen, Visconde de Porto Seguro, também tenente-coronel do Corpo de Engenheiros de nosso Exército Imperial, cujo nome consta dos “almanaks” da Força, desencadeou, no século passado, vigorosa campanha pela mudança da capital para o Planalto Central, área por ele percorrida, ficando célebre o ofício que enviou, em 1877, da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa-GO), ao ministro da Agricultura, expondo as vantagens da dita mudança. Entretanto, a primeira medida efetiva visando à interiorização da capital da República, somente se concretizaria por força do texto da Constituição de 1891, em decorrência de uma emenda constitucional de autoria do tenente do Exército, Lauro Müller.

Em maio de 1892, foi criada uma comissão para explorar o Planalto Central, região prevista na citada Carta Magna de 1891, com vistas à localização do futuro Distrito Federal. Tal comissão foi chefiada pelo engenheiro belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico e major- honorário do Exército, Dr. Luiz Cruls, e procedeu à demarcação, durante nove meses, do que ficou conhecido como “quadrilátero Cruls”.

Em 1893, no governo do marechal Floriano Peixoto - o brasileiro mais entusiasta pela transferência da capital - foi formada nova comissão, sendo Cruls outra vez chamado para chefiá-la, com a incumbência de escolher, na região anteriormente demarcada, a definitiva área do futuro município neutro; os trabalhos, iniciados em 1894, foram interrompidos, por dificuldades financeiras, em 1897, quando do governo de Prudente de Moraes.

Ressalte-se que quase todos os componentes das duas comissões eram militares ou servidores civis do Exército. Assim, o relacionamento com o Dr. Cruls era excelente, máxime porque ele fora 1º Tenente do Exército da Bélgica, era major-honorário de nosso Exército e lente da Escola Superior de Guerra (escola de formação de oficiais do Exército que não deve ser confundida com a atual ESG), tendo inclusive recebido, em 1895, a honorificência de Tenente-Coronel-Honorário do Exército Brasileiro. A Comissão Exploradora, de 1892, era basicamente militar, tanto que dezesseis dos seus vinte e dois membros eram

oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra, isso sem contar o contingente de apoio e segurança, também da Força. Entre os oficiais que serviram sob as ordens de Cruls, merecem ser citados o major médico Dr. Pedro Gouvêa, o capitão Pedro Cordolino de Almeida e os tenentes Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Alípio Gama.

Hoje, o augusto nome de Luiz Cruls foi resgatado pelo Exército Brasileiro, que concedeu, em 1999, à 11ª Região Militar, sediada em Brasília, a denominação histórica de “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls” e o respectivo estandarte histórico.

Na relembração da memória de Luiz Cruls, merecem ser transcritas as palavras do saudoso historiador militar general Hans Gerd Haltenburg, contidas em seu precioso arquivo: “Foi Soldado. Alma de Soldado, soube cumprir missões. Aprendeu a amar a nova Pátria. Aqui casou. Aqui deixou descendentes. Aqui repousa. Morreu pelo Brasil”...

Após a interrupção dos trabalhos da segunda Comissão Cruls, o assunto da mudança quedou esquecido. Isso se deveu, fundamentalmente, ao saneamento e à modernização do Rio de Janeiro e às concomitantes restaurações das fortalezas daquela cidade e reequipamento da Marinha, ocorridos no princípio do século, além da evolução tecnológica dos meios bélicos (mísseis, principalmente, de 1946 a 1960), o que invalidava, em parte, as estratégias de defesa da capital da República. Diga-se, por ilustração, que a Constituição de 1945 restabeleceu o artigo referente à mudança da Capital para o Planalto Central, eis que havia sido suprimido pela Constituição de 1937.

Somente em 1946, o assunto volta à baila, quando o presidente general Eurico Gaspar Dutra constituiu uma comissão de estudos para a localização da nova capital, cuja chefia coube ao general Djalma Poly Coelho. O relatório da comissão ficou pronto em agosto de 1948 (concluiu-se pela manutenção, com algumas modificações, do “quadrilátero Cruls” e foram demarcados cinco sítios, nominados por cores, tendo sido escolhido, posteriormente, o “Sítio Castanho”).

Em 1953, forma-se a Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo general Aguinaldo Caiado de Castro, chefe da Casa Militar do presidente Vargas, que concretizou, integralmente, os objetivos previstos, coroando-os com um minucioso levantamento fotogramétrico dos cinco sítios escolhidos pela Comissão Poly Coelho.

Em 1955, convidado pelo presidente Café Filho, assume a presidência da mencionada comissão, o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Ela foi responsável pela exata escolha do local, onde hoje, portentosa, se ergue Brasília. Em 1955, partem de Formosa (GO), em um comboio de seis jeeps, o general José Pessoa, o governador em exercício, Bernardo Sayão, o notável geopolítico marechal Mário Travassos e o capitão Dr. Ernesto Silva (saudoso “Pioneiro do Antes”, ajudante-de-ordens do general José Pessoa). A comitiva passa por Planaltina e chega, após 4 horas de viagem, à parte mais elevada do Sítio Castanho, atrás de onde hoje se encontra o “Memorial JK”, memorável ato histórico de presença que foi protagonizado por quatro insígnias brasileiros, três dos quais eram oficiais do Exército e que caracterizou a escolha e “posse” do precitado Sítio, para a construção de Brasília. Muito importante é dizer-se que, por solicitação do general José Pessoa, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, exarou um decreto declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, toda a área onde se sediaria o Distrito Federal. À tarde de 30 de abril de 1955, um sábado, reuniram-se o governador

José Ludovico e o general José Pessoa para acerto de detalhes do decreto, linhas atrás referido, o qual foi assinado no dia seguinte, 1º de maio, com data de 30 de abril, causando grande surpresa, mas impedindo a especulação imobiliária que adviria, caso esse ato legal fosse do conhecimento da população. José Pessoa, acendrado patriota e idealista, assim antevia o radioso futuro do Planalto Central:

“O altiplano brasileiro sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era aurífera de São Paulo e Minas e não tenhamos dúvida de que o mesmo acontecerá, num futuro próximo, com aquele Planalto; será com sangue novo que lhe faremos o povoamento e grandeza”.

Por derradeiro, frise-se que quando se iniciou a construção da Capital Federal, em 1956, as primeiras moradias de Brasília, as dos candangos, foram as barracas verde-oliva do Exército, trazidas em enorme quantidade para o Planalto, por ordem pessoal do ministro da Guerra, general Henrique Lott; outrossim, ele deu prioridade máxima à construção de quartéis, determinando a imediata criação/instalação da 6ª Companhia de Guardas, a primeira Organização Militar do Exército no Distrito Federal, porquanto era um ardoroso admirador do obstinado ânimo do presidente Juscelino, como nos ensina o emérito historiador, Dr. Jarbas Silva Marques. Aduza-se que os invulgares nomes de Floriano Peixoto, Tasso Fragoso, Eurico Dutra e José Pessoa são denominações históricas de Organizações Militares do Exército Brasileiro. Mais recentemente, outras denominações foram concedidas, para a 11ª Região Militar, de Brasília (DF), “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls”; para a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cristalina (GO), “Brigada Visconde de Porto Seguro” (que era o título nobiliárquico do tenente-coronel e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen) e para o 11º Depósito de Suprimento, de Brasília (DF), “Depósito Marechal Mário Travassos”, Organizações aquarteladas no Planalto Central Brasileiro, cujos Patronos tanto contribuíram para a criação de Brasília.

Eis, em síntese, mesmo que imperfeita e incompleta, o que foi, através de várias épocas, a participação do Exército, pelo benemérito labor de alguns de seus abnegados integrantes, na mudança da capital do País, inaugurada em 21 de abril de 1960 e consolidada pelos primeiros governos da Revolução de 31 de março de 1964. De Varnhagen, ainda ao tempo do Império, a Lauro Müller e Floriano Peixoto (que efetivou as primeiras medidas para a transferência), passando por Cruls até o general Dutra (que retomou o ideário mudancista, após o “Estado Novo”) e deste a Poly Coelho, Caiado de Castro, José Pessoa, Mário Travassos, Ernesto Silva e Henrique Lott, muito foi feito pelo invicto e glorioso Exército Brasileiro, com vistas à materialização do sonho de interiorizar-se a capital do Brasil.

Eis por que os militares da Força Terrestre Brasileira, desde sempre, ufanam-se em pertencer à “mais lúdima e representativa das instituições nacionais - o verdadeiro índice do povo brasileiro” -, no dizer do inesquecível sociólogo Gilberto Freyre.

Manoel Soriano Neto, Coronel Reformado do EB, de Infantaria e Estado-Maior, Historiador Militar.

CHICO PARAÍBA

- Tenente Ithamar! A Polícia do Exército americana veio aqui e prendeu o Chico Paraíba. Dizem que vai ser julgado pela corte marcial.

Quem falava era o sargento Arlindo, encarregado do alojamento de uma companhia do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (*), da FEB-Força Expedicionária Brasileira. Estavam próximos à cordilheira dos Apeninos, e era o inverno italiano, no começo de 1945. O Tenente Ithamar, com seu grupo de reconhecimento, estava chegando de uma missão noturna junto às linhas alemãs. Não tinham havido baixas, felizmente. Mas nem por isso o humor do tenente era dos melhores. Para a perigosa missão, em terreno desconhecido, e à noite, só contava com um guia italiano, em quem, aliás, não confiara muito, desde o início. Soldados em combate desenvolvem um sexto sentido, e o seu não falhara. O italiano era um covarde, que os abandonara na escuridão de uma encosta, em meios a restos de neve, quando uma sentinela alemã, percebendo os ruídos do grupo, rolara uma granada morro abaixo. Que felizmente não explodira muito perto. Escafedera-se o carcamano, e os brasileiros não mais haveriam de ouvir falar nele. Também pudera... Se o encontrassem depois daquilo, iriam moê-lo de pancada, no mínimo. O tenente, quando pensava nele, praguejava entre dentes. Sem orientação, tivera que arriscar uma retirada que só era segura morro abaixo. No sopé, sem direção, poderia cair numa trincheira inimiga e seria um desastre. O jeito fora esperar o início da manhã e se guiar, mal e mal, pela bússola. Foi o que fez, e conseguiram retornar, embora os alemães, como todos os combatentes veteranos, tendo desenvolvido uma visão mais acurada, os tivessem percebido, e enviado algumas rajadas de metralhadora, quando se deslocavam. Mas nessa altura já estavam fora de alcance. Era, pois, um tenente Ithamar tenso, sujo, com frio, fome e cansaço quem recebia a má notícia.

- O que o Chico fez para ser preso?

- Disse que estava cansado dessa ração americana e queria fazer uma sopa. Deu um tiro de fuzil numa galinha e fez a sopa. O italiano dono da galinha foi no quartel dos americanos e deu queixa. Eles vieram aqui e levaram o Chico. Tentei discutir com eles, mas não adiantou. Disseram que é crime e está previsto nos regulamentos.

- Mas também está nos regulamentos que quem julga nossos soldados somos nós mesmos. Você não disse isso a eles?

- Sim, disse, mas não quiseram ouvir. Eu não sabia o que fazer, eram muitos. Achei melhor esperar o Sr. chegar.

- Você, Arlindo, que fala inglês, venha comigo. Chame o Gaúcho, e pegue o jipe.

- Vamos só nós?

- Não é preciso mais ninguém.

- Vamos desarmados?

-Não, armamento completo.

No trajeto, Ithamar, também paraibano, ia pensando no seu subordinado e conterrâneo. Chico era um cidadão muito popular na tropa. Sem muita instrução, era, contudo um ás na musica nordestina, cantor, tocador de sanfona, dançarino, contador de causos e piadas. Seu sotaque carregado ajudava. Desinibido e folgazão. Sei que conhecem o tipo. Faz sucesso também em política. Chico era, além disso, bom soldado. Fazia-se respeitar no momento do combate.

-Arlindo, por que você não impediu o Chico de fazer essa besteira?

Perguntou Ithamar.

-Quando vi, já tinha feito. Disse a ele que ia ter problema, mas ele disse que estávamos numa guerra de matar homens, e que problema ia ter matar uma galinha?

-Bem próprio da simplicidade do Chico, pensou Ithamar, quando já estavam chegando no quartel americano.

- Arlindo, quero que você traduza exatamente o que eu disser, seja lá o que for. Entendido?

- Entendido, meu tenente.

O sentinela americano relutou em levar até o oficial de dia aquele tenente com o fardamento sujo e seus dois acompanhantes, mas não podia fazer diferente.

Foram recebidos por um capitão americano com quase dois metros de altura, bem fardado, saudável, acompanhado de quatro outros yanques, que os olhou com certo enfado.

- Diga a ele que lamento aqui comparecer sem estar devidamente fardado, mas que acabo de chegar de missão recebida do comando conjunto e não tive tempo de me trocar. Arlindo traduziu, e o capitão mudou um pouco sua postura, ao notar o olhar cansado do tenente.

- Ele pergunta em que pode ajudar, meu tenente.

- Venho buscar um soldado meu comandado, indevidamente preso pela Policia do Exercito americana, que segundo ela, cometeu transgressão disciplinar, e a parte correspondente, para que possamos julgá-lo e puni-lo, se for o caso, em corte brasileira, como manda o regulamento.

- Ele diz que o soldado preso já tem processo em andamento, e pode ser julgado pelos americanos, pois o chefe do comando conjunto é americano. Assim, não pode entregá-lo. -traduziu Arlindo a resposta.

- Diga a ele que não sairemos daqui sem meu soldado, pois não aceito a interpretação dele e sou inteiramente responsável por cada um dos meus.

O americano ouviu, esboçou um sorriso, olhou para os outros americanos e perguntou, logo traduzido por Arlindo:

- Só vocês três? E como vocês pensam em levá-lo?

- Arlindo, traduza exatamente, repetiu Ithamar: Eu não disse que iremos levá-lo. Disse que não sairemos daqui sem ele. Isso significa que, se preciso for, combateremos para levá-lo, embora sejamos minoria e provavelmente morramos aqui.

- O americano ouvia com espanto crescente a tradução. Já se preparava para o pior, quando olhou bem no fundo dos olhos do atarracado tenente brasileiro. O que viu lá não foi do seu agrado. Também não foi o que não viu. Não viu medo. Não viu raiva nem hesitação. Viu uma calma determinação que não deixava margem a dúvidas. Viu que a afirmação que ouvira com espanto era a pura expressão da verdade. Prova é que o tenente estava aferrado à sua Thompson, e por certo faria um estrago antes de morrer, se um tiroteio começasse ali. E ele estava diretamente na frente, enquadrado na linha de tiro. Ou então - quem sabe? - sentiu admiração por aquele tenente exausto, que como

ele, lutava longe de casa pela liberdade, e não abandonava um dos seus nas mãos de estrangeiros, ainda que aliados.

O silencio era gritante. Dizia muitas coisas. Mas não durou muito, embora parecesse não acabar mais. Um minuto? Menos.

O americano virou-se para um subordinado: - Busque aquele caipira e entregue a eles!

Ninguém falou mais nada. Nem quando Chico Ceará, risonho, sem saber da tragédia que quase tinha provocado, entrou na sala.

Ithamar fez a continência de praxe, voltou-se e saiu, com seus soldados e um Chico já tagarelando de alegria. Ouviu o americano falar algo para seus companheiros. Mas nem perguntou a Arlindo o que era. Já não interessava mais. Se tivesse pedido a tradução, seria: "Esses brasileiros são loucos. Morreram às dúzias para tomar o Monte Castelo. Verdadeiros suicidas."

(Essa crônica é uma homenagem ao Tenente Ithamar Viana da Silva, que recebeu várias condecorações por bravura na Itália. Na volta da guerra, fez o curso de engenharia no IME- Instituto Militar de Engenharia. Reformou-se como coronel, casou-se com uma goiana e aqui constituiu família. Foi professor universitário em Brasília e ocupou, com dedicação e honestidade exemplares, vários cargos públicos em Goiás. Faleceu em 1999).

10/JULHO/2009

Irapuan Costa Junior

Ciclo de Palestras sobre Sampaio

Às 1400 h do dia 19 de maio, 4ª feira, no novo Auditório do CMS/QGI, terá lugar o Ciclo de palestras sobre o Patrono da Infantaria. O evento será aberto pelo Gen Mourão, Cmt da 6a DE. Seguir- se-ão Texto de Abertura, palestras do Cel Lemos e Cel Bento e apresentação dos tipos de Infantaria do EB. Planejamento e organização do CMS, juntamente com a AHIMTB/IHTRGS.

Em seguida, no Salão Nobre, 5º piso, será oferecido um coquetel e será lançado, com autógrafos, o livro do Cel Bento *Brigadeiro Sampaio - o Patrono da Infantaria*.

Traje: esporte fino (gravata).

Os eventos fazem parte das comemorações do Bicentenário de Sampaio.

Não deixe de comparecer.

- Todos somos infantes, não interessa a arma de origem -

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Vice-presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara
lecaminha@gmail.com

CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO



Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo **As Guerras Holandesas, da História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS, na construção do Tronco Ferroviário Su, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, e Itajubá e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do

Bicentenário da Independência. Este ano complementara 91 anos de idade. Se Deus quiser! Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Celular 24/999247757